

Revista Cultural e Científica

# Carpe Diem

Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN - FACEX - Natal | Rio Grande do Norte | ISSN 1518-5184



Carpe Diem | Natal | V. 6-7 | N. 6-7 | Jan/Dez | 2008-2009

**FACULDADE DE CIÊNCIAS, CULTURA E EXTENSÃO DO RN - FACEX**  
Autorizada pelo Decreto nº 85.977 de 5/5/1981, publicado no D.O.U. de 6/5/1981  
Mantenedora: Centro Integrado para Formação de Executivos – CIFE

## **Carpe Diem**

**Publicação da Coordenação de Pesquisa e Extensão – CPE/FACEX**

**DIRETOR PRESIDENTE**

José Maria Barreto de Figueiredo

**DIRETORA ADMINISTRATIVA**

Candysse Medeiros de Figueiredo Lira

**DIRETOR FINANCEIRO**

Oswaldo Guedes de Figueiredo Neto

**DIRETOR GERAL**

Raymundo Gomes Vieira

**DIRETOR ACADÊMICO**

Ronald Fábio de Paiva Campos

**COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO**

Francisco de Assis Maia de Lima

**CONSELHO EDITORIAL**

Francisco de Assis Maia de Lima - Presidente

Ana Tânia Lopes Sampaio – FACEX

Carla Soraia Soares de Castro – UFPB

Daise Lílian Fonseca Dias – UFCG

Diva Sueli Silva Tavares - FACEX

Jacyene Melo de Oliveira Araújo - UFRN

Kátia Brandão Cavalcanti - UFRN

Márcia Adelino da Silva Dias – UEPB

Rita Diana de Freitas Gurgel - UFERSA

Rosilda Alves Bezerra – UEPB

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Francisco de Assis Maia de Lima

**COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Daise Lílian Fonseca Dias

Daniele Bezerra dos Santos

Lívia Stockler

**NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

Bibliotecária Maria da Saudade G. A. de Souza

**Produção Gráfica**

Faça Comunicação e Design

[www.facarn.com](http://www.facarn.com)

**Tiragem**

500 exemplares

## **CARPE DIEM**

**Revista Cultural e Científica**

A Revista *Carpe Diem* é uma publicação anual da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN – FACEX, do Centro Integrado para Formação de Executivos (CIFE) que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento e divulgação do conhecimento nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Exatas e da Saúde.

Destina-se, portanto, à divulgação de trabalhos relativos a estudos de natureza teórica e experimental no campo da pesquisa, resumos e teses ou dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de cursos, comunicações e artigos de revisão produzidos pelo corpo docente e discente desta e de outras instituições públicas ou privadas.

Os interessados no envio de artigos para publicação (ver Normas para apresentação de trabalhos na Revista) devem entrar em contato com a Coordenação Editorial da mesma, junto à Coordenação de Pesquisa e Extensão da FACEX, no endereço abaixo:

### **ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA**

Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN – FACEX  
Coordenação de Pesquisa e Extensão  
A/C Prof. Francisco de Assis Maia de Lima  
Rua Orlando Silva, 2897 – Capim Macio 59.080-020 – Natal/RN  
E-mail: revista@facex.com.br

“Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.  
Permitida a reprodução, total ou parcial, desde que citada a fonte”

Aceita-se permuta  
We ask for exchange  
Piédese canje  
On demande l'échange  
Si richiede lo scambio

---

<sup>1</sup> Editor da Revista. Mestre (UFRGS) e Doutor (USP) em Genética. Coordenador de Pesquisa e Extensão (FACEX). Coordenador do Curso de Ciências Biológicas (FACEX).

# Carpe Diem

Revista Cultural e Científica  
Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN  
Natal, Rio Grande do Norte

ISSN 1518-5184

FICHA CATALOGRÁFICA  
Biblioteca Senador Jessé Pinto Freire / FACEX  
biblioteca@facex.com.br

C294 Carpe Diem / Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte. - Natal: FACEX, v. 6/7, n. 6-7, jan./dez. 2008/2009.

Revista Cultural e Científica – Coordenação de Pesquisa e Extensão.

ISSN: 1518-5184

Anual

2001 –

Disponível em:

<http://www.facex.com.br/novo/superior/navegacao/revistacientifica>

1. Educação Superior – Periódico 2. Ciências Humanas – Periódico 3. Ciências Sociais e Aplicadas – Periódicos 4. Ciências da Saúde – Periódicos I. Título.

## APRESENTAÇÃO<sup>2</sup>

Este é o sexto número da Carpe Diem, revista científica da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão. Sentimos uma imensa alegria quando divulgamos este trabalho porque, há anos, ele nos permite que nossos colaboradores, professores desta Instituição ou de Instituições coirmãs, façam de suas páginas o vínculo de suas pesquisas.

Vejam que muitos destes colaboradores foram nossos alunos, outros começaram na Facex o caminho da docência e hoje, como mestres ou doutores, já ocupam cátedras em universidades federais com merecidos louvores.

O que nos faz felizes é ver o quanto podemos ser capazes de permitir que alguém que caminha ao nosso lado possa progredir nesta trilha.

Foi por esta razão que nos apropriamos desta expressão clássica como título de nossa revista científica. Carpe Diem concentra a sabedoria que Sêneca insinuava a Lucílio: “aproveita todas as horas; serás menos dependente do amanhã, se te lançares ao presente” (trecho da carta I “Da economia do tempo”).

Temos absoluta convicção de que haveremos de continuar alcançando resultados positivos com o esforço contínuo de fazer cada dia melhor o nosso trabalho de busca do saber.

Parabéns aos nossos colaboradores, principalmente ao nosso editor, cujo esforço incansável nos faz repetir com São Paulo, apóstolo: *Bonum certamen certavi* – estamos realizando um bom combate.

<sup>2</sup> Raymundo Gomes Vieira - Diretor Geral da FACEX

# Carpe Diem

REVISTA CULTURAL E CIENTÍFICA DA FACEX  
FACULDADE DE CIÊNCIAS, CULTURA E EXTENSÃO DO RN  
v. 6/7, n. 6-7, jan./dez. 2008/2009

## SUMÁRIO

### ADMINISTRAÇÃO

#### ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE LONGITUDINAL E COMPLEXA DOS ASPECTOS ESTRATÉGICOS.....11

Daniel de Araújo Martins  
Esmeraldo Macedo dos Santos  
Lenin Cavalcanti Brito Guerra  
Carlos David Cequeira Feitor  
Ana Jarvis de Melo Campos  
Pio Marinheiro de Souza Neto  
Jaciamara Villar Forbeloni

### BIOLOGIA

#### O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE MACAU À LUZ DO SEU PROJETO DE ATERRO SANITÁRIO .....37

Elisabete Ferreira da Silveira  
Iara Cristianny de Brito Barbosa Albuquerque Pereira

#### DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA BRUTA DA LAGOA DE EXTREMOZ, NATAL-RN, BRASIL .....63

Margarida de Lourdes de Melo Nelson dos Santos  
Daniele Bezerra dos Santos  
Fernanda Joziane Marcelino Câmara  
Wênia Maraiza Dantas

### EDUCAÇÃO

#### LITERATURA: TECENDO APRENDIZAGENS NO PROCESSO INCLUSIVO...77

Débora Braga Estanislau  
Josefa Veridiana Pereira de Lima  
Simara Pereira Martorano da Silva  
Thalita Samara de Lima Silva  
Joseane Maria Araújo de Medeiros

#### PROUNI: UMA EXPERIÊNCIA DO PÚBLICO E DO PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO BRASILEIRO .....89

Joseneide Souza Pessoa

#### CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO ATRAVÉS DE COMPETÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR.....109

Antônia Verônica Mélo de Lima

### ENFERMAGEM

#### ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR UMA EQUIPE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO NATAL.....129

Kisna Yasmin Andrade Alves  
Pétala Tuani Candido de O Salvador  
Raynilson Iglesias  
Taciana Jacinto de Almeida  
Ulyvânia Medeiros e Costa  
José Marcos Bezerra Freitas  
Cilene Nunes Dantas

#### VIVENCIANDO O PROCESSO DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE.....151

Raynilson Iglesias  
Taciana Jacinto de Almeida  
Pétala Tuani Candido de O Salvador  
Kisna Yasmin Andrade Alves  
José Marcos Bezerra Freitas  
Ulyvânia Medeiros e Costa  
Ana Tânia Lopes Sampaio

### GESTÃO

#### SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE PERCEBIDA PELOS CLIENTES .....167

Frankleide Cabral  
Richard Medeiros de Araújo  
Ionara Cortez Bezerra  
Fernando Porfirio S. de Oliveira  
Juliana Leão Maia

### LITERATURA

#### A PSEUDOCOMUNICAÇÃO HUMANA: LINGUAGEM, CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA.....185

Adriana Conceição Silva Costa

#### FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA ASSISTENTE SOCIAL.....197

Hilderline Câmara de Oliveira

## SERVIÇO SOCIAL

REFLEXÕES SOBRE A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INFANTO-JUVENIL NA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....211

Anderson Quirino Oliveira de Lima  
Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

APONTAMENTOS DE UMA REFLEXÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA CIDADE DO NATAL-RN: UM ESTUDO DE CASO.....221

Hilma Estevam de Andrade  
Valéria Regina Carvalho de Oliveira

PROFISSIONAIS DO SEXO: UMA ANÁLISE SOBRE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....235

Lívia Maria Alves da Silva

## TURISMO

GEOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO SERIDÓ-RN .....265

Marina Ângela Gomes da Silva  
Rosa Maria Rodrigues Lopes

## RESENHA

ESCRITORES DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE QUE PERPASSA O SERVIÇO SOCIAL .....285

Jan Pierre S. de Araújo  
Renata Rocha L. M. P. Pinheiro

RESENHA CRÍTICA ACERCA DO ARTIGO “O PREPARO DA EQUIPE CIRÚRGICA: ASPECTO RELEVANTE NO CONTROLE DA CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL” .....291

Rogério de Melo Pereira Júnior  
Vanessa Bessa da Rocha  
José Machado Júnior

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....297

## ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE LONGITUDINAL E COMPLEXA DOS ASPECTOS ESTRATÉGICOS

**Daniel de Araújo Martins<sup>1</sup>; Esmeraldo Macedo dos Santos<sup>2</sup>; Lenin Cavalcanti Brito Guerra<sup>3</sup>; Carlos David Cequeira Feitor<sup>4</sup>; Ana Jarvis de Melo Campos<sup>5</sup>; Pio Marinheiro de Souza Neto<sup>6</sup>; Jaciamara Villar Forbeloni<sup>7</sup>**

**RESUMO:** Segundo Casarotto, Filho e Pires (1999), os arranjos de produção local, objeto da atenção do referido estudo, configuram, pois, uma tentativa de desenhar uma maneira alternativa de superar as restrições e promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico local em outras bases. Todavia, os APLs têm se mostrado um fenômeno bastante complexo e merecedor de estudos que evidenciem as relações e aspectos significantes. Na literatura correntes, encontram-se vários modelos que, na maioria dos casos, estudam os APLs a partir de aspectos isolados, sem considerar uma perspectiva complexa e holística que o fenômeno demanda. São exemplos do caso supracitado, os modelos apresentados por Oliver (1990), por Dougherty (2004) e por Barney (1991). Diante do exposto, o artigo se configura como um ensaio teórico para conciliação e compatibilização teórica entre os modelos apresentados pelos autores supracitados em forma de um framework que permite reflexões que podem se apresentar como inovação significativa para o entendimento do fenômeno em questão. A partir da construção desse arcabouço teórico, um conjunto amplo de hipóteses pode ser construído relativo às formações colaborativas, podendo fornecer orientações para futuros estudos da área. A argumentação desenvolvida identifica elementos e relações fundamentais para composição da rede nomológica de estudos associados aos arranjos produtivos locais.

<sup>1</sup> Engenheiro. Professor do Curso de Administração da FACEX. Mestre em Administração de Empresas (UFPE). Rua Ascenso Ferreira 1902 – Candelária; CEP 59.064-530 – Natal, RN; Tel.: (84)32061247; e-mail: Daniel\_mestrado@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Administrador. Professor do Curso de Administração da FACEX. Mestre em Ciências da Engenharia da Produção (UFRN). Alameda das Mansões, 1105 – Candelária; CEP 59067-010 – Natal, RN; Tel.: (84)88148077; e-mail: esmeraldomacedo@yahoo.com.

<sup>3</sup> Administrador e Professor do Curso de Administração da FACEX. Mestre em Administração (UFRN). Rua João das Estivas, 1797 – Barro Vermelho; CEP 59030-640 – Natal, RN; Tel.: (84) 9104-4226; e-mail: guerra04@gmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Arranjos Produtivos Locais. Agentes Condicionantes. Visão Baseada em Recursos.

**CLUSTERS: CONTRIBUTIONS FOR A LONGITUDINAL AND COMPLEX ANALYSIS OF THE STRATEGIC ASPECTS**

**ABSTRACT:** According to Casarotto, Filho e Pires (1999), the clusters, the main object of this paper, are a manner of overcome the market constrains and promote technologic innovations and local economic development. However, the clusters have been a very complex phenomena that shold be studied in order to identify the significant relations and aspect. At the current literature, many models can be found, but most of them show isolated aspects only with no complex and holistic considerations. For instance, Oliver (1990), Dougherty (2004) and Barney (1991) present models that are able of analyzing some aspects associated with the subject of this paper. Because of this, the authors of this study intent to present a paper that conciliates many of these models in just one framework able to improve the understanding level about the phenomena (clusters). From this framework, a set of hypotheses can be done about clusters in order to collaborate with future studies in this area. The argumentation that are developed in this paper identifies fundamental aspects and elements of cluster's Immediate Nomological net.Net

**KEY-WORDS:** Clusters. Conditioning agent. Resource based view.

## 1 INTRODUÇÃO

Em face da importância da inovação para o processo estratégico, é possível que as empresas desenvolvam novas configurações estruturais mais modernas, dinâmicas, empreendedoras e flexíveis. Isto pode permitir a difusão de diferentes configurações interorganizacionais (GOLLO, 2006). Segundo Ohmae (1994), nestes mercados incertos é melhor não ir sozinho.

Para Brandenburger e Nalebuff (1996), é preciso um novo e revolucionário modo de pensar que combina cooperação e competição, de forma simultânea. Todavia, os elementos de competição e cooperação envolvidos neste processo podem trazer dificuldades para o gerenciamento de tais relações. O bom gerenciamento é quem traz os verdadeiros ganhos, por isso é preciso a participação e envolvimento de todos. Os melhores relacionamentos são aqueles que envolvem confiança e comprometimento, e não aqueles apenas formalizados através de contratos clássicos e controle rígido (OHMAE, 1994). Esse comprometimento das partes é essencial para uma boa gestão. Yoshino e Rangan (1996) afirmam que é necessário o compartilhamento não somente dos benefícios, mas também dos esforços (recursos e capacidades) para otimização dos pontos críticos, pois a competição entre empresas tem sido substituída pela competição entre grupos de empresa.

Uma forma de arranjo cooperativo que tem despontado no meio empresarial são os arranjos produtivos locais, APL. Segundo Casarotto, Filho e Pires (1999), os sistemas de produção local, objeto da atenção dos referidos estudiosos, configuram, pois, uma tentativa de desenhar uma maneira alternativa de superar as restrições e promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico local em outras bases. Assim, redes interorganizacionais são estruturadas com o intuito de promover ganhos a todas as empresas envolvidas.

Baseado nos pressupostos acima relacionados, pode-se afirmar que o diagnóstico da efetividade dos arranjos tem se tornado de fundamental importância para o sucesso das empresas, e uma boa gestão envolve, dentre outros fatores, a capacidade de determinar e quantificar os benefícios extraídos das relações, as contingências ambientais que levam a formação, a reorganização dos recursos e as fontes de vantagem competitiva geradas dentro dos arranjos colaborativos. O que

se tem observado é que muito estudos são feitos para compreender os arranjos produtivos locais, mas que cada um deles trabalha em separado esses importantes elementos. São exemplos os estudos de Oliver (1990) e de Martins e Lopes (2008) que procuram entender os fatores condicionantes e os benefícios associados aos arranjos; Dougherty (2004) e Martins (2007) que estudaram as capacidades dinâmicas e inovadoras; e Barney (1991) e alguns outros autores fundamentados na Visão Baseada em Recurso que buscaram identificar a estrutura de recurso como fonte de vantagem competitiva.

Portanto, mostram-se ainda relevantes estudos que tragam relações mais complexas e resultados mais compatíveis com a realidade vivenciada pelos arranjos produtivos locais e pelas empresas que dele fazem parte. No caso, o presente estudo objetiva estabelecer relações teóricas entre modelos já testados em estudos de arranjos com o intuito de oferecer reflexões que ajudem a complementar o entendimento sobre os modelos e, principalmente, sobre os arranjos produtivos locais de forma integrada e longitudinal. O estudo traz uma apresentação mais completa da rede nomológica que envolve o fenômeno associado aos arranjos produtivos locais. Pasquali (2005), falando cientificamente, para tornar claro o que um fenômeno seja significa estabelecer as leis em que ele ocorre. Para tanto, o artigo se configura como uma tentativa de conciliação teórica entre os modelos propostos por Oliver (1990), por Dougherty (2004) e por Barney (1991). Cada um dos modelos possui elementos fundamentais para a composição do entendimento acerca dos APLs e tem um propósito no desenvolvimento teórico, que será discutido no decorrer do artigo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Arranjos Colaborativos

Alguns autores exprimem com clareza a necessidade da cooperação quando afirmam que nenhuma empresa, independente da intensidade de seu foco local, está imune às mudanças, visto que passam a sentir necessidade de uma visão global. Independentemente de buscarem ou não mercados globais, tentam ampliar suas redes, uma vez que as alianças podem fazer com que pareçam maiores do que são, trazendo vantagens competitivas de alcance global. As possibilidades de parcerias são diversas, variando em complexidade, comprometimen-

to e grau de cooperação entre as empresas. Mesmo assim, é possível identificar elementos comuns em suas diversas configurações possíveis. O quadro a seguir apresenta algumas terminologias para as redes interorganizacionais, suas definições e seus elementos constitutivos.

QUADRO 1 – Conceitos associados aos arranjos colaborativos

Gollo (2006)	Uma rede de organizações que formula estratégias de negócios voltadas à cooperação e competição simultaneamente de forma a capitalizar os relacionamentos e criar valor máximo no mercado.
Pinheiro (2004); Hitt, Ireland, Hoskisson (2002)	Alianças são parcerias nas quais seus recursos, capacidades e competências essenciais são combinadas para perseguirem interesses comuns, caracterizadas por grande troca de informações e comprometimento de longo prazo.
Martinelli e Joyal (2004); Amato Neto (2000)	Parcerias são alianças estáveis, entre dois ou mais participantes cada qual apresentando uma contribuição relativa às características que lhe são próprias.
Casarotto; Pires, (2001)	Os sistemas de produção local, objeto da atenção dos referidos estudiosos, configuram, pois, uma tentativa de desenhar uma maneira alternativa de superar as restrições e promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico local em outras bases.
Spink (2001)	Acredita que tanto as alianças quanto as parcerias visam a busca por objetivos comuns por meio da sinergia, porém as distingue com relação a duração: alianças são temporárias, ao passo que parcerias são relações substantivas e construídas no longo prazo, nas quais há valores compartilhados.
Castells (2000)	É uma resultante da ação conjunta de diferentes indivíduos ou empresas, com a finalidade de somar esforços para determinados objetivos comuns, não se identificando, porém, como maneira de dividir custos e recursos, e sim como complementaridade de esforços e competências, sendo, muitas vezes, uma resposta à evolução tecnológica.
Loiola e Moura (1997)	Descrevem parcerias como sendo a interação entre organizações com o objetivo de viabilizar interesses e projetos comuns por meio das relações de cooperação.
Yoshino e Rangan (1996)	As alianças são entendidas como sendo parcerias de negócios envolvendo a troca de benefícios para todos os envolvidos na colaboração, como forma de criar valor e infra-estrutura, para facilitar a aprendizagem.
Williamson (1979)	O envolvimento de uma empresa em mais de um estágio da cadeia de um determinado processo produtivo.

Embora haja algumas definições distintas para o termo, é possível perceber, na maioria dos casos, uma linha mestra que permeia todos os conceitos, a idéia de uma união para a realização de uma ação conjunta em busca de um objetivo comum (FONSECA; MOORI; AQUINO, 2005). Também, percebe-se uma variação no nível de colaboração existente dentro das parcerias de acordo com as forças isomórficas atuantes nos ambientes da organização.

Assim, a configuração entre as empresas possui desde os acordos de distribuição; as relações mais complexas, como franquias; joint venture; APLs; contratos de transferência de tecnologia; *partenariat*; *piggy-back*; *spin-off* (CANDIDO, 2001); sendo os últimos, os níveis máximos de colaboração e interação entre organizações. Por razões diversas empresas optam por um relacionamento interorganizacional. Em uma outra perspectiva de análise, Granovetter (1992) afirma que a compreensão desse aninhamento estrutural por meio de redes interorganizacionais pode ser analisado como uma função de diversos outros elementos como o número de participantes que interagem uns com os outros, de como serão as futuras interações e do grau de comunicação entre eles. Todavia, esse trabalho não adota essa perspectiva de Granovetter e Burt para análise, mas sim a formação de rede como estrutura de governança.

## 2.2 Modelo lógico de argumentação

Quando o objeto de estudo é APLs, um ponto bastante investigado diz respeito aos fatores condicionantes que levam a formação do arranjo e os benefícios alcançados. Em uma análise mais objetiva e funcionalista, pode-se, então, observar algumas contingências que incentivam a formação de redes. Para analisar os condicionantes e os benefícios alcançados via configuração interorganizacional será utilizada a teoria de Oliver (1990).

As modificações estruturais que acontecem nas empresas que se inserem nos arranjos colaborativos são importantes elementos do estudo. Partindo do pressuposto que os benefícios alcançados se dão por meio da reestruturação interna e reorganização dos seus recursos, é importante também compreender e caracterizar os recursos da empresa. A Visão Baseada em Recurso apresenta um arcabouço teórico que ajuda a compreender os recursos e como a empresa os utiliza na geração da vantagem competitiva. Para retra-

tar a RBV, serão utilizadas as premissas básicas de Barney (1991).

Outro ponto a ser considerado na argumentação teórica é a premissa de que a reorganização dos recursos da empresa gera vantagem competitiva por meio da capacidade de inovação da empresa. Por isso o terceiro modelo aqui trabalhado apresenta as condições e características que uma empresa deve ter para mostrar-se propensa a inovação. O modelo de Dougherty (2004) busca evidenciar se a organização possui características balanceadas que levam a propensão a inovar com sucesso.

Com base no exposto, a FIG. 1 demonstra as relações teóricas desenvolvida na argumentação do artigo. É importante lembrar que, por se tratar de uma demonstração teórica, o artigo não tem a pretensão de testar empiricamente o modelo nesse momento, sendo este um passo posterior, mas já previsto no desenrolar da pesquisa.

Na argumentação, é mostrado que a organização sofre pressão de agentes condicionantes para formar ou se inserir em arranjos colaborativos. Uma vez dentro do arranjo, se espera que os recursos sejam utilizados de maneira diferente do anteriormente utilizado. Essa nova estrutura deve promover a organização com capacidade de inovação para conseguir vantagens competitivas frente ao mercado. As vantagens, por sua vez, trazem benefícios às organizações de forma geral associados ao mercado e ambiente em que estão inseridas.

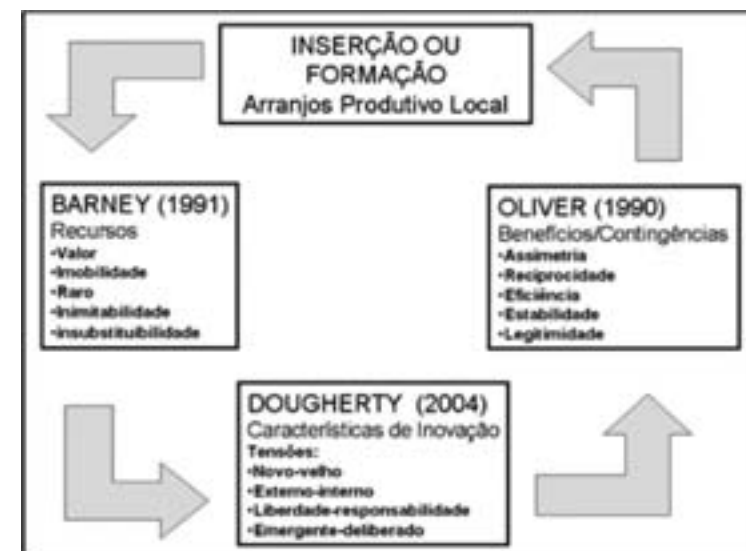


FIGURA 1 – Relação teórica desenvolvida

Para cada um dos pontos argumentados no parágrafo anterior é que se apresenta um modelo para analisá-lo. Neste trabalho, os modelos são apresentados e compatibilizados de forma integrada para fornecer uma análise longitudinal das organizações e dos arranjos colaborativos do qual fazem parte. Em uma perspectiva micro, o modelo apresenta os resultados do fenômeno associado a cada organização especificamente. Na perspectiva macro, faz uma demonstração do APL como um todo, evidenciando razões para sua formação e as consequências nos recursos e na capacidade de inovação das organizações, bem como, os benefícios alcançados de forma geral.

A seguir serão expostas as principais ideias por trás de cada um dos modelos envolvidos no trabalho. A próxima seção oferece o arcabouço teórico para operacionalizar a análise dos benefícios e dos agentes condicionantes para formação do arranjo colaborativo. Esse modelo representa, através do mesmo construto, a análise inicial e final aqui propostas conforme será demonstrada a seguir.

### **2.3 Contingências e benefícios colaborativos**

É natural pensar que para se inserir em um arranjo colaborativo as organizações passam a sofrer a ação de agentes que condicionam sua ação em direção a configuração interorganizacional. Ou seja, existem forças que atuam sobre a empresa e seus indivíduos que são capazes de legitimar o arranjo como uma opção adequada para enfrentar o mercado e obter vantagens competitivas.

O que de fato conduz uma organização à formação de parcerias são as pressões contingenciais presentes no ambiente, também chamada de condicionantes do relacionamento. Oliver (1990) afirma que as razões para a formação do relacionamento referem-se às causas e às contingências que induzem a formação de configurações interorganizacionais, e não às expectativas geradas. São os condicionantes de fato que motivam as organizações a estabelecerem relações. As condições sob as quais os relacionamentos ocorrem referem-se aos fatores ambientais e aos fatores interorganizacionais que aumentam a probabilidade de que estas diferentes contingências causem a ocorrência do relacionamento interorganizacional, promovendo ou dificultando esse relacionamento. O importante é que os condicionantes são

de fato razões reais para formação dos arranjos, diferentemente dos benefícios que são apenas expectativa e auferidos no final do processo. Ou seja, são forças que representam significativo interesse para as organizações e não deixam muitas opções, a não ser assumir uma configuração interorganizacional. Assim, pode-se dizer que os condicionantes são razões a priori enquanto os benefícios são a posteriori, podendo ser considerados como razões de primeira e segunda ordem respectivamente.

Para caracterizar os fatores condicionantes, Oliver (1990) apresentou classes de contingências para enquadrar os diversos elementos levados em consideração na formação de redes colaborativas, quais sejam: assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade e legitimidade. Vale ressaltar que a mesma autora apresenta ainda uma sexta categoria denominada de necessidade legal. Tal categoria é classificada como o único conjunto de razões que levam uma empresa a se unir com outras por questões de obrigatoriedade legal, sendo esta na perspectiva institucional considerada uma força isomórfica coercitiva. Todas as demais categorias supracitadas dizem respeito aos fatores determinantes voluntários. Estas são consideradas nesse estudo como elementos fundamentais para concepção do mecanismo de medição aqui proposto. Portanto, é imprescindível sua compreensão, conduzindo o estudo, portanto, a uma explicação e argumentação mais detalhada sobre cada uma delas.

Primeiramente, os condicionantes enquadrados na categoria assimetria referem-se ao interrelacionamento incitado pelo potencial de exercer poder ou controle sobre outra organização ou sobre seus recursos. Em contraste à proposição de que a escassez de recursos motiva as organizações a cooperarem umas com as outras, uma abordagem de poder para explicar o relacionamento interorganizacional sugere que a escassez de recursos estimula a organização a se esforçar para exercer poder, influência ou controle sobre as organizações que possuem recursos escassos requeridos (OLIVER, 1990). Fazem parte dessa classe de contingências: a necessidade de aumentar o poder coletivo por meio do desenvolvimento do poder de barganha relativo ao mercado, tornar mais igualitária a diferença de poder entre as organizações, tornar menor a dependência que as empresas têm de recursos escassos, garantir

que os benefícios conquistados sejam compartilhados igualmente por todos, maximizar os interesses das empresas frente ao governo, bem como, aumentar a autonomia das empresas frente ao mercado.

Já a reciprocidade é considerada pela literatura como um condicionante que aparece em grande parte da literatura sobre formação de redes interorganizacionais. Essas contingências enfatizam a cooperação, colaboração e coordenação entre as organizações, ao invés da dominação, poder e controle. De acordo com esta perspectiva, o relacionamento ocorre como o propósito de perseguir objetivos e interesses comuns e mutuamente benéficos.

A escassez de recurso pode induzir a cooperação ao invés da competição. O processo de formação de relacionamentos é caracterizado pela harmonia, suporte mútuo e equidade. Por último, parceiros potenciais irão antecipar que os benefícios de formação de um relacionamento excedem as desvantagens, particularmente a perda de liberdade da tomada de decisão e o custo de administrar o relacionamento (OLIVER, 1990). Alguns autores defendem que a formação ocorre com maior probabilidade quando duas organizações reconhecem uma necessidade mútua ou um propósito comum. Fazem parte dessa classe de contingências: um melhor desenvolvimento da cooperação, colaboração e coordenação entre as empresas, o alcance de objetivos e interesses comuns entre organizações, ajuda mútua de forma a melhor explorar novos mercados e a transferência de tecnologia e conhecimento.

As Contingências relacionadas à eficiência são internamente orientadas. A formação de um relacionamento é motivada pelo esforço da organização em aumentar a sua proporção de input por output. Nesta perspectiva, os custos da organização são o alvo da formação das redes. Aqui são tratados tanto os custos operacionais quanto os custos associados às transações. Assim, deve-se prever que a economia dos custos de transação determina se as transações serão realizadas fora ou dentro das organizações, em uma estrutura intermediária ou no mercado. São os casos em que as habilidades distintas de cada empresa são utilizadas de forma complementar para agregar valor ao produto por meio da otimização dos recursos aplicados (KANTER, 1994; AGOSTINI, 2001).

Apesar de fazer parte de outra tradição teórica, Williamson

(1979), acerca dos custos de transação, afirma que a definição microeconômica de integração vertical implica o envolvimento de uma empresa em mais de um estágio da cadeia de um determinado processo produtivo. Essa configuração leva a perda de flexibilidade e capacidade de resposta rápida às mudanças do mercado. As redes interorganizacionais permitem, em parte, alcançar a eficiência da integração vertical e a flexibilidade do mercado (fornecedor externo). São contingências dessa classe todas aquelas que promovam ganhos de eficiência por parte da organização como, redução do custo nas transações da empresa com outras, incluindo custos de contratos, redução do desperdício e do custo unitário, assim como, redução no tempo de resposta e de produção.

A formação das relações interorganizacionais, freqüentemente, tem sido caracterizada como resposta adaptativa à incerteza ambiental. Incerteza ambiental é gerada pela escassez de recursos e pela falta de perfeito conhecimento das flutuações de variáveis macro e micro ambientais. A incerteza incita a organização a estabelecer e administrar relacionamentos com o intuito de atingir estabilidade, previsibilidade e independência. O relacionamento serve como estratégia para prognosticar e prevenir ou absorver a incerteza, com o objetivo de alcançar um padrão de fluxo de recursos e de trocas confiáveis (OLIVER, 1990). Assim, para que as empresas superem as incertezas do mercado, deve-se pensar em reduzir as incertezas causadas pela dependência de recursos dos fornecedores, pela falta de conhecimento acerca das flutuações das variáveis macro-ambientais do mercado, pelo poder de barganha dos clientes, pela possibilidade de entrada de novos concorrentes e produtos substitutos e, conseqüentemente, pela própria rivalidade da concorrência.

Por fim, a legitimidade se apresenta a partir da teoria institucional, que sugere que o ambiente institucional impõe pressões sobre as organizações para justificar as suas atividades e resultados. Estas pressões motivam as organizações a aumentar a sua legitimidade, com o intuito de estar de acordo com as normas, regras, crenças e expectativa preexistentes no ambiente. O estabelecimento de um relacionamento interorganizacional com o propósito de aumentar a legitimidade pode ser motivado pela in-

tenção de a organização demonstrar ou aumentar a sua reputação, imagem, prestígio ou congruência com normas já estabelecidas no ambiente institucional. Esforços para aumentar a legitimidade por meio dos inter-relacionamentos serão especialmente direcionados às organizações que são percebidas como detentoras de um nível de legitimidade maior (OLIVER, 1990).

Assim, baseado na argumentação e nas categorias supracitadas é que é possível identificar não somente as razões (fatores condicionantes) para formação ou inserção no arranjo, mas também descobrir em que nível o arranjo gera benefícios para as empresas que dele fazem parte. Esse é um ponto merecedor de atenção, pois os fatores condicionantes se mostram mais determinantes e fortalecidos quando a priori à formação ou inserção as organizações se deparam e percebem desequilíbrio associado às categorias destacadas. Já os benefícios são medidos a posteriori para verificar se a associação ao arranjo superou as contingências inicialmente existentes. Para tanto, deve-se fazer uma análise comparativa e longitudinal. É por isso que o modelo apresentado por Oliver (1990) representa nessa pesquisa como o ponto inicial e final de análise.

Em um estudo semelhante a proposta aqui apresentada por Martins e Lopes (2007) implementaram e testaram uma ferramenta para o diagnóstico da efetividade dos arranjos quanto aos seus objetivos de criação, bem como em indicar quais os pontos devem ser levados em consideração para que o arranjo e as organizações envolvidas atinjam níveis satisfatórios de efetividade. O ponto mais relevante é que a ferramenta mostrou-se não só ser capaz de demonstrar os fatores condicionantes e os benefícios do arranjo, mas também evidenciar quais os pontos que precisam ser trabalhados para aperfeiçoar a efetividade da rede interorganizacional. Tal possibilidade é viável através da habilidade do instrumento em medir os fatores e variáveis de cada uma de suas dimensões.

#### **2.4 Visão baseada em recursos**

A teoria baseada em recursos (RBV) vê a empresa como uma coleção de recursos produtivos e o seu crescimento depende da utilização desses recursos. A Visão Baseada em Recursos, que se baseia

nas idéias originalmente propostas por Penrose (1959) de que a lucratividade e crescimento da empresa não são provenientes de produtos bem posicionados na indústria, mas da posse e utilização produtiva, pela empresa, de recursos essenciais, únicos e idiossincráticos. No início da década 90, a RBV foi bastante discutida devido a sua aplicabilidade no campo da gestão estratégica. Segundo Wade e Hulland (2006), um dos grandes benefícios da teoria é o diálogo promovido entre várias perspectivas e conjunto de variáveis. A partir de então, as forças e fraqueza da RBV têm sido largamente debatida no campo da gestão estratégica e outras disciplinas afins.

Essa abordagem procura ampliar e refinar o quadro de referência dos tomadores de decisão. Considera que toda empresa possui um conjunto de recursos e é a partir desses recursos que a empresa pode criar vantagens competitivas. Para os defensores dessa abordagem como, a definição das estratégias competitivas deve partir de uma perfeita compreensão das possibilidades estratégicas passíveis de serem operacionalizadas e sustentadas por tais recursos (PRAHALAD; HAMEL, 1990).

Outra premissa básica da Visão Baseada em Recurso é que as firmas diferem de forma fundamental em seus modos de operar porque cada uma delas possuirá um agrupamento singular de recursos: seus ativos, competências e capacitações específicas. A heterogeneidade dos serviços produtivos disponíveis ou potencialmente disponíveis em função dos recursos em posse da empresa que fornece, a cada uma, seu caráter único (PENROSE, 1959). Dosi e Coriat (2002) observam que firmas têm formas diferentes de fazer as coisas. Se elas são heterogêneas até no modo de realizar tarefas similares, o que não dizer das distinções de grande escala que separam as empresas químicas das automobilísticas, das empresas varejistas, dos hospitais.

Contudo, existem particularidades de RBV que devem ser conhecidas. Segundo Melo e Cunha (2001) uma classificação relevante é feita por Schulze (1994). O autor identificou duas escolas de pensamento dentro da RBV, com diferenças quanto aos pressupostos teóricos, sociais e econômicos. A primeira foi chamada por Schulze (1994) de escola estrutural. Os autores dessa escola defendem que a vantagem competitiva sustentável é viável somente se os recursos

utilizados para alcançá-la forem raros, tiverem mobilidade imperfeita entre as empresas e forem não-substituíveis. Tais qualidades são fundamentais, pois possibilitam defesa contra imitação e apropriação por outras empresas, cujos efeitos acabariam com a posição de vantagem. Admite-se um regime de competição perfeita, a busca do equilíbrio e considera-se que a mudança é exógena a indústria, características da Teoria Econômica Neoclássica.

A segunda escola de pensamento da RBV, apontada por Schulze (1994), é a escola processual. A grande diferença da escola estrutural é quanto às considerações sobre o tipo de mercado no qual a competição se desenvolve. Enquanto que na escola estrutural as empresas tentam proteger os seus recursos essenciais da imitação, substituição e transferência para que o estado de equilíbrio permaneça, na escola processual o mercado é visto como um ciclo de equilíbrio e desequilíbrio (SCHULZE, 1994). Nesse caso, as fontes de mudança não são somente exógenas, mas endógenas, visto que o comportamento do sistema econômico é influenciado pela ação de empresas inovadoras. Corroborando os fundamentos da RBV, particularmente os da escola processual, a vantagem competitiva é mantida a medida que as capacidades organizacionais sejam dinâmicas, ou seja, em face das mudanças ambientais consiga manter, criar e desenvolver novas capacidades. Tal premissa assumida anteriormente descreve os principais conceitos subjacentes à mudança estratégica na visão da perspectiva das capacidades organizacionais.

Para o presente estudo e independente da escola de pensamento, é importante compreender recurso conforme definido por Barney (1991) que traduz recursos como sendo todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos da empresa, informação, conhecimento etc., controlados pela empresa, que a possibilita elaborar e implementar estratégias que melhorem sua eficiência e eficácia. O autor classifica os recursos em: a) recursos físicos, tais como equipamentos, fábricas, localização geográfica e acesso a matéria-prima; b) recursos humanos, ou seja, relações sociais e experiências dos funcionários; e c) recursos organizacionais, como estruturas, processos e sistemas de informação.

Uma questão extremamente importante no contexto da RBV é

a compreensão das características e atributos dos recursos que os levam a se transformar em um recurso estratégico. Apesar das organizações possuírem diversos recursos, apenas poucos deles são capazes de gerar vantagem competitiva. Embora muitos autores (AMIT; SCHOEMAKER, 1993; BLACK; BOAL, 1994; COLLIS; MONTGOMERY, 1995; GRANT, 1991; PICCOLI et al., 2002) tenham trabalhado muito bem a discussão em torno dos atributos e características que um recurso deve ter para ser gerador de vantagem competitiva, Barney (1991) apresenta uma argumentação bastante difundida de que os recursos devem ser raros, valiosos, inimitável, imóvel e não substituível. O recurso precisa ter valor para a empresa; deve ser raro dentro do ambiente de competição da empresa; não pode ser imitável de maneira perfeita; não pode ser substituído por empresas competidoras; nem ser facilmente transferível.

As características que os recursos devem apresentar são de fundamental importância para compreender o funcionamento do APL. Para superar as contingências ambientais que levam a empresa assumir uma configuração interorganizacional, o arranjo deve ser capaz de oferecer, para empresa, acesso à recursos e maneiras de aplicar os mesmos que a diferencie do resto do mercado. Ou seja, para gerar vantagem competitiva a empresa conseguir por meio do arranjo se reestruturar de forma a operar de forma singular seu agrupamento de recursos.

Nessa perspectiva de análise, deve-se buscar compreender o quanto a organização teve acesso ou tornou seus recursos valiosos, raros, inimitáveis, insubstituível e imóvel. Desta forma, o trabalho, a partir dos pressupostos teóricos da RBV, busca identificar as características e as transformações sofridas pela estrutura e recursos das organizações envolvidas nas redes interorganizacionais, de forma a conduzir e alterar a capacidade de inovação das organizações e, até mesmo, do próprio APL.

## **2.5 Inovação e características organizacionais e interorganizacionais**

Para Galbraith e Lawler III (1995), a inovação é definida como um processo que gera algo novo. É um método criativo de obter novas

aplicações para o conhecimento e recursos existentes ou ainda de combinar fragmentos de conhecimentos existentes para criação de uma nova habilidade ou de novas soluções (ZILBER et al., 2005). Nesse mesmo sentido, Afuah (1998) aborda a inovação como o uso de novos conhecimentos para oferecer um novo produto que o mercado demanda. Alguns autores definem a inovação de forma mais ampla, como incluindo melhores maneiras de fazer as coisas (MONTGOMERY; PORTER, 1998) ou como uma mudança que cria nova dimensão de desempenho (DRUCKER, 2000). Enfim, inovar é romper com modelos pré-estabelecidos. Portanto, pode-se concluir que o processo de inovação é, em sua raiz, caracterizada pela incerteza e decorrente não apenas de fatores tecnológicos, mas também porque o comportamento do ambiente de seleção não pode ser completamente deduzido (DOSI, 1998).

Todavia, o ciclo contínuo de inovações tem exigido das organizações características estruturais adequadas e, em muitos casos, inovadoras. Segundo Pettigrew e Fenton (2000), as organizações podem assumir diversas formas estruturais, sendo essas influenciadas e influenciadoras de vários aspectos da empresa. A estratégia adotada é um desses fatores. Assim, a ordem e o grau desta interação são complexos e polêmicos, existindo correntes defensoras dos diferentes pontos de vistas. O que, de fato, é possível afirmar é que tais características estruturais estão associadas à capacidade de inovar da organização. Nessa linha de pensamento, a estruturação interorganizacional por meio de arranjos produtivos pode levar ao ganho de competitividade demandado pelo ambiente. Assim, ao assumir tal configuração estrutural, as empresas associadas passam a utilizar os seus ou outros recursos de maneira a incrementar sua capacidade de inovação. Essa capacidade que deve ser dinâmica é o que garante melhores chances de conquistar benefícios para a organização. Benefícios esses que devem contrabalancear as contingências que levaram a formação do arranjo.

Dependendo das características ambientais (externas e internas), uma organização pode apresentar um maior grau de inovação. Whitley (2000) demonstra que organizações que adotam estratégias inovadoras apresentam características comuns, tanto na estrutura

quanto no ambiente em que estão inseridas. Desta forma, medir a capacidade de inovação das organizações torna-se relevante no contexto mercadológico e acadêmico. Pensando nisso, Martins (2007) estruturou, à luz da teoria apresentada por Dougherty (2004), um modelo para medir a capacidade de inovação das organizações. O modelo possui quatro dimensões compatíveis com a idéia apresentada por Dougherty (2004).

A primeira dimensão é travada entre as necessidades de mercado e os recursos necessários para suprir tais necessidades. De forma geral, este é um conflito entre as contingências externas e os recursos internos. O maior problema encontrado é a capacidade de a empresa em conseguir manter eficiência operacional enquanto realiza mudanças constantes (DOUGHERTY, 2004). Outro ponto é saber se a organização tem capacidade e recursos suficientes para colocar em prática o que é demandado pelo ambiente externo. A respeito disso, Narayanan e Fahey (1999) argumentam que as oportunidades podem se tornar ameaças caso a organização não tenha competência para explorá-las. Em suma, vincular as necessidades do ambiente às capacidades técnicas da organização é indispensável (DOUGHERTY, 2004), particularmente, em ambientes com alto grau de incerteza. O que também tem sido dito é que para encontrar tal equilíbrio e, conseqüentemente, a inovação, é necessário um empenho que perpassa toda organização e requer um esforço transdisciplinar. Segundo Prahalad e Hamel (1990), cabe aos gerentes monitorar as variáveis estruturais acima descritas, desenvolvendo habilidades capazes de gerar competências distintas que permitam que a organização expanda o seu potencial inovador para o aproveitamento das melhores oportunidades de inovação do mercado. Acerca do assunto, algumas estratégias podem ser utilizadas para trazer equilíbrio entre as demandas do mercado e a eficiência operacional.

Primeiramente, o processo de inovação deve ser planejado. A inovação deve estar prevista e fazer parte de um processo sistêmico e institucionalizado (ZILBER et al., 2005). Captação de informações relevantes sobre o mercado através de pesquisas formais é uma prática bastante utilizada. Flexibilidade na estrutura organizacional para responder as novas demandas do mercado também traz o equi-

líbrio desejado. Disponibilidade financeira, funcionários dedicados exclusivamente ao processo de inovação e equipes multidisciplinares são essenciais para o desenvolvimento da inovação. Com relação aos recursos financeiros, estes devem ser não restritivos. Mintzberg e Quinn (2001) afirmam que todo projeto deve ter o apoio da alta direção, pois é ela que financia as ações organizacionais.

A segunda dimensão diz respeito à discussão arrolada sobre o velho e o novo. Esta é uma tensão facilmente perturbada e inclinada para o velho. Argumento semelhante foi apresentado por Levitt (1960) ao expor o pensamento de que em um certo momento as empresas ficam ancoradas e não conseguem vislumbrar algo novo. A razão mais forte para essa tensão é a dificuldade em administrar a complexidade e a incerteza, acompanhada de um pensamento segmentado e compartimentalizado do trabalho e do poder baseado no trabalho em curso (DOUGHERTY, 2004). Mais uma vez, é necessário administrar essa tensão e ponderar o velho e o novo a fim de resolver problemas criativamente em toda a organização e alcançar um efetivo desenvolvimento de um produto ou serviço novo.

Para garantir o equilíbrio dessa tensão, algumas ações podem ser consideradas. Um processo contínuo e institucionalizado de inovação elimina em parte a possibilidade de estagnação da empresa, pois obriga a organização a estar cumprindo as etapas que levam a inovação. A prática do benchmarking é outra estratégia útil. Manter-se em contato com as práticas de empresas concorrentes estimula o processo de inovação. As empresas que fazem o papel de seguidoras de mercado buscam monitorar novos produtos de seus concorrentes, copiando com muito menos risco e investimentos (KOTLER, 1997). A utilização de ferramentas para o gerenciamento do portfólio de produtos da empresa como, por exemplo, a matriz BCG, é de grande valia. Visto isso, deve-se fazer uma ressalva que o processo de inovação nem sempre pressupõe mudanças transformacionais no sentido de que, às vezes, realizar melhorias no produto existentes é menos arriscado do que introduzir algo totalmente novo (HAMEL, 2000).

A terceira dimensão diz respeito à necessidade de avaliação e monitoramento. É importante ressaltar, que a avaliação e o monitoramento estão envoltas naturalmente em uma discussão paradoxal. Por

um lado, se fazem necessários como um mecanismo de verificação e acompanhamento dos resultados, comparando-os com os objetivos traçados. Por outro lado, são considerados como uma atividade onerosa por natureza, não tida propriamente como uma atividade fim (RECKTENVALD, 2003). No caso, o que está em questão é a contínua batalha entre a emergência e a deliberação. Apesar disso, essa tensão regula, em parte, o problema encontrado na discussão arrolado sobre o novo e o velho anteriormente discutido. Não através de soluções criativas prontas, mas pela percepção de que o velho já não é mais suficiente. Mintzberg et al. (2001) afirmam que, mesmo após a deliberação de um plano de ação, nada impede que outras estratégias possam emergir durante a fase de implementação. E que pode custar caro o negligenciamento de tais emergências.

Por fim, a dimensão da liberdade e responsabilidade que é um dos trade-off mais desafiadores, tanto na teoria quanto na prática (DOUGHERTY, 2004). Para inovar é desejável que as pessoas sintam-se livres para gerar idéias, criar possíveis soluções para problemas e realizar experiências como várias estratégias de ação. Mas também é preciso que as mesmas pessoas sintam-se responsáveis para trabalhar em prol de metas comuns, utilizem recursos organizacionais de maneira eficiente e alcancem orçamentos e realizações importantes. Essa tensão pode ser traduzida através do conceito de comprometimento, o seja o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade.

Acerca disso, o tipo de relacionamento, liderança e comprometimento dos colaboradores é de fundamental importância. Assim, pode-se dizer que o clima organizacional é primordial na busca do equilíbrio da tensão supracitada. A estabilidade do emprego pode acarretar certa acomodação, falta de comprometimento e, conseqüentemente, afetar o processo de inovação (JOHNSON et al., 1996). Por outro lado, pode levar o funcionário a se sentir mais livre e confiante para inovar na realização de suas atribuições. Com o objetivo de manter o clima propício ao desenvolvimento de inovações, devem-se destacar os desempenhos positivos dos projetos encerrados, sejam eles vencedores ou perdedores (ZILBER et al., 2005).

Assim, o uso de tais tensões pode ser de grande utilidade para a compreensão do funcionamento do arranjo interorganizacional. O

arranjo colaborativo se mostra eficaz quando apresenta meios para equilibrar as tensões aqui apresentadas. É evidente que a tensão não é equilibrada em nível de arranjo, mas no nível organizacional, pois as tensões, no caso dos APLs, são buscadas internamente. O arranjo deve oferecer subsídios para que a empresa alcance o equilíbrio das tensões e adquira características que amplifiquem sua capacidade de inovação a partir da utilização efetiva dos seus recursos. Como benefício, a organização deve se capaz de se posicionar no mercado de forma que as vantagens competitivas sejam fortalecidas por meio da superação das contingências estabelecidas anteriormente à formação do arranjo competitivo.

Para aferir os benefícios alcançados, deve-se mais uma vez recorrer ao modelo proposto por Oliver (1990) para identificar a intensidade das forças que levaram à formação do arranjo colaborativo. O benefício alcançado com a formação do APL é, portanto, proporcional à redução das pressões que levaram a formação interorganizacional.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há necessidade de conhecimento profundo para perceber que as empresas devem buscar novas configurações estruturais para conseguir permanecer no mercado e ampliar suas fontes de vantagens competitivas. Dentre essas novas configurações estruturais, encontram-se os arranjos produtivos locais. Todavia, os arranjos podem ser apresentados em diferentes tipos e grau de colaboração, envolvimento e cooperação e, com isso, variar-se-á também os condicionantes, os benefícios associados, e a reestruturação internas e capacidade das organizações de acordo com cada formação interorganizacional. Portanto, diagnosticar as particularidades e detalhes dos arranjos é fundamental para o progresso das organizações e do arranjo em si.

A argumentação desenvolvida nesse artigo identifica elementos e relações fundamentais para composição da rede nomológica de estudos associados à temática central “APL”. O estudo auxilia a composição de arcabouço teoria que minimiza a possibilidade de incorrer em erros de modelagem. É preciso reconhecer quais elementos devem ser incluídos ou excluídos dos construtos de análise do fenômeno em questão. O erro da exclusão é deixar de fora componentes da rede

nomológica, tornando-a incompleta. Já o erro da inclusão é cometido em contraponto ao anterior, ou seja, incluir no modelo de análise o que não pertence à rede.

Assim, é possível pensar, a partir da lógica desenvolvida, em um conjunto de elementos que definitivamente deve fazer parte dos estudos sobre arranjos. No caso, buscou-se, em uma perspectiva longitudinal, inserir elementos que são considerados importantes desde a composição do APL até aqueles que dizem respeito aos resultados e benefícios alcançados. Foram consideradas ainda a organização dos recursos e as capacidades desenvolvidas via formação do arranjo produtivo local. Também, é possível abstrair a lógica desenvolvida para compreender outros fenômenos organizacionais, principalmente, aqueles relacionados ao processo de estruturação. Permite estudar outros tipos de formações colaborativas, estruturas de organizações em particular, ou até mesmo o processo de estruturação tecnológica levado a cabo pelas organizações.

A partir da construção desse arcabouço teórico, um conjunto amplo de hipóteses pode ser construído relativo às formações colaborativas. A configuração assumida pelos modelos nesse estudo é merecedora de aplicações práticas para efetivar as relações desenvolvidas teoricamente. A respeito, vale salientar que este artigo é fruto de um projeto de pesquisa maior que irá evidenciar as relações aqui estabelecidas por meio de testes quantitativos em APLs estabelecidos no RN. Ainda assim, são necessários outros esforços científicos, pois a consolidação do conhecimento é conseguida com a soma de esforços, inclusive, aqueles de diferentes naturezas (quantitativa e qualitativa).

### REFERÊNCIAS

AFUAH, A. *Innovation Management: Strategies, Implementation, and Profits*. New York: Oxford University Press, 1998.

AGOSTINI, J. P. *Crerios de avaliaão para projetos empreendedores sociais*. Dissertaão (Mestrado em Engenharia de Produão) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

AMATO NETO, J. *Redes de cooperaão produtivas e clusters re-*

gionais. São Paulo: Atlas, 2000.

AMIT, R.; SCHOEMAKER, P. J. H. Strategic Assets and Organizational Rent. **Strategic Management Journal**, v. 14, p. 33-46, 1993.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, 17, 1991.

BLACK, J. A.; BOAL, K. B., Strategic Resources: Traits, Configurations and Paths to Sustainable Competitive Advantage, **Strategic Management Journal**, v. 15, 1994.

BRANDENBURGER, A; NALEBUFF, B. **Co-opetição**. São Paulo: Rocco, 1996.

CANDIDO, G. A. Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes interempresariais do tipo agrupamento industrial entre pequenas e médias empresas: **um estudo comparativos de experiências brasileiras**. Tese (Doutorado). Faculdade de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASAROTTO, N. F.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COLLIS, D. J.; MONTGOMERY, C. A. Competing on Resources: Strategy in the 1990s. **Harvard Business Review**, v. 73, n. 4, p. 118-128, 1995.

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, G. et al. **Technical change and economic theory**. London: Pinter Publishers, 1988.

DOSI, G.; CORIAT, B. Problem-solving and coordination-governance: advances in competence-based perspective on the theory of the firm. **Revista Brasileira de Inovação**, Finep: RJ, n. 1, p. 49-84, 2002.

DOUGHERTY, D. Organizando para a Inovação. In: \_\_\_\_\_. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004.

DRUCKER, P. F. A nova sociedade das Organizações In: \_\_\_\_\_.

Aprendizagem Organizacional: **Gestão de pessoas para Inovação Contínua**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FENTON, E.; PETTIGREW, A. **Theoretical Perspectives on New Forms of Organization**. Londres: SAGE, 2000.

FONSECA, G. M.; MOORI, R. G.; AQUINO, M. A. Cooperação Intersetorial (Empresas Privadas e Organizações do Terceiro Setor): uma Visão Baseada em Valor. In: XXIX EnANPAD 2005 - Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, 2005, Brasília, DF.. **Anais....** Rio de Janeiro, RJ, ANPAD, 2005.

GALBRAITH, J. R.; LAWLER III, A. **Organizando para competir no futuro: estratégia para gerenciar o futuro das organizações**. São Paulo: Makron, 1995.

GOLLO, S. S. Framework para Análise das Inovações e das Estratégias de Cooperação Competitiva. In: ENANPAD 2006, 30, Salvador, 2006, Salvador-BA **Anais...** Rio de Janeiro, Anpad, 2006. v. 1.

GRANOVETTER, M. **Economic Action & Social Structure: The Problem of Embeddedness in The Sociology of Economic Life** eds Granovetter. M. & Swedberg, R., Westview Press, 1992.

GRANT, R. M. The Resource-Based Theory of Competitive Advantage: Implications for Strategy Formulation. **California Management Review**, v. 33, n. 1, p. 114-135, 1991.

HAMEL, Gary. **Liderando a revolução**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

JOHNSON, B. et al. **Serviços Públicos no Brasil: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Edgard Blucher, 1996.

KANTER, R. M. Collaborative Advantage: the art of alliances. **Harvard Business Review**, v. 72, n. 4, p. 96-108, 1994.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia. (Org.). **Gestão con-**

**temporânea:** cidades estratégicas e organizações locais. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARTINS, D. de A. INOVMED: Uma Escala para Medição da Capacidade e Propensão para Inovar com Sucesso. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. 31, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ: ENANPAD, 2007.

MARTINS, D. A.; LOPES, F. D. Contingências para Relações Inter-organizacionais: de Oliver (1990) à uma Ferramenta Prática de Medição dos Benefícios Associados aos Arranjos Colaborativos. In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2008, Rio de Janeiro. **Anais do XXVIII ENEGEP**, 2008.

MELO, A.; CUNHA, G. A Influência da Estrutura de Propriedade no Retorno de Mercado das Empresas. In: Encontro Brasileiro de Finanças, 1., São Paulo, 2001. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Finanças, 2001.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MONTGOMERY, C. A.; PORTER, M. E. **Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

NARAYANAN, V.; FAHEY, L. **Análise Macroambiental: Compreendendo o ambiente fora do setor**. São Paulo: Campus, 1999.

OHMAE, K. **The Global Logic of Strategic Alliances: Global Strategies Insights from the World's Leading Thinkers**. A Harvard Business Review Book, 1994.

OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.

PASQUALI, L. **Delineamento de pesquisa em ciência: a lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Mimeo, 2005.

PENROSE, E. T. **The Theory of the Growth of the Firm**. New York: John Wiley, 1959.

PICCOLI, G., FEENY, D., and Ives, B. Creating and Sustaining IT-Ena-

bled Competitive Advantage. In: LUFTMAN, J. (Ed.) **Competing in the Information Age**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**, v. 68, n. 3, p. 79-91, 1990.

RECKTENVALD, M. **Análise comparativa entre a avaliação institucional e a teoria geral da administração**. Disponível em: <unifebe.edu.br/aval/grad\_avaliacao\_artigos.php>. Acesso em: 03/03/2005.

SCHULZE, W. S. The two schools of Thought in Resource-based Theory. Sustainable Competitive Advantage. **Strategic Management Journal**, v. 10 A, p. 131-148, 1994.

SHRIVASTAVA, P. **Advances in Strategic Management**. A research annual. v. 10A. Amsterdam: Jai Press, 1994.

SPINK, P. **Parcerias e alianças com organizações não estatais**. São Paulo, Polis, 2001.

WADE, M.; HULLAND, J. The Resource-Based View and information Systems Research: Review, Extension, and Suggestions for Future Research, **MIS Quarterly**, v. 28, n. 1, 2004.

WHITLEY, R. **The institutional Structuring of innovation strategies: business systems, firm types and patterns of technical change in different market economies**. Organization Studies, 2000.

WILLIAMSON, O. L. Transaction Costs Economics: The Governance of Contractual relations. **Journal of Law and Economics**, v. 22, n. 1, 1979.

YOSHINO, M. Y.; RANGAN, U. **Alianças Estratégicas**. São Paulo: Makron Books, 1996.

ZILBER, M. A. et al. A Inovação e Seus Fatores Organizacionais Determinantes. In: EnANPAD, 2005. **Anais...** Brasília, EnANPAD, 2005.

# **O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE MACAU À LUZ DO SEU PROJETO DE ATERRO SANITÁRIO**

**Elisabete Ferreira da Silveira<sup>1</sup>; Iara Cristianny de Brito Barbosa  
Albuquerque Pereira<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a avaliar a atual disposição final dos resíduos sólidos urbanos no Aterro Sanitário do município de Macau/RN em comparação com o projeto que o pré-definiu, tendo em vista a necessidade de se averiguar os ganhos e/ou perdas da salubridade local, a saber: meio ambiente e população, após a implantação do aterro. Para a pesquisa, utilizou-se preponderantemente de método empírico-indutivo, pesquisa documental e bibliográfica e diálogos com a população local. Os resultados obtidos sinalizaram para relevantes situações de não-conformidade do aterro em relação a seu projeto e impactos sócio-ambientais decorrentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Macau. Resíduos Sólidos. Aterro Sanitário. Meio Ambiente.

## **THE FINAL DESTINY OF MACAU'S SOLID URBANS RESIDUES AND ITS SANITARY EMBANKMENT PROJECT**

**ABSTRACT:** This paper aims at evaluating the final current disposition of the urban residues in the Sanitary Embankment of the city of Macau (located at the cost of the Brazilian State called Rio Grande do Norte) in comparison to the project that previously had predefined it, considering the need to discover the pros and cons of the local salubrity, that is, environment and population, after the implementation of the embankment. In order to achieve this result, an empiric-inductive method was used in the research process, as well as a documental and bibliographical research, besides the use of notes from informal interviews with members of the local

---

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia, pela UFRN; Especialista em Meio Ambiente e Gestão dos Recursos Naturais, pela Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN – FACEX; professora efetiva das redes estadual e municipal de Natal/RN. E-mail: bt.geo@bol.com.br.

<sup>2</sup> Graduada em Engenharia Civil, pela UFRN; Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho, pela UFRN; Mestra Engenharia Sanitária, pela UFRN; docente do programa de pós-graduação do curso de especialização em Meio Ambiente e Gestão dos Recursos Naturais da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN – FACEX. E-mail: iaracristianny@yahoo.com.br

population. The results pointed to an important situation of non-conformity related to the embankment, its project and its impact in that society and environment.

**KEY-WORDS:** Macau. Solid Residues. Sanitary Embankment. Environment.

## 1 INTRODUÇÃO

A situação dos resíduos sólidos no Brasil, conforme Tenório e Espinosa (2004, p. 162) é extremamente preocupante, tendo em vista que “possui notáveis deficiências do ponto de vista do saneamento básico”. Estes afirmam que apesar da maioria dos resíduos no Brasil serem dispostos em aterros, o número de vazadouros a céu aberto, comumente chamados de lixões, é bastante significativo: “mais que o dobro do número de aterros”.

Conforme o Diagnóstico dos Resíduos Sólidos no Estado do RN, elaborado através do Pacto pelo Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - Pacto/RN<sup>3</sup> (2002), a situação do lixo no RN é caótica. O mesmo cita que apenas cerca de 1% dos profissionais que trabalham nessa área, em 70% do estado, possuem nível superior; há baixo índice de equipamento de segurança e confere como maiores problemas do RN a qualificação profissional e a destinação dos resíduos.

Em Macau, revelou-se a necessidade de conhecer e avaliar a disposição final dos resíduos sólidos urbanos nos dias atuais, tendo por base o Projeto do Aterro Sanitário do município<sup>4</sup>, apresentado pela sua prefeitura em março de 2003, e que culminou na transposição dos resíduos sólidos (na época, de todo os tipos) depositados no bairro do Valadão, distando apenas cerca de 1,5 Km do centro da cidade para outro espaço, localizado fora da sede do município, onde funciona até hoje.

Entendendo que gestão dos resíduos sólidos urbanos é

(...) Um conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que uma administração municipal desenvolve, com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor o lixo de seu município. (TENÓRIO; ESPINOSA, 2004, p. 172–173)

<sup>3</sup> Associação civil, de Direito Privado, de interesse público, sem fins lucrativos, que tem como finalidade principal ser um vetor de promoção de desenvolvimento do RN.

<sup>4</sup> Projeto licenciado e identificado no processo de nº 263373/01 – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN – IDEMA, no entanto, sem assinatura dos responsáveis técnicos pela sua elaboração

Sendo esta uma questão pertinente ao saneamento ambiental, de grande relevância para salubridade do meio ambiente e de sua população, é importante considerar os possíveis impactos ambientais gerados pela forma como se dá essa gestão.

Nesse sentido, a necessidade preventiva de se balizar as intenções e orientar as ações sobre o meio ambiente, instiga a investigar a coleta dos resíduos sólidos urbanos de Macau, expor o tratamento dado a esses resíduos, localizar e caracterizar seu destino final. Para tanto, será utilizado como metodologia pesquisa bibliográfica sobre a literatura pertinente e documental junto a órgãos responsáveis, conversas informais com pessoas diretamente ligadas ao aterro sanitário de Macau e pessoas da comunidade e, sobretudo, visita de campo.

## 2 PROBLEMATIZAÇÃO

(...) E Macau ia nascendo na morte vagarosa da ilha que se desmanchava nas espumas do preamar. (CASCUDO apud MOURA, p. 120, 2005).



FIGURA 1 - Localização de Macau (RN)  
Fonte: BRASIL, 2008

Macau se localiza a 05°06'56'' de latitude sul e 36°38'68'' de longitude oeste, encontrando-se na mesorregião Central Potiguar, na microrregião de mesmo nome, no litoral norte do Rio Grande do Norte (FIG. 1).

Distante 180 km da capital do estado, com uma população de 27.132 habitantes (IBGE - 2007), a história do surgimento de Macau se confunde com a do desaparecimento lento, mas progressivo, da Ilha de Manoel Gonçalves, a qual se especula que submergiu completamente no ano de 1857. Segundo Moura (2005, p. 117), esta ilha "(...) se localizava em frente à praia de Camapum, com duas barras: a do rio Açú (Barra da Gaivota), a oeste, e a do rio Conceição (Barra da Ilha), a leste"; complementado por Câmara Cascudo afirmando que a mesma distava cerca de 12 ou 15 milhas a nordeste de Macau. (CASCUDO, apud MOURA, 2005).

A extensão territorial do município, segundo IBGE, é de 788 km<sup>2</sup>, situando-se aproximadamente a 4 metros acima do nível do mar. Possui um relevo predominantemente plano, planícies e tabuleiros costeiros, solos bastante salinos e arenosos e geologia composta pelo grupo dunas barreiras.

Economicamente, Macau está assentada no binômio sal-petróleo, possuindo outras atividades como a pesca, carcinicultura e um turismo sazonal. É, entretanto, no campo ambiental do município de Macau que esta pesquisa se deterá.

Em um tempo em que o aumento da produção de lixo e a dificuldade de dar um destino adequado ao mesmo constituem um grande problema de ordem urbano-sanitária, emerge em todo e qualquer município - seja ele de grande, médio ou pequeno porte, independente das suas possibilidades ou disponibilidades físico/financeiras de resolver a questão ou mitigá-la de imediato - a necessidade de adequar-se às exigências da salubridade e à promoção do saneamento ambiental. Nesse sentido, Macau se expressou através de um projeto de aterro sanitário elaborado em 2003.

Já em 2004, com base no projeto, Macau implantou em seu município um aterro sanitário, cuja observância às garantias de salubridade ambiental estabelecidas pelas normas e resoluções nacionais, estaduais e municipais, constituía seu substrato.

Entretanto, passados quatro anos de funcionamento desse empreendimento, algumas nuances ganharam relevância crítica. Desta feita, o problema da presente pesquisa é assim apresentado:

Estaria o aterro sanitário do município de Macau funcionando, na atualidade, em consonância com as determinações do projeto que o pré-definiu?

Para reforçar o entendimento do problema ora exposto, alguns questionamentos auxiliares se interpõem, quais sejam:

- Que impactos sócio-ambientais a disposição final dos resíduos sólidos urbanos de Macau, na atualidade, podem provocar ao meio ambiente local?
- O aterro sanitário de Macau está operando dentro da capacidade projetada?
- Qual tratamento, efetivo, está sendo empregado ao percolato produzido e ao biogás gerado pela massa compactada?

Respostas a esses questionamentos tornam-se importantes na medida em que interferem diretamente na salubridade do meio ambiente local e na qualidade de vida de sua população.

### 3 OBJETIVOS

O objetivo principal deste estudo é caracterizar a atual disposição final dos resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário do município de Macau/RN em comparação com o projeto que o pré-definiu. Especificamente, buscou-se atingir os seguintes propósitos:

- Apresentar os estágios iniciais do tratamento dos resíduos sólidos urbanos de Macau, a saber: coleta e transporte;
- Caracterizar a disposição final dos resíduos sólidos urbanos de Macau na atualidade;
- Evidenciar o papel do tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos no planejamento urbano da cidade.

### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Embora o IBGE assinale o município de Macau na classificação de cidade de médio porte, o qual insere nessa categoria todas as

cidades acima de 20.000 habitantes, este trabalho pautou-se na Resolução CONAMA<sup>3</sup> N° 308, de 21 de março de 2002, a qual insere na categoria de pequeno porte todos os municípios ou associações de municípios que apresentarem população urbana até trinta mil habitantes e geração diária de resíduos sólidos urbanos, pela população urbana, de até trinta toneladas, uma vez que o seu texto leva em consideração as dificuldades dos municípios de pequeno porte para implantação e operação de sistemas de disposição final de resíduos sólidos, na forma em que são exigidos no processo de licenciamento ambiental.

Na consecução deste trabalho ainda foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre literatura pertinente e documental junto a órgãos competentes, como a Coordenadoria do Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável do município de Macau; bem como o IDEMA; além de diálogos com catadores e pessoas que atuam direta ou indiretamente no aterro sanitário em tela, como funcionários da empresa que presta serviço de limpeza urbana ao município; visita in loco com produção de fotografias do local e induções empíricas.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

### 5.1 Resíduos sólidos urbanos e sua inter-relação com o planejamento urbano das cidades

De uma forma geral, resíduos são “materiais decorrentes de atividades antrópicas, gerados como sobras de processos, ou que não possam ser utilizados com a finalidade para qual foram originalmente produzidos.” (ABNT apud VALLE, 2004, p. 49).

Conforme Valle (2004), geralmente os resíduos sólidos são agrupados, segundo sua origem, em domiciliar, advindos das residências; comercial, gerados em estabelecimentos comerciais e em sua maioria inertes; industrial, como restos de matérias primas, lodos e outros; hospitalar, os quais abrangem resíduos patogênicos e infectantes; agrícola, resultantes de atividades agropecuárias; público (ou de serviços), que incluem os resíduos de varrição, poda de árvores etc.; de entulho, proveniente de obras de construção civil, em grande

<sup>3</sup> Conselho Nacional de Meio Ambiente

parcela recicláveis; e de terminais, constantes em terminais rodoviários, portuários e similares, estes requerem tratamento próprio pelo risco de disseminação de moléstias e epidemias.

Tenório e Espinosa (2004) afirmam que são incluídos na categoria de resíduos sólidos urbanos, preponderantemente, os resíduos domiciliares, comerciais, e os de serviços. Estes resíduos são de responsabilidade dos governos municipais, porém, no caso dos resíduos urbanos comerciais, as prefeituras são responsáveis pela coleta e disposição de pequenas quantidades, geralmente na ordem de 50 kg/dia, o restante deve ficar a cargo do estabelecimento produtor do resíduo.

Para Abreu (2006),

O crescimento desordenado das cidades vem provocando uma série de problemas sócio-econômicos e ambientais, dentre estes problemas podemos destacar os relacionados à disposição inadequada dos resíduos sólidos que, devido a falta de alternativas tecnológicas destinadas ao tratamento e a disposição final, estão causando impactos ambientais de diferentes magnitudes.

A partir da afirmação acima, podemos inferir que o tratamento e destino final dos resíduos sólidos, devem ser compreendidos como itens de ordem no planejamento urbano de uma cidade. Sendo que, nos dias atuais, Mota (2003) expressa a concepção de que planejamento urbano vai além da ordenação e equipamento do espaço geográfico. Inclui, por exemplo, o desenvolvimento sustentável. O que implica a preocupação com a saúde ambiental e, por conseguinte, o bem-estar da população.

Dessa feita, o saneamento ambiental deve ser um dos apoios sobre os quais se assenta o planejamento territorial de uma cidade. Caso contrário, tal planejamento irá de encontro ao que reza o conceito de desenvolvimento sustentável, cuja concepção aponta para: “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (COMISSÃO..., 1991).

A Agenda 21 Local<sup>4</sup> (1992) reforça que:

Uma comunidade sustentável vive em harmonia com seu meio ambiente e não causa danos a meios ambientes distantes ou a outras comunidades agora ou no futuro. A qualidade de vida e os interesses das futuras gerações são mais valorizados do que o crescimento econômico ou o consumo imediato.

Observando valoração sob a meta da sustentabilidade, Norgaard (2002, p. 84), afirma que “(...) as técnicas atuais de valoração ambiental que se tenta pôr em prática sem levar em conta o discurso moral e a política são provavelmente enviesadas contra a sustentabilidade”. Para este autor, a sustentabilidade econômica, ambiental e social perpassa pela adoção de hábitos quanto ao consumo, à educação dos jovens e o gasto material intensivo.

O raciocínio de Norgaard, portanto, nos remete a evidenciar a importância da educação ambiental em todo o contexto aqui discutido, evocando um dos seus princípios para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, citado por Berna (2001, p. 89). “A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.” Transformação essa que pode ser vital no planejamento urbano de uma cidade, manutenção e eficiência do meio ambiente local e equilíbrio do global.

## 5.2 Disposição dos resíduos sólidos

A disposição diretamente em solo sem preparação anterior, desprovido de impermeabilização, de sistemas de drenagem e percolado de efluentes, a céu aberto, é a forma mais antiga e comum de descarte do lixo, aqui denominado de resíduos sólidos. São esses os vazadouros ou lixões, definidos pela literatura. Porém, essa forma é também a mais poluente e agressiva ao meio ambiente e por isso mesmo criticada.

<sup>4</sup>“A Agenda 21 Local é um processo de desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento sustentável e de construção de parcerias entre autoridades locais e outros setores para implementá-las”. Ver em: <<http://www.agenda21local.com.br/con5.htm>>

Valle (2004), afirma que algumas alternativas para disposição controlada foram recentemente propostas e desenvolvidas, entre elas a injeção de resíduos em poços profundos, a disposição em minas subterâneas desativadas e o armazenamento controlado em locais projetados especialmente para esse fim.

O mesmo autor (2004, p. 126) explica que “(...) A disposição em aterro é uma solução aceitável para resíduos estáveis, não perigosos, com baixo teor de umidade e que não contenham valores a recuperar.” Os aterros modernos são classificados em dois tipos: os sanitários, apropriados para resíduos domiciliares; e os industriais.

Os aterros sanitários, objeto de maior interesse nesta pesquisa, são definidos como “(...) obras de engenharia destinadas a acomodar os resíduos sobre o solo, minimizando os impactos ambientais e os riscos à saúde.” (OLIVEIRA, 1992, apud PHILIPPI JR; AGUIAR, 2005, p. 288).

Há ainda situações intermediárias entre aterros sanitários e lixões, as quais são denominadas aterros controlados, também conhecidos como aterros incompletos. Estes efetuam a cobertura diária dos resíduos que recebem, porém, não possuem sistemas de impermeabilização, nem tão pouco de drenagem de líquidos e gases ou não preenchem os requisitos técnicos necessários. Philippi Jr e Aguiar (2005) afirmam ainda que, nos dias atuais, os aterros controlados são considerados impróprios por muitos profissionais devido a errônea percepção de que os riscos ambientais estão sob controle e normas estabelecidas.

A incineração, a pirólise, a compostagem e a reciclagem de materiais também são formas de destinação dos resíduos sólidos urbanos. Destas, são praticadas em Macau apenas a incineração e a coleta seletiva para reciclagem de materiais.

## **6 LEVANTAMENTO DE DADOS**

### **6.1 A coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos de Macau**

Oliveira (1992) apud Philippi Jr. e Aguiar (2005) assinala que no sistema de resíduos sólidos a coleta é o componente mais sensível aos olhos da população e assim a suas críticas. E que falhas nesse serviço levam ao acúmulo de resíduos, proliferação de maus odores

e vetores de contaminação da população, além de contribuir para poluição visual do meio local.

A coleta dos resíduos sólidos urbanos de Macau é feita de duas formas: unificada e com segregação de materiais, ambas institucionalizadas, asseguradas pelo governo municipal e realizadas por empresa terceirizada.

“A coleta unificada tem a vantagem de ser mais barata e mais simples de gerenciar, por isso é a mais comum no Brasil.” (PHILIPPI JR. e AGUIAR, 2005, p. 281). Esta, em Macau, é feita diariamente, porta-a-porta, três dias na semana, em cada bairro.

Segundo informações da Coordenadoria do Meio Ambiente de Macau, desde junho de 2007 está sendo implantada, gradativamente, em todo o município, a coleta com segregação de materiais, mais conhecida como Coleta Seletiva.

Atualmente a coleta seletiva é realizada uma vez por semana, em cada bairro, conforme implantação, nessa ordem: Centro, Porto de São Pedro, Valadão e Bairro dos Navegantes e, em fevereiro deste ano de 2008, no bairro de Afonso Solino - onde se localiza a CO-HAB<sup>5</sup>.

Os bairros de Salinópolis, Quixaba, Tambaú, bem como a Vila Industrial da Alcanorte e os distritos Diogo Lopes e Barreiras ainda não foram contemplados com o programa de Coleta Seletiva, porém estão nele previstos.

O meio de transporte utilizado na coleta seletiva é uma F-4000 e na coleta dos resíduos sólidos urbanos, de modo geral, são utilizados dois carros compactadores, duas caçambas, um caminhão Mercedes de carroceria aberta e uma enchedeira, assim empregados: nos dias em que se destina à coleta hospitalar, essa é feita concomitantemente com os resíduos urbanos e utilizando-se o mesmo carro, porém, evitando-se o contato. Para tanto, faz-se uma divisão, de forma que o lixo hospitalar, recolhido em sacolas plásticas, é colocado sobre a tampa do carro compactador, enquanto que o lixo urbano no próprio

<sup>5</sup> Companhia de Habitação, nome genérico de várias companhias públicas direcionadas a construção de casas populares.

compactador; as caçambas se destinam a coleta de resíduos de construção, os chamados entulhos; e o caminhão Mercedes faz a coleta dos resíduos públicos de poda das árvores.

No Aterro Sanitário, assim denominado pelo projeto apresentado pela prefeitura da cidade, são depositados todos os resíduos capturados no município. De forma que os resíduos hospitalares são incinerados diariamente, à medida que chegam ao local; os de poda das árvores são incinerados na proporção que vão se desidratando (secando suas folhas); os provenientes de entulho são espalhados e dispostos no terreno, assim como também os resíduos urbanos orgânicos e inorgânicos. Estes últimos, atualmente, se encontram sem nenhum tratamento, dispostos a céu aberto, a mercê da avi-fauna que ali pousa e se alimenta.

Por fim, os resíduos pertinentes a coleta seletiva são destinados aos catadores cadastrados pela Prefeitura do município de Macau, que os recebe e os acondiciona no próprio aterro sanitário para posterior venda aos receptores.

## **6.2 A área de destino final dos resíduos sólidos urbanos de Macau à luz do Projeto de Aterro Sanitário do seu município**

A área de destino final dos resíduos sólidos de Macau é denominada, em seu projeto, de **aterro sanitário de superfície**, obedecendo ao método de operação de trincheira, o qual “fundamenta-se na abertura de trincheiras no solo, onde o lixo é disposto no fundo, compactado e posteriormente recoberto com terra” (PREFEITURA..., 2003b, p. 15).

O Aterro Sanitário do Município de Macau, segundo seu projeto de construção e instalação, localiza-se a cerca de 400 m da BR 406, distando aproximadamente 7 km da sede do município, constituindo uma área de 12 ha, sendo que a área do aterro específica para descarga de resíduos é de 3.960m<sup>2</sup>, o restante da área seria “ocupada pelo sistema de recirculação do chorume, infra-estrutura de serviço (oficina, balança e administração) áreas de manobra e áreas para armazenamento do terreno movimentado” (PREFEITURA..., 2003b, p. 20).

O mesmo projeto define, em sua p. 38, que a “colocação do ma-

terial no Aterro Sanitário será feita em células com altura média de 2,5m para permitir uma compactação apropriada”. E, na pág. 19, indica que o aterro será impermeabilizado por uma camada de material argiloso, com dispositivos apropriados a favorecer a coleta do percolato em sistemas de drenagem, os quais estariam direcionados aos poços de captação para posterior tratamento. Há, ainda, referência à construção de um sistema de captação e de combustão de biogás, uma vez que este é gerado pelas reações bioquímicas dentro da massa de resíduos sólidos.

O tempo do empreendimento foi estimado em 15 anos de vida útil, apresentando três seções de trincheiras, ou células sanitárias, que serão abertas conforme a evolução da construção do aterro, a qual obedecerá cinco etapas e já na primeira se inicia a utilização do aterro para disposição final de resíduos sólidos. Contudo, evidenciou-se a possibilidade de voltar a trabalhar sobre as células iniciais de lixo, sobrepondo-se novas células.

A cada etapa de construção do empreendimento foi previsto a instalação de uma cerca com tela de arame galvanizado, obedecendo a uma medida de 2 mm de diâmetro e malhas que não ultrapassem a 35cm<sup>2</sup>, afixada em estacas de concreto pré moldado ou em outro material, sendo deslocada e/ou ampliada acompanhando as áreas em operação do aterro. Tal procedimento objetiva conter o espalhamento de materiais mais leves, como sacos plásticos e papéis.

Quanto às edificações no local, foram previstas no projeto sala de controle e registro de cargas, sala de gerência, sala de reunião e recepção de visitantes, banheiros para motoristas e garis, cozinha e almoxarifado.

Para área de uso do aterro foi considerada a realização de uma intervenção de recuperação natural que pretende reconstruir o equilíbrio anterior à atividade das escavações.

## **6.3 A disposição final dos resíduos sólidos urbanos de Macau na atualidade**

A Resolução CONAMA nº 308 norteia que a implantação de sistemas numa área para disposição final dos resíduos sólidos urbanos, em comunidades de pequeno porte, deve contemplar alguns aspectos

específicos, dentre outros, os seguintes: vias de acesso ao local com boas condições de tráfego ao longo de todo o ano; adoção de áreas sem restrições ambientais; solo que possibilita a impermeabilização da base e o recobrimento periódico dos resíduos sólidos; inexistência de aglomerados populacionais, observando a direção predominante dos ventos, e com potencial mínimo de incorporação à zona urbana da sede, distritos ou povoados.

Philippi Jr. e Aguiar (2005) ressaltam o cuidado que se deve ter na seleção da área de um aterro. Para esses autores é pertinente, na escolha do local, a observância nos aspectos não só técnicos e ambientais, mas econômicos, como proximidade suficiente para não encarecer os custos de transporte; e, do ponto de vista social, há necessidade de negociação com a comunidade, uma vez que a proximidade de um aterro, até mesmo os aterros sanitários, é indesejada, causa incômodo e geralmente influencia na diminuição do valor dos imóveis circunvizinhos.

Todavia, em Macau, a disposição final dos resíduos sólidos urbanos, embora esteja embasada nos aspectos supracitados, está sendo gerida de forma criticamente desordenada. Os resíduos sólidos urbanos que chegam a sua área de destino final são dispostos sem tratamento sobre a superfície do terreno.

Informações levantadas junto a catadores que freqüentam o local indicam que a primeira e única trincheira (célula) aberta até o momento superou sua capacidade em aproximadamente dois anos de funcionamento do aterro e que após essa data os resíduos tem se amontoado sobre ela a céu aberto. (FIG. 2)



FIGURA 2 (a, b) - Disposição final dos resíduos sólidos urbanos de Macau.

Perguntados sobre as instalações de captação do percolado, os catadores afirmaram ter visto uma tubulação para este fim no início das obras do aterro, porém esta nunca chegou a funcionar, tendo em vista que “a primeira vez que o trator passou sobre o terreno a tubulação quebrou”. E em seguida os mesmos apontaram para local destinado a receber o percolado. (FIG. 3)



FIGURA 3 - Suposto poço de captação do percolado

Não pôde ser identificado o sistema de captação e combustão do gás produzido no aterro indicado no projeto. Contudo, se existe, não há evidências de que funcione. O que constitui um problema, principalmente para segurança daqueles que atuam diretamente no aterro, uma vez que é latente a possibilidade de explosões no local.

No que tange ao tratamento dado aos resíduos de serviços de saúde, observou-se que se pratica a incineração feita em local cercado com estacas de madeira e arame, no interior do aterro, não definido como vala ou trincheira, sem evidências de impermeabilização do solo, nem tratamento das cinzas. (FIG. 4)



FIGURA 4 - Local de incineração dos resíduos de saúde

A esse respeito, Philippi Jr. e Aguiar (2005), defendem que a incineração é uma prática largamente aceita, pois reduz o peso e volume dos resíduos que chegam ao aterro em cerca de 85 a 90% - o que auxilia no prolongamento da vida útil do aterro - além de constituir uma solução viável para resíduos hospitalares, uma vez que, por esse processo, são eliminados os agentes patogênicos e destruídos diversos compostos químicos tóxicos presentes.

Sobre a incineração Valle (2004) alerta que deve haver rigor no controle das operações dos incineradores e que o sistema precisa incluir o manuseio de resíduos, a depuração de gases e a destinação das cinzas, as quais podem conter metais pesados e outros elementos que não são considerados inertes. O que encarece tal prática.

Já o Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, do Governo Federal do Brasil (2001, p. 192) considera que “(...) o único processo de disposição final para esse tipo de resíduo (resíduos de serviços de saúde) é a vala séptica (...)”. O respectivo documento afirma que a vala séptica pode vir acoplada ao aterro municipal. Mas, para tanto, deve-se separar um lote, próximo à entrada, cercado e isolado do resto do aterro, promovendo no local a impermeabilização do fundo e das laterais. Os resíduos ali depositados devem ser cobertos diariamente até o volume atingir a altura final da trincheira, quando se dará início a sua impermeabilização superior. Instrução que se compatibiliza com a indicada no projeto do então aterro sanitário de Macau, o qual se baseou na Resolução CONAMA N° 283 para esse fim, porém, infelizmente, ignorada na prática.

O fato é que, conforme verificação em campo, a queima dos resíduos de saúde em Macau é feita sem embasamento teórico e de forma desordenada, provocando emissões de materiais particulados que afetam o ar, além de corroborar para poluição do solo a partir da deposição das cinzas resultante da queima desses resíduos.

Outro fator que deve ser levado em conta é a própria, ou melhor, imprópria presença de catadores no local. Tal presença é justificada pela Coordenadoria do Meio Ambiente de Macau devido à falta de local disponível para se fazer o recebimento e triagem da Coleta Seletiva. No entanto, esse consentimento aliado à falta de informação acaba gerando fatores de riscos aos catadores e suas famílias, uma

vez que eles não utilizam equipamento de proteção individual adequados, atuam em contato direto com os resíduos ali despejados, sendo expostos a toda espécie de macro e microvetores. Além disso, suas presenças diárias, contínuas, criam uma espécie de relação com o local induzindo-os a uma identificação e apropriação subjetiva deste, definindo-o como “lugar”, cujo conceito é “(...) o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.” (CARLOS, 1996, p. 20). Isso se torna perigoso na proporção em que os catadores ou qualquer um dos que tenham esse mesmo acesso percam o receio do contato direto e até utilizem o aterro como extensão de suas casas, cultivando, por exemplo, hortaliças. As quais podem lhe trazer problemas de saúde uma vez que são cultivadas em um solo utilizado para serviços sanitários. (FIG. 5)



FIGURA 5 - Cultivo de hortaliças no aterro

Ao aterro têm acesso os motoristas e garis que ocupam os respectivos carros com os resíduos sólidos e doze catadores, em média. Estes últimos constituem uma associação de catadores de material reciclável, reconhecida pela prefeitura do município, e que por não terem sede própria recebem o material coletado durante toda a semana no próprio aterro, situação já citada anteriormente. Esse recebimento se dá em quatro singelas barracas de lona assentadas no local para esse fim. (FIG. 6 e 7)



FIGURA 6 - Entrega da coleta seletiva no aterro



FIGURA 7 - Barraca de recebimento (ao fundo)

Em relação à infra-estrutura local, a área de destino final dos resíduos sólidos urbanos de Macau é toda cercada com estacas de cimento e arame farpado, apresentando apenas uma via de acesso, na qual se encontra a única edificação, uma portaria cujo porteiro, único funcionário permanente do empreendimento, faz o controle da entrada e saída de pessoas e maquinários no local.

O maquinário utilizado na área restringe-se basicamente a um trator de esteira e uma máquina de prensa. Não há evidências de sala de controle e registro de cargas, sala de reunião e recepção de visitantes, cozinha ou almoxarifado tal como previsto no projeto do aterro.

## 7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Código do meio ambiente do município de Macau (PREFEITURA..., 2003a, p. 12) afirma, em seu art. 14, que “É vedado o lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia, substância ou mistura de substâncias, em qualquer estado físico, prejudiciais ao ar atmosférico, ao solo, ao subsolo, as águas, a fauna e a flora (...)”. Entretanto, a análise dos resultados obtidos a partir desta pesquisa aponta para infração desse artigo.

Dentre os pontos críticos no Aterro Sanitário de Macau, destacamos os abaixo discutidos:

Embora o índice pluviométrico da região, segundo suas características climáticas, seja baixo, detectou-se a falta de evidências de comprovação de que exista nesse aterro o sistema de drenagem do

percolado. A implantação de tal sistema é relevante diante da precaução sobre a própria umidade dos resíduos e de seus produtos de decomposição.

Deve-se assinalar, entretanto, que a implantação do sistema de drenagem do percolado foi prevista no projeto do aterro sanitário de Macau, assim como também o sistema de escoamento do biogás. Este último, consta no projeto, deveria ser interligado ao sistema de drenagem do percolado para que se pudesse permitir o monitoramento dos líquidos e gases ao mesmo tempo. No entanto, em campo, não foram encontradas evidências do funcionamento, nem da existência desses sistemas.

No tocante as águas superficiais e subterrâneas, estas foram expressamente observadas no projeto apreciado. O mesmo citou um plano de monitoramento que deveria prever o controle da qualidade das águas superficiais em pontos próximos ao aterro. Contudo, tal procedimento não foi averiguado no local. Tão pouco observado os poços de monitoramento do aquífero subterrâneo no entorno do mesmo aterro, o que pode comprometer a qualidade das águas correlatas num futuro que não podemos, no momento, precisar.

Apesar de o aterro ter capacidade para suportar os resíduos que recebe atualmente, a partir da abertura de novas células, esta capacidade tem sido ignorada, enquanto que os resíduos recebidos acumulados e dispostos a céu aberto. Esta situação tem promovido o nicho de macrovetores, como ratos, moscas e aves; microvetores, como vermes, fungos, bactérias e vírus e, por conseqüência direta, a vulnerabilidade dos funcionários da empresa de limpeza pública que lá trafegam e catadores, cadastrados no projeto da coleta seletiva do município, que trabalham diariamente no aterro. Ambos, a rigor, sem equipamentos de proteção individual.

A disposição final dos resíduos de serviços de saúde no aterro sanitário de Macau, embora não seja o foco deste trabalho, uma vez que este se propôs a tratar dos resíduos sólidos urbanos, constitui-se como outro fator pertinente aos pontos críticos do aterro. De grande impacto ambiental e social, e por esta razão não poderia deixar de ser citada, a prática da incineração desses resíduos diretamente no solo, ao ar livre, ignorando a exigência de equipamento imprescindível,

como o incinerador apropriado, é totalmente rejeitável pela literatura.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, mesmo com a presença de incinerador, a prática da incineração é discutível por muitos autores, pois os mesmos evidenciam os riscos de produção e emissão de dioxinas e furanos, substâncias químicas que, se emitidas com os gases da queima, acarretam sérios danos ambientais, como bem adverte Philippi Jr. e Aguiar (2005).

Há ainda que se falar da inobservância no próprio projeto quanto à destinação e recuperação final da área destinada ao aterro em seu encerramento. Os mesmos Philippi Jr. e Aguiar (2005, p. 288) afirmam que “(...) Quando a capacidade do aterro se esgota, a área deve ser recuperada do ponto de vista paisagístico **e de utilização pela sociedade**, respeitando-se as limitações técnicas inerentes às características dos terrenos aterrados com resíduos.” (**grifo nosso**)

Na análise do projeto que ora faz-se referência, consta apenas, segundo suas linhas “(...) a realização de uma intervenção de recuperação natural, que, mesmo sem devolver para área suas características ecológicas e de vegetação anterior à ação do homem, reconstrói ao menos o equilíbrio anterior à atividade das escavações.” (PREFEITURA..., 2003b, p. 42). O que não inclui, dessa feita, um projeto para a utilização da área pela sociedade, a posteriori.

O preenchimento dessa lacuna, deixada pelo projeto, é importante no que se refere à estruturação do ambiente urbano, sua expansão e organização. Haja vista que, um dos motivos da escolha da área onde hoje se localiza o aterro foi a distância do centro urbano e a pertinência de “escassas moradias” não inferior a 500 metros. Contudo, há que se averiguar que a construção do tecido urbano se faz a partir das ações e intervenções da sociedade, não obstante, dos próprios governantes, seus representantes. Nesse sentido, a edificação de um CEFET<sup>6</sup>, aliado aos conjuntos habitacionais já existentes naquelas redondezas, como a COHAB, a Vila Industrial da Alcanorte e ocupações populacionais como a do então denominado “Canto do Papagaio”, pode, à longo prazo, influenciar na direção do crescimento

<sup>6</sup> Centro Federal de Educação Tecnológica

urbano da cidade exigindo desta não só melhorias nos aspectos paisagísticos, mas estruturais e de valoração econômico-social.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de “denuncismo” ou similares, esta pesquisa teve a pretensão de contribuir com o município abordado portando-se como um dos instrumentos norteadores de caráter comparativo das ações propostas e avaliativo das ações implantadas em seu aterro sanitário.

Tendo em vista que o ganho na qualidade ambiental é um bem que atinge a todos, independente de raça, cor, religião, posição partidária ou opinião pessoal, expõem-se aqui considerações favoráveis ao desenvolvimento urbano e sua questão ambiental no município de Macau, pois é sabido que as atividades humanas no meio ambiente, se não realizadas com ordenamento, clareza e planejamento, este último assentado no tripé: natureza-sociedade-economia, não alcançam sua sustentabilidade.

Ponderando-se sobre o aterro sanitário em voga, pode-se afirmar que o projeto que o norteou merece destaque em sua elaboração por contemplar aspectos importantes da conservação ambiental. Contudo, sua implantação merece alguns indicativos de não-conformidade ou de ajustes de conformidade.

É importante ressaltar que a eficiência de um aterro depende não só de aspectos legais, normativos, mas de aspectos ambientais e econômicos também. Aliás, a viabilidade econômica de um aterro pode comprometer toda a sua estrutura e sustentabilidade. Para Philippi Jr. e Aguiar (2005, p. 289), “(...) Aterros sanitários de pequeno porte tendem a ser economicamente inviáveis”. Indicando, os mesmos autores, o aterro em valas como aterros mais adequados e economicamente acessíveis para pequenos municípios.

Em Macau, além dos ajustes de conformidades que seu aterro sanitário necessita, indica-se considerar a possibilidade da associação de cidades circunvizinhas como Guamaré e Pendências na disposição final de seus resíduos. Tal associação, bem estudada e planejada, poderia se configurar como uma boa alternativa à viabilidade economicamente, ambiental e de localização para os três municípios.

Além disso, a construção de um local para receber e reciclar o

material da coleta seletiva, favorecendo um local de trabalho para os então catadores, fora das dependências do aterro sanitário, também contribuiria bem para minimizar impactos sociais.

Outra coisa seria a construção de uma usina de compostagem, cuja significância estaria principalmente na diminuição de resíduos orgânicos que chegam ao aterro e geração de emprego e renda à população.

Ao que se refere aos resíduos de serviços de saúde considera-se a importância da opção da disposição em valas sépticas, devidamente construídas e exclusivas para o recebimento de tais resíduos, obedecendo às normas técnicas e legislação pertinente. Tal opção se propõe como a mais viável ambiental e financeiramente para Macau, tendo vista a percepção de riscos relacionados ao processo e segurança da tecnologia empregada nos incineradores, bem como seu elevado custo.

Essas e outras considerações merecem maiores discussões para que sejam apurados os reais interesses ambientais e sociais que devem prevalecer no planejamento urbano de uma cidade que vislumbra a sua sustentabilidade em todos os aspectos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Eduardo F. **Municípios e a gestão de resíduos sólidos**. 2006. Disponível em: <<http://www.secom.mt.gov.br/conteudo.php?sid=22&cid=22600&parent=0>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

AGENDA 21 LOCAL. Rio 92: 1992. Disponível em: <<http://www.agenda21local.com.br/con5.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. **MANUAL de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAMA, 2001.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Estado do Rio Grande do Norte**. 2008. Disponível em: <[www.transportes.gov.br/bit/estados/port/rn.htm](http://www.transportes.gov.br/bit/estados/port/rn.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2008.

CARLOS, Ana F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONFERENCIA das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1992: Rio de Janeiro): a agenda 21. Senado Federal (Brasília): Secretaria de Edições Técnicas, 1996.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

MOURA, Getúlio. **Um rio grande e Macau: cronologia da história geral**. Natal: G. Moura, 2005.

NORGAARD, Richard. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 83-92.

PACTO PELO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE - PACTO/RN. **Diagnóstico dos resíduos sólidos no estado do RN**: reunião do Pacto, 15 de abril de 2002. Disponível em: <[http://www.pactorn.com.br/arquivos\\_sumulas/15042002\\_diagnostico\\_residuos\\_solidos\\_rn.doc](http://www.pactorn.com.br/arquivos_sumulas/15042002_diagnostico_residuos_solidos_rn.doc)>. Acesso em: 01 fev. 2008.

PHILIPPI JR., Arlindo; AGUIAR, Alexandre O. Resíduos sólidos: características e gerenciamento. In: \_\_\_\_\_. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri (SP): Manole, 2005 (Coleção Ambiental, v. 2).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU. **Código do meio ambiente do município de Macau**. Lei nº 883/2003, de 13 de novembro de 2003a.

\_\_\_\_\_. **Projeto do aterro sanitário da cidade de Macau/RN**.

Macau, 2003b.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 283, de 12 de julho de 2001. **D.O.U. de 01/10/01**. 2001.

Disponível em: <[www.cprh.pe.gov.br/downloads/283 de12 de julho de2001.doc](http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/283%20de12%20de%20julho%20de2001.doc)>. Acesso em: 20 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. nº 308, de 21 de março de 2002. **D.O.U. de 29/07/02. 2002**. Disponível em: <<http://www.barretos.sp.gov.br/meioambiente/resolucaoconama308.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

TENÓRIO, Jorge A. S.; ESPINOSA, Denise C. R. Controle ambiental de resíduos. In: PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo A.; COLLET BRUNA, Gilda (Eds.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri (SP): Manole, 2004, p. 155-210.

VALLE, Cyro E. **Qualidade ambiental: ISO 14.000**. 5. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

# DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA BRUTA DA LAGOA DE EXTREMOZ, NATAL-RN, BRASIL

**Margarida de Lourdes de Melo Nelson dos Santos<sup>1</sup>; Daniele Bezerra dos Santos<sup>2</sup>; Fernanda Joziane Marcelino Câmara<sup>3</sup>; Wênia Maraiza Dantas<sup>4</sup>**

**RESUMO:** A Lagoa de Extremoz/RN é responsável por 70% do abastecimento da Zona Norte de Natal-RN. Além do abastecimento público, é destinada também a recreação, irrigação, aquíicultura e atividades de pesca. O uso inadequado desse recurso hídrico pode interferir na qualidade da água e influenciar nas comunidades aquáticas ocasionando um desequilíbrio ecológico. Diante desta situação o objetivo deste trabalho é diagnosticar a qualidade da água bruta da lagoa de Extremoz, observando se a densidade de cianobactérias está dentro do nível permitido pelo CONAMA 357/05, bem como verificar os parâmetros físico-químicos, como cor, turbidez, salinidade, temperatura, pH e oxigênio dissolvido. O período de estudo ocorreu entre os meses de fevereiro a julho /2009 através de dados coletados no laboratório da CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte). As coletas foram realizadas na sub-superfície (0,5 a 1,0 metro de profundidade) diretamente na lagoa de Extremoz, próximo à entrada da Estação de Tratamento de Água (ETA). Através dos resultados obtidos neste estudo observa-se que a densidade de cianobactérias não são preocupantes, pois se encontram dentro dos níveis permitidos pela legislação. Mas a implantação de propostas de manejo com objetivo de minimizar os efeitos de poluição acoplados a educação ambiental para população devem ser implantados pelas autoridades responsáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Qualidade da água. Cianobactérias. Lagoa de Extremoz. CONAMA 357.

---

<sup>1</sup> Bióloga. Mestre em Bioecologia Aquática (UFRN). Av. Senador Salgado Filho, 1555 - Tirol, Natal/RN, CEP. 59015-000. E-mail: margomelo1@hotmail.com

<sup>2</sup> Bióloga. Mestre em Bioecologia Aquática (UFRN). Rua Auris Coelho, 970, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP. 59000-000. E-mail: danielebezerra@gmail.com

<sup>3</sup> Aluna de Iniciação Científica; graduanda em Ciências Biológicas (FACEX); Rua Congonhas 4911, Neópolis - CEP 59084-400 Natal-RN; Tel.: (84) 8717-9740; E-mail: nandajmc@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Aluna de Iniciação Científica, graduanda em Ciências Biológicas (FACEX). Av. dos Eucaliptos - Condomínio Residencial "Bosque dos Eucaliptos", Bl. I, Apt. 304 - Nova Parnamirim, Parnamirim/RN. E-mail: wenia\_c@yahoo.com.br

## DIAGNOSIS OF THE QUALITY OF EXTREMOZ LAGOON'S RAW WATER, NATAL-RN, BRAZIL

**ABSTRACT:** Extremoz Lagoon/RN is responsible for 70% of Natal North Zone's water supply. Besides being the public supply it is also used for recreation, irrigation, aquaculture and fishing activities. Improper use of water resources can interfere with water quality and affect aquatic communities causing an ecological imbalance. In this situation, the objective of this paper is to diagnose the quality of raw water in Extremoz Lagoon, noting if the density of cyanobacteria is within the level permitted by CONAMA 357/05, and verifying the physical and chemical parameters such as color, turbidity, salinity, temperature, pH and the level of dissolved oxygen. The study period occurred between the months of February and July/2009 using data collected in CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte) laboratory. Samples were collected in the sub-surface (0.5 to 1.0 meters deep) directly into the Extremoz Lagoon, near the entrance of the water treatment plant (WTP). The results obtained in this study show that the density of cyanobacteria is not an issue since it is within the levels allowed by law. But the implementation of management proposals in order to minimize the effects of pollution coupled with environmental education for the population should be deployed by authorities.

**KEY-WORDS:** Water Quality. Cyanobacterias. Extremoz'Lagoon. CONAMA 357.

## 1 INTRODUÇÃO

A Terra possui 1,3 bilhão de quilômetros cúbicos de água, um total que cobre  $\frac{3}{4}$  de sua superfície. Porém este valor apenas 2,5% consiste em água doce que está indisponível em 69,5% nas calotas polares, em neves eternas nas montanhas mais altas e em solos congelados; 30,1% estão debaixo da terra, em lençóis freáticos; 0,4% está na superfície da terra, considerada não apenas rios e lagos, mas também a neblina, a umidade da superfície do solo (CLARKE, 2005).

A água é de suma importância à vida e ao desenvolvimento das espécies. Trata-se de um recurso sobre o qual serão desenvolvidas várias mudanças ao longo deste século. Diversos artigos ampliam as discussões relativas a água quanto a sua importância no planejamento ambiental e territorial e seus aspectos físicos, químicos e biológicos, o que nos desperta o interesse pelas questões relativas e qualidade da água encontrada, bem como suas diversas formas de utilização (SOUZA et al., 2002 apud CÂMARA, 2007).

O Brasil, por sua vez, possui grandes possibilidades hídricas, com 178.000 m<sup>3</sup>/S representando 12% do total mundial (MMA, 1992). Onde possui cerca de 8% do total de água doce do planeta, sendo 80% deste total localizado na Amazônia e os outros 20% estão distribuídos desigualmente pelo país (OLIVEIRA; CARVALHO, 1997). O Nordeste possui 29% da população brasileira, onde apenas dispõe de 3% do volume de água doce (MMA, 1992). Nos últimos anos, a população mundial ultrapassou os 6 bilhões de habitantes e este incremento populacional, especialmente nos países mais pobres, vem sendo observado no uso inadequado dos recursos hídricos (REBOUÇAS, 1997).

No nordeste do nosso país, os ecossistemas aquáticos estão sujeitos a períodos de estiagem e chuvas, sendo importante o estudo das águas continentais, uma vez que são fonte de abastecimento para as populações. Assim além da preocupação com o processo de eutrofização a que estão sujeitas, a escassez, a que temporariamente a região nordeste esta submetida anualmente, torna a questão duplamente problemática (ARAÚJO, COSTA e CHELLAPA, 2000).

Importantes reservatórios do semi-árido potiguar, denominados regionalmente como açudes ou barragens, apresentam freqüentemen-

te uma cor verde, parecida como uma 'sopa de ervilha', na superfície da água. A cor verde da água é típica de florações de cianobactérias, formadas pela proliferação exagerada desses microrganismos (COSTA et al., 2006). Esse fato denuncia o alto nível de eutrofização artificial, que é um tipo de poluição das águas causada pelo excesso de nutrientes, principalmente nitrogênio e fósforo (ESTEVEZ, 1998). Esses nutrientes estão contidos na matéria orgânica lançada por despejos de esgotos domésticos industriais e são acumulados nos corpos d'água. Agro-fertilizantes oriundos da fruticultura e o excesso de nutrientes provenientes das rações utilizadas nas atividades de piscicultura e carcinicultura parecem contribuir significativamente para eutrofização desses ambientes (ARANA, 2004; SANTOS, 2008).

Segundo Chelappa (2001), diversos ecossistemas limnéticos podem ser biomonitorados, utilizando-se as microalgas como indicadoras da qualidade da água. A sua riqueza, diversidade, abundância, dominância, e os níveis de clorofila-a em relação aos nutrientes e a correnteza da água, proporcionam importantes informações sobre os diversos ecossistemas e suas variações em relação à poluição. Podemos encontrar espécies que são sensíveis ou resistentes a determinadas poluições de acordo com as variações da comunidade fitoplanctônica. Essas comunidades apresentam resposta rápida às modificações nas condições ambientais (AZEVEDO, 1998).

De acordo com Padisák (1993), as algas são os principais produtores primários em lagos e também indicadoras de mudanças na qualidade da água. A comunidade fitoplanctônica é representada por organismos fotossintéticos, portanto limitados por luz e são representados pelos principais grupos - Bacillariophyta, Dinophyta, Euglenophyta, Chlorophyta e Cyanophyta (BUFORD, 1997; SCHIMMIGEL, 2004).

Dentre esses grupos, as Cianobactérias (Cyanophyta) se destacam por possuírem combinações de propriedades encontradas em algas e bactérias e apresentarem estruturas como vacúolos gasosos, que permitem a flutuação das cianobactérias para profundidades ótimas em nutrientes, concentração de oxigênio e disponibilidade de luz, e heterocito, que são responsáveis pela fixação de nitrogênio (CALIJURI, 2006).

Algumas espécies de cianobactérias que desenvolvem floração (blooms) podem produzir toxinas, que se acumulam na cadeia trófica, causando mortandade de animais aquáticos e terrestres, efeitos crônicos e intoxicações agudas no homem (CARMICHAEL; FALCONER, 1993; AZEVEDO, 1998; BITTENCOURT; OLIVEIRA; YUNES, 2001). Essas intoxicações incluem distúrbios hepáticos, neurológicos, gastrintestinais e reações alérgicas (AZEVEDO, 1998).

Porém, o que se observa é o uso desordenado dos recursos hídricos o que tem causado sérios problemas, principalmente nos centros urbanos, onde a maioria dos problemas relacionados com o uso da água tem sido ocasionadas pela crescente contaminação dos corpos d'água (LIMA, 1999).

As ações antrópicas nocivas como despejos de esgotos urbano e industrial nos sistemas aquáticos levam ao enriquecimento da água em termos de nutrientes, promovendo a eutrofização com conseqüentes mudanças na qualidade da água. Já é bem documentado na literatura mundial o descaso com que foram tratadas as descargas industriais, urbanas e da agricultura, assim como a má utilização e o planejamento inadequado dos recursos hídricos em muitas regiões do mundo (MATSUZAKI; MUCCI; ROCHA, 2004).

Diante desta situação o objetivo deste trabalho é diagnosticar a qualidade da água bruta da lagoa de Extremoz, observando se a densidade de cianobactérias está dentro do nível permitido pelo CONAMA 357/05, bem como verificar os parâmetros físico-químicos, como cor, turbidez, salinidade, temperatura, pH e oxigênio dissolvido.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

A Lagoa de Extremoz localiza-se entre as coordenadas 5°43'33.88"S e 35°16'57.06"W, e é responsável por 70% do abastecimento da Zona Norte de Natal, onde se concentram aproximadamente 250.000 habitantes, e está localizada numa área de grande exploração industrial.

Atualmente, a CAERN capta da lagoa 21,8 milhões de metros cúbicos de água por ano. Possui uma capacidade aproximada de 9 milhões de metros cúbicos e pertence à bacia do rio Doce, sendo

alimentada por dois rios principais, o Rio Guajiru e o Rio Mudo, que drenam as águas da parte superior da bacia até a lagoa (SEMARH, 2004; CAERN, 2009).



FIGURA 1 - Lagoa de Extremoz (1a); ponto de coleta da água – ETA/CAERN (1b).

Fonte: Google Earth (1a); CAERN (1b).

O período de estudo ocorreu entre os meses de Fevereiro a Julho /2009 através de dados coletados no laboratório da CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte). As coletas foram realizadas na sub-superfície (0,5 a 1,0 metro de profundidade) diretamente na lagoa de Extremoz, próximo à entrada da estação de tratamento de água (ETA).

Para quantificação das cianobactérias as amostras foram fixadas com lugol acético e analisadas através do método de Utermöhl (1958) usando microscópio invertido de marca Olympus, modelo CKX41.

A cor foi determinada pelo método de comparação visual e colorimétrico, o pH foi verificado através do método eletrométrico potenciométrico, o oxigênio dissolvido foi medido pelo método volumétrico da azida modificada, a turbidez foi realizada pelo método turbidimétrico–nefelométrico, a temperatura foi verificada com base no método

de leitura direta com termômetro de mercúrio -faixa de trabalho de -10 a 60°C e a salinidade foi analisada por leitura direta com condutivímetro através do valor da condutividade. Todas as análises realizadas seguiram as metodologias descritas em Apha (2000).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Lagoa de Extremoz, a densidade de cianobactérias variou de 1.661 a 24.200 cél/mL (FIG. 2), estando em conformidade com a resolução CONAMA 357/05 para água doce de classe 2 (limite máximo 50.000 cél/mL). Esta concentração não determina segundo esta portaria a necessidade de exames de toxicidade, porém o predomínio de cianobactérias na comunidade indica a necessidade de monitoramentos constantes.

Dentre os parâmetros físico-químicos monitorados, a cor variou de 15 à 45 Uh (unidade de Hazen). A cor reflete a presença de sólidos dissolvidos tanto de origem natural como a decomposição da matéria orgânica. A cor varia de acordo com o pH e aumenta dependendo da profundidade (SPERLING, 1996). O CONAMA 357/05 estabelece que o valor máximo permitido para padrão de aceitação é de 75mg/L (TAB. 1).

A temperatura da água apresentou-se similar, durante todo período de estudo com variação de 27 a 30°C (TAB. 1). Este parâmetro pode ser relacionado à salinidade e à presença de alguns organismos aquáticos, pois, dependendo da temperatura da água, existirão diferentes espécies de plantas e animais no local. A temperatura é a medição da intensidade de calor, onde as elevações da temperatura aumentam a taxa das reações químicas e biológicas (SPERLING, 1996).

O oxigênio dissolvido permaneceu dentro dos níveis permitidos pelo CONAMA 357/05 para águas de classe 2 ( maior que 6 mg/L), variando entre 4,4 a 7,2 mg/L (TAB. 1). O oxigênio dissolvido é a quantidade de oxigênio misturado na água, disponível para a utilização pelos os seres aquáticos, para a respiração, por exemplo. Assim, o oxigênio dissolvido na água é fundamental para a vida dos organismos aquáticos que o respiram (SPERLING, 1996).

A salinidade oscilou de 0,1 a 0,14‰. A salinidade é a quantidade de sais minerais misturados na água. Um agente natural muito impor-

tante na diminuição do valor de salinidade das águas é a chuva, que diminui a quantidade de sais minerais nas águas, diluindo-os (SPERLING, 1996). Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA 357/05), as águas podem ser classificadas quanto à salinidade em: águas doces (rios e lagos), salobras ou salinas (mar). As águas doces possuem salinidade igual ou inferior a 0,5‰ (TAB 1).

O pH se manteve de 6,72 a 7,5 durante toda a pesquisa. A água é uma molécula formada por átomos de hidrogênio e oxigênio (H<sub>2</sub>O). Esta molécula pode se separar em H<sup>+</sup> e OH<sup>-</sup>, forma que tendem a ficarem em quantidades iguais na água, devido à suas cargas elétricas (SPERLING, 1996). O CONAMA 357/05 classifica como Classe 2, águas com pH entre 6 e 9 (TAB. 1).

A turbidez é a medida da capacidade da água em dispersar a radiação da luz. Na prática, a medida de turbidez é o quanto a água não é transparente. Representa o grau de interferência com a passagem de luz através da água, conferindo uma aparência turva à mesma (SPERLING, 1996). Alguns responsáveis pela turbidez da água são pequenos seres vivos como bactérias e microalgas, pedaços de folhas, terra e compostos químicos misturados à água. A turbidez ficou entre os níveis recomendado pela legislação (inferior a 40 Ut), variando de 2,01 a 6,0 Ut (unidade de turbidez – unidade de Jackson ou nefelométrica) (TAB. 1).

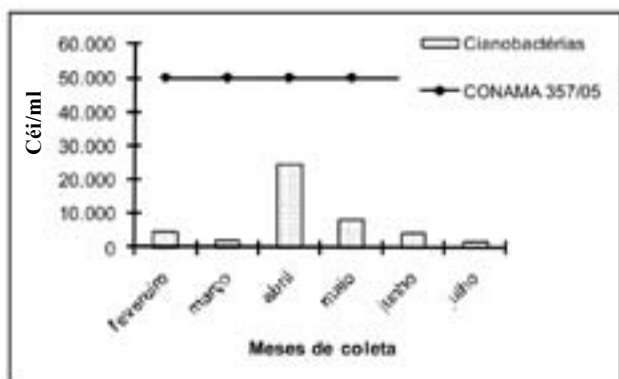


FIGURA 2 - Densidade de Cianobactérias (cél/mL) na lagoa de Extremoz, no período de Fevereiro a Julho de 2009 (a linha reta representa o valor Máximo permitido (50.000 células/mL) pela Resolução CONAMA 357/05).

TABELA 1 - Valores de referências dos parâmetros de qualidade da água para corpos de água classe 2 conforme a resolução CONAMA 357/05.

Variáveis ambientais	Mínimo	Máximo	Média	CONAMA 357/05
Cor (uH)	15	45	25,83	75 mg/L
Temperatura (°C)	27	30	28,08	25-30 °C
Oxigênio Dissolvido (mg/L)	4,4	7,2	5,48	>ou= 6,0 mg/L
Salinidade ‰	0,1	0,14	0,12	0,5 ‰
pH	6,72	7,5	7,1	6-9
Turbidez (Ut)	2,01	6	3,12	6,0 Ut

O Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA pela resolução nº 357, de 17 de Março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Para determinar a qualidade da água da Lagoa de Extremoz utilizou-se como critério de análise os limites determinados nesta resolução.

A Lagoa de Extremoz se enquadra em água doce de classe II que, conforme a resolução pode ser destinada ao abastecimento público após tratamento convencional da água, recreação, irrigação de hortaliças e plantas frutíferas, parques, jardins, campos de esportes e lazer com os quais o público possa vir a ter contato direto, proteção das comunidades aquáticas, aquicultura e atividades de pesca.

Comparando os resultados obtidos com os parâmetros da resolução CONAMA 357/05, todos os parâmetros se enquadram à classificação dada ao reservatório referenciado, de classe II.

Em situação contrária a este estudo Costa et al., 2006 classificaram a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves com níveis de cianobactérias acima do permitido pela resolução CONAMA 357/05, tendo em vista que os valores observados foram classificados como eutróficos. Já Araújo, Costa e Chellapa, (2000) em pesquisas realizadas sobre a comunidade fitoplanctônica na Lagoa de Extremoz-RN verificaram que este ambiente não apresentava característica de eutrofia, apesar da dominância de cianobactérias. Segundo Rocha (2008), o reservatório

rio Mendubim-RN não é considerado eutrófico, este apresentava sua comunidade fitoplantônica representados por cianobactérias, algas tóxicas, que interferem diretamente na dinâmica trófica do ecossistema aquático e comprometem a qualidade da água.

A região Nordeste do Brasil, como outras regiões tropicais, apresenta condições propensas para desenvolver florações e contaminação por toxinas de cianobactérias visto que apresenta um clima sempre quente, manancial constituído por pequenos corpos de água sem renovação, mananciais que apresentam baixo nível de água na seca, água com pH básico, falta de saneamento, níveis de pobreza e educação problemáticos e falta de controle de saúde pelo poder público (TSUKAMOTO; TAKAHASHI, 2007).

Deste modo, é necessário conhecer as características, físicas químicas e biológicas dos sistemas aquáticos. As alterações das condições do ambiente sejam elas causadas por ações antrópicas ou naturais devem ser detectadas, através da análise de parâmetros como, pH, temperatura, oxigênio dissolvido, nutrientes, clorofila-a, grupos fitoplanctônicos, dentre outros, com possibilidade de antecipar estágios avançados de processos de eutrofização artificial e de corrigir ações que possam vir a causar tais alterações. Tal procedimento proporciona um melhor monitoramento das condições ambientais e garante a disponibilidade de água no presente e no futuro (XAVIER, 2005 apud CÂMARA, 2007).

#### 4 CONCLUSÃO

Os índices de cianobactérias diagnosticados neste estudo não são preocupantes, pois se encontram dentro dos níveis permitidos pela legislação. Mas a implantação de propostas de manejo acopladas a educação ambiental para população devem ser implantados pelas autoridades responsáveis, com o objetivo de preservar o manancial, dada a sua importância para o abastecimento público. Mecanismos de gestão eficientes voltados à conservação dos mananciais do nosso Estado deveriam ser considerados mediante o clima da região Nordeste e o estado de eutrofização que se encontram os mananciais de todo o mundo. Contudo, a continuação de pesquisas no local é indispensável, visando

à proteção da saúde pública e a boa qualidade da água, garantindo assim, a utilização dos recursos hídricos para as gerações futuras.

#### Agradecimentos

Agradecemos a equipe da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte.

#### REFERÊNCIAS

APHA. **Standars Methods for the Examination of Water and Wastewater**. 20th ed. Wahington, DC: Public Health Association, 2000.

ARANA, L. V. **Princípios químicos de qualidade da água em aqüicultura: uma revisão para peixes e camarões**. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

AZEVEDO, S. M. F. O. Toxinas de cianobactérias: causas e consequências para saúde pública. **Revista Virtual de Medicina**, v. 1, n. 3, 1998.

ARAÚJO, M. F. F.; COSTA, I. A. S.; CHELLAPPA, N. T. Comunidade fitoplanctônica e variáveis ambientais na lagoa de Extremoz, Natal, RN, Brasil. **Acta Limnologica**, Brasil, v. 12, p. 127-140, 2000.

BITTENCOURT, O. M. C.; OLIVEIRA, M. C.; YUNES, J. S. Cianobactérias tóxicas. **Revista Biotecnologia**, ano IV, n. 23, 2001.

BUFORD, M. Phytoplankton dynamics in shrimp ponds. **Aquaculture Research**, v. 28, p. 351-360, 1997.

CÂMARA, F. R. A. **Demanda química de oxigênio, clorofila a e comunidade fitoplanctônica como indicadores da qualidade da água no Canal do Pataxó-RN**. 124 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

CARMICHAEL, W. W.; FALCONER, I. R. Diseases related to freshwater blue-green algal toxins, and control measures. **In: Algal toxins and seafood and drinking water**. Ed. R. Falconer. London: Academic Press, 1993. p. 17-209

CALIJURI, M. C.; ALVES, M. S. A.; SANTOS, A. C.

A. **Cianobactérias e cianotoxinas em águas continentais**. São Carlos: RIMA, 2006. 118p.

CAERN. **Companhia de Águas e Esgotos do RN**. Disponível em: <<http://www.caern.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/caern/impressa/enviados/pagina.fotos.asp?page=11>> Acesso em: 20 out. 2009.

CLARKE, R.; KING, J. **O Atlas da água**. São Paulo: Publifolha, 2005. 128p.

CHELLAPPA, N. T. Cyanobacterial buoyancy and ecological dynamics of inland reservoir of the state Rio Grande do Norte, BRAZIL. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE LIMNOLOGIA, JOÃO PESSOA, PB. **Resumos...** p. 295, 2001.

CONAMA. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Classificação de águas doces, salobras e salinas no Território Nacional. Diário Oficial da União – Seção 1, nº 53, 18 de março de 2005.

COSTA, I. A. S. et al. The occurrence of toxic-producing cyanobacterial blooms in a semi-arid reservoir in the northeast Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, São Paulo, v. 66, n. 1b, p. 29-41, 2006.

ESTEVES, F. A. **Fundamentos da Limnologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência: FINEP, 1998.

LIMA, J. F. Os recursos hídricos no Brasil: algumas considerações preliminares. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 30, p 64-75, 1999.

MATSUZAKI, M., MUCCI, J. L. N., ROCHA, A. A., Comunidade fitoplanctônica de um pesqueiro de São Paulo. Phytoplankton community in a recreational fishinglake, Brazil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 5, 2004.

MMA. 1992. **Ministério do Meio Ambiente, Amigo da água**. Disponível em: <<http://www.amigodaagua.com.br/interna.aspx?path=planetaagua/default.aspx>> Acesso em: 20 out. 2009.

OLIVEIRA, M. V. C.; CARVALHO, A. R.; **Princípios básicos do**

**saneamento do meio**. 6. ed. São Paulo: SENAC, 1997.

PADISÁK, J. Use of algae in water quality monitoring. In: SALÁNKI, J.; ISTVÁNOVICS, V. (Eds.). **Limnological bases of lake management**. Shiga: Internatlake Environm. Committee Foundation, 1993.

REBOUÇAS, A. C. Água na região nordeste: Desperdício e escassez. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997.

ROCHA, A. C. L. **Caracterização limnológica e determinação da capacidade de suporte do Reservatório Mendubim- RN, para o cultivo de peixes em tanques rede**. 2008. 64 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SANTOS, M. L. M. N. **Estrutura e dinâmica do fitoplâncton e bacterioplâncton em cultivos de camarão no Rio Grande do Norte - Brasil: impacto sobre o ambiente natural**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SEMARH. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Coordenadoria de Gestão dos Recursos Hídricos. **Plano Estadual de Recursos Hídricos**, 2004. Disponível em: <<http://www.semarh.rn.gov.br/detalhe.asp?IdPublicacao=2231>>. Acesso em: 25 out. 2009.

SCHIMIEGELOW, J. M. M. **O planeta azul: uma introdução às ciências marinhas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

SPERLING, M. V. **Introdução à qualidade das águas e o tratamento de esgotos**. 3. ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 1996.

TSUKAMOTO, R. Y., TAKAHASHI, N. S. Cianobactérias + civilização = problemas para a saúde, a aqüicultura e a natureza. **Panorama da Aqüicultura**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 103, 2007.

UTERMÖHL, H. Zur vervollkommung der quantitativen phytoplankton methodik. **Internationale Vereinigung fuer Theoretische und Angewandte Limnologie**, v. 9, p. 1-38. 1958.

ANEXO 1

TABELA 2 - Freqüência de ocorrência das cianobactérias no período de estudo.

CIANOBACTÉRIAS	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	F.O %
<i>Aphanocapsa delicatissima</i>	x	x	x	x	x	x	100
<i>Chroococcus sp.</i>	x						17
<i>Geitlerinema sp.</i>	x	x					33
<i>Merismopedia sp.</i>	x						17
<i>Microcystis sp.</i>			x				17
<i>Planktolynghya sp.</i>		x	x				33
<i>Pseudonabaena sp.</i>			x			x	33
<i>Synechocystis sp.</i>				x			17
<i>Synechococcus sp.</i>					x	x	33

## LITERATURA: TECENDO APRENDIZAGENS NO PROCESSO INCLUSIVO

**Débora Braga Estanislau<sup>1</sup>; Josefa Veridiana Pereira de Lima<sup>1</sup>; Simara Pereira Martorano da Silva<sup>1</sup>; Thalita Samara de Lima Silva<sup>1</sup>; Joseane Maria Araújo de Medeiros<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Neste artigo se pretende promover uma reflexão com base nos resultados de uma pesquisa realizada na Educação Infantil de uma instituição escolar da rede privada, no ano de 2009, localizada em Natal/RN. O objetivo é destacar a importância da Literatura Infantil como ferramenta auxiliar no investimento da inclusão. O objeto de estudo foi fruto das inquietações vivenciadas pelas alunas do Curso de Pedagogia – FACEX, em situação de estágio, com o desafio de desenvolver um trabalho pedagógico em uma turma contendo um aluno com os sintomas do Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. Para atender as especificidades dessa investigação, se optou pelo Estudo de Caso, por focalizar temporalmente um fenômeno dentro do contexto real, que de fato abarca a problemática de desempenho e inclusão de uma criança em sala de aula. No processo de investigação as reflexões teóricas e as observações in loco nos permitiram comprovar a importância da Literatura Infantil no processo de intervenção pedagógica, proporcionando a inclusão e a aprendizagem da criança com TDAH. Portanto, se confirmou que o jogo lúdico presente na narrativa literária é fundamental para o desenvolvimento da criança com déficit de atenção e falta de autocontrole.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura; Aprendizagem; Inclusão.

### LITERATURE: PROMOTING LEARNING IN THE INCLUSIVE PROCESS

**ABSTRACT:** This paper intends to promote a discussion based on the results of a research carried out in the kindergarten of a private school, located in Natal / RN, in 2009. We aim at highlighting the importance of children's literature as

<sup>1</sup> Alunas do 8º período do Curso de Pedagogia da FACEX – Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão - Natal/RN.

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Prof<sup>ª</sup> do Curso de Pedagogia da FACEX – Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN - Natal/RN – E-mail: joseanefacex@gmail.com

an auxiliary tool in the process of inclusion. The study was a result of concerns experienced by students of FACEX Undergraduation Course of Pedagogy, facing the challenge of teaching during their professional training, in a class which a student who had symptoms of Attention Disorder Deficit and Hyperactivity Disorder - ADHD. To meet the specificities of this research, we chose the Study Case way for the process of analysis, in order to focus our attention in a temporary phenomenon within the real context, which actually addresses the issue of performance and inclusion of a child in the classroom. In the process of researching and theoretical reflections on-site observation allowed us to demonstrate the importance of children's literature in the educational teaching process, once it promotes the learning and the inclusion of children with ADHD. Therefore, we confirm that the playfulness aspect present in the literary narrative is something of great relevance to the development of children with attention deficit hyperactivity and lack of self-control.

**KEY-WORDS:** Literature. Learning. Inclusive process.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo aborda uma reflexão sobre a Literatura Infantil no processo de inclusão e no desenvolvimento de uma criança com sintomas de Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. A princípio pretendíamos construir uma metodologia pedagógica que favorecesse o aprendizado do aluno com esse diagnóstico, mas no processo evidenciamos a importância da Literatura Infantil como fundamental no investimento da inclusão, sendo esta questão o objetivo deste trabalho. O problema se constituiu durante a experiência no estágio supervisionado realizado em uma escola privada, localizada na cidade de Natal/RN no ano de 2009. Investigar esse tema é de grande relevância para a área educacional, pois, quando não diagnosticado em tempo hábil e com ações pedagógicas inadequadas, o distúrbio pode trazer profundas consequências para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças vitimadas.

Os professores, em sua maioria, não estão preparados teoricamente para lidar com as crianças com sintomas do TDAH e muitas vezes pensam estar diante de uma criança com dificuldade de aceitar limites, resultante de uma educação familiar permissiva. Algo compreensivo, mas que requer maiores esclarecimentos. O fato é que, conseqüentemente, a criança hiperativa tem problemas com os limites, em decorrência do seu limitado estado de concentração, que muitas vezes esbarra nas regras do espaço social, como por exemplo, a escola. No ambiente familiar, a criança vence os adultos pelo desgaste das constantes situações de agitação e transgressão, onde determinar regras fica em segundo plano, na maioria dos casos, apesar de sua importância.

Nos últimos anos, o tema TDAH recebeu muita atenção, em especial dos neurologistas e psicólogos, para atender às necessidades da demanda de pais em busca de diagnosticar seus filhos a fim deles serem mais compreendidos, ou seja, de justificar o comportamento impulsivo no contexto familiar e escolar. Porém, nem sempre o diagnóstico atende essa expectativa dos pais, pois nem toda criança que apresenta acentuada agitação corresponde aos sintomas desse transtorno, mas as dificuldades dos adultos de estabelecer e fazer cumprir as regras/limites.

## 2 METODOLOGIA

A princípio o levantamento bibliográfico norteou a compreensão e fundamentação teórica do objeto de estudo. O problema se constituiu na observação *in loco* ao nos depararmos com o desafio de desenvolver uma ação pedagógica com uma criança com sintomas do Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. A investigação ocorreu em uma turma da Educação Infantil com crianças de quatro anos de idade de uma escola privada. A criança, sujeito do nosso estudo, possui laudo médico e já havia estudado em três escolas apesar de sua pouca idade. Nessas instituições anteriores, a queixa do comportamento impulsivo da criança esbarrava nas limitações dos profissionais para desenvolver uma ação pedagógica correspondente às suas necessidades de aprendizado social e cognitivo.

Para atender às especificidades do problema optamos pelo estudo de caso por permitir a análise intensiva do objeto em questão. Segundo Bonoma (1985) o estudo de caso se aplica de forma bastante adequada para as pesquisas nas situações em que o fenômeno é complexo e quando o mesmo deve ser estudado dentro do seu contexto. Desse modo, esse método de pesquisa responde a questão do nosso estudo: como desenvolver um trabalho pedagógico em uma sala de aula com uma criança que apresenta sintomas de TDAH? Como o próprio método sugere (YIN, 2001), não há necessidade de controle sobre os eventos comportamentais, por isto fizemos uso da observação participante e análise da reação da criança, objeto de estudo, diante dos acontecimentos e/ou propostas pedagógicas.

A observação participante, conforme Lakatos e Marconi (2007, p. 196) “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo”. Através dessa observação estabelecemos uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado [...] dentro do sistema de referência deles” (MANN, 1970, p. 96).

A princípio nos detemos no levantamento bibliográfico, obtendo informações indispensáveis aos temas da investigação. Entender teoricamente o Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH se tornou crucial no projeto, como também pensar a Literatura Infantil como promotora de aprendizado e inclusão. Durante o processo de intervenção, propusemos diversas atividades visando atender

a necessidade do grupo, em particular da criança em estudo, que se encontrava com dificuldade de participar do trabalho pedagógico e de se incluir no grupo, pois já eram notórios os prejuízos na socialização e na aprendizagem em decorrência do quadro sintomático que ela apresentava. Chamaremos essa criança de João no decorrer desse artigo, preservando a sua identidade.

## 3 DISCUSSÃO

Estudos científicos sobre Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH vêm sendo realizados desde o início do século XX, e um dos primeiros autores a escrever sobre o assunto foi Dupré, que acreditava tratar-se de uma lesão cerebral mínima. Em 1966 um grupo de estudiosos concluiu que esta disfunção podia originar-se de múltiplos fatores além de influências relevantes como hereditariedade, fatores orgânicos, disfunções cerebrais, toxinas ambientais, sofrimentos fetais ou substâncias ingeridas durante a gravidez.

Segundo Cunha e Sobrinho (1999), a falta de evidências conclusivas, e as diversas formas de manifestações dos déficits de atenção levam a considerar que não existe apenas uma causa, mas uma interação de fatores biológicos e psicossociais que levam ao quadro clínico do distúrbio.

Muitas incertezas e controvérsias estiveram presentes na literatura dos déficits de atenção, no que diz respeito a sua avaliação clínica e o tratamento. Em 1980 a Associação Americana de Psiquiatria propôs uma nova denominação: Síndrome do Déficit de Atenção, a qual engloba tanto a hiperatividade como as disfunções que se originam da falta de maturação do sistema nervoso central, como falta de coordenação motora e equilíbrio, distúrbio de comportamento e dificuldades escolares.

O diagnóstico do TDAH deve ser feito baseado em critérios estritamente clínicos e operacionalmente bem definidos e claros, por envolver um processo de avaliação diagnóstica, que engloba a coleta de dados junto aos pais, professores, escola e a própria criança vítima do distúrbio.

Os estudiosos sobre o assunto, como: Luis Augusto Rohde, Paulo Mattos e Tatiana Roman afirmam que o TDAH é caracterizado por

fatores de comportamento que aparecem na infância e recebem as seguintes classificações: desatenção, hiperatividade/ impulsividade, ou ainda a combinação dos dois tipos (desatento e hiperativo/impulsivo).

No tipo desatento, a criança apresenta dificuldades de sustentar a atenção, desvia-se para outras atividades com facilidade, possui maior retraimento e isolamento social, além de não seguir instruções e ser desorganizado.

A criança com sintomas hiperativo/impulsivo demonstra dificuldade de se manter quieto e calmo, apresenta intensa agitação motora, fala excessivamente, age de forma precipitada e impensada, responde perguntas antes das mesmas serem formuladas, além de apresentarem problemas com regras, limites e relacionamentos.

O tipo combinado é caracterizado por apresentar características dos dois tipos (desatento e hiperativo/impulsivo), o que pode constituir-se um desafio ainda maior para o professor que travará um enfrentamento direto com alunos vitimados pelo transtorno.

Embora alguns autores acreditem que o TDAH é um transtorno, ou seja, uma doença que muitas vezes deve ser tratada com medicamentos, como, por exemplo, com a Ritalina, há também uma corrente representada por Jones (2004) que sustenta que o TDAH é um distúrbio comportamental, não uma doença. Em ambos os casos, o acompanhamento de um psicólogo e neurologista/psiquiatra é fundamental no tratamento, oferecendo orientações à família e à escola. Atualmente, alguns profissionais estão fazendo uso do Neurofeedback que altera os padrões de funcionamento cerebral através de uma tecnologia não invasiva, diferente do medicamento.

Segundo a bibliografia, a intensidade dos sintomas do TDAH não depende do déficit orgânico, mas da estrutura do ambiente que o sujeito está inserido, principalmente no que se refere à questão da permissividade, pois a falta de regras claras e horários na organização diária comprometem o aprendizado para a convivência em grupo.

O tratamento requer a integração de investimentos, ou melhor, a intervenção orgânica e comportamental, pois a medicação favorece no controle na disfunção orgânica no cérebro e a terapia na questão do comportamento, por ser necessária uma reestruturação no aprendi-

dizado da vida social em virtude do excesso de comportamento indesejado.

No ambiente escolar, a criança hiperativa é facilmente identificada por apresentar as características que definem a doença, como dificuldade de concentração, movimentação constante dentro da sala de aula, conversas constantes, dificuldade de relacionamento com os colegas, falta de respeito às regras e à rotina da sala. Características estas que farão com que o aluno vitimado pelo distúrbio apresente dificuldades de aprendizagem superior aos demais alunos de seu nível e idade, podendo conduzi-lo ao fracasso escolar.

Sabe-se que o TDAH tem um grande impacto no desenvolvimento educacional da criança. Estudos indicam que as crianças com TDAH em ensino regular correm risco de fracasso duas a três vezes mais do que as crianças sem dificuldades escolares e com inteligência equivalente (GORDON, 1991 apud ROHDE et al. 2003, p. 201).

Mesmo com todos os avanços que a escola atual vem conseguindo em termos de inclusão, ainda há uma desconsideração das diferenças individuais e pouca abertura para a diversidade, o que muitas vezes leva à impossibilidade de adaptação de recursos e metodologias para os alunos que necessitam de uma resposta mais individualizada. Por isso, muitas das dificuldades de aprendizado e má adaptação ao ambiente escolar do aluno com TDAH se intensificam pela falta de informação do professor acerca do transtorno e as intervenções necessárias para seu melhor desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem.

Segundo Rodhe et al. (2003, p. 155), “as informações da escola são fundamentais para afirmar o diagnóstico de TDAH. Em algumas situações, os professores tendem a maximizar os sintomas do transtorno.” Para o enfrentamento prático do TDAH o professor conta com várias estratégias; ele deve buscar informações a respeito do assunto, para desta maneira organizar a rotina de sala de aula, munindo-se de estratégias e metodologias de ensino, propiciando ao portador de TDAH tanto a possibilidade de integração e socialização, quanto um melhor desempenho na aprendizagem.

Os professores são, com frequência, aqueles que mais facilmente percebem quando um aluno está tendo problemas de atenção, aprendizagem, comportamento ou emocionais/afetivos e sociais. O primeiro passo a ser dado na tentativa de solucionar os problemas é verificar o que realmente está acontecendo (PARKER, 1996 apud RODHE et al. 2003, p. 205).

Observados os sintomas, o professor deverá recorrer à família, e a mesma deverá buscar profissionais capacitados para um diagnóstico e, se confirmado o TDAH faz-se necessário por parte da família promover atendimento especializado (psicólogo e neurologista). No que se refere à escola, favorecer para um trabalho de planejamento das estratégias e intervenções que deverão ser implementadas vida escolar do aluno, as quais podem incluir a adaptação do currículo, modificação do ambiente, adequação do tempo de atividade, metodologia empregada e processo avaliativo.

Compreendemos, então, que o aluno com TDAH impulsiona o professor a uma constante reflexão sobre sua atuação pedagógica, obrigando-o a uma flexibilização constante para adaptar seu ensino ao estilo de aprendizagem do aluno, atendendo, assim, as suas necessidades educacionais individuais (ROHDE et al. 2003, p. 206).

Após essa explanação sobre o transtorno em discussão invocamos o outro foco da questão: Em que a Literatura Infantil pode contribuir no desenvolvimento da criança com o sintoma? A discussão dessa questão surgiu após percebermos, na observação, que João, sujeito do nosso estudo, reagia positivamente aos momentos de contação de história, permitindo aprendizagem sócio-afetiva e cognitiva. O que era mais difícil com outras propostas de atividades pedagógicas em sala de aula, pois a concentração mínima decorrente da limitação da criança solicitava atividades que permitissem movimentação física. Porém, a narrativa literária lhe oferecia outra condição de movimento.

Essa narrativa conduz o sujeito a uma movimentação cognitiva,

que é atraído pela proposta de superar os limites da realidade através da ficção. O percurso de identificação e interligação do real para o ficcional convocado pelo conteúdo da história requer um envolvimento emocional, que em alguns casos ou situações do enredo o sujeito anula qualquer expectativa da narrativa compor o irreal, principalmente quando a criança não possui a capacidade de estabelecer a diferença entre o mundo da ficção e da realidade. Este também é um aprendizado gradual conquistado no processo de experiência com a linguagem simbólica oferecida pela Literatura Infantil. A esse respeito Amarilha (1997, p. 67) confirma colocando que “a literatura desencadeia o processo de lidar com o simbólico e é sua maior beneficiária, na medida em que tem leitores capazes de lidar com as fronteiras entre o real e o imaginário”.

João, sujeito do estudo, se encontra em fase desse aprendizado, em especial na efervescência do jogo lúdico, sendo este o meio atrativo para o aprendizado do mundo que lhe cerca. A Literatura propõe uma “leitura lúdica, nesse sentido, é uma modalidade de jogo que se desencadeia a partir das convenções do texto e oferece no processo prazer e conhecimento” (AMARILHA, 1997, p. 83).

Certamente, João, encantado pelo prazer proposto pela narrativa, entregou-se aos momentos da história de forma disponível. A situação parecia convocar o seu corpo a repousar e se colocar a disposição da concentração, quase tão difícil de ser alcançada, para vivenciar uma agitada ação mental e emocionada experiência lúdica proposta pelo faz-de-conta do enredo.

Príncipes, fadas, bruxas, lobo mau e outros personagens compuseram a trama de sentidos, trazendo a tona medos, carências e desejos inconscientes de acordo com sua necessidade e interesse. Foram em especial os contos de fadas que mais atraíram a atenção do João, como para toda criança, o significado das histórias correspondem as suas necessidades subjetivas. Para Bettelheim, (1990, p. 197) “o conto de fadas é a cartilha onde a criança aprende a ler sua mente na linguagem das imagens, a única linguagem que permite a compreensão antes de conseguirmos a maturidade intelectual”.

Desse modo, a identificação com o personagem corresponde a uma necessidade particular, apesar de a escola oferecer no momen-

to da história uma ação coletiva, ou seja, a turma é reunida com a finalidade de ouvir o enredo. A este respeito tivemos o benefício de aproximar João dos demais colegas, construindo vínculo afetivo através desse momento. Ler, ouvir, dramatizar e fazer outras atividades ligadas à história foram atividades realizadas em grupo com satisfatória aceitação.

Com relação à identificação, é preciso esclarecer que os conflitos emocionais da criança (medos, dúvidas, ansiedades) fazem parte da infância e os personagens dos contos permitem a projeção. Zilberman (1989, p. 57) relata que “a catarse constitui a experiência comunicativa básica da arte [...] a identificação torna explícita sua função social, estabelecendo ou legitimando normas”. Acrescentando ao pensamento, Amarilha (1997) frisa que

... nesse processo, a função do leitor está dada, mas ele terá que exercê-la sob várias formas; uma delas é a de vestir as máscaras do texto, conforme a identificação e catarse que experimente [...]. Convém lembrar que o processo de identificação não se dá de forma simétrica, como a projeção de espelho. Isto é, o leitor poderá identificar-se com um personagem ou situação que é bem diferente de si próprio. Essa possibilidade é desencadeada, justamente, pelo jogo de máscara.

É nesse contexto psicológico que o ouvinte ou leitor vive ludicamente a identificação com a história, levando-nos a inferir a importância desse gênero para o desenvolvimento afetivo e cognitivo do aluno pesquisado, especialmente quando lhe oferecemos a condição de reconstruir a trama ficcional através do faz-de-conta.

#### 4 CONCLUSÃO

No processo do estudo contemplamos o quanto é fundamental obter um conhecimento científico acerca da necessidade educativa que o aluno apresenta, bem como compreender que o espaço da sala de aula é um laboratório de investigação e construção de conhecimento.

Acreditamos na finalidade desse espaço e, na investigação, levantamos hipóteses, propomos atividades desafiadoras, observamos e

analisamos as reações de João, permitindo-nos a construir uma possibilidade de ação pedagógica com uma criança que apresenta os sintomas de *Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH*.

Observamos que ao invocarmos o momento da história através de frase poética ou da música convidativa, vimos o quanto ele era seduzido a viver as aventuras imaginárias que a narrativa propõe. Momento esse que nos permitia a estabelecer vínculos afetivos e um diálogo propício às aprendizagens necessárias para o seu desenvolvimento e socialização com os demais colegas da sala. Vimos o quanto a linguagem e o jogo simbólico fazem parte do universo infantil, confirmando que é através desse simbólico que se configuram muitas aprendizagens.

Portanto, consideramos imprescindível a sistematização da literatura infantil no processo educativo das crianças na Educação Infantil, especialmente nos casos que se tem presente em sala de aula alunos com necessidades educativas especiais.

#### REFERÊNCIAS

- AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas?** Literatura infantil e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- BONOMA, Thomas V. Case Research in Marketing: opportunities, problems, and process. **Journal of Marketing Research**, v. 22, May 1985.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CUNHA, Ana C. B.; SOBRINHO, Francisco de P. N. **Dos problemas disciplinares aos transtornos de conduta**. Rio de Janeiro: Dunya, 1999.
- JONES, Maggi. **Hiperatividade**: Como ajudar seu filho. São Paulo: Plexus, 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de

Janeiro: Zahar, 1970.

RODHE, Luis. A. et al. **Princípios e práticas em TDAH: transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

## **PROUNI: UMA EXPERIÊNCIA DO PÚBLICO E DO PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO BRASILEIRO**

**Joseneide Souza Pessoa<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Este estudo analisa o ensino superior no contexto brasileiro, mas especificamente, se volta para o Programa Universidade para Todos-ProUni. Tem por metodologia um estudo teórico de cunho bibliográfico, documental, e de caráter descritivo. Diante dos dados em análise, considera-se que o Programa assume uma perspectiva estratégica de governo para subsidiar a política de acesso ao ensino superior, sem que de fato, o público/estatal assumam o princípio de universalidade desta política, ao contrário, colabora para a sua execução por meio do setor privado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Público. Privado. Ensino Superior.

### **PROUNI: AN EXPERIENCE OF PUBLIC AND PRIVATE COLLEGE EDUCATION IN THE BRAZILIAN CONTEXT**

**ABSTRACT:** This study analyzes college education in the Brazilian context, but it turns, specifically, to a government education program called University for All -ProUni. The methodology used for the development of this paper was a theoretical one, a study of bibliography, documentaries, and it is of a descriptive nature. According to the data analysis, it was noticed that the government program analyzed is a strategy and a government policy to promote access to higher education, through a partnership with the private sector.

**KEY-WORDS:** Public. Private. College Education.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre em Educação. Doutoranda em Educação pela UFRN. Docente dos cursos de Serviço Social, Biologia e Pedagogia da FACEX.

## **1 ELEMENTOS CONTEXTUAIS PARA A COMPREENSÃO DA LÓGICA DO PROUNI**

A partir da década de 1980 no cenário internacional se discutia a implantação de reformas estruturais para o Estado e para a economia. Nesse mesmo momento, estava em pauta a discussão sobre os caminhos da educação superior no mundo, sendo atribuído a esse nível de ensino um papel de relevância para o revigoramento produtivo, mediante os avanços técnico-científicos necessários para o ingresso de uma nova sociedade fundada no conhecimento. Essa nova ordem social se descortinava, tendo em vista as expectativas pungentes para o século XXI, a de construção de uma sociedade pós-moderna.

Nesse mesmo contexto da década de 1980, na América Latina, em especial no Brasil, ocorre um processo de crise do regime ditatorial. Mais precisamente a partir de 1985, inicia-se um processo de abertura democrática, no País, que se materializou com a instauração da Nova República. Esse período se caracterizou pelas discussões políticas na perspectiva de construção de um Estado de bem-estar social, acoplado as esferas do público e do privado, resultando na promulgação da nova Carta Magna em 1988, que trouxe significativos avanços para a sociedade brasileira.

Convém salientar que o avanço jurídico e normativo alcançado, a partir da Constituição Federal de 1988, foi imprescindível para a efusão de novos atores coletivos e de pactos na arena política da esfera pública do país, porém, a construção de um Estado de bem-estar social foi inviabilizada, devido ao processo de reestruturação econômica e política em desenvolvimento e as imposições que o movimento internacional impunha, em decorrência das mudanças que se processavam em decorrência da estagnação produtiva e da crise fiscal do aparelho estatal. Em síntese, a idéia de bem-estar, de um alargamento do público/estatal estava descontextualizada para as características do momento econômico e político.

Mesmo nessas circunstâncias, observa-se que no País o discurso de proteção social continua na agenda política, tendo avançado em muitos aspectos no decorrer dos anos 1990, relativamente ao estabelecimento de políticas públicas universais e de gratuidades, sem de fato

consubstanciá-las efetivamente. Ao mesmo tempo, em que impunha medidas de ajustes econômicos orientados pelo consenso de Washington para restaurar o crescimento econômico e modernizar o aparelho do Estado, diante de uma situação de estagnação produtiva, movida, sobretudo, pelo descontrole do processo de expansão às avessas da globalização, processo esse, fortemente influenciado pelo avanço informacional e pelas mudanças incorporadas no processo de produção e reprodução da mais-valia na recomposição do capital.

E nesse mesmo sentido, a reforma do Estado no cenário brasileiro (de acordo com os seus defensores) era motivada, pelo menos, por três aspectos: o excesso de burocratismo, a centralização governamental e a falta de eficiência dos serviços públicos, oriundos dos ranços da Ditadura. Então, a reforma era muito bem-vinda para amplos setores da política brasileira e seguia a orientação político-econômica prevalecente na América Latina, o neoliberalismo.

A partir dessa nova orientação política, o Estado brasileiro entra em uma nova fase a qual buscava reorganizar o projeto de 'bem-estar social', dando-lhe um caráter mais liberal e, neste caso, em relação à educação do país, era urgente democratizar o acesso às modalidades de ensino para diminuir os déficits de escolaridade, tanto na educação básica quanto na superior.

A escolha inicial para resolver os problemas educacionais foi re-desenhar a educação pública por meio da criação de um novo plano nacional, bem como, recompor as forças motrizes entre o público/estatal e o privado/sociedade civil com um chamamento à solidariedade social, parcerias, projetos, enfim, produzir um revigoramento político e social baseado nas concepções liberais, numa mescla entre três forças ideológicas: o velho conservadorismo latino-americano, as idéias da Terceira Via e os princípios do neoliberalismo, rompendo mais seguramente com tendência da social-democracia que orientou em parte a elaboração da Constituição Federal de 1988.

Assim, a orientação neoliberal à moda brasileira, influenciada pelas agências transnacionais e pela direção política dos governos ditos democráticos (após 1985), fundamentou a construção, de forma mais delineada, de um projeto de modernização do país. Isso fica mais visível nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso com a

efetivação do Plano Real em 1995 e pelas amplas reformas desenvolvidas nesse período (1995/2002).

Por outro lado, a educação nas décadas de 1980/1990, foi largamente discutida por autoridades, intelectuais e organizações da sociedade civil que colocaram como proposta inicial, a urgência em democratizar a educação, tanto no que se referia ao acesso quanto à sua gestão. Ou seja, promover um alargamento da esfera pública por meio de uma escola crítica e participativa. Entretanto, este projeto inicial ficou em discussão por oito anos, passou por várias fases de reformulações até que em 1996 foi finalmente aprovado pelo governo, e foi sem dúvida a menos ambiciosa, do ponto de vista do alargamento da dimensão do público/governo na manutenção da educação. A proposta final aprovada atendia às concepções de reforma do Estado já em ampla discussão, tendo assim, o seu projeto originário sido modificado e adaptado às novas diretrizes internacionais para a educação. A nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei nº 9.394/96), segundo Cury (2004) promulgada em 1996 confere uma democratização à escola e atribui ao Estado um papel menos interventor e mais regulador nos processos de avaliação do campo educacional.

Ou seja, firmou-se o entendimento de que a educação não é um dever exclusivo do Estado. Essa tarefa cabe também, à família, à comunidade, às organizações e às empresas. O entendimento da lei é de que só com a comunhão de vários entes será possível prover as condições necessárias para publicização da educação. O termo 'publicização' se refere à educação como um *bem comum* da sociedade. Nesses termos, a esfera pública, não é o lócus político do Estado, mas do conjunto organizado por ele, sem que ele seja, o principal agente deste processo. Percebe-se aqui, que a imbricação entre o público e o privado determina a nova face do Estado reformado, menos governo, mais mercado ou quase-mercado no campo educacional.

A LDB no âmbito da educação superior não alargou muito a discussão em torno dos seus problemas mais graves, sendo um deles, a dificuldade de acesso ao ensino superior público no país. Porém, segundo Didonet (2000), o Plano Nacional de Educação (2001-2010) estipulou como meta, o aumento de 30 % em acesso de vagas para os alunos que estão na faixa etária entre 18 a 24 anos até o ano de 2010.

Entretanto, questiona-se esta meta, considerando que a necessidade de acesso ao ensino superior ultrapassa este limite de idade, pois temos no atual contexto apenas 12.0% de alunos, nessa faixa de idade, matriculados nesse nível de ensino.

Esse quadro torna-se cada vez mais complexo porque o mercado de trabalho, em razão das mudanças estruturais em desenvolvimento, exige uma qualificação profissional crescente. Nesses termos, aumentam as demandas de formação tanto para os indivíduos que não tiveram oportunidade de acesso ao mercado de trabalho quanto para aqueles que mesmo estando incluídos nesse mercado necessitam se atualizar para nele permanecerem. Destaca-se que essa demanda formativa, em nível superior, decorre, dentre outros fatores, pelo fato de que os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio são poucos estimulados e fragilmente aproveitados no cenário produtivo brasileiro, restando, desse modo, ao ensino superior um peso maior na qualificação para o trabalho.

## **2 PROUNI: UMA ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR**

E nesse mesmo contexto anteriormente delineado que o setor privado vem historicamente ocupando o espaço do setor público/estatal no ensino superior com uma margem grande de diferença. Cerca de mais de 70% dos alunos do ensino superior estão matriculados na rede privada (INEP, 2008).

E com a meta de alargamento do ensino superior, a rede privada tem dois aspectos ao seu favor: uma demanda que decorre processo de expansão do ensino médio; e as políticas de incentivo do governo para o setor privado de ensino. Para ampliar a participação do setor privado no ensino superior, medidas de colaboração entre o setor público/governo e o privado (organizações com e/ou sem fins lucrativos) vêm sendo paulatinamente firmadas, tendo em vista o processo de expansão, diversificação e o aquecimento da concorrência entre as faculdades/universidades privadas.

A dinâmica de concorrência no setor privado resulta em prováveis prejuízos financeiros decorrente de vagas obsoletas que o setor já detém, precisamente por três grandes aspectos gerais: primeiro, os es-

tudantes não conseguem manter os custos com a formação; segundo, as precariedades dos estabelecimentos de ensino e dos projetos pedagógicos, e terceiro, os problemas de disponibilidade de tempo para estudar, diante de uma carga horária de trabalho crescente. Em conjunto, esses três aspectos gerais, dentre outros, colaboram para gerar um mercado privado de educação também precário em grande parte nos estados brasileiros, sendo comum, o abandono e a rotatividade de alunos nas instituições particulares (com ou sem fins lucrativos).

Nesse setor de ensino, existe um precarização latente, tanto para quem estuda (os alunos) e para quem trabalha (os professores) bem maior do que no setor público. O profissional de educação superior, tornar-se expropriado de suas condições de trabalho e de renda, e com pouca ou quase nenhuma segurança no trabalho.

Mais para responder as carências econômicas dos alunos, as políticas de governo têm atribuído programas de incentivos de acesso ao ensino superior. Um deles, é o Programa Universidade para Todos (ProUni) que exemplifica bem a imbricação entre o público e o privado no Brasil, uma vez que está permeado pelo discurso da democratização do acesso ao ensino superior e, ao mesmo tempo, funda um nova mediação com relação aos incentivos governamentais para área privada, mediante a isenção de impostos tributáveis das organizações com ou sem fins lucrativos e a concessão de bolsa (integral e/ou parcial) de estudos aos alunos de baixo poder aquisitivo.

Ou seja, o governo devolve ao setor privado o que o aluno pagaria à faculdade, de forma diversa, pois a isenção funciona como um agenciamento entre o setor público e o privado. E ainda garante às organizações de ensino superior com fins lucrativos migrarem para a titulação de Organização Social Com Interesse Público - OSCIPs, (FERRAREZI e REZENDE, 2001), pois ficam isentas de um conjunto de impostos públicos. Para os grandes estabelecimentos de ensino, isso é mais uma vantagem que o setor público oferece, pois não prejudica os seus quadros de vagas, ao contrário, diminui a oscilação de vagas sobranes dos cursos e ocorre uma diminuição da carga de impostos que deveria ser paga ao governo.

O ProUni, portanto, se apresenta no texto legal como uma política de incentivo à inserção ao ensino superior, tendo sido criado em

2004 pelo do Decreto-Lei nº 10.891/2004, regulamentado pela Lei 11.096/2005. A proposta do programa se destina ao atendimento das demandas sociais postas pela sociedade em torno do ensino superior, tendo um caráter de uma ação afirmativa e de inclusão social.

A proposta desse programa se apresenta como uma estratégia de governo para diminuir a tensão social em torno do acesso ao ensino superior a partir de parcerias com entidades mercantis e/ou filantrópicas que atuam no âmbito do ensino superior. ProUni se caracteriza como uma oportunidade para o egresso do ensino médio ter acesso ao ensino superior por meio de uma bolsa de estudos (que pode ser de valor integral ou parcial do curso) concedida de acordo com os critérios de seleção, estabelecidos no artigo 2º da Lei nº 11.096/2005, assim, tem acesso ao benefício, o aluno que:

Tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; portador de deficiência, nos termos da lei e a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica [...] (p. 1).

Os demandatários contemplados nessas condições devem ainda auferir uma renda mensal familiar per capita que não exceda ao valor de até 1 (um) salário mínimo e ½ (meio) para ter acesso à bolsa integral e em relação à bolsa parcial, não deve exceder o valor de até 03 (três) salários mínimos, conforme reza o Art. 1º do § 1º e 2º da supracitada lei.

O critério da renda familiar excetua-se no caso do candidato à vaga ser professor da rede pública. O programa, ainda conta com os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e/ou outros critérios definidos pelo Ministério da Educação para avaliar o candidato quanto ao consentimento das vagas.

A quantidade de vagas é delimitada pelo governo, a forma de distribuição das bolsas se dá de acordo com a capacidade de matrícula das entidades de ensino, não excedendo a proporção de *uma vaga* para o Programa para *nove matrículas* realizadas para outros tipos

de ingressos.

Em relação à quantidade de bolsas destinadas pelo ProUni<sup>7</sup> nestes três anos de atuação, pode ser visualizada na Tabela 1, apresentada a seguir:

TABELA 1 - Nº total de inscritos e nº total de bolsas ofertadas por período - ProUni (2005-2008)

Períodos*	Nº Total de Inscritos	%	Nº Total de Bolsas	%
2005	422.531	13,4	122.275	18,8
2006	994.405	31,5	138.668	21,3
2007	668.561	21,2	163.854	25,2
2008	1.064.915	33,9	225.005	34,6
<b>Total</b>	<b>3.150.412</b>	<b>100%</b>	<b>649.802</b>	<b>100%</b>

\* Incluídos dos dois semestres a partir de 2006.

Fonte: SISPROUNI (2008).

Esses dados indicam um percentual abaixo de atendimento aos alunos. Observa-se um grande descompasso entre a procura e a concessão da bolsa a alunos, o que representa uma limitação até mesmo quantitativa de operacionalização dessa política de acesso ao ensino superior. Questiona-se, ainda, se o número indicado do crescimento das bolsas corresponde, de fato, a ofertas de novas vagas, por ano de evolução do Programa, ou se são quantitativos condensados por uma soma consecutiva a partir de 2005. Ou seja, são alunos novos ingressantes a cada ano ou repetem-se suas matrículas no Programa.

Essa observação é importante, pois a duração de um curso superior atinge em média quatro anos de formação, como o programa é recente, não perfaz nem mesmo um ciclo de formandos a partir do ProUni; só a partir de 2009 é que poderemos analisar a efetividade em relação à quantidade de alunos ingressos no ano de 2005, neste programa.

Caso, a estimativa seja de números de novos alunos a cada ano, o ProUni tem como expectativa atingir cerca de 3.150.466 formandos

<sup>7</sup> Dados coletados no site: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) / ver: [prouni-inscrição.mec.gov.br](http://prouni-inscrição.mec.gov.br).

dentro de um prazo médio até 2012, se contarmos com os ingressos de até 2008.

É, portanto, um projeto de médio e longo prazo que só terá visibilidade pública se os governos subsequentes continuarem com essa política de acesso ao ensino superior e exige-se ainda assim, o acompanhamento de sua efetividade junto aos alunos e às instituições de ensino participantes do programa.

Pelo número de bolsas concedidas, o governo brasileiro estima que já renunciou em favor das empresas do setor educacional, impostos em valores de 4.970.000,00 que correspondem o que seria arrecadado durante o período de 2005 a 2007, junto às essas entidades de ensino. Segundo os dados da Receita Federal do Brasil, foram concedidas por meio do Programa, 374.368 bolsas integrais e 265.434 bolsas parciais distribuídas (TAB. 2).

TABELA 2 - Total de bolsas ofertadas por tipo (integral e parcial) do ProUni 2005-2008.

Períodos*	Bolsa Integral	%	Bolsa Parcial	%
2005	71.905	19,3	40.370	15,2
2006	98.698	26,3	39.970	15,0
2007	97.631	26,0	66.223	24,9
2008	106.134	28,4	118.871	44,9
<b>Total</b>	<b>374.368</b>	<b>100%</b>	<b>265.434</b>	<b>100%</b>

\* Incluídos dos dois semestres a partir de 2006.  
Fonte: SISPROUNI (2008).

O quantitativo de bolsas ofertadas não se elevou muito durante esse período registrado, mas, por outro lado, quando se observa o quadro das cidades privilegiadas pelo Programa, sua ação está mais concentrada nas capitais dos estados, mesmo assim, segundo as informações do Sistema de Informação do ProUni - SISPROUNI (2008), não assegura nem mesmo a demanda dessas áreas.

Em 2008, verifica-se que o número de concessões de bolsas parciais começa a aumentar, representando, desse modo, uma diminuição de gastos do governo com o programa de bolsas integrais. Isso significa que o governo assume uma estratégia de repartir com as famílias ou com os alunos diretamente os custos da formação. Res-

ta investigar mais detalhadamente, em estudos subsequentes, como será a evolução do programa neste aspecto.

As bolsas concedidas no âmbito do programa atenderam as cinco regiões do país, sendo que a região sudeste foi a mais beneficiada (52,0% de bolsas integrais e 48,0% parciais) e menos atendida foi região norte (5,0% de bolsas integrais e 4,4% de bolsas parciais) (TAB. 3).

TABELA 3 - Total de bolsas ofertadas por tipo (integral e parcial) do ProUni 2005-2008.

Período (2005/2007)*	Bolsa Integral	%	Bolsa Parcial	%
Sudeste	138.957	52,0	70.147	48,0
Sul	51.450	19,1	34.497	23,5
Nordeste	41.840	15,5	20.016	13,6
Centro-Oeste	22.621	8,4	15.338	10,5
Norte	13.586	5,0	6.565	4,4
<b>Total</b>	<b>268.454</b>	<b>100%</b>	<b>146.563</b>	<b>100%</b>

\* Incluídos dos dois semestres a partir de 2006.  
Fonte: SISPROUNI (2008).

Dentre as organizações que participaram do Prouni e que receberam isenções de impostos a recolher, no período de 2005 a 2007, evidencia-se o seguinte quadro: 49,5% de instituições com fins lucrativos, 30,0% de entidades beneficentes de assistência social e 20,3% de entidades sem fins-lucrativos não-beneficentes (SISPROUNI, 2008). Chama-se atenção, todavia, para o caráter das organizações que se dizem não-lucrativas e beneficentes, considerando que estes títulos foram adquiridos por meio das brechas legais da legislação brasileira, o que colabora para a frágil caracterização entre entidades públicas e privadas de ensino.

Outro fator que merece destaque é se o montante de tributos não recolhidos pelo governo para beneficiar as bolsas dos alunos do ProUni assumem, de fato, a proporção revelada, pois a lei de incentivo a entidades beneficentes e de fins não-lucrativos não consta tanto impostos a receber, principalmente após a promulgação da Lei 9790/99 que cria as (OSCIPs). Ou, o governo assume esse gasto

ou é passível de uma parceria de ajustamento com o setor privado (lucrativo e não-lucrativo) frente ao Estado, pois outras políticas de isenções são desenvolvidas pelas políticas de governo.

Por outro lado, um fator positivo que pode se traduzir como uma correção do setor privado de ensino superior é a identificação de quantas entidades deixam de ser cobradas em seus impostos e quantas aderiram à lei para serem beneficiadas com as isenções, regularizando um pouco mais este setor.

Cabe também discutir se existe uma rotatividade em relação aos alunos ingressantes, pois os dados governamentais não comparam quantos alunos foram beneficiados a cada ano e quantos desistiram durante o mesmo percurso, principalmente os alunos mais carentes em que a formação ainda tem um custo, fora os gastos com as mensalidades.

No que se refere à forma de financiamento das bolsas de estudo, as entidades de ensino superior que aderirem ao ProUni, ficam isentas por um período de 10 anos dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social do Lucro Líquido<sup>8</sup>, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social<sup>9</sup> e Contribuição para o Programa de Integração Social<sup>10</sup> no período de vigência do contrato, o qual pode ser prorrogado por dez anos, tempo máximo de adesão ao programa.

Esse mecanismo de transferência de recursos por meio da inversão de impostos para organizações privadas é uma prática consolidada no âmbito dos governos brasileiros, e histórica em relação à educação. Quase sempre foi permitida às organizações ditas sem fins lucrativos, denominadas de filantrópicas ou assistenciais, a abolição dos impostos, devido às atividades que exercem de apoio a causas sociais, e contraditoriamente, boa parte destas organizações cobram as devidas mensalidades junto às famílias por seus serviços educacionais, e muitas destas instituições são as mais caras no mer-

cado privado de educação. Ou seja, é um mercado também elitizado na sociedade brasileira

Desde os tempos dos jesuítas, se vê essa prática de benemerência no fazer educacional que atualmente se propaga em quantidades, cada vez mais abrangentes, embora com outras características. Observa-se nesse atual momento um aumento significativo de organizações empresariais voltadas para serviços educacionais e, mesmo aquelas de cunho lucrativo são bem aceitas pelo governo em nome de promover a democratização do acesso ao ensino superior.

Isso se reveste ideologicamente em uma situação preocupante para os setores sociais que dependem de políticas públicas para o acesso à educação superior, porque descaracteriza a possibilidade de um movimento de democratização no acesso a este nível de ensino a partir de uma participação mais consistente do Estado, pois o aviltamento da democratização do ensino superior por meio do público/governamental permite a incorporação da lógica mercadológica, que é inversa ao projeto de desenvolvimento social do país.

Essa aceitação da ampliação do ensino superior por entidades privadas e subsidiadas pelo Estado está presente, nesse momento, nas políticas de governos e se materializa tanto pela fomentação de recursos quanto pela regulamentação legislativa, representando um movimento em que a esfera pública/estatal beneficia o setor privado de várias formas.

### 3 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Essa tendência (de imbricamento público/privado) se caracteriza por um processo de privatização de serviços de responsabilidade social do Estado, direcionando parte desses serviços para o setor privado. Tal mecanismo se coaduna com desenvolvimento dos pressupostos de uma economia de mercado, bem aceitável aos padrões do Banco Mundial. Assim, o governo cumpre as promessas de expandir e diversificar o ensino superior, tendo como principal parceiro o setor privado, ou seja, por meio de medidas que representam um imbricamento entre o público e o privado, sem que o Estado execute diretamente parte significativa dos serviços, e, assim, diminua a sua carga de recursos na gestão do ensino superior, sem diminuir,

<sup>8</sup> Instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de novembro de 1988.

<sup>9</sup> Instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991.

<sup>10</sup> Instituída pela Lei Complementar nº 7 de 07 de setembro de 1970.

contudo, a sua função de gestor central e ainda fortalece o mercado educacional.

Nesse sentido, o ProUni pode ser compreendido como uma política de governo em conformidade com as atuais orientações da reforma do Estado, fundadas nos preceitos do neoliberalismo. O referido programa é concebido com base em um discurso modernizador, sem, no entanto, redimensionar o problema central da educação superior no País, visto que esse nível de ensino encontra-se predominantemente sob o domínio privado. Essa situação foi concretizada em decorrência da incapacidade do Estado brasileiro em não gerir uma política de Estado, mas de governo para a educação superior. Sendo, as suas reformas nos anos 1990, marcadamente de caráter competitiva, permeadas pelos imperativos financeiros, como bem explicou Carnoy (2002).

Essa lógica incide sobre o processo de expansão ampliada de novas possibilidades de lucratividade no setor da educação superior, aliada ao potencial agregador do Estado em consubstanciar essa passagem do público para o privado. Nesse caso, o ProUni, se identifica como uma ação público-estatal vinculada ao espaço privado com interesse público não-estatal, conforme caracterização de Modesto (2001).

De acordo com Silva, Gonzalez e Brugier (2008), isso vem ao encontro da expansão de serviços educacionais como preconiza a Organização Mundial do Comércio - OMC, a qual recomenda que as áreas de serviços possam ser transformadas, seguindo a mesma estrutura e as mesmas características da esfera produtiva.

Mesmo que o governo brasileiro não tenha (ainda) assinado o acordo de regularização de serviços educacionais ao livre mercado da OMC, não invalida a tese de que isso já vem acontecendo com as organizações privadas nacionais, e cada vez mais aberto ao capital internacional de universidades estrangeiras que atuam no território brasileiro, diretamente ou indiretamente, por meio de estratégias pedagógicas, tais como: os cursos à distância, em que legislação brasileira é favorável para que empresas educacionais vendam os seus serviços por meio da internet ou de redes de satélites por sinal de TV.

Importa sublinhar, no entanto, que o crescimento das organiza-

ções privadas de ensino superior, no cenário brasileiro, não é fruto de apenas um governo, mas de uma tendência histórica de fragilidade governamental frente à educação do país, resultando em um processo de estagnação no acesso da população ao ensino superior, principalmente, as de camadas economicamente mais precarizadas que com muitos custos conseguiu concluir o ensino médio.

E por outro lado, as políticas educacionais desenvolvidas pelo setor público/estatal não levaram substancialmente a uma gradativa elevação dos níveis de ampliação de vagas, ao contrário, apresentam-se graves distorções em relação ao custeio, abertura de novos cursos condizentes com as necessidades produtivas e culturais do país, afetando toda a sociedade brasileira.

A fragilidade da materialização dos serviços públicos, portanto, afeta as conquistas legais e constitucionais de universalização à educação, principalmente em relação ao ensino superior que só logrou um nível de desenvolvimento mais nítido, no País, a partir da década de 1960.

Embora na atualidade considere-se que o ensino superior seja altamente vantajoso para a construção de uma sociedade do conhecimento, verifica-se que no Brasil, este nível educacional foi o que menos recebeu atenção dos governos nas últimas décadas do século XX, principalmente quando focalizaram na década de 1990, o ensino fundamental como aquela área educacional que deveria receber uma maior atenção governamental, devido aos graves indicadores negativos da realidade brasileira e a difusão da oferta de uma 'educação mínima' como a função central do Estado 'democrático' à moda neoliberal, sendo a versão impressa pelo Banco Mundial para a América Latina.

Vale considerar que o Brasil avançou diante das premissas do Banco Mundial neste aspecto, pois considerou na LDB/96, o termo 'educação básica' como uma soma entre as modalidades de ensino: infantil, fundamental e média, e não a idéia de 'educação mínima' tal como descrita pelas agências internacionais, que pela tradução não equivale aos anos iniciais de formação fundamental. Mas no plano prático, o Estado brasileiro está diante de uma responsabilidade grande e que é cada vez maior em consolidar a educação básica. É,

portanto, inegável que foi um salto positivo para a democratização da educação básica no aspecto jurídico-legal.

Mesmo que ainda consideremos incompleta essa ação do setor público/estatal, porque separou a educação básica da educação superior, não tendo de fato um sistema educacional, mas dois sistemas com diversas fraturas internas em cada área. E por outro lado, a lógica da mercadorização não deixou de ser evidenciada nos amplos setores da educação brasileira, pois o governo não consegue atingir satisfatoriamente em termos de efetividade nem mesmo o ensino fundamental, e é cada vez mais ampla a penetração do setor privado em todos os âmbitos educacionais, principalmente no ensino superior.

A estratégia de mercadorização do ensino superior perfila-se diretamente com as diretrizes mais gerais dos organismos internacionais, principalmente com as orientações do Banco Mundial e OMC. Tais diretrizes se traduziram em uma retirada estratégica de investimentos do setor público em benefício de novos espaços privados para garantir a recomposição do capital que amplia, cada vez mais, o seu raio de ação no setor de serviços, sendo a educação superior um dos setores mais promissores do ponto de vista estratégico, como também rentável para o capital.

Essa tendência está expressa fortemente tanto em instrumentos normativos que regulamentam esse nível de ensino quanto no Anteprojeto de Reforma Universitária<sup>11</sup>, que se encontra em processo de tramitação no Congresso Nacional. Tal projeto contempla linhas bem definidas sobre como deve ser a educação superior, particularmente no que se refere ao funcionamento das organizações públicas e privadas em que estas são amplamente beneficiadas.

Importa lembrar que a universidade enfrenta, neste início de Século, uma crise que tem as suas raízes nos últimos anos do Século passado. Essa crise configura-se em suas dimensões de hegemonia,

legitimidade e institucionalidade (SANTOS, 2004) e afeta diretamente o significado social da Universidade e do conhecimento universalizado, tão importante para a dinâmica de participação livre na esfera pública.

Essa situação de crise indicada por Santos (2004), no caso brasileiro, não indica a busca de uma solução para redimensionar uma política de Estado que proponha alternativas de maior investimento público para o setor da educação superior. Meneses (2001) declara, que as propostas ensaiadas para a educação superior no País não expressam outra direção de mudança, ao contrário, legitimam o estado de cerco que se encontra a universidade pública.

Amaral (2003), também alerta sob a perspectiva histórica de negação do Estado em não assumir a política de financiamento da educação superior pública. Considera que “[...] a vinculação constitucional de recursos financeiros é um dos temas polêmicos atuais sobre o financiamento da educação brasileira” (p. 6). E esse aspecto é, de fato, um dos pontos centrais da atual política que pressupõe o redimensionamento do papel do Estatal e diminuição da sua ação de intervenção para enxugar seus gastos e procurar ser um melhor investidor. E nesse sentido, considera que o financiamento da educação pode ser partilhado com a sociedade.

A ênfase da proposta atual de uma nova Reforma para a educação superior exprime uma consolidação de estrutura privada desse nível de ensino. Antes mesmo da sua aprovação, pelo Congresso Nacional, o governo já vem efetivando medidas que fazem parte da proposta da Reforma Universitária, principalmente com políticas compensatórias, tal como, o ProUni.

Percebe-se, portanto, que tais medidas estão em consonância com os encaminhamentos propostos pelas agências transnacionais. A nova lei de regulamentação da educação superior (em tramitação lenta no Congresso Nacional) é a preceituação mais efetiva das diretrizes dessas agências e consolidam o pacote de receitas já empregadas no governo anterior (Fernando Henrique Cardoso), mediante a consolidação da imbricação público/privado e um Estado mais enxuto e dinâmico em relação às políticas sociais.

O atual governo (Luis Inácio Lula da Silva) segue uma linha

<sup>11</sup> Está em pauta para ser aprovado no Congresso Nacional, o anteprojeto de lei que visa alterar as seguintes leis que regulam a educação superior: 5.540/68; 8.958/94; 9.504/97; 9.532/97; 9.870/99; PNE 10.172/01; 10.480/02 e a LDB 9.394/96.

reformista e talvez com características mais emblemática para ser compreendida, pois, ora o governo atribui importância ao setor público/estatal, ora, prioriza o privado, ou consubstancia os dois, ao mesmo tempo. Porém, vale ressaltar, que as duas gestões do atual governo (a segunda ainda em processo) investiram mais no setor público de ensino superior do que as duas gestões anteriores do governo de Fernando Henrique Cardoso, mas não rompe com as regras da reforma do Estado que dita: menos público/estatal, mais privado/mercado, e por outro lado, ainda fortalece o papel do Estado avaliador da eficiência e da produtividade de uma 'governança imbricada', sem perder o poder público de administrar, cada vez mais, até mesmo o mercado.

E nesse sentido, o ProUni é um exemplo característico de como se dá a materialização da articulação entre o público e o privado, sem prejuízo ideológico para o Estado, pois atua como catalizador do mercado quando promove as condições de apoio e revaloriza-se por implantar medidas de democratização no acesso ao ensino superior, sem tocar na questão central, a fragilidade da política educacional pública para o ensino superior, e então, as entidades privadas de ensino superior, sejam nacionais e/ou internacionais, beneficiam-se dessa política.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. O financiamento do ensino superior público no Brasil: dos jesuítas a FHC. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES, Ano XIII, n. 30, p. 100-109, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - ProUni, regula atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891 de 09 de julho de 2004, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.andes.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2008.

CARNOY, M. **Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber.** Brasília: UNESCO, 2002.

CURY, C. R. J. **Apresentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96).** 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

DIDONET, V. **Plano Nacional de Educação (PNE) – Legislação.** 2. ed. Brasília, DF: Plano, 2000.

FERRAREZI, E.; REZENDE, V. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a Lei 9.790/99 como alternativa para o Terceiro Setor.** Brasília: Comunidade Solidária, 2001.

MENESES, L. C. **Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira.** São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MODESTO, P. Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil: as dúvidas dos juristas sobre o modelo das organizações sociais. In: MEREGE, Luis Carlos (Coord.); BARBOSA, Maria Nazaré Lins (Org.). **Terceiro setor: reflexões sobre o marco legal.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 11-35.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, C. C.; GONZALEZ, M.; BRUGIER, Y. S. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-143.

## Documentos resgatados da internet:

BRASIL. **Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior.** Documento II. Disponível em: <<http://www.andes.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Exposição de motivos: anteprojeto da lei da educação superior.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 3.268 de 18 de outubro de 2004.** Dispõe sobre os procedimentos para a adesão de Instituições de ensino superior ao programa Universidade para Todos - ProUni e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.andes.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - ProUni, regula atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891 de 09 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.andes.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Sistema de Informação do Programa Universidade para Todos. Disponível: < <https://prouni.mec.gov.br/prouni2006/login/default.asp>>. Acesso em 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível: < <http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 15 ago. 2008.

## CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO ATRAVÉS DE COMPETÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR<sup>1</sup>

**Antônia Verônica Mélo de Lima<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Hodiernamente, discutir questões referentes a currículo consiste em tratar de uma área de estudo e de pesquisa densas, que requer vários questionamentos sobre a concepção de educação que se tem e que se deseja. Isto porque, as pessoas envolvidas no processo educacional são dotadas de uma identidade com características biológicas, sociais, culturais, afetivas, cognitivas, comportamentais e políticas pelas quais lhes conferem a individualidade. Este artigo apresenta uma discussão acerca da construção do currículo do ensino superior por competências, considerando a complexidade quando se trata de educação e se elabora um currículo. Isto porque não é possível enxergar o currículo como objeto intocável, mas sim, como construção histórica. Não existe, portanto, neutralidade quando se trata de currículo, o que requer uma modificação na concepção de aprendizagem no ensino superior para que se possa colaborar com a formação integral do cidadão e ainda desenvolver as competências requeridas pelo mundo do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo. Competência. Aprendizagem.

### CONSTRUCTION OF CURRICULUM THROUGH ABILITIES IN COLLEGE EDUCATION

**ABSTRACT:** In the present time, to discuss issues related to curriculum is to deal with a dense area of study and research that requires some questionings about the current conception of education society has, specially because the people involved in the educational process are endowed with biological, social, cultural, affective, cognitive characteristics and a political identity of which their individuality can be formed. This work consists of an attempt to elucidate the construction of curriculum for graduation courses through abilities, considering the complexity involved when it comes to education and the elaboration of a

---

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado do TCC do Curso de Especialização em Formação Docente para o Ensino Superior da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Diana de Freitas Gurgel.

<sup>2</sup> Professora no curso Bacharelado de Secretariado Executivo da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte - FACEX. E-mail: [veronica.melo@cosern.com.br](mailto:veronica.melo@cosern.com.br)

curriculum, being that it is not possible to see it as an untouchable object, but as a historical construction. Therefore, there is no neutrality when the subject is a curriculum, which requires a change in the conception of learning in higher education so that it must collaborate with the integral formation of the citizen and still develop the abilities that the world as a working place requires.

**KEY-WORDS:** Curriculum. Competences. Learning.

## 1 INTRODUÇÃO

O discurso etimológico dos conceitos de competência e currículo nos remete para a identificação das dificuldades e perspectivas de um currículo mobilizado para o saber em ação, voltado para uma transferência efetiva de aprendizagem, onde os discentes, em situações adversas da sua vida profissional possam aplicar os conhecimentos adquiridos no seu processo de formação. O ensino meramente transmissivo, sem estabelecer uma ligação com o cotidiano, pautado por objetivos e conteúdos rígidos tem apresentado constantes insatisfações aos alunos e contribuído para a baixa qualidade do seu desempenho profissional e que, após o término do curso superior, ficam com a sensação de que nada sabem para o exercício de suas atividades.

Percebemos que as mudanças curriculares têm sido hoje uma prática comum nas universidades, pois as discussões sobre o currículo dos cursos perpassam pelas disciplinas básicas e profissionalizantes, e levantam questionamentos quanto a se possuem ou não atividades interdisciplinares, se as aulas práticas atendem ou não às necessidades dos alunos, se os programas estão ou não alinhados com as expectativas do mercado, se os cursos estão preocupados ou não com as tecnologias e a partir daí pensam em alterar o currículo.

Devemos considerar que as mudanças no Ensino Superior têm sinalizado para uma prática de construção dos currículos por competências, o que nos leva a uma reflexão sobre as dificuldades e possibilidades desse tipo de organização curricular. Todavia, isso vem reforçar, assim, a necessidade de uma atuação efetiva por parte do aluno no seu ato de aprender, tornando-se construtor do seu processo de aprendizagem de maneira crítica e criativa em oposição a um modelo de educação predominantemente transmissiva que considera o discente como um sujeito passivo na relação ensino-aprendizagem.

Com a intenção de esclarecermos o que seja uma abordagem curricular organizada por competências, através de um levantamento bibliográfico, buscamos os significados de currículo e de competências no ambiente semântico que navegam esses termos segundo diversos teóricos que abordam o assunto.

## 2 CURRÍCULO

O termo currículo deriva do verbo latim *Currere* (correr), que significa carreira, pequena caminhada a percorrer.

Para Moreira e Silva (1995, p. 7 apud Lima; Lemos; Anaya, 2006, p. 150),

O currículo há muito tempo deixou de ser uma área meramente técnica, voltada para questões relativa a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas.

Zabalza (1998) afirma que o currículo é o conjunto dos pressupostos de partida, das metas que se deseja alcançar e dos passos que se dão para alcançá-las; é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, etc. que são considerados importantes para serem trabalhados na escola, ano após ano. E, supostamente, é a razão de cada uma dessas opções.

Não podemos falar em construção de currículo sem questionar a ideologia que o mesmo carrega. Historicamente a formação do currículo nas escolas e na teoria pedagógica vem sustentando as relações de poder, fazendo valer os interesses da classe dominante. Em nosso país, conhecemos algumas tendências de ensino, como a pedagógica, a tecnicista, a militarista, dentre outras, todas direcionadas de acordo com os interesses políticos de cada momento. Essas tendências apontam para uma concepção de currículo ligada às relações de poder e ideologia dominante. Por meio do currículo, a classe dominante, expressa e impõe sua visão de mundo e sua dita verdade. Neste modelo, docentes e discentes são concebidos apenas como transmissores e receptores de informações, pois, seus processos de construção e representação, na grande maioria não são levados em consideração. Todavia, evidencia-se que o currículo escolar, na visão tradicional, é utilizado como instrumento de controle social.

O currículo não pode e não deve se sustentar dessa maneira. Há necessidade da elaboração de um currículo social onde as diferentes ideologias possam ser contempladas e os cidadãos “passem a ter direitos a ter direitos”, a igualdade e a diferença, onde as diferentes

visões de mundo possam ser levadas em consideração e respeitadas (DAGNINO, 1994; MOREIRA; SILVA, 2000).

Isto significa, também, considerar a cultura como um espaço em constante construção e não um produto terminado. A cultura é constitutiva dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, significa, ainda, respeitar os diferentes movimentos culturais e sociais. Somente dessa forma acreditamos que o ensino básico e superior poderá formar profissionais competentes, dinâmicos e comprometidos com a sociedade.

A cada conceito de currículo relatado na literatura nos remontaremos a uma área de tensão e controvérsias. Como bem acrescenta Pacheco (1996) o conceito de currículo advém da sua própria natureza divergente. Talvez seja por isso que as abordagens conceituais de currículo nos remotam a uma polissemia de visões. Todavia se procurarmos entender o currículo como percurso acadêmico necessário de conhecimentos que despertem a autonomia do aluno no ensino superior em que a realidade seja apreendida e não somente reproduzida, teremos dado um passo para uma educação emancipatória e construtiva.

Para Gimeno (1988 apud Pacheco, 2005, p. 37), currículo é:

A expressão da função socializadora da escola; é um instrumento imprescindível para compreender a prática pedagógica; está estreitamente relacionado com o conteúdo da profissionalidade dos docentes; é um ponto em que se inter cruzam componente e decisões muito diversas [...]; é um ponto central de referência para a melhoria da qualidade de ensino.

No Brasil, o próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) defende em suas diretrizes curriculares a passagem de um ensino focado no saber e no conhecimento para um ensino focado nas competências. Um aspecto que chama a atenção nessa documentação, segundo Macedo, é que a noção de competência é colocada em contraposição a uma educação voltada para conteúdos, vejamos:

[...] paradigma curricular novo, no qual os conteúdos não têm sustentação em si mesmos, mas constituem

meios para que os alunos da educação básica possam desenvolver capacidades e construir competências (MEC, 2000, p. 814 apud MACEDO, 2000, p. 13).

As competências tratam sempre de alguma forma de atuação, só existem ‘em situação’ e, portanto, não podem ser aprendidas por meio de comunicação de idéias. Para construí-las, as ações mentais não são suficientes - ainda que sejam essenciais. Não basta a um profissional ter conhecimentos sobre o seu trabalho; é fundamental que saiba fazê-lo” (MEC, 2000, p. 35 apud MACEDO, 2000, p. 14).

A partir do exposto, depreendemos que a noção de competência, enquanto princípio de organização curricular insiste na atribuição do uso de cada conhecimento. Se dissociarmos os conteúdos escolares das práticas sociais eles perdem o real sentido e aí os currículos não mais definem os conhecimentos a ser ensinados, mas sim, as competências que devem ser construídas.

Hodiernamente, as discussões sobre currículo vêm assumindo maior importância em nosso país. Assim sendo, acreditamos que através de reformas curriculares é possível promover alterações nos processos educativos das escolas e universidades.

### 3 COMPETÊNCIAS: CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Competências são estruturas da inteligência, ações e operações que construímos, desenvolvemos e mobilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas, operações mentais estruturadas em rede que, mobilizadas, permitem a incorporação de novos conhecimentos e sua integração significada a esta rede, possibilitando a reativação de esquemas mentais e saberes em novas situações, de forma sempre diferenciada.

Perrenoud (2000, p. 15 apud Oliveira, 2002, p. 17) adverte:

a) na noção de competências, os saberes, saber-fazer ou as atitudes não são identificados como competências. Estas mobilizam, integram e orquestram tais

recursos;

b) na noção de competências, os saberes, saber-fazer ou as atitudes não são identificados como competências. Estas mobilizam, integram e orquestram tais recursos;

c) o exercício de competências passa por operações mentais complexas, subentendidas por esquemas de pensamentos, que permitem determinar, mais ou menos consciente e rapidamente, e realizar, de modo mais ou menos eficaz, uma situação relativamente adaptada ao momento;

d) as competências constroem-se em formação, mas também ao sabor da navegação diária de uma situação de trabalho à outra.

Contudo, nos diversos conceitos de competências sempre estarão elencados a possibilidade da mobilização da ação. Portanto, para constatá-la, devemos considerar também os conhecimentos e valores que estão na pessoa e por vezes deixam de ser observados.

Para Perrenoud (1999), a construção de competências não pode ser separada da formação de esquemas de mobilização dos conhecimentos com discernimento, em tempo real, a serviço de uma ação eficaz. Quando se refere à formação de esquemas, o autor se fundamenta na concepção piagetiana que os define como uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Tais esquemas, nesta perspectiva, são adquiridos pela prática, sem que o sujeito que os possui tenha consciência precisa de sua existência, já que não são de ordem representativa ou figurativa.

Uma competência seria, então, um simples esquema? Eu diria que antes ela orchestra um conjunto de esquemas. Um esquema é uma totalidade construída, que sustenta uma ação ou operação única, enquanto uma competência com uma certa complexidade envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação, que suportam inferências, antecipações, transposições analógicas, generalizações, apreciação de probabilidades, estabelecimento de um diagnóstico a partir de um conjunto de índices,

busca das informações pertinentes, formação de uma decisão, etc. (PERRENOUD, 1999, p. 24).

É preciso acentuar que somente com a prática é que a competência pode ser constituída. Não é só o saber-conhecer, mas o saber fazer, saber-conviver e saber-ser. Aprendemos fazendo, numa situação que exige esse fazer determinado. Parece que esse princípio é árduo para a educação. Teremos, então, que ir além do ensino para memorização de conceitos abstratos e fora de contexto, se assim for desejado desenvolver competências nos discentes. É preciso que os alunos aprendam para que serve o conhecimento, quando e como aplicá-lo. Isto requer que aos alunos sejam proporcionadas diferentes situações de aprendizagem para que possam perceber a pertinência dos conteúdos que são trabalhados com a sua vida e com o mundo do trabalho. Isto porque os alunos são situados como sujeitos de direito ao conhecimento do mundo e do trabalho.

Em pesquisa realizada por Dias (2002) há um convite a reflexão sobre os muitos conceitos de competências. A autora destaca aqueles conceitos apresentados por autores como Isambert-Jamati (1997), Ropé e Tanguy (1997) e Séron (1998), demonstrando que suas análises têm gerado um longo debate no campo da educação. Não é objetivo nosso discorrermos sobre os muitos conceitos de competências que foram apresentados ao longo da história da educação. Isso a autora mencionada fez com bastante propriedade. Entretanto, destacamos que pelo inacabamento do conceito, ainda veremos muitas produções (pesquisas, livros, artigos etc.) e debates sobre as muitas possibilidades de entendimento do termo. Na opinião de Dias (2002, p. 41):

Embora isso possa representar uma possibilidade de diálogo aberto, também pode nos fazer pensar em uma impossibilidade de entendimento, caso não haja das partes, uma disposição de buscar para além do significado estrito da palavra aquilo que ela representa no campo simbólico, especialmente, quais os sentidos que vêm sendo atribuídos a ela no currículo escolar.

Devemos concordar que os conceitos de competências não são recentes e que não fazem parte somente do campo educacional, pois o mercado foi, diríamos, o primeiro a empregá-los e exigí-los. Do ponto de vista da administração, o conceito de eficiência cunhado por Taylor não teria estreita relação com o de competência? Na opinião de Dias (2002, p. 43) “o uso abrangente do conceito de competências nos diversos campos como: economia, trabalho, formação e educação revelam uma associação muito estreita com as noções de desempenho e eficiência”. Daí haver um denominador comum entre os muitos conceitos que é o fato de que as competências parecem tratar-se do conhecimento prático aplicado (*know how*, o saber-fazer) e seu caráter individual (SÉRON, 1998 apud DIAS, 2002).

Ramos (2001 apud Cruz, 2002, p. 27) afirma que “a competência associa-se à conjugação dos diversos saberes mobilizados pelo indivíduo (saber, saber-fazer e saber-ser) na realização de uma atividade. Ela faz apelo não somente aos seus conhecimentos formais, mas a toda gama de aprendizagens interiorizadas nas experiências vividas, que constituiriam sua própria subjetividade”.

A Competência é a capacidade que as pessoas desenvolvem de articular, relacionar os diferentes saberes, conhecimentos, atitudes e valores, construídos por intermédio de sua vivência e por meio dos conhecimentos construídos na escola. Essa articulação e relação se constroem a partir das necessidades da vida diária, das emoções e do enfrentamento das situações desafiadoras com as quais temos que dialogar (RAMOS, 2001 apud CRUZ, 2002, p. 29).

Como podemos verificar, as competências têm se difundido com muita intensidade nos últimos 20 anos, especialmente nos campos da educação e do mercado de trabalho. Embora possam ser identificados traços de particularidade no uso do conceito nos dois campos (currículo e competência), preservando-os de certa identidade, há marcas de homogeneidade entre eles que talvez expliquem melhor a crescente utilização do conceito de competências e ainda a necessidade de sua difusão em um grande número de propostas curriculares, que formam os trabalhadores das mais diferentes áreas de atuação.

De acordo com Silva (2003), Piaget, na sua obra *A Epistemologia Genética*, de 1970, já discutia o termo competências ao se reportar a formação do indivíduo:

A principal noção piagetiana que sustenta a idéia de que se trata de uma teoria da competência é a de esquemas de regulação. Os esquemas de regulação, bem como as estruturas deles resultantes, estariam reunidos no organismo e derivariam da relação entre este e o meio ambiente. Esquemas, segundo Piaget, é aquilo que é transferível, diferenciado ou generalizável de uma situação para outra; aquilo que é incorporado em uma ação nova, advindo de uma situação passada: toda aquisição nova consiste em assimilar um objeto ou uma situação a um esquema anterior aumentando assim esse esquema. Os esquemas de uma ação são a estrutura geral dessa ação se conservando durante suas repetições, se consolidando pelo exercício e se aplicando a situações que variam em função das modificações do meio. A competência derivaria, assim, da capacidade do sujeito de acionar eficazmente os esquemas requeridos pelas situações que se diferenciam pelo grau de complexidade e em face das exigências dos processos de acomodação e assimilação (PIAGET apud SILVA, 2003, grifo do autor).

O autor coloca o desenvolvimento destas competências dentro do campo cognitivo no processo de formação e maturação do indivíduo.

#### **4 CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS: CAMPO DE CONTROVÉRSIAS**

A rapidez das transformações científicas e tecnológicas aponta para a necessidade de novas aprendizagens e o enfrentamento de novos desafios que devem ser enfrentados não só pelas instituições de ensino (escolas e universidades), sejam públicas ou privadas, mas também pelos indivíduos dadas as novas demandas educativas. Nesse novo cenário, a formação inicial tem importante papel, pois possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de competências necessárias à inserção no mundo do trabalho.

De acordo com Burnier (2001, p. 14):

Formar seres para o mundo do trabalho jamais significa o mesmo que formar seres para as empresas, porque as empresas têm, na maioria dos casos, como está amplamente divulgado na imprensa, interesses particulares, individuais e individualizantes e, via de regra, contrário aos interesses da maioria da população. Por outro lado, na organização econômica atual, é impossível não dialogar com o mundo empresarial. É preciso preparar os trabalhadores para esse diálogo, enriquecendo os currículos de formação profissional e encarando a formação por competências pela ótica dos trabalhadores: formação humana ampla, integral para uma sociedade justa. Só poderemos falar em sociedade justa, em mundo do trabalho justo, quando os filhos de todos os cidadãos usufruírem de alimentação, saúde, educação, lazer e esportes, cultura e arte, convivência, afeto, dignidade. É para lutar por este mundo que deve se voltar toda pedagogia e todo projeto de formação profissional.

Observamos que a exigência perpassa o desenvolvimento do indivíduo apenas quanto ao aspecto profissional. Todavia é preciso que este passe por profundas mudanças na sua forma de pensar, fazer e de conviver.

O mundo globalizado e tecnologicamente em constante processo de mudanças está carregado de novas exigências, mas não devemos desconsiderar a necessidade cada vez mais latente da inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e do conhecimento.

Essa ressalva é pertinente para que fique claro que não estamos defendendo uma visão mercantilizada do currículo, do conhecimento e dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Pois, sabemos que diversos setores da Academia criticam ao aprendizado por competências. Respeitamos e apimentamos o tom da discussão, pois não podemos negar que a prolataada pós-modernidade tem influenciado e inflamado o debate.

A esse despeito, devemos mencionar que o paradigma da pós-modernidade propõe a superação da formação do homem de forma dicotômica (homem x natureza; ciências humanas x ciências sociais).

Mesmo não sendo um termo novo, historicamente, percebemos que a superação da dicotomia na formação humana necessita de reformas no campo do currículo. Para Grenz (1997, p. 16-17):

O termo pós-moderno talvez tenha sido cunhado e empregado pela primeira vez na década de 30 para se referir a uma importante transição histórica que estava em andamento e também como designação para certos desenvolvimentos nas artes. Todavia, o pós-modernismo não ganhou atenção generalizada até a década de 70. Primeiramente denotava um novo estilo de arquitetura. Em seguida, invadiu os círculos acadêmicos, primeiramente como um rótulo para as teorias expostas nos departamentos de Inglês e de Filosofia das universidades, Por fim tornou-se de uso público para designar um fenômeno cultural mais amplo.

Observamos que o processo de ascensão desse novo paradigma, trouxe consigo novas exigências no âmbito educacional. Passou-se mais a falar em competência, principalmente na construção de currículos. Todavia, viu-se que foi a partir dos anos 80, dentro do contexto da crise estrutural do capitalismo, nos países centrais com início da década de setenta, que começou a ser discutido no mundo empresarial o modelo das competências profissionais. A crise foi expressa pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; pela hipertrofia da esfera financeira na nova fase do processo de internacionalização do capital; por uma acirrada concorrência intercapitalista, com tendência crescente à concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; e pela desregulamentação dos mercados e da força de trabalho, resultantes da crise da organização assalariada do trabalho e do contrato social.

Já na década de 90, o aprofundamento da globalização das atividades capitalistas e a crescente busca de competitividade levaram ao alinhamento definitivo das políticas de recursos humanos às estratégias empresariais, incorporando à prática organizacional o conceito de competência, apontando para novos elementos na gestão do trabalho.

Para Deluiz (2001, p. 3):

A discussão sobre o enfoque das competências invade o mundo da educação no quadro de questionamentos feitos ao sistema educacional diante das exigências de competitividade, produtividade e de inovação do sistema produtivo. Diante da crise econômica e do triunfo de políticas que restringem os gastos sociais, a pressão eficientista passa a exigir melhor utilização dos recursos limitados e a controlar os sistemas educacionais para ajustar os seus objetivos, conteúdos e produto final às demandas dominantes do mundo do emprego. Na Europa já se iniciava, nos anos 80, um processo de reformulação dos sistemas nacionais de formação profissional e de formação geral tendo como base o enfoque das competências, com o objetivo não só de adequar a formação profissional aos requisitos da nova divisão internacional do trabalho, mas de unificar os sistemas de formação profissional, tornando possível a disponibilidade e transferibilidade dos trabalhadores, que passariam a ter livre circulação no mercado de trabalho setorial, intra-setorial, nacional e internacional, nesta etapa do capitalismo desregulado, aberto e sem fronteiras.

É pertinente dizermos que para se operacionalizar de forma concludente um currículo baseado em competência, as instituições de ensino superior precisam propiciar suporte básico necessário para que os docentes desempenhem com qualidade as suas tarefas. Como por exemplo, uma biblioteca equipada e atualizada, laboratórios com espaços e infra-estrutura física adequada, número reduzido de alunos por turma, elo de ligação entre o mercado e a instituição para desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão, trocas e contatos diretos com profissionais, trocas de experiências com outras instituições e propiciar um bom clima organizacional.

Conforme defesa de Burnier (2001, p. 8):

[...] as instituições que realmente estiverem comprometidas com uma Pedagogia das Competências precisam avaliar e reestruturar as condições materiais

que estão proporcionando como suporte aos processos educativos: nenhum professor pode implantar essas novas estratégias de ensino-aprendizagem se não contar com bibliotecas amplamente equipadas e atualizadas, laboratórios e oficinas com espaços e infra-estrutura física adequadas, número de alunos em cada turma, contatos sistemáticos com o mercado através de pesquisas, trocas de serviços e contatos diretos com profissionais, contatos sistemáticos com outras instituições irmãs para troca de experiências pedagógicas e gerenciais.

Um currículo pautado em competências mescla e integra conhecimentos gerais, profissionais, experiências de vida e de trabalho que normalmente são explorados isoladamente. Com essa integração o indivíduo será capaz de estar preparado para a mobilidade permanente que tem ocorrido nos dias atuais com as atividades profissionais e poderá exercer diferentes ocupações na mesma empresa ou em outra, ou ainda, se preparar para lidar com o trabalho informal, ou o trabalho autônomo, etc.

Defende-se aqui, que um ensino superior que se baseia no currículo por competências oportuniza o aluno tomar consciência das incertezas profissionais, que têm sido o marco do século XXI e por vivermos em permanente incerteza é necessário que encontremos formas de intervir e contribuir na definição de trajetórias.

A história da educação demonstra que mudamos de um modelo curricular cientificista objetivado a atender a indústria taylorista para a construção de um currículo pós-industrial. Isto porque, as empresas procuram cada vez mais trabalhadores autônomos, criativos, inovadores, capazes de se adaptarem as mudanças rapidamente e de que utilizem conhecimentos não numa lógica burocrática, mas sim, de forma adaptada aos contextos (SOUSA, 2004).

Enfatizamos que o novo cenário mundial exige pessoas proativas. Em outras palavras, exige que as pessoas sejam responsáveis pela administração de suas carreiras, que não fiquem esperando sentados que o Estado faça tudo e que sejam competitivos para conseguir o grande trabalho de suas vidas. Não sobra tempo para questionar a nova ordem mundial. Se precisamos ser profissionais proativos, com

espírito de equipe e também flexíveis para nos adaptarmos ao inesperado, isso não é ruim. Até porque um dos saberes necessários à educação desse século é que saibamos ser e conviver. Por isso, a formação universitária deve levar os sujeitos a questionar e ter a certeza das incertezas.

Para Burnier (2001, p. 4):

As experiências dos trabalhadores apontam ainda para um outro campo de saberes a ser analisado e enriquecido: o campo da geração de renda, hoje fundamental em nossa sociedade, frente ao retrocesso das vagas no mercado formal. Existem inúmeras experiências de geração de renda e cooperativismo em diversos setores da economia, dirigidas por trabalhadores ou por cooperativas de trabalhadores que vêm construindo novas alternativas de inserção profissional que precisam ser conhecidas e debatidas nos processos de formação para o trabalho, capacitando os trabalhadores também nesse campo [...]. Essa é uma das oportunidades para se concretizar em sala de aula a formação ética, um dos campos prioritários de qualquer processo de formação profissional e humana. Trazer essas experiências e os valores que as orientam para o debate em sala de aula, permitir a troca e a análise crítica das mesmas é uma das maneiras de formar sujeitos críticos e éticos.

Não só com a formação profissional, mas o currículo de cada curso precisa estar comprometido com a sustentabilidade mediante a compreensão da dimensão ambiental. A inserção do discurso sobre sustentabilidade, dentro do contexto educacional, relaciona-se simultaneamente com regras de formação de conduta ético-indivíduo-social e com os interesses do desenvolvimento sustentável. E o currículo dos cursos não pode fazer vista grossa a essa exigência.

É possível inserir o discurso sobre a sustentabilidade como elaboração de conhecimento por meio da inter-relação ambiente e questões ambientais, como conhecimento a ser adquirido. A visão de sustentabilidade, como nova referência ética a ser desenvolvida pelo ser humano é facilitada a partir de um currículo que favoreça a interdisci-

plinaridade, como meio favorável à aquisição do conhecimento e ao desenvolvimento dos valores éticos.

Construir um currículo por competências não pressupõe abandonar a transmissão dos conhecimentos nem a construção de novos conhecimentos. Ao contrário, esses processos são indissociáveis na construção das competências. A diferença que se estabelece nesta proposição curricular é que o centro do currículo e, portanto, da prática pedagógica será não a transmissão dos saberes, mas de construção, apropriação e mobilização destes saberes.

Segundo Perrenoud (1999), falar em competência para o desenvolvimento de uma prática profissional não é tão difícil, já que cada profissão tem suas peculiaridades e se podem desenvolver competências específicas. Todavia, como desenvolver competências dentro de programas escolares que visam a uma preparação geral? Neste caso, o autor busca as competências transversais: argumentar, prever e analisar, pois o mesmo considera válidas para o uso nas diversas práticas sociais e profissionais, ou seja, são utilizadas em qualquer situação ou problema e podem ser adquiridas através dos programas escolares de ensino geral.

Para o mesmo autor a construção de competências depende de conhecimentos em situação, significados, ou seja, “As competências estão no fundamento da flexibilidade dos sistemas e das relações sociais” (PERRENOUD, 1999, p. 12). Nessa perspectiva, os Currículos dos cursos do Ensino Superior precisam definir as suas competências para posteriormente definir os conteúdos a abordar.

Mesmo estando o conceito de competências diretamente ligado à resolução de problemas práticos, o que percebemos é a predominância dos conhecimentos teóricos no ambiente escolar. Contudo, é possível fazer uma articulação entre a teoria e a prática, tanto no mundo do trabalho como na própria escola.

Acrescentamos ainda a opinião de Kuenzer acerca de competências:

A capacidade de agir em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência articulando conhecimentos teóricos e científicos as experiências de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias

de vida... vinculada à idéia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma interdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações, supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos. (KUENZER, 2004, p. 83)

Todavia, devemos ressaltar que o mercado de trabalho deu novo significado ao termo competência que, com o passar do tempo, tornou-se orgânico ao discurso do capital. Na verdade fica claro que a educação também sofreu mudanças diante à reestruturação produtiva e a introdução do modelo de pedagogia por competências. Passando a ser da escola a responsabilidade de um novo tipo de formação, que é formar indivíduos com as competências exigidas pelo mundo, reestruturado, do trabalho.

Kuenzer (2002) informa que ninguém educa para a incompetência, todavia, educar pessoas competentes não é apenas torná-las competitivas, e sim, responsáveis pela sua vida profissional e social, de forma que possam adquirir uma consciência solidária e participativa nas situações de ordem política e econômica, dentro da sua comunidade ou do seu próprio país.

De forma geral, a maioria das propostas curriculares do Ensino Superior encontra-se pautada em uma educação centrada em conteúdos informacionais onde os alunos devem absorver conceitos e procedimentos compartimentalizados em disciplinas, sem sentido de pertinência com o cotidiano e com o futuro. Trabalhar os conteúdos descontextualizados, leva muitos alunos a questionar: “para que preciso estudar isso?” “Aonde vou aplicar essa teoria?” E ainda gera afirmações do tipo: “isso que estou vendo na teoria é totalmente diferente na prática”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo do ensino superior baseado em competências é um desafio. Todavia, não sabemos como será amanhã. O atual cenário que chegamos, chamado de pós-modernidade, trouxe consigo mudanças nunca vistas antes em todas as dimensões da vida das pessoas.

as, o que requer que cada vez mais enxerguemos a realidade não de forma linear, simplista e objetiva.

Não é possível mais compreendermos as coisas de forma fragmentada. Esse novo paradigma nos obriga a adentrar no campo da complexidade e da subjetividade.

Todavia, faz-se necessário um alerta: um currículo por competência é um desafio para os docentes. Isso significa dizer que é necessário uma formação continuada para que haja a superação da dicotomia entre teoria e prática. Logo, para que isso ocorra se faz necessário a mudança de postura referente tanto a prática pedagógica quanto as metodologias e a avaliação da aprendizagem. Além da formação dos professores para trabalharem dentro deste novo cenário, é relevante que os currículos universitários sofram verdadeiras revoluções. Nessa perspectiva, o currículo dos cursos por competência possibilita respostas criativas e dinâmicas para diversas situações, o que não percebemos no currículo por objetivos que na sua maioria tem esta possibilidade engessada.

É preciso sair do aulismo e buscar um ambiente transversalizado, complexo, interdisciplinarizado, integrado aos conteúdos críticos e carregado de significados para os educandos. É hora de mudar. Precisamos, pois, ter disposição para fazer a diferença em uma ação efetiva tornando o ensino superior mais significativo para os discentes. Precisamos reformular os currículos envolvendo a participação do corpo docente, considerando as necessidades dos sujeitos.

Por fim, ressaltamos que não foi pretensão esgotar a discussão sobre a noção de competência, mas de demonstrar que é fortemente polissêmica, tanto no mundo do trabalho quanto na esfera da educação. Esta polissemia se origina das diferentes visões teóricas que estão fundamentadas em diferentes matrizes epistemológicas e que expressam interesses, expectativas e aspirações dos diferentes sujeitos que têm suas propostas e estratégias sociais diferenciadas.

## REFERÊNCIAS

BURNIER, Suzana. Pedagogia das competências: conteúdos e métodos. **Boletim técnico do SENAC**, v. 27, n. 3, set./dez. 2001. Dis-

ponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/273/boltec273e.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Competências e Habilidades: da proposta à prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania: os anos 90. **Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DELUIZ, Neise. O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 27, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

DIAS, Rosanne Evangelista. **Competências: um conceito recontextualizado no currículo para a formação de professores no Brasil**. 161 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.curriculo-uerj.pro.br/docs/competencias.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2008.

GRENZ, Stanley J. **Pós-modernismo: um guia para entender a filosofia do nosso tempo**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Competência como Práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 30, 2004, p. 81-93.

LIMA, M de; LEMOS, M. de F.; ANAYA, V. Currículo escolar e construção cultural: uma análise prática. **Dialogia**, São Paulo, 2006, p.145-151.

MACEDO, Elizabeth. Formação de professores e Diretrizes Curriculares Nacionais: para onde caminha a educação? REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23. **Anais...** Caxambu, 24 a 28 de setembro de 2000, p. 21.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo Cultura e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. (Org.). **O sentido das competên-**

**cias no projeto político-pedagógico.** Natal: EDUFRN, 2002.

PACHECO, José Augusto. **Currículo: teoria e práxis.** Porto: Porto Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. Competências curriculares: as práticas ocultas nos discursos das reformas. **Revista de Estudos Curriculares**, São Paulo, n. 1, ano 1, p. 59-77, 2003.

\_\_\_\_\_. **Escritos Curriculares.** São Paulo: Cortez, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Construindo Competências.** Nova Escola, São Paulo, set. 2000.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Competências: A Pedagogia do Novo Ensino Médio.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SOUSA, Francisco Rodrigues. **Pedagogia por Competências e Pedagogia por Objectivos: Que Relação?** **Revista de estudos curriculares**, São Paulo, 2004, ano 2, n. 1, p. 121-140.

ZABALZA, Miguel. **Planificação e Desenvolvimento Curricular na escola.** Portugal: ASA Editores, 1998.

## ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR UMA EQUIPE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO NATAL

**Kisna Yasmin Andrade Alves<sup>1</sup>; Péta Tuani Candido de O Salvador<sup>2</sup>; Raynilson Iglesias<sup>3</sup>; Taciana Jacinto de Almeida<sup>4</sup>; Ulyvânia Medeiros e Costa<sup>5</sup>; José Marcos Bezerra Freitas<sup>6</sup>; Cilene Nunes Dantas<sup>7</sup>**

**RESUMO:** A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Constituição Federal de 1988, concretiza um novo modelo de sistema pautado no entendimento da saúde como qualidade de vida, constituindo o foco não mais na doença e sim no ser humano. É nesse contexto que se fomenta a Estratégia Saúde da Família (ESF) como possibilidade de mudança do modelo de atenção à saúde no SUS, ou seja, o instrumento de universalização da cobertura da atenção básica e, portanto, um espaço de reorganização do processo de trabalho em saúde nesse nível de atenção. Nesse ínterim, o presente estudo constitui do relato de uma vivência proposta pela Unidade Programática “Atividade Interativa Multidisciplinar” do IV Eixo Temático – Processo Saúde/Doença na Dimensão Coletiva e Familiar do curso de Enfermagem da FACEX, a qual teve como eixo norteador a identificação da realidade das ações da Atenção Básica de uma Unidade de Saúde da Família (USF) situada no município de Parnamirim/RN, identificando o processo de trabalho em saúde desenvolvido pela equipe multiprofissional da unidade de saúde a fim de visualizar os avanços e desafios enfrentados pelo SUS durante esses 21 anos de desenvolvimento contínuo.

<sup>1</sup> Acadêmica em Enfermagem pela FACEX. Rua da Tainha, 99 – Jockey Club; CEP: 59147-535 – Parnamirim, RN; Tel.: (084) 3272-7274 / 9912-2752; E-mail: kisnayasmin@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Acadêmica em Enfermagem pela FACEX. Rua Almir Freire, 324 – Centro; CEP: 59270-000 – Bom Jesus, RN; Tel.: (084) 3253-2115 / 9917-4764; E-mail: petalatuani@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmico em Enfermagem pela FACEX; E-mail: rayufrn@hotmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica em Enfermagem pela FACEX. Rua Mata Grande, 09 – Conj. Jiqui, Neópolis; CEP: 59086-040 – Natal; RN; Tel.: (084) 9994-3407; E-mail: dudamell7@hotmail.com

<sup>5</sup> Acadêmica em Enfermagem pela UnP; E-mail: ulysoriedem@hotmail.com

<sup>6</sup> Acadêmico em Enfermagem pela FACEX; E-mail: marcoklove@yahoo.com.br

<sup>7</sup> Professora do Curso de Enfermagem da FACEX. Mestre em Enfermagem. Especialista em Saúde da Família; E-mail: cilenenunesdantas@bol.com.br

**PALAVRAS-CHAVE:** Estratégia Saúde da Família. Atenção Básica. Processo de trabalho em saúde.

#### **ANALYSIS OF ACTIVITIES DEVELOPED BY A HEALTH FAMILY UNIT IN NATAL**

**ABSTRACT:** The creation of the Brazilian most recent universal health system, “Sistema Único de Saúde” (SUS), through the 1988 Federal Constitution, materializes a new model of health system based on the understanding of health as quality of life, placing the focus not on the illness, but on the human being. It is in this context that the Family Health Strategy (FHS) is fomented as a way of changing the model of approaching the SUS health issue, as an instrument to promote universal health assistance, covering basic attention. Therefore, it is a space for reorganization of the work process in health in this level of attention. This paper is a report of an experience proposed by the Unit Program “Multidisciplinary Interactive Activity” of the IV Thematic Axle - Health/Illness Process in the Collective and Familiar Dimension of FACEX Nursing Course, which aimed at identifying the conditions of the daily life routine of a Basic Attention Family Health Unit (FHU) located in the city of Parnamirim/RN. The objective was to identify the work related to health fomented by the multiprofessional team of the Health Unit in order to deeply experience the advances and challenges faced by SUS during its 21 years of continuous development.

**KEY-WORDS:** Health Family Strategy. Basic Attention. Process of work in health.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil, ao longo da sua história, vem passando por vários processos de redemocratização social e cultural. Nessa perspectiva, hoje se comemora os 21 anos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual firma-se através da Constituição Federal de 1988, destacando-se seu artigo 198 que discorre sobre a integração das redes de serviços e sua hierarquização nos níveis de atenção à saúde.

Desta forma, é concretizado o anseio por um novo modelo de saúde através da criação do SUS, o qual se resume no artigo nº 196: “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Surge então o novo entendimento da saúde como qualidade de vida, constituindo o foco não mais na doença e sim no ser humano, o que acontece através da ampliação do conceito de saúde. Isso é evidenciado através da LOS (Lei Orgânica da Saúde), em seu artigo nº 3, que aponta como determinantes e condicionantes para saúde, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

É nesse sentido que “a ampliação do conceito de saúde, na dupla dimensão de incorporar os determinantes sociais na perspectiva de assegurar uma assistência pautada nos princípios da universalidade, integralidade, equidade e resolutividade, reafirma o papel do Poder Público e assegura a participação popular na regulação, fiscalização e controle dos serviços” (SAMPAIO, 2006, p. 10-11).

Cabe ressaltar que o SUS tem como princípios doutrinários a universalidade, a equidade e a integralidade, e como seus princípios organizativos (diretrizes) a descentralização, a hierarquização e o controle social. Este sistema se organiza em níveis de complexidade da assistência, níveis de atenção à saúde e fundamenta-se através da prática sanitária da vigilância à saúde, a qual, segundo Mendes (1996), organiza o trabalho em saúde mediante ações articuladas por diferentes estratégias de intervenção.

Para tanto, essas estratégias devem resultar da interação dos três grandes tipos de ações: 1) a promoção da saúde, que diz respeito ao controle dos determinantes e condicionantes; 2) a proteção da saúde, a qual engloba o controle dos riscos; e 3) a recuperação da saúde, através

do controle dos danos.

Quanto à hierarquização, o sistema de saúde deve organizar-se em três níveis de complexidade: atenção básica, média complexidade e alta complexidade. A atenção básica constituiu a porta de entrada no sistema, devendo resolver 75% dos problemas. Segundo a Portaria nº 648/GM, essa se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Para tanto, Narval (1992 apud Bleicher, 2004) enfatiza que a atenção básica é a atenção primária e não atenção de baixa qualidade.

Para a concretização de tais ideais desse nível de complexidade, fomenta-se a Estratégia Saúde da Família (ESF), considerada, atualmente, como a estratégia de mudança do modelo de atenção à saúde no SUS, ou seja, o instrumento de universalização da cobertura da atenção básica e, portanto, um espaço de reorganização do processo de trabalho em saúde nesse nível (TEIXEIRA, 2004). Assim, coadunamos com as palavras de Germano et al. (2007), quando afirmam que a ESF busca romper com paradigmas cristalizados historicamente, incorporando um novo olhar, um novo pensar e não a doença; a família e não o indivíduo; a equipe e não o médico; e na intersetorialidade e não em setores isolados.

Nesse contexto, existe a necessidade de renovação das idéias e atividades no âmbito da saúde, amparados pela Portaria nº 648 GM/MS, de 28 de março de 2006, que através dos indicadores epidemiológicos e sanitários, traz uma nova categorização da assistência, pautando-se no desejo de promover saúde, prevenir e diminuir os agravos, colocando a família como eixo principal que norteará as práticas de uma equipe multiprofissional, a qual irá diagnosticar e planejar suas ações de acordo com seus saberes teóricos e o seu relacionamento interpessoal (BRASIL, 2006). Tendo em vista essa concepção, corroborada com Saito (2008, p. 33), quando diz:

A qualificação da atenção básica, por meio da adoção da estratégia saúde da família, possibilita definição dos conjuntos de prioridades. As diretrizes dessa estratégia mantêm relação íntima com os princípios

declarados no SUS e representa um avanço de contra posição à hegemonia do modelo assistencial centrado na doença. Os pressupostos dessa estratégia estão no desenvolvimento de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe dirigido as populações de territórios delimitados, pelas quais assumem responsabilidade.

Dessa forma, esse artigo busca identificar os principais protagonistas do processo de trabalho em saúde e a interação entre usuário x profissional em uma Unidade de Saúde da Família, que busca uma maior resolutividade de suas necessidades, respeitando os aspectos biopsicossociais de um território de saúde para, com isso, compreender os desafios atuais de concretização da Atenção Básica como a porta de entrada do SUS.

### 1.1 Objetivo

Analisar a realidade das ações de Atenção Básica de um território de saúde que tenha como mecanismo estruturante a Estratégia Saúde da Família, identificando o processo de trabalho em saúde fomentado pela equipe multiprofissional da USF.

### 1.2 Metodologia

O presente estudo trata-se de um relato de uma vivência proposta pela Unidade Programática “Atividade Interativa Multidisciplinar” do IV Eixo Temático – Processo Saúde/Doença na Dimensão Coletiva e Familiar. A pesquisa foi realizada nos dias 09 e 10 de outubro de 2008, tendo como objeto de estudo a Unidade de Saúde da Família localizada no município de Parnamirim/RN. Para a coleta de dados, utilizamos um questionário com perguntas semi-estruturadas, para melhor identificação das atividades desenvolvidas pela equipe multiprofissional, focando-se naquelas realizadas pela enfermeira. Além disso, a partir da técnica de observação participante, analisamos o cumprimento dos princípios do SUS no território de saúde estudado.

Foram feitos registros fotográficos, com o consentimento do diretor da unidade em questão, com a intenção de observar a estrutura física da USF, bem como seus aspectos subjetivos, ou seja, aqueles

concernentes à equipe multiprofissional e aos usuários. A partir dos dados coletados, foram realizadas análise e interpretação tendo em vista o referencial teórico que norteia este trabalho.

## 2 CONHECENDO A REALIDADE

O estudo em questão teve por eixo norteador a identificação da realidade das ações da Atenção Básica de uma Unidade de Saúde da Família situada no município de Parnamirim/RN. Essa unidade foi inaugurada recentemente, há três meses, como um desmembramento do Centro de Saúde Monte Castelo. A enfermeira da unidade relata que, inicialmente, havia três equipes nesse Centro de Saúde, prédio onde atualmente funciona o CCPA, um centro de especialidades médicas. Posteriormente, essas equipes foram desmembradas, sendo que duas foram transferidas para um Centro de Apoio e uma para a unidade de saúde em estudo. Atualmente, o bairro de Monte Castelo possui três equipes de Saúde da Família distribuídas em duas unidades de saúde.

A Unidade de Saúde analisada opera no âmbito da ESF, com uma equipe multiprofissional composta pelos seguintes profissionais: uma médica, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem e quatro agentes comunitários de saúde. Além disso, existe a vinculação a uma Equipe de Saúde Bucal, compreendendo uma cirurgiã dentista e uma auxiliar de consultório dentário, o que caracteriza uma ESB de modalidade 1.

Nessa perspectiva, essa unidade de saúde possui uma área de abrangência composta por sete micro-áreas (FIG. 1), sendo que três dessas encontram-se descobertas, aguardando a contratação de novos ACS. Essa equipe possui uma população adscrita - população residente na área de atuação a Equipe de Saúde da Família - de 1.300 famílias, sendo que cada ACS é responsável por uma média de 200 famílias. Conforme citado, em média 700 famílias encontram-se descobertas por falta de ACS. Entretanto, a enfermeira explicitou que essa área representa um Conjunto presente na comunidade que se localiza próximo à unidade de saúde, o que permite uma acessibilidade a essa população transitoriamente carente de ACS e, além disso, constitui uma área relativamente mais “desenvolvida” em termos

socioeconômicos, possuindo menos áreas e situações de risco. Dessa forma, mesmo com essa pendência transitória, é visível a presença de vínculo entre as micro-áreas e a unidade de saúde.



FIGURA 1: Mapeamento da área de abrangência da Unidade de Saúde analisada

Dessa maneira, podemos perceber que os recursos humanos apresentados pela unidade analisada apresentam-se em consonância com o que é legalmente proposto na Portaria nº 648, de 28 de março de 2006, com exceção para o número de ACS, já que é imprescindível que haja um número de ACS suficiente para cobrir 100% da população cadastrada, com um contingente de 100 a 150 famílias por ACS, que deve atender um número máximo de 750 pessoas (CORBO; MOROSINI; PONTES, 2007).

Além disso, conforme o proposto na Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, que regulamenta a atividade dos ACS, esses profissionais residem na área da comunidade em que atuam, ou seja, no bairro Monte Castelo, bem como possuem o ensino fundamental e o curso introdutório de formação inicial e continuada.

Outro ponto relevante diz respeito à análise da adequação da unidade de saúde analisada ao modelo de Vigilância à Saúde, que apresenta a epidemiologia como a ferramenta essencial de trabalho com o processo saúde-doença da população. Dessa maneira, o instrumental

epidemiológico permite o estudo dos problemas de saúde locais, investigando seus fatores determinantes e condicionantes numa dimensão ampla (social), realizando uma reflexão crítica sobre esses problemas para, assim, intervir sobre esses.

Nesse contexto, a unidade em estudo trabalha no âmbito desse modelo, procurando conhecer o perfil epidemiológico da comunidade por meio de um diagnóstico situacional, para, diante dessas informações, planejar e implementar ações. Além disso, possui uma sala de situação com os dados epidemiológicos da comunidade para que os moradores possam ter acesso aos mesmos (TAB. 1).

TABELA 1 - Dados referentes ao mês de setembro da sala de situação da USF

**Conhecendo nossos dados**

Número de famílias acompanhadas	1300
Número de gestantes > 20 anos	09
Número de gestantes < 20 anos	37
Número de hipertensos	220
Número de diabéticos	65
Diabéticos insulino dependentes	13
Crianças < 2 anos	170

**Situação Epidemiológica**

Tuberculose	0
Hanseníase	01
Dengue (casos suspeitos)	02
Dengue (casos confirmados)	0
DST	03
NIC II e III	0
IRA em crianças < 5 anos	07
Diarréia em crianças < 1 ano	0
Diarréia em crianças de 1-5 anos	04

**Atendimentos e atividades realizadas pela equipe**

Consultas médicas	277
Consultas da enfermeira	361
Puericultura/CD	48
Pré-natal	48
Número de nascidos vivos	03
Número de nascidos vivos com peso < 2500g	0
Coletas de exames preventivos	62
Consultas Hipertensos	58
Consultas Diabéticos	27
Visitas domiciliares (Médica)	35
Visitas domiciliares (Enfermeira)	37
Visitas domiciliares (Aux.Enf.)	28
Visitas domiciliares (ACS)	709
Atividades educativas aos grupos	03

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Diante do exposto, é possível compreender o trabalho desenvolvido na ESF como uma tentativa de reorganização da Atenção Básica, tendo a família como o sujeito protagonista desse processo de trabalho, entendendo-a por meio de seu ambiente físico e social. É nesse contexto que ilustramos na FIG. 2 os componentes básicos do processo de trabalho da Saúde da Família.



FIGURA 2 - O processo de trabalho da Saúde da Família  
Fonte: Grupo Pesquisador, 2000

É nessa perspectiva que se enfatiza a importância ímpar do processo de planejamento das ações, compreendendo esse como a ferramenta que possibilita tornar realidade um objetivo futuro, com ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas de forma a subsidiar o processo decisório. Nessa perspectiva, o enfermeiro desenvolve um papel fundamental como integrante da equipe de Saúde da Família, uma vez que representa o elo de ligação entre os profissionais da equipe de saúde e a comunidade.

Assim, coadunamos com a idéia de Santos (2008, p. 21), quando afirma que “a dinâmica do trabalho do enfermeiro exige cooperação entre os vários profissionais envolvidos no processo de assistir, no entanto, faz-se necessário que cada um, dentro de sua competência e habilidade, tenha autonomia no seu processo de trabalho”. Nessa conjuntura, um instrumento facilitador da visualização da função de cada profissional no interior de sua equipe de trabalho constitui o organograma, o qual inexiste na unidade estudada, mesmo a enfermeira relatando que visualiza sua posição dentro de sua equipe e como integrante da Secretaria Municipal de Saúde de Parnamirim.

Nesse contexto, a enfermeira relatou que a equipe realiza um planejamento semanal de suas atividades, estabelecendo um cronograma de atividades a ser seguido, sem, no entanto, ser dotado de flexibilidade para atender às problemáticas que aparecerem (FIG. 3).



FIGURA 3: Cronograma das atividades da Equipe de Saúde da Família

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Quanto às atividades educativas, foi constatado que o planejamento é mensal, sendo que, nesses casos, de acordo com a enfermeira, existe um programa estadual denominado PESMS (Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social) para o qual são enviados os planejamentos mensais das atividades educativas a serem realizadas sob a forma de um plano de ação e, ao final do mês, é enviado um relatório

com os resultados das intervenções, o que constitui a última etapa do processo de planejamento: a avaliação.

Assim, as atividades educativas são realizadas, em sua grande maioria, em parceria com as associações existentes na comunidade, destacando: a AMORE (Associação de Moradores do Residencial Jockey Club), a Pastoral de Criança, o CRAS (Centro de Referência à Assistência Social), dentre outros. Além disso, existem também grupos de idosos, de crianças e de gestantes, com os quais são realizadas rodas de conversa, festas comemorativas. Soma-se a isso a visita de estudantes que desenvolvem trabalhos com esses grupos, como é o caso de uma estudante de Nutrição que desenvolveu uma atividade educativa com o grupo de idosos no dia de nossa visita à unidade de saúde.

Dessa maneira, o processo de construção da atividade de Educação em Saúde alicerça-se na pedagogia chamada por Paulo Freire de problematizadora, libertadora, a qual parte do princípio de que, num mundo de mudanças rápidas e profundas, o importante não são os conhecimentos ou idéias, nem os comportamentos corretos e fiéis ao esperado, senão o aumento da capacidade das pessoas/grupos para detectar os problemas reais e buscar-lhes solução original e criativa. A experiência que deve ser valorizada é a observação grupal da própria realidade, o diálogo e a participação na ação transformadora das condições de vida, objetivando sempre o empoderamento populacional (SÃO PAULO, 1997). As etapas que compõem esse processo de construção são ilustradas na FIG. 4, uma adaptação de “O Método do Arco” de Chaves Magüeres.



FIGURA 4 - O processo de construção das atividades de Educação em Saúde

Fonte: Adaptada de “O Método do Arco” de Chaves Magüeres, 1997.

No tocante à avaliação das atividades fomentadas, a enfermeira nos expôs que existem duas situações distintas: a avaliação das atividades educativas, que é realizada com as pessoas que participam dessas; e a avaliação das atividades diárias, aquelas que compõem o cronograma fixo das ações, a qual se dá, na maioria das vezes, por meio do aparecimento de problemáticas. Assim, a partir dessa avaliação é que a equipe pode visualizar os pontos positivos das ações e aqueles que precisam ser melhorados ou mudados para obter uma maior eficácia.

É nesse sentido que se percebe a condição fundamental do trabalho em equipe, pautado em relações éticas e coletivas, isso porque “a idéia de tarefas, enquanto algo estanque e isolado não faz mais sentido, pois todas as atividades devem fazer parte de um corpo or-

gânico”. Em outras palavras: “o melhor modo de criar um ambiente profissional positivo é solicitar ao profissional de saúde a fazer o que lhe compete” (SANTOS, 2008, p. 24).

No que se refere à ética no trabalho, a enfermeira relatou conhecer o Código de Ética da Enfermagem mais atual, confundindo-se apenas quanto ao ano, uma vez que relatou conhecer o Código de 2006, quando, na verdade, a versão mais atualizada é de 2007. Ainda nessa temática, foi constatado que as relações interpessoais da equipe multiprofissional da USF pautam-se na ética e na coletividade, aspectos esses de suma importância para a concretização de um processo de trabalho em saúde norteados pelas tecnologias leves. Em outras palavras, diz-se que a ética é fundamental para que o usuário seja compreendido como o sujeito protagonista do seu processo saúde-doença e, com isso, o trabalho em saúde, relacional e dinâmico, proporcione a valorização das subjetividades de seus componentes. Dessa maneira, tomamos de empréstimo as palavras de BRASIL (2005, p. 73):

Quando o processo de trabalho é comandado pelo trabalho vivo, o trabalhador tem uma grande margem de liberdade para ser criativo, relacionar-se com o usuário, experimentar soluções para os problemas que aparecem e, o que é mais importante, interagir, inserir o usuário no processo de produção da sua própria saúde, fazendo-o sujeito, isto é, protagonista de seu processo saúde-doença.

Nesse contexto, explicita-se as atividades desenvolvidas pela enfermeira da unidade de saúde analisada enquanto integrante chave da equipe de Saúde da Família: o trabalho com as áreas estratégicas definidas na Portaria nº 648/GM, destacando o controle da hipertensão arterial e do diabetes *melittus* por meio do Hiperdia, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde do idoso; as visitas domiciliares; a supervisão e coordenação dos ACS; a participação da equipe de saúde na realização das atividades educativas; a participação no gerenciamento dos insumos; e a realização das ações de vigilância epidemiológica, que serão destacadas em um próximo momento.

Ainda dissertando sobre as atividades desenvolvidas pela equipe, mais especificamente pela enfermeira, foi constatado, quanto à reali-

zação de exames bioquímicos, que o município de Parnamirim possui uma Central de Diagnóstico que disponibiliza uma cota de exames para cada unidade de saúde, a qual, segundo a enfermeira, é suficiente para assistir a demanda dos usuários.

No que diz respeito aos exames mais freqüentemente solicitados, destacam-se aqueles relacionados ao metabolismo, como a glicemia de jejum, o colesterol total e frações, os triglicerídeos e os exames de avaliação renal (ácido úrico, uréia e creatinina). Já no que tange aos exames solicitados pela enfermeira da unidade, podemos constatar os seguintes: aqueles relacionados ao pré-natal (tipagem sanguínea; hemograma; pesquisa de Diabetes, Sífilis, Toxoplasmose, Rubéola, Hepatite, HIV, cultura de urina e parasitológico de fezes) e aqueles referentes ao programa Hipertensão, já anteriormente citados.

Na USF em estudo, a equipe multiprofissional compreende a importância da existência das práticas de vigilância epidemiológica para consolidação do modelo de Atenção à Saúde. Sobre esse importante instrumento de trabalho, trazemos à tona as palavras de Alexandre (2006, p. 22):

O propósito da vigilância epidemiológica é o de fornecer orientação técnica permanente para os que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a ocorrência dessas doenças ou agravos, bem como dos seus fatores condicionantes [...] Subsidiariamente, a vigilância epidemiológica constitui-se um importante instrumento para o planejamento, a organização e a operacionalização dos serviços de saúde [...].

Desta forma, mesmo compreendendo a condição fundamental de tal ação, ainda há algumas problemáticas que necessitam ser superadas pela unidade de saúde em estudo, as quais serão destacadas a seguir.

A entrevista realizada com a enfermeira demonstrou a preocupação da equipe com a estruturação de mudanças nos fatores condicionantes e determinantes de doenças no âmbito coletivo e individual,

aspectos esses relacionados com a qualidade de vida da comunidade. Para tanto, faz-se necessário o preenchimento das fichas de notificação e investigação diante de casos suspeitos e confirmados de doenças de notificação compulsória, bem como os das fichas de notificação negativa, efetuados no final da semana epidemiológica. A profissional entrevistada explicita ser a responsável por tais atividades, pois acredita ser mais conveniente no tocante à disponibilidade de tempo, uma vez que é possível realizá-las sem prejuízo de suas funções, circunstâncias essas incompatíveis com a realidade da médica da equipe que assiste uma demanda significativa de usuários.

Os dados coletados são encaminhados e em seguida processados pelos sistemas de informações, no caso, o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). As informações retornam à USF, representando um importante instrumento norteador das práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

No tocante às investigações, algumas são encerradas pela própria enfermeira (como exemplo, a raiva humana) e outras dependem de exames laboratoriais e, por conseguinte, da Secretaria Municipal de Saúde (como é o caso da dengue).

As notificações dos casos suspeitos seguem as regulamentações orientadas pelo Ministério da Saúde (notificação imediata e mediata), as quais estarão intimamente relacionadas com a gravidade da patologia.

As observações realizadas e as informações coletadas, no que diz respeito à rede de frios, demonstraram algumas ineficiências na conservação dos imunobiológicos. A geladeira não possibilita, por exemplo, a devida refrigeração (+2° a +8°C), afirmação constatada a partir do mapa de controle diário de temperatura (FIG. 5).

MAPA PARA CONTROLE DIÁRIO DE TEMPERATURA						
MATERIAL			TEMPERATURA			
Material	Temperatura	Classe	Tempo	Tempo	Tempo	Tempo
+6,8°C	+38,0%	+4,6°C	Doppel	13:40	+5,7	+18,0
+5,4°C	+8,5%	+5,4°C	Doppel	16:00	+0,12	+2,75
E.E. 1 A.D.C.						
A. B. A.D.C.						
O. M. 1 N.C.O.						
+2,12	+3,28	+2,28	Quil	16:15	+3,62	+1,85
+3,12	+12,2	+1,42	Quil	16:05	+6,32	+9,54
+7,52	+12,42	+2,62	Quil			

FIGURA 5: Mapa de Controle Diário de Temperatura  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Outro agravante para essa particularidade é a presença de poucas garrafas PET, bem como número de gelo reciclável no congelador, o qual tem o seu estoque reduzido em virtude da utilização de uma parte deles na conservação das vacinas na caixa térmica (FIG. 6).



FIGURA 6 - Organização interna da geladeira da sala de vacina  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.



FIGURA 7 - Organização interna da caixa térmica da sala de vacina  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Esses aspectos são preocupantes, visto que a eficácia dos imunobiológicos pode estar reduzida ou inexistente pelo acondicionamento inadequado nas estruturas organizadoras. Quanto à limpeza da geladeira, essa é feita quinzenalmente e se dá pela utilização de um

pano umedecido com água. Durante a limpeza, os imunobiológicos são armazenados nas duas caixas térmicas: na menor ficam contidos aqueles que serão utilizados no dia; e os demais, na caixa maior. Esse procedimento é efetuado no turno matutino, no período entre segunda e quinta-feira. Para esse aspecto, a explicação refere-se ao possível esquecimento de ligar a geladeira, submetendo as vacinas à ausência de refrigeração durante o fim de semana. Com o término da limpeza, dá-se a monitorização da temperatura interna da geladeira para, em seguida, organizá-la.

Perguntou-se a auxiliar de enfermagem, responsável pela sala de vacina, se já houve a falta de energia elétrica e qual foi a sua atitude diante dessa problemática. Ela confirmou tal situação, ocorrida durante o final de semana e enfatizou que todos os imunobiológicos estavam com suas funções comprometidas. Diante disso, contatou com a SMS (Secretaria Municipal de Saúde) para essa tomar as devidas providências.

No tocante à estrutura física da sala de vacina, pode-se considerá-la bem organizada, com paredes e piso laváveis, pia com torneira, interruptor exclusivo para a geladeira, iluminação e arejamento satisfatórios, condições higiênicas adequadas, presença de bancada para o preparo da vacina, escrivaninha, duas cadeiras, armário, bandejas de aço e termômetro de valores máximo e mínimo, o qual, entretanto, não se apresentava na posição vertical, o que prejudica a sua leitura.

No que diz respeito aos impressos e manuais técnicos operacionais, constatamos a presença: dos cartões da criança e do adulto; mapa diário de vacinação; manuais de normas de vacinação, de procedimentos para a vacinação, de gerenciamento em rede de frios, de eventos adversos pós-vacinação; fichas de investigação dos eventos adversos pós-vacinação; mapa de controle diário da temperatura do refrigerador; e boletim mensal de vacinação.

O cartão controle (cartão espelho) fica sob a responsabilidade dos ACS, o que facilita o conhecimento acerca da cobertura vacinal da comunidade, bem como a disponibilização das vacinas domiciliares aos usuários impossibilitados de se dirigirem à USF.

A unidade oferece todas as vacinas presentes no Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde, exceto a BCG,

em decorrência da falta de qualificação dos profissionais, uma vez que no município de Parnamirim há apenas dois profissionais capacitados para administração de tal vacina.

Outro aspecto que também deve ser revisto pela USF diz respeito à realização do teste de pezinho na sala de vacina. Sabe-se que tal atividade de proteção da saúde exige um espaço apropriado e exclusivo.

Diante do exposto é notória a importância da educação em saúde, em especial dos conhecimentos relativos à Rede de Frios, visto que esses norteiam as práticas de imunização e, por conseguinte, as atividades de vigilância epidemiológica.

Em suma, a unidade de saúde analisada nos possibilitou a visualização de muitos dos ideais propostos pelo nosso SUS, bem como nos despertou a necessidade de melhora permanente para a concretização real do modelo de Vigilância à Saúde, que, segundo Teixeira, Paim e Vilasbôas (2000), deve pautar-se em sete características básicas: a) intervenção sobre problemas de saúde; b) ênfase em problemas que requerem atenção e acompanhamento contínuos; c) operacionalização do conceito de risco; d) articulação dos níveis de atenção à saúde; e) atuação intersetorial; f) ações sobre o território; e g) intervenção sob forma de operações.

Nessa perspectiva, parafraseando Matumoto et al. (2001), é fundamental o desenvolvimento de um projeto no qual tomamos o homem - incluindo-nos nele - na qualidade de um ser constituído socialmente, um ator social que tem um projeto, uma intencionalidade no fazer, e que está em uma linha de produção de fatos sociais. E, dessa forma, o projeto de intervenção da Enfermagem direciona-se para a produção de uma ação social, em que as práticas de saúde determinam e são determinadas no cotidiano.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade vivencial proporcionou a visualização dos avanços e desafios enfrentados pelo SUS durante esses 21 anos de desenvolvimento contínuo, em que o trabalho desenvolvido na ESF apresentasse como uma tentativa de reorganização da Atenção Básica, tendo a família como o sujeito protagonista desse processo de trabalho,

entendendo-a por meio de seu ambiente físico e social.

Assim, após a análise da realidade da Unidade de Saúde da Família, pudemos identificar o desejo dos profissionais que compõem esse sistema de concretizá-lo em seus pilares, tendo como eixo norteador o modelo de Vigilância à Saúde, que tem o instrumental epidemiológico como a ferramenta de estudo dos problemas de saúde locais, investigando seus fatores determinantes e condicionantes numa dimensão ampla (social), realizando uma reflexão crítica sobre esses problemas para, assim, intervir sobre esses.

Para tanto, outro ponto facilitador desse processo diz respeito às relações interpessoais da equipe multiprofissional da USF pautadas na ética e na coletividade, aspectos esses de suma importância para a concretização de um processo de trabalho em saúde norteador pelas tecnologias leves. Em outras palavras, diz-se que a ética é fundamental para que o usuário seja compreendido como o sujeito protagonista do seu processo saúde-doença e, com isso, o trabalho em saúde, relacional e dinâmico, proporcione a valorização das subjetividades de seus componentes.

Com o advento da ESF no território de saúde estudado, podemos constatar um trabalho amparado pelos seguintes princípios do SUS, os quais estão presentes no artigo 7º da Lei Orgânica da Saúde 8080, de 19 de setembro de 1990: universalidade de acesso aos serviços da unidade de saúde; integralidade de assistência; igualdade da assistência à saúde (equidade); direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde e divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização na sala de situação; utilização da epidemiologia; e participação da comunidade através das diversas associações presentes na comunidade.

Diante do exposto, percebemos um esforço da equipe multiprofissional, sob a liderança da enfermeira, em tornar viável essa Estratégia, em busca da resolutividade das ações de saúde para, com isso, atender aos problemas de saúde da comunidade, garantindo uma melhor qualidade de vida à população adscrita.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, L. B. S. P. Da Vigilância Epidemiológica à Vigilância à Saúde. In: AGUIAR, Z.N.; RIBEIRO, M.C.S. (Orgs.) **Vigilância e controle das doenças transmissíveis**. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2006, p. 17-38.

BLEICHER, L. **Saúde para todos já**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Procedimentos para Vacinação**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Curso de formação de facilitadores de educação permanente em saúde: unidade de aprendizagem – trabalho e relações a produção do cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 2005. p. 69-80.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2008.

CORBO, A. D.; MOROSINI, M. V. G. C.; PONTES, A. L. M. Saúde da Família: construção de uma estratégia de atenção à saúde. In: MOROSINI, M.V.G.C. **Modelos de atenção à Saúde da Família**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 69-103.

GERMANO, R. M. et al. Capacitação das equipes do PSF: desvendando uma realidade. In: CASTRO, J. L. de (Orgs.). **Gestão de trabalho no SUS: entre o visível e o oculto**. Natal: Editora Observatório RH NESC/UFRN, 2007.

MATUMOTO, S.; MISHIMA, S. M.; PINTO, I. C.. Saúde Coletiva: um desafio para a enfermagem. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva>.

com.br>. Acesso em: 16 jun. 2008.

MENDES, E. V. **Uma Agenda para a Saúde**. São Paulo/SP: Hucitec, 1996.

SAITO, R. X. S. Políticas de Saúde: Princípios, Diretrizes e Estratégias para a estruturação de um Sistema Único de Saúde. In: OHARA, E. C. C.; SAITO, R. X. S. **Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade**. São Paulo: Martinari, 2008.

SAMPAIO, A. T. L. **Diário Vivencial de Enfermagem Facex**. Natal: Centro de Ensino Facex, 2006.

SANTOS, M. S. Informatização de Processos de Trabalho do Enfermeiro Relacionados ao Gerenciamento da Assistência. **Revista Nursing**, v. 10, n. 116, p. 21-25, 2008.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Saúde. **Educação em Saúde - Planejando as Ações Educativas - Teoria e Prática: Manual para a operacionalização das ações educativas no SUS - São Paulo**. São Paulo: FESIMA, 1997.

TEIXEIRA, C. F. Saúde da Família, Promoção e Vigilância da Saúde: construindo a integralidade da Atenção à Saúde no SUS. **Revista Brasileira de Saúde da Família**, v. 5, n. 7, p. 10-23, 2004.

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S.; VILASBÔAS, A. L. SUS, modelos assistenciais e Vigilância da Saúde. In: ROZENFELD, S. (Orgs.). **Fundamentos de vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

## VIVENCIANDO O PROCESSO DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE

**Raynilson Iglesias<sup>1</sup>; Taciana Jacinto de Almeida<sup>2</sup>; Pétala Tuani Candido de O Salvador<sup>3</sup>; Kisna Yasmin Andrade Alves<sup>4</sup>; José Marcos Bezerra Freitas<sup>5</sup>; Ulyvânia Medeiros e Costa<sup>6</sup>; Ana Tânia Lopes Sampaio<sup>7</sup>**

**RESUMO:** A Reforma sanitária vivenciada no Brasil, desde 1988, traz consigo um modelo de atenção pautado na prática sanitária de Vigilância a Saúde. O Sistema Único de Saúde – SUS - introduz o Reconhecimento Territorial como instrumental básico para o planejamento em Saúde. A normatização do SUS introduz, na saúde, através de Instruções Normativas, diferentes ferramentas metodológicas com enfoque nos aspectos epidemiológicos e operacionais, dentre elas, a Programação Pactuada Integrada-PPI e o Pacto da Saúde. Considerando essa nova realidade sanitária e a necessidade de empoderamento dos discentes sob estes instrumentos, a Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do RN - FACEX, através da Unidade Programática de Atividade Interativa Multidisciplinar do Curso de Enfermagem, possibilitar aos seus discentes uma experiencialidade de planejamento estratégico municipal. O estudo é do tipo Pesquisa-Ação no qual descreveremos a vivência experiencial de práticas integrativas inovadoras em um território de saúde, vivido no município de Bom Jesus-RN. As etapas vivenciais acontecem desde a análise situacional do território vivo até o planejamento das ações para mudança da realidade. A experiência tem como resultados a implantação de uma sala de situação de saúde, na qual são expostos os indicadores de saúde do município e a avaliação de eficiência, eficácia do Sistema Municipal

<sup>1</sup> Acadêmico em Enfermagem pela FACEX – rayufrn@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica em Enfermagem pela FACEX. Rua Mata Grande, 09 – Conj. Jiqui, Neópolis; CEP: 59086-040 – Natal; RN; Tel.: (084) 9994-3407; e-mail: dudamell7@hotmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica em Enfermagem pela FACEX. Rua Almir Freire, 324 – Centro; CEP: 59270-000 – Bom Jesus, RN; Tel.: (084) 3253-2115 / 9917-4764; e-mail: petalatuani@hotmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica em Enfermagem pela FACEX. Rua da Tainha, 99 – Jockey Club; CEP: 59147-535 – Parnamirim, RN; Tel.: (084) 3272-7274 / 9912-2752; e-mail: kisnayasmin@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Acadêmico em Enfermagem pela FACEX

<sup>6</sup> Acadêmica em Enfermagem pela UnP

<sup>7</sup> Enfermeira Sanitarista, Mestra em Enfermagem, Doutora em Educação pela UFRN, Educadora e Consultora do Curso de Enfermagem da FACEX; e-mail: jtadrn@uol.com.br

de Saúde norteado pelas metas prioritárias do Pacto pela Vida estabelecidas na Portaria 399/2006. Foi uma experiência que articulou ensino-serviço e formação-pesquisa.

**PALAVRAS CHAVE:** Planejamento em Saúde; Território Vivo; Pactuação; Sala de situação.

### EXPERIENCING THE HEALTH PLANNING PROCESS

**ABSTRACT:** Sanitary reform experienced in Brazil, since 1988, brings a caring model based on the sanitary practice of Health Surveillance. The Unified Health System (SUS) introduces the Territorial Recognition as basic instruments for planning Health. The regulation of SUS introduces, in health, through Regulatory Instructions, different methodological tools which aim the epidemiological and operational aspects, among them, the Integrated Agreement Program (PPI) and the Health Agreement. Considering this new sanitary reality and the need of empowerment of the learners about these instruments, the College of Science, Culture and Extension of RN – FACEX through the Interactive Multidisciplinary Activity Program Unit of the Nursing Course plans with its students a municipal strategic planning experience. This study is an Action-Research one and will describe the experience of integrative practices in an innovative area of health system in the city of Bom Jesus-RN. The experiential steps takes place since the situational analysis form the territory to the action planning to change the reality. The experience has, as a result, the implementation of a health situation room, which exposed the city's health indicators and evaluation of efficiency, effectiveness of the Municipal Health System according to the main targets of the life agreement established in Ordinance No. 399/2006. It was an experience that articulated education-service and-research.

**KEY-WORDS:** Health Planning; Alive Territory; Agreement; Situation Room.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil foi palco de diversos acontecimentos no âmbito da saúde que, posteriormente, proporcionaram os diversos avanços na qualidade da assistência aos cidadãos, bem como, vislumbrando um contexto mais holístico, a compreensão da saúde não somente como um desequilíbrio homeostático do organismo ocasionado por determinado agente etiológico, mas sim a existência de um desequilíbrio nos quatro pilares existenciais do homem: sócio, afetivo, psicológico e cultural. Em outras palavras, a saúde é uma condição humana intimamente relacionada com o nível de qualidade de vida que o sujeito possui.

É nessa perspectiva que se vislumbra o modelo assistencial de Vigilância à Saúde, apresentado durante os movimentos sanitários, especialmente no evento da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, a qual instituiu o início da Reforma Sanitária no país, normatizando as ações de saúde. Para tal, faz-se necessário, para sua implementação, o enfoque no território, nos problemas de saúde do mesmo e no planejamento e avaliações das metas desenvolvidas.

Tendo em vista esses aspectos, corroboramos com Teixeira (2004, p. 15), quando afirma:

[...] a Vigilância da Saúde (VISAU) incorpora, para além do esquema abstrato que organiza os diversos níveis de prevenção, a análise concreta das práticas de saúde tal como se apresentam ou podem vir a se apresentar em uma situação específica como a brasileira. Prevê, assim, a possibilidade de formulação e implementação de “políticas públicas saudáveis”, conjunto de ações governamentais (intersetoriais) e não governamentais voltadas à melhoria das condições de vida das populações e à reorganização das ações sob responsabilidade direta do sistema de serviço de saúde.

Para subsidiar as atividades da atenção e assistência à população proposto pelo modelo assistencial acima, surge a PPI (Programação Pactuada e Integrada), a partir da Norma Operacional Básica do SUS 01/96. Esse instrumento de gestão possibilita que ações de proteção e

recuperação da saúde sejam garantidas à população por meio da pactuação de serviços com outros municípios, como também quantificar as ações de saúde e estabelecer metas para promover melhorias na qualidade de vida da população e, por conseguinte, na saúde.

A percepção da importância desse instrumento de gestão proporcionou que o Ministério da Saúde o reforçasse na Portaria nº 399 GM/MS de 2006, que regulamenta o Pacto pela Saúde. Essa instrução normativa do SUS que estabelece atribuições, metas e responsabilidades aos municípios, está compreendida em 3 dimensões: o Pacto pela Vida, o qual estabelece como metas prioritárias a redução da mortalidade infantil e materna, o controle das doenças emergentes e endemias (como dengue, tuberculose, malária, influenza e hanseníase), a redução da mortalidade por câncer de útero e de mama, a Atenção Básica, enfatizando a promoção da saúde; o Pacto em defesa do SUS, que objetiva expressar o compromisso entre gestores do SUS e pessoas envolvidas no desenvolvimento do sistema; e o Pacto pela Gestão, que visa organizar o sistema de saúde pautado na regionalização e descentralização da assistência, planejamento, PPI, participação e controle social, financiamento, gestão do trabalho e regulação (BRASIL, 2006).

Além de todas essas ferramentas já supracitadas, destaca-se, também, como qualificador do sistema de saúde, a Epidemiologia, ciência que estuda quantitativamente a distribuição dos fenômenos de saúde/doença e seus fatores condicionantes e determinantes nas populações humanas. Com essas informações acerca do diagnóstico de morbidade e mortalidade, torna-se possível planejar ações, intervir e avaliá-las. É nessa área de investigação crítica da saúde que se encontra a Vigilância Epidemiológica, que denota a prática da sua ciência medular – a Epidemiologia – como se pode observar nas palavras de Teixeira, Paim e Vilasbôas (2000, p. 49):

Do ponto de vista da prática epidemiológica em serviços, tem significado uma ampliação dos objetos de Vigilância Epidemiológica, que passam a abarcar não apenas as doenças transmissíveis, mas incorporam investigações e montagem de bancos de dados sobre outros agravos – como mortalidade infantil, mortalidade materna, doenças crônicas, acidentes e violência

– como também aspectos relativos à organização e à produção dos serviços de saúde, e, assim contribuem para um planejamento de saúde mais abrangente.

Nesse contexto, ressaltamos a suma importância da sala de situação que permite a realização de estudos acerca do processo saúde/doença de uma microrregião, município e estado. Para isso, são utilizados dados coletados nas Unidades de Saúde, dentre outras fontes, os quais serão interpretados e transformados em informações pelos sistemas de informações, como por exemplo: SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), SINASC (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos), SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica), SIA-SUS (Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS), SIH-SUS (Sistema de Informações Hospitalares do SUS) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Outro objetivo do instrumental em foco é permitir que a população tenha conhecimentos dos dados referentes ao seu perfil de morbimortalidade, aspecto esse que corresponde a dois dos treze princípios do SUS, disposto na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde e divulgação de informação quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.

Diante do exposto, o trabalho teve como objetivo conhecer as realidades epidemiológicas e sociais do município de Bom Jesus, situado na região Agreste do estado do Rio Grande do Norte, como também vivenciar o planejamento dos serviços de saúde e elaboração de metas, os quais foram orientados pelas informações coletadas nos sistemas de informações e a situação planejada pela PPI desse mesmo município.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de vivenciar o processo de planejamento em saúde, desde a análise da situação de saúde até o planejamento da mudança da realidade encontrada por meio da apreciação das metas prioritárias do Pacto pela Vida estabelecidas na Portaria 399/2006, o grupo pesquisador teve por objeto de estudo o município de Bom Jesus – RN.

O município de Bom Jesus-RN (FIG. 1) está localizado a 46 quilômetros da capital do estado e tem uma população estimada em 8.478 habitantes (IBGE, 2007). Em extensão, o município possui 122,04 quilômetros quadrados de área (IBGE, 2011). Limita-se ao norte com São Pedro, ao sul com Boa Saúde, ao leste com Macaíba e ao oeste com Senador Elói de Souza.

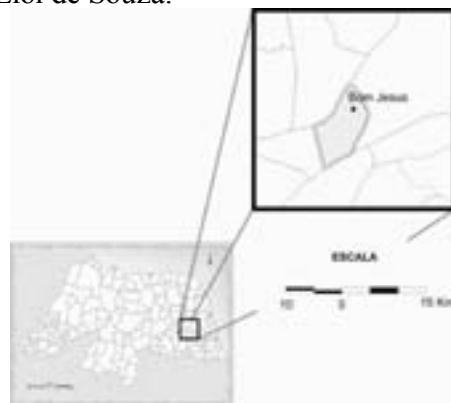


FIGURA 1 - Localização do município de Bom Jesus no mapa do Rio Grande do Norte

Fonte: Organização: Valdenildo Pedro da Silva, 2006.

Cartografia: Josué Alencar Bezerra, 2006.

Assim, visando tecer uma análise crítica da situação de saúde do município de Bom Jesus, o grupo pesquisador avaliou os principais indicadores de saúde do ano de 2007. Foi utilizado como fonte de informação o site do DATASUS, através da pesquisa dos dados consolidados nos Sistemas de Informação de Saúde – SIS: SIAB, SIM, SIA, SIH, SINAN, SINASC, SISCOLO (Sistema de Informação de Controle do Câncer do Colo do Útero) e HIPERDIA (Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos).

No período de tempo analisado, de acordo com o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, a cidade de Bom Jesus contava com cinco estabelecimentos de saúde, a saber: três Unidades Básicas de Saúde, operando no âmbito da Estratégia Saúde da Família; um Hospital Geral; e uma Unidade de Serviço de Apoio de Diagnóstico e Terapia.

Segundo o SIAB, em 2007, havia 9.642 pessoas cadastradas nas unidades de saúde, agrupadas em 2.580 famílias. Diante desses dados, pude-

mos constatar um paradoxo entre a quantidade de pessoas cadastradas no SIAB e a população de Bom Jesus segundo o censo de 2007 realizado pelo IBGE (9.642 e 8.478, respectivamente). Esse fato decorre de problemáticas enfrentadas pelo município em estudo com aqueles circunvizinhos supracitados, isso porque, durante o censo, são trazidas à tona controvérsias em relação aos limites dos mesmos.

De tal modo, constata-se nesse município um decréscimo populacional segundo o censo de 2007 e, apesar disso, as unidades de saúde bom-jesuenses continuam a atender os moradores das localidades que, teoricamente, pertenciam a Bom Jesus. Assim, as suas unidades de saúde atendem a uma demanda significativamente superior a sua população real, mesmo sem receber recursos para tais atendimentos.

Nessa perspectiva, são apresentados os resultados da análise do perfil epidemiológico de Bom Jesus, os quais serão sistematizados em três momentos: no primeiro, a situação encontrada em relação aos principais indicadores das metas prioritárias do Pacto pela Saúde 2006, estabelecendo as metas planejadas tendo em vista o instrumento da Programação Pactuada e Integrada (PPI); no segundo, a sala de situação desenvolvida pelo grupo pesquisador a partir dos resultados obtidos; e, por fim, as metas para elaboração de um planejamento participativo, enfatizando as principais estratégias planejadas para reverter a situação encontrada a partir da articulação dos saberes trabalhados nas Unidades Programáticas do Eixo Temático IV – Processo Saúde/Doença na Dimensão Coletiva e Familiar.

## 2.1 Indicadores de saúde do município de Bom Jesus

A partir dos dados consolidados nos SIS, priorizaram-se os principais indicadores para avaliar a situação de saúde do município de Bom Jesus no ano de 2007. Dentre os principais entraves encontrados, destacam-se: a desatualização de grande parte dos sistemas de informação; a contradição da quantificação de dados por sistemas de informação diferentes; e a existência real da subnotificação dos dados, o que prejudica significativamente a fidedignidade da avaliação.

QUADRO 1 - Avaliação da situação de saúde do município de Bom Jesus-RN em relação às metas do Pacto pela Saúde 2006.

META PRIORITÁRIA	INDICADOR	FONTE	QUANT	%	META
Saúde do Idoso	População >60a	SIAB	1233		
	Consulta >60a	SIAB	3553	144	-
	Cobertura contra Influenza	PNI		82,1	↑100%
Câncer do colo do útero e de mama	Mulheres 25-59a	SIAB	1853		
	Atend Prev Citolog	SIAB	894	48,3	↑80%
	Cit.Oncot. NIC III	SIAB	0	0	-
	Quant de mamografia	SIA	77		↑60%
Mortalidade infantil e materna	Crianças <1 ano	SIAB	127		
	Mortalidade infantil	SIM	0	0	-
	Nº de gestantes cadastr	SIAB	79		
	Nº de gestantes acomp	SIAB	68	86	↑100%
	Mortalidade materna	SIM	0	0	-
Doenças emergentes e endemias	Nº de casos de HAN	SIAB	1		-
	Nº de casos de TB	SIAB	3		-
	Atend.DST/AIDS	SIAB	635		↑
	Nº de casos de dengue notificados	SINAN	8		↑
Promoção da Saúde	Nº de etilistas	SIAB	35		
	Óbitos Adol violência	SIAB	0		
	Atend.Grupo	SIAB	2079		
Atenção Básica à Saúde	População cadastrada pela ESF	SIAB	9642	115	-
	Cobertura Vacinal	PNI		74,6	↑100%
	Taxa de internações por AVC	SIH	17		-
	Taxa de internação por diabetes mellitus	SIH	0		-
	Média anual de consultas médicas básicas por habitante	SIA	2,4		-
	Média mensal de visitas domiciliares por família por ACS	SIAB	1,3		-
	% de ESF com projeto AMQ implantado	AMQ	0	0	↑100%
	Indivíduos cadastrados no HIPERDIA em relação à população alvo estimada (hipertensos + diabéticos)	HIPERDIA	494	24,7	↑100%

LEGENDA BOM REGULAR RUIM

## 2.2 Sala de Situação

Diante do modelo de Vigilância à Saúde, denotou-se a importância ímpar de utilizar o instrumental epidemiológico para subsidiar as práticas de saúde, isso porque é a partir do conhecimento da realidade que se pode enfrentar as problemáticas prioritárias dos territórios de saúde. Nessa perspectiva, a sala de situação de saúde constitui uma ferramenta eficaz para auxiliar no processo de planejamento em saúde, facilitando o diagnóstico, o acompanhamento e a avaliação da situação de saúde do município.

Dessa forma, segundo Brasil (2008b), a sala de situação é concebida como um processo contínuo de articulação de quatro tipos de atividades: a) coleta, tabulação e processamento de dados, produzindo planilhas de indicadores e gráficos; b) análise e comparação de dados; c) avaliação de problemas, intervenções e tomada de decisões, e d) divulgação das informações para retroalimentar o sistema de saúde e permitir o controle social.

Assim, após a tabulação da situação encontrada por meio da análise da situação de saúde de Bom Jesus, o grupo pesquisador fomentou uma sala de situação, a qual será apresentada a seguir.

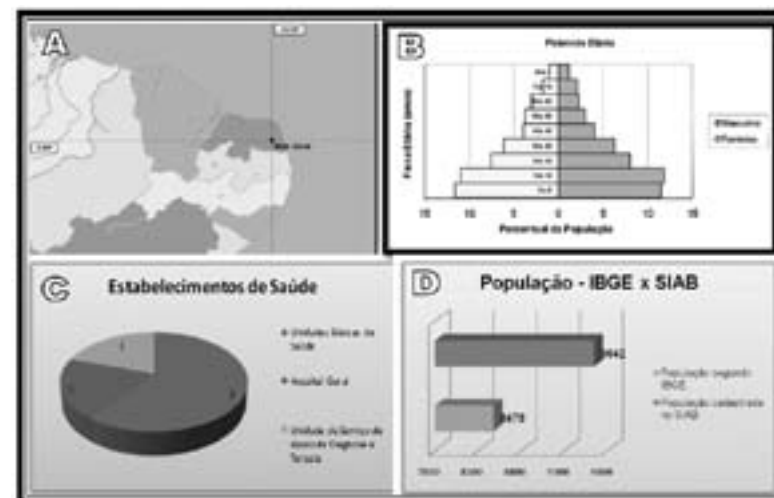


FIGURA 2 – Demanda e Oferta: A) Localização do município Bom Jesus /RN; B) Pirâmide etária da população bonjesusense; C) Estabelecimentos de Saúde existentes no município; D) Discrepância da população bonjesusense segundo dados do IBGE e do SIAB.

Fonte: Brasil, 2008a; 2008b.



FIGURA 3 – Saúde do Idoso: A) População bonjesusense com mais de 60 anos x Número de consultas realizadas nessa faixa etária; B) Cobertura vacinal contra Influenza na população bonjesusense idosa. Fonte: Brasil, 2008a; 2008b.



FIGURA 4 – Câncer do colo do útero e de mama: Dados relativos ao controle do câncer do colo do útero e de mama nas mulheres bonjesusenses em idade fértil (número de mulheres, de preventivos realizados, de mamografias realizadas, de casos de câncer de colo de útero e de casos de câncer de mama, respectivamente). Fonte: Brasil, 2008a; 2008b.

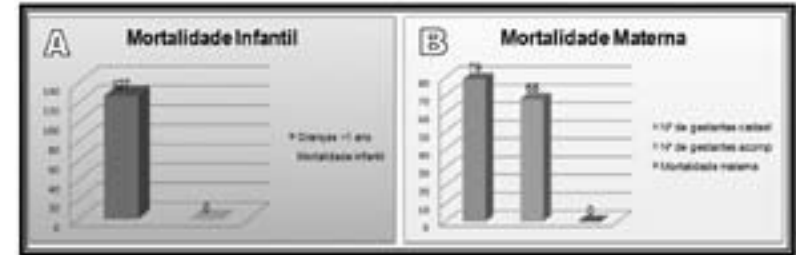


FIGURA 5 – Mortalidade infantil e materna: A) Mortalidade infantil na população bonjesusense; B) Mortalidade materna na população bonjesusense. Fonte: Brasil, 2008a; 2008b.

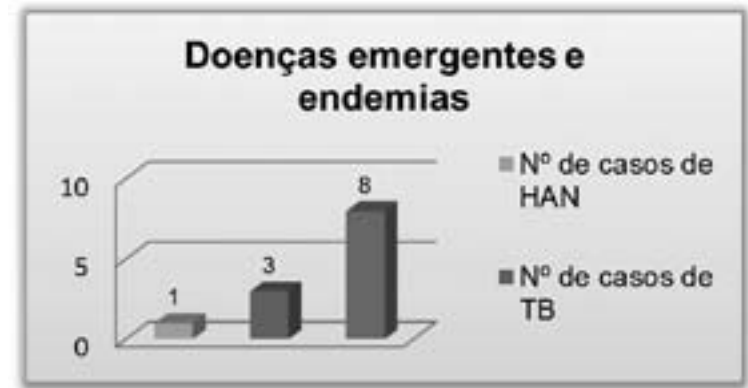


FIGURA 6 – Doenças emergentes e endemias: Número de casos de Hanseníase, Tuberculose e Dengue notificados no município de Bom Jesus / RN. Fonte: Brasil, 2008a; 2008b.



FIGURA 7 – Promoção da saúde: Dados referentes às ações de promoção da saúde no município de Bom Jesus /RN, respectivamente: populações passíveis de atividades e números de atendimentos em grupo realizados.

Fonte: Brasil, 2008a; 2008b.

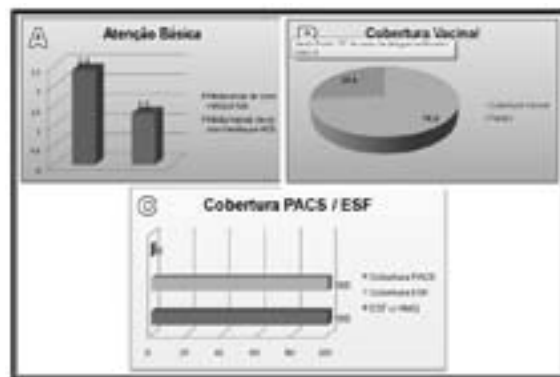


FIGURA 8 – Atenção básica à saúde: A) Dados referentes aos atendimentos no âmbito da Atenção Básica do município de Bom Jesus /RN; B) Cobertura vacinal da população bonjesusense; C) Cobertura do PACS e da ESF no município de Bom Jesus /RN.

Fonte: Brasil, 2008a; 2008b.

### 2.3 Planejamento em saúde: o caminho para alcançar as metas

O planejamento em saúde constitui uma forma eficaz de concretizar o modelo da Vigilância à Saúde, que apresenta a epidemiologia como a ferramenta essencial de trabalho com o processo saúde/do-

ença da população. Dessa maneira, o instrumental epidemiológico permite o estudo dos problemas de saúde locais, investigando seus fatores determinantes e condicionantes numa dimensão ampla (social), realizando uma reflexão crítica sobre esses problemas para, assim, intervir sobre esses.

Nessa perspectiva, após a avaliação crítica dos dados consolidados na sala de situação fomentada pelo grupo pesquisador, estabeleceram-se metas para subsídio de um planejamento participativo, enfatizando as principais estratégias planejadas para reverter a situação encontrada a partir da articulação dos saberes trabalhados nas Unidades Programáticas do Eixo Temático IV.

Assim, refletiu-se acerca de estratégias que auxiliassem na concretização dos objetivos postulados para cada meta prioritária do Pacto pela Saúde 2006, as quais serão destacadas a seguir.

QUADRO 2 - Descrição das metas prioritárias do Pacto de Saúde 2006.

META PRIORITÁRIA	PRIORIDADES E OBJETIVOS
Saúde do Idoso	Promover o envelhecimento ativo e saudável.
	Contribuir para a melhoria da qualidade da atenção prestada ao residente nas instituições de longa permanência para idosos - ILPI.
	Aumentar para 100% a cobertura vacinal contra Influenza.
Câncer do colo do útero e de mama	Reorganizar o processo de acolhimento à pessoa idosa nas unidades de saúde, como uma das estratégias de enfrentamento das dificuldades atuais de acesso e incentivo à adesão dos programas fomentados.
	Aumentar a cobertura do exame preventivo do câncer do colo de útero para 80% na população de 25-59a.
Mortalidade infantil e materna	Realizar exame clínico da mama e garantir referência para exames complementares (mamografia e ultrassonografia).
	Investigar todos os óbitos infantis, para conhecer seus determinantes e planejar ações de redução da mortalidade.
	Garantir insumos e medicamentos para tratamento das síndromes hipertensivas no parto.
Mortalidade infantil e materna	Cadastrar todas as gestantes e realizar, pelo menos 4 consultas de enfermagem e 6 consultas médicas de pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no 1º trimestre, duas no 2º e três no 3º trimestre da gestação.
	Investigar todos os óbitos de mulheres de 10 a 49 anos, com o objetivo de identificar óbitos maternos não declarados.

META PRIORITÁRIA	PRIORIDADES E OBJETIVOS
Doenças emergentes e endemias	Fortalecimento da capacidade de respostas às doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose e influenza, realizando ações educativas.
	Identificar sintomáticos dermatológicos e realizar acompanhamento ambulatorial e domiciliar dos casos de HAN.
	Organizar e realizar busca sistemática de Sintomáticos Respiratórios (SR) e realizar acompanhamento ambulatorial e domiciliar dos casos de TB.
Promoção da Saúde	Alimentar corretamente o SINAN.
	Enfatizar a mudança de comportamento da população brasileira de forma a internalizar a responsabilidade individual da prática de atividade física regular, alimentação adequada e saudável e combate ao tabagismo.
	Ampliar rede de prevenção de violência.
	Divulgar a Carta dos Direitos dos Usuários a fim de fortalecer a participação popular.
Atenção Básica à Saúde	Fomentar atividades educativas pautadas na intersectorialidade.
	Institucionalizar o processo de monitoramento e avaliação da ESF por meio do projeto AMQ (Avaliação para Melhoria da Qualidade da Estratégia Saúde da Família).
	Integrar os níveis de atenção, garantindo a continuidade do cuidado e a referência quando necessária.
	Qualificação e Humanescência de todos os serviços da atenção básica, através capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos e a adoção de protocolos de conduta.
	Desenvolver ações de qualificação dos profissionais da atenção básica por meio de estratégias de educação permanente.
	Aprimorar o vínculo da população com os profissionais de saúde, estimulando a adesão dos indivíduos aos programas estratégicos da ESF.
Registrar, processar, analisar e divulgar os dados estatísticos dos atendimentos realizados, alimentando os sistemas de informação para acompanhamento e avaliação das unidades de saúde.	

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade vivencial proporcionou compreender a fundamental importância das diversas mudanças ocorridas no cenário da saúde no nosso país. Essas proporcionaram a concretização dos instrumentos que subsidiam os gestores e todos aqueles envolvidos na produção do

cuidado, tornando, cada vez mais, um sistema de saúde que fornece uma assistência consonante com toda a ideologia construída na VIII Conferência Nacional de Saúde.

Portanto, após a análise da realidade social e epidemiológica do município de Bom Jesus, verificou-se a essencialidade das atividades prioritárias disposta pelo Pacto pela Saúde para a orientação do planejamento das metas. Além disso, o caráter comparativo da PPI possibilitou direcionar os nossos objetivos quanto às intervenções e diagnóstico de morbimortalidade do ente federativo em pauta.

Outro aspecto de grande relevância nesse cenário qualificador dos serviços do SUS, diz respeito a uma alimentação adequada dos sistemas de informações e, por conseguinte, da sala de situação. É essencial a existência de dados fidedignos para permitir uma compreensão apropriada das realidades do objeto de estudo e, portanto, elaborar metas coerentes com o seu perfil, como também a presença desse instrumental para orientar as ações de saúde.

Diante disso, percebemos o quanto é fundamental compreender e saber aplicar, satisfatoriamente, as ferramentas salientadas nesse trabalho, para que possamos construir um SUS que promova, proteja e recupere a saúde dos seus usuários.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações de Saúde**. 2008a. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria N° 399/GM de 22 de Fevereiro de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Sala de Situação**. 2008b. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/rnis/saladesituacao.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem População 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bom Jesus - RN**. Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=240170>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

TEIXEIRA, Carmen F. Saúde da Família, Promoção e Vigilância: construindo a integralidade da Atenção à Saúde no SUS. **Revista Brasileira de Saúde da Família**, Brasília, v. 5, n. 7, p. 10-23, 2004.

TEIXEIRA, Carmen F.; PAIM, Jairnilson S.; VILASBÔAS, Ana L. SUS, modelos assistenciais e Vigilância da Saúde. In: ROZENFELD, Sueli. (Org.). **Fundamentos de vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

## SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE PERCEBIDA PELOS CLIENTES

**Frankleide Cabral<sup>1</sup>; Richard Medeiros de Araújo<sup>2</sup>; Ionara Cortez Bezerra<sup>3</sup>; Fernando Porfírio S. de Oliveira<sup>4</sup>; Juliana Leão Maia<sup>5</sup>**

**RESUMO:** As organizações de serviços têm que adquirir conhecimento para poder agir estrategicamente nesse mercado. Essa ação estratégica, tão enfatizada nos últimos tempos, é necessária para que se possam direcionar algumas variáveis de forma a alcançar os objetivos organizacionais. Na presente pesquisa, denominada de estudo de caso, investigou-se os aspectos ligados à qualidade percebida dos serviços advocatícios. O instrumento utilizado foi o formulário adaptado com base no modelo SERVQUAL, dos autores Para Suraman, Zeithaml e Berry (2003). Abrangendo cinco dimensões – confiabilidade, presteza, garantias, empatia e aspectos tangíveis. Utilizou-se para tanto a pesquisa explicativa para buscar, nas variáveis levantadas, as respostas quanto ao nível de qualidade prestada pela empresa Júnior Gurgel Advocacia na visão de seus clientes. Dentre os achados de pesquisa verificou-se a necessidade de que o gestor dê importância a todas as variáveis da qualidade, uma vez que em sua maioria os respondentes consideram os serviços dentro dessas escalas. Ficou evidenciado que os serviços geradores de maior nível de satisfação são aqueles que estão mais próximos aos respondentes como o executor do serviço e a confiança percebida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviços; Qualidade; SERVQUAL.

### ATTORNEY SERVICE: A STUDY ABOUT QUALITY IN THE CLIENT'S POINT OF VIEW

**ABSTRACT:** The area of service organization needs to acquire knowledge in order to be able to act strategically in this market. Strategic action, something so

<sup>1</sup> Especialista em Gestão de Negócios pela FACEX. E-mail: fran\_cabral04@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor da FACEX e Doutorando em Administração pela UFRN. E-mail: richardmaraujo@uol.com.br

<sup>3</sup> Mestre em Administração pela UnP. E-mail: ionarapaiva@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Mestre em Engenharia de Produção pela UFRN. E-mail: fernandoporfiri@uol.com.br

<sup>5</sup> Professora da FACEX. E-mail: juleaom@hotmail.com

emphasized in recent times, is necessary for the achievement of organizational objectives. In this research, a case study, some aspects related to the quality of attorney service were investigated. The instrument used to develop the research was a form adapted according to the SERVQUAL model (PARASSUARAMAN, SEITHAML, AND BERRY, 2003). It covered five dimensions (reliability, speed, security, empathy and tangible aspects). For the collection of data, it was used an explanatory model in order to get the answers about the level of quality provided by the Junior Gurgel Lawyers according to its customers. Among the findings of this research, it was noticed that the manager needs to pay attention to quality variables, since most of the people interviewed evaluated the services within those scales. It was evident that the services which generated the highest level of satisfaction were those closer to the people interviewed, such as the executor and the level of trust that the company awakened.

**KEY WORDS:** Services; Quality; SERVQUAL.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, gerir um escritório de advocacia não se resume mais em ter uma agenda atualizada com todos os compromissos judiciais de seus clientes, como audiências e julgamentos, um fichário com endereços e telefones, um arquivo físico abarrotado de pastas e documentos, entre outros recursos físicos, hoje já ultrapassados pela tecnologia disponível no mercado.

A gestão moderna de um escritório de advocacia engloba desde o atendimento da recepção, passando pela imagem do profissional até modernos sistemas de controles informatizados, chegando ainda até aos pequenos palm's em substituição às antigas pastas de papel que os advogados levam às audiências. Esses são alguns dos fatores que hoje possibilitam as empresas alcançarem grande vantagem competitiva num mercado altamente saturado e que exige inovação contínua.

Com isso, novas ações são impostas a esses profissionais, visando à sobrevivência da carreira jurídica, entre elas:

- Preocupação com seu conhecimento e constante atualização – investimento em cursos e especializações;
- Melhoria no gerenciamento das informações dos processos – aquisição de software gerenciador do escritório, que seja capaz de gerenciar todos os processos da empresa desde os processos até as finanças;
- Melhoria na interface com os clientes – uso de site na internet de fácil acesso aos clientes para consultar processuais e esclarecimentos de dúvidas rápidas.

Todas essas inovações contribuem para o crescimento da empresa, com a conseqüente satisfação do cliente, pelo aumento da qualidade do serviço em geral. Mas é preciso analisar se esse aumento é real ou não. Por isso, a presente pesquisa se mostra válida para estudar a empresa escolhida em razão da necessidade dela se adequar a essas novas exigências do mercado.

Tendo recentemente, se instalado em sede própria, adquirido software de gestão de processos e estando para implantar um site onde

os clientes terão possibilidade de acessar seus processos na íntegra de forma digital e, para executar todos esses recursos que disponibiliza e que pretende disponibilizar aos seus clientes, a Júnior Gurgel Advocacia, formou uma nova equipe de trabalho.

Por tudo isso, se faz necessário analisar o patamar da qualidade prestada, na percepção do cliente. Com essa informação a organização poderá melhor gerir os recursos dos quais dispõe, bem como, melhor dimensionar as suas estratégias com vista a se manter competitiva, atingindo seus objetivos.

A pesquisa é voltada para o estudo da qualidade na visão do cliente. Tendo em vista a necessidade de entender como o cliente vê os serviços prestados pela empresa, que, apesar de nova, funcionando em sua nova sede somente desde março de 2007, possui clientes antigos, que estão com a empresa desde antes desta data. Isso se deve ao fato de que, quando da dissolução da sociedade, o Gestor, trouxe sua carteira de clientes antigos, conquistados ao longo dos oito anos junto à antiga sociedade. Logo, a pesquisa junto a esses clientes, que foram atendidos nas novas instalações, abrangerá todo o universo de clientes. Assim, o presente artigo busca responder: Qual o nível de qualidade dos serviços prestados pela empresa Júnior Gurgel Advocacia na percepção de seus clientes?

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Serviços

O consumidor não pretende satisfazer suas necessidades somente com o produto em si, mas também com o serviço agregado que esse produto traz consigo. No setor de serviços, esse consumidor quer um serviço completo e diferenciado. Ele não procura somente aquela satisfação momentânea, mas sim a realização de uma ligação para um serviço futuro. Ao procurar um serviço de advocacia, o cliente busca um profissional que seja competente, que possa representá-lo junto aos órgãos públicos, que tenha o conhecimento que ele não dispõe, permita que haja um estreitamento do relacionamento profissional ao ponto de fazer aquele cliente voltar a procurá-lo em outras necessidades que possam surgir. O profissional que não for capaz de

satisfazer seu cliente além do serviço que oferece irá perdê-lo para a concorrência.

Assim, serviços constituem processos ou atividades de natureza intangível, portanto eles não são tocados, constituem atos e ações. Segundo Kotler (1998), esses atos ou desempenho são realizados por uma pessoa em detrimento à outra, sendo eles essencialmente intangíveis e não resultando em propriedade de algo. Para Grönroos (2003), “serviço é um processo que consiste em uma série de atividades, de natureza mais ou menos intangível, em que normalmente, há interações entre os clientes e os prestadores do serviço, e ainda entre os recursos ou bens físicos, como também, entre os sistemas de quem fornece o serviço, tudo isso para fornecer soluções para os problemas dos clientes”.

A Matriz de Processos de Serviços proposta por Roger Schmenner apud Fitzsimmons (2000), mostrada na FIG. 1, classifica os serviços mediante duas dimensões: grau de intensidade de trabalho e grau de interação e personalização. Ambas as dimensões afetam significativamente o caráter do processo de atendimento e resultam em quatro categorias: indústrias de serviços, lojas de serviços, serviços de massa e serviços profissionais. Segundo Fitzsimmons (2000), a análise da natureza dos serviços deve começar pela percepção de que o serviço é composto por um pacote de benefícios implícitos e explícitos, sendo executado dentro de instalações de suporte e utiliza bens facilitadores.

Há várias características relacionadas aos serviços na literatura, mas sempre haverá uma comparação entre elas e as características de bens físicos. O QUADRO 1 permite verificar as características que separam serviços de bens físicos, como conceitua Grönroos (2003).

## QUADRO 1 -Diferenças entre serviços e bens físicos

Fonte: Grönroos (2003).

SERVIÇOS	
Intangível	Tangível
Imaterial (atividade ou processo)	Concreto (coisa)
Não há transferência de propriedade	Há transferência de propriedade na realização da compra
Não há revenda	Há revenda
Não tem como ser efetivamente demonstrado antes da compra	Tem como ser demonstrado antes da compra
Não há estoque	Há estoque por vendedores e compradores
Produção e consumo geralmente coincidem	O consumo é precedido da produção
Produção, venda e consumo são espacialmente unidos	Produção, venda e consumo ocorrem em locais diferentes
Não pode ser transportado	Pode ser transportado
Comprador/cliente toma parte na produção	Vendedor não é o produtor
Na maioria dos casos, o contato direto é necessário	Contato indireto é possível entre empresa e cliente
O serviço em si não pode ser exportado, mas o sistema de prestação de serviços pode	O Bem pode ser exportado
Heterogêneo	Homogêneo
Valor principal produzido nas interações entre comprador e vendedor	Valor principal produzido em fábricas
Clientes participam da produção	Clientes normalmente não participam da produção

Para Grönroos (2003), três características básicas são possíveis de serem identificadas na maioria dos serviços: que os serviços constituem processos formados por atividades ou uma série de atividades ao invés de coisas; que são produzidos e consumidos simultaneamente, até certo ponto; e que o cliente participa da produção, até certo ponto.

Em um mercado altamente competitivo, os escritórios de advocacias acabam se tornando um negócio de alto custo. E manter esse custo, significa atender a cada dia mais clientes, gerando assim um ciclo. Captar clientes não é uma tarefa fácil para esses escritórios. A linha entre captar clientes de forma legal e a linha de infração do Código de Ética é o limite controlador dessas organizações.

Não infringir o Código de Ética é a realidade permanente dentro

das estratégias do escritório. É preciso saber balancear a inovação e a ausência. É preciso saber gerir o desenvolvimento de negócios, que é a sistematização de diferentes ações, por vezes inovadoras, permitindo que os escritórios atuem com escopo de trabalho, que vem definido e objetivando o desenvolvimento de relacionamento duradouros e mutuamente proveitosos com os clientes.

As atividades privativas da advocacia estão reguladas no artigo 1º da Lei Federal 8.906, de 04 de julho de 1994:

I – A postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;

II -As atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

§ 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de *habeas corpus* em qualquer instância ou tribunal.

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados.

Dessa forma, o legislador especifica que o ingresso de qualquer pessoa em juízo só poderá ocorrer por intermédio de um advogado devidamente constituído. Exceto a impetração de *habeas corpus*, pois poderá ser interposto por qualquer pessoa em interesse próprio ou de terceiro. O Cliente dos serviços de advocacia constitui o consumidor final de qualquer cadeia, seja ela de produção ou de serviços. Na verdade, constitui a razão da existência de qualquer organização. Satisfazê-lo é o resultado final de seus trabalhos. Mas, há dois tipos de clientes, os internos e externos.

## 2.2 Qualidade de Serviços

Sabe-se que a qualidade é importante para qualquer setor. A avaliação da qualidade teve início na indústria, mas hoje já se tem o entendimento de que é importante para o setor de serviços ou até mesmo para a inter-relação existente entre as áreas funcionais dentro de uma organização industrial. Nesse pensamento, surge que a importância da qualidade do setor de serviços é fundamental como fator de competitividade do setor. Pois hoje as organizações realmente compreendem que a qualidade de serviço, de forma clara e consciente, sabendo que poderá ser uma arma altamente efetiva – a garantia no atendimento

das necessidades e expectativas dos clientes.

A partir da década de 80 o conceito de serviços começou a ser tratado seriamente e assim, a questão da qualidade ganhou maior importância. Muitos são os autores que tratam sobre a qualidade nos serviços em suas obras. Para se estudar qualidade no setor de serviços é preciso reconhecer e diferenciar a qualidade requerida pelos clientes daquela planejada pela organização.

Para Campos (1992) um produto ou um serviço com qualidade deve ser possível de atender, de forma acessível, segura, confiável e no tempo certo as necessidades dos clientes. Na verdade, o conceito de qualidade relativo aos serviços é muito complexo, não se pode medi-la em aspectos objetivos, como ocorre com os bens físicos, pois, conforme afirmaram Parasuraman, Zeithaml e Berry apud Cavalcanti (1997), “a qualidade dos serviços é de natureza abstrata, em razão da característica de intangibilidade e outras mais que compõem a singularidade dos serviços. Sendo necessária uma medida que melhor se adapte: a percepção da qualidade pelo usuário do serviço. O cliente ao fazer qualquer aquisição, tomar alguma decisão de mercado, traz todo seu aprendizado acumulado na vida com relação ao mundo em geral e ao mercado em particular.

Segundo Sheth (2001), para o cliente a realidade objetiva, apresentada por determinado produto ou serviço importa pouco. Na verdade, o que tem mais importância é a percepção que o cliente tem do produto.

O processo perceptual é muito importante para o consumidor. Vejamos seus três passos, segundo Sheth (2001):

- Sensação – ficar atento a um objeto ou evento do ambiente usando um ou mais dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar). Tecnicamente, esse objeto ou evento é chamado de estímulo;
- Organização – criar categorias para o objeto observado, de modo a classificar esse estímulo de forma semelhante as categorias de objetos já armazenados na memória;
- Interpretação – diz respeito a conceituar o estímulo, de modo a criar uma “regra” com relação ao objeto ser ou não apreciado, lhe atribuindo ainda, um valor.

Assim, a qualidade percebida em serviços é, geralmente, percebida de forma subjetiva, tão grande é a influência de alguns fatores para isso, como: as experiências de qualidade, comunicação externa, comunicação boca a boca e necessidades pessoais.

## 2 METODOLOGIA

O presente artigo visou explicar sobre a qualidade dos serviços prestados pela empresa estudada na visão de seus clientes, através do método de estudo de caso. O presente trabalho classifica-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, pois busca a avaliação da qualidade nos serviços prestados pelo Júnior Gurgel Advocacia explicando o problema levantado e descrevendo as características da amostra pesquisada. Gil (1996) define amostra como sendo uma pequena fração dos elementos que compõem o universo, a população, segundo Stewart (2005), é uma coleção de unidades individuais, que podem ser pessoas ou resultados experimentais, com uma ou mais características comuns, que se pretendem estudar.

Amostragem diz respeito à coleta de dados que correspondem a alguns elementos da população e a sua análise, podendo trazer informações relevantes sobre toda população (MATTAR apud OLIVEIRA, 2001). De acordo com Schiffman apud Oliveira (2001), um plano de amostragem deve ser possível de responder as seguintes questões: quem pesquisar, que será a unidade de amostragem; quantos pesquisar, que será o tamanho da amostra, e, por fim, como selecionar, que é o procedimento da amostragem. Assim, com base nas definições acima, a amostra da presente pesquisa foi escolhida como sendo não probabilística e por conveniência. Isso porque os formulários (instrumento de coleta adotado) teriam que ser aplicados junto aos clientes, durante os meses de abril a junho de 2007. Dentre os trinta e cinco atendimentos realizados nesse período, a pesquisa pode ser aplicada junto a dezenove desses clientes.

O instrumento de coleta de dados consolida todo o trabalho de planejamento e execução das etapas do processo de pesquisa. O formulário é uma das técnicas de coletas de dados mais práticas e eficientes, pois permite que seja aplicado aos mais diversos segmentos da população e ainda, possibilita a obtenção de dados que podem

ser tabulados e quantificados. Portanto, o formulário é hoje a técnica mais adequada nas pesquisas de opinião e de mercado (GIL, 1996).

O formulário utilizado na pesquisa foi adaptado do Modelo SERVQUAL de Parassuraman, Zeithaml e Berry apud Cavalcanti (1997), por isso o estudo foi nominado como uma pesquisa baseada no modelo SERVQUAL modificado. Tendo por base dimensões estudadas nesse modelo (confiabilidade, prestação, garantias, empatia e aspectos tangíveis) que, como visto, busca, por meio de um formulário, coletar dados quantitativos sobre as expectativas e percepções dos clientes. Porém, para se atender aos objetivos da pesquisa, no formulário do estudo, não houve atribuições para expectativas e percepções, como o instrumento original, e sim de “grau de importância” e “grau de satisfação”.

Para atender aos objetivos específicos da pesquisas, o formulário buscou levantar as questões voltadas à tangibilidade, à confiabilidade, à prestação, à garantia e à empatia, que correspondem ao modelo SERVQUAL adaptado do serviço prestado pela empresa estudada. O instrumento de pesquisa, continha questões fechadas. No formulário, que englobava as variáveis para avaliar o nível da qualidade, foi feito uma divisão para melhor englobar os serviços oferecidos pela empresa, dentre as dimensões apresentadas no SERVQUAL houve a devida adaptação. Dessa forma, o formulário aplicado na pesquisa foi finalizado com vinte e uma questões para ambos os critérios importância e satisfação.

### 3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As análises quanto às questões levantadas pelo do modelo SERVQUAL adaptado foram feitas através da relação existente entre o grau de importância e o grau de satisfação atribuído ao item analisado. Como consequência, a qualidade será entendida com base nesses valores, tendo em vista que é agravante para o alcance da satisfação do cliente. Essa forma de compreender a qualidade traduz o que foi visto na teoria, onde se afirmou que o conceito de qualidade não poderia ser expresso em termo único e o que existe é uma junção de atributos, propriedades ou características que fazem relação com determinado produto ou serviço. Assim, para compreender a qualidade, umas das maneiras, é vê-la pelos olhos de quem a observa, de

quem a avalia, como conceituou Feigenbaum apud Miguel (2001), ao focar qualidade no cliente como sendo a combinação de características de produtos e serviços que corresponderão às expectativas do cliente. Também bem definida pela qualidade transcendental, onde não é possível ser conceituada e sim apenas compreendida com a prática.

O modelo SERVQUAL busca comparar o desempenho da empresa com relação a uma empresa ideal, como definiu Faria (2007). No presente estudo, usando o modelo adaptado, não houve comparação propriamente dita entre as duas variáveis levantadas – importância e satisfação, e sim um entendimento do que esses critérios traduzem sobre a qualidade dos serviços executados pela empresa.

Observa-se que todos os questionamentos relativos às quatro primeiras dimensões do instrumento avaliam características estritamente intangíveis do serviço. Vindo somente reafirmar a intangibilidade como uma característica marcante de serviços. Como visto na teoria, onde Hoffman (2003) afirma que as demais características do serviço – inseparabilidade, heterogeneidade e perecibilidade – emergem da intangibilidade. Possuindo a qualidade dos serviços natureza abstrata. Esses questionamentos apresentados para essas dimensões – confiabilidade, prestação, garantia e empatia -fazem referência aos momentos da verdade.

A dimensão confiabilidade abrange a confiança que é transmitida pela empresa em função do seu desempenho. O cliente compreende como a empresa trabalha e lhe atende. Permitindo que ele possa confiar e ter segurança no serviço e nos profissionais. E, como definiu Hoffman (2003), uma falha na prestação do serviço, pode levar a empresa ao insucesso. O item confiança que os advogados inspiram no cliente traduz a capacidade de convencimento dos advogados quando atuam, atendem e se expressam para resolver o problema do cliente.

A pesquisa mostrou uma pequena diferença de 6% identificando que essa confiança é importante para os clientes. E, 47% dos clientes declararam ser muito importante. Contudo, os resultados mostram que a forma como está sendo desenvolvido o trabalho dos advogados, no que diz respeito a passar confiança aos clientes, resultam num nível de qualidade muito bom, pois 84% dos clientes disseram estar muito

satisfeitos com esse item.

Outro item observado foi o cumprimento dos prazos. Os resultados mostram que os clientes atribuem ao item “realizar o serviço dentro do prazo prometido” uma grande importância, quando o item muito importante teve 53% das opiniões, seguido de 47% para importante. Numa projeção positiva dos prazos cumpridos pelos advogados, a maioria dos clientes disse estar muito satisfeito, o que atingiu 68%. Mais ainda, 32% disseram que estão satisfeitos com o cumprimento dos prazos. Desse modo, resulta que a preocupação dos advogados em cumprir o que acordam junto aos clientes integra suas ações.

Quanto à variável confiança, os clientes a classificaram como sendo muito importante (53%) e importante (47%). Mas uma vez presente a característica do serviço mais marcante – a intangibilidade.

Seguindo o raciocínio de coerência e confiabilidade, comprometimento é um dos itens seguintes do modelo. Para essa dimensão foram levantados quatro questionamentos, um voltado ao serviço da recepção e três ao serviço dos advogados. O primeiro item, relacionado à recepção, mostra em seus resultados que os clientes atribuem como sendo muito importante que esse setor informe corretamente sobre dia e hora de atendimentos ou de audiências. Isso comprova que o cumprimento de prazos é fundamental para a concepção da qualidade pelos clientes. Pois, um agendamento incorreto de um desses itens, pode ocasionar uma perda de prazo para o cliente. Assim, 58% dos clientes atribuem essa informação como sendo “muito importante” e 42% acham que seja “importante”.

Outra dimensão pesquisada, prestação, remete ao cliente a concepção de qualidade no atendimento, sendo por essa razão, considerado muito importante. Realidade comprovada pela média dos resultados que mostra que 54% dos clientes pesquisados atribuíram conceito muito importante e 63,25% se dizem muito satisfeito.

Seguindo as dimensões abordadas pelo modelo SERVQUAL adaptado, garantia é a dimensão voltada ao conhecimento, cortesia dos funcionários e a segurança nas operações da organização, conforme Parasuraman, Zeithaml e Berry apud Cavalcanti (1997). E a pesquisa revelou que os clientes entendem que é muito importante

que o advogado transmita confiança ao cliente na hora do atendimento.

Por outro lado, entende-se que há qualidade nesse serviço, pois o percentual de satisfação é muito alto, tendo em vista que seja muito importante. Tendo o grau muito satisfeito atingido 74% e o satisfeito 26%. Para uma organização prestar um serviço de qualidade é preciso que haja conscientização de toda a equipe. Não basta que somente o pessoal envolvido com a atividade-fim seja capacitado para tanto. É preciso que todos os envolvidos trabalhem dentro de padrões e voltados para a qualidade. Assim, a equipe de apoio da Júnior Gurgel Advogados demonstra que presta um serviço de qualidade quando os clientes acreditam que seja importante que ela atenda com cortesia e, por outro lado, eles se mostram muito satisfeito.

Fechando as análises quanto ao que foi levantado para a dimensão empatia, a média desses resultados mostra que 58% dos clientes pesquisados acham que a dimensão é muito importante e 45,33% estão muito satisfeito. Para isso, conclui-se que a organização compreende como prestar o serviço de forma a ter cuidado e atenção para com seus clientes. Atribuindo importância também para a capacidade de se colocar no lugar dos outros para melhor compreensão de suas necessidades, sendo disponível para ajudar os seus clientes.

Dando continuidade aos critérios tangíveis levantados no formulário, o próximo item diz respeito à estrutura disponibilizada para atendimento aos clientes. Os clientes compreenderam esse serviço prestado e responderam ao formulário afirmando estarem muito satisfeito (53%) com as salas de atendimento de forma individual existente na empresa. Julgaram também como item importante (58%).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada final de semestre universitário, milhares de pessoas se formam em cursos de Direito espalhados por todo o país. Porém, para realmente entrar no mercado de trabalho e advogar, é preciso estar devidamente habilitado perante a OAB do Estado de atuação. E, a cada dia, talvez devido a essa demanda em ascensão, as provas da OAB são mais rigorosas e altamente seletivas. No entanto, essa não é a única “barreira” a ser transposta por um advogado. Entrar

no mercado e se manter nele é o segredo de um sucesso que muitas vezes virá a médio e longo prazo.

Como visto, o setor de serviços possui características peculiares. E é preciso compreender essas características para que se possa entender o que cliente necessita. Porém, isso por si só não basta. Mas sim, saber traduzir essa necessidade em atos e ações produtivas e positivas para seus clientes. Sempre regido pela legislação brasileira, principalmente pelo Código de Ética da OAB. Para um advogado, constituir uma empresa pode ser a saída para um futuro num patamar competitivo. Porém, nem sempre as afinidades sejam tão importantes. Tendo em vista que, quanto mais abrangente for a empresa, no que diz respeito aos ramos jurídicos atendidos, maiores serão suas chances de sucesso.

Porém, é necessário que a organização tenha em seus planos estratégicos a inclusão da qualidade em seus produtos ou em seus serviços. Como também saiba acompanhar cada processo, cada ciclo, cada atividade.

Fazendo um comparativo com um processo jurídico propriamente dito, que tem a fase inicial, a instrução, a sentença e, em alguns casos, recursos, um ciclo de um serviço com qualidade deve ter o planejamento, a execução, o resultado e, em caso de negativo, o recurso seria a correção da possível falha que impediu o alcance da qualidade.

Assim, a presente pesquisa demonstrou que, mesmo não existindo um ciclo de serviços teoricamente adotado, a organização estudada tem seu estilo de trabalho que permite alcançar seus objetivos com a qualidade. O perfil dos clientes pesquisados demonstra claramente que grande maioria são pessoas físicas, pessoas com grau de estudo que permite a eles um conhecimento nítido de suas necessidades. E ainda, são pessoas que tem condições de contribuir para o crescimento da organização se forem ouvidas em pesquisas de opinião, até como avaliação do quadro funcional da empresa.

Esses clientes são em sua maioria homens. Embora a percentagem de mulheres seja mais da metade da percentagem de homens. Residentes na Zona Sul e Leste de Natal, os pesquisados também apresentam, em sua maioria, mais de 24 meses como clientes do escritório.O

modelo SERVQUAL adaptado contribuiu para que fosse possível “desmembrar” e ao mesmo tempo agrupar algumas atividades e características da organização para serem analisadas por esses clientes. Todas as dimensões avaliadas pelo instrumento apresentaram resultados positivos. O índice de importância para os critérios levantados ficaram sempre entre importante e muito importante, até para coisas que, teoricamente, poderiam não influenciar na pesquisa.

Por outro lado, a presença em todas as dimensões das respostas “muito importante” e “importante” para todos os critérios questionados, traz a tona uma realidade: a necessidade de a organização ter um rigoroso controle de todo e qualquer contato feito com o cliente, seja em forma de serviço, estrutura física, ou mesmo, funcionários. A constância de presença desses itens, como mostrado nas análises das dimensões, demonstra que qualquer que seja o contato do cliente com a organização, ele será sempre visto como, no mínimo, importante. E, uma falha, ausência, atraso, enfim, qualquer erro pode ser motivo para um descontentamento do cliente.

A dimensão confiabilidade, que levantou a avaliação relacionada à coerência e confiança a partir do desempenho da organização em seus serviços, apresentou resultados, como dito anteriormente, que mostram que os clientes acham de grande importância os itens pesquisados. Mas o maior percentual, 74%, foi para o item que questionou o atendimento da equipe de forma rápida e eficiente. Quanto à satisfação, apresentou maior índice a confiança passada aos clientes pelos advogados, 84%. Em se tratando da dimensão Presteza seu maior percentual para o item importância também foi de 74%, para dois pontos levantados: a disponibilidade dos advogados e aos advogados saberem ouvir os clientes durante os atendimentos. Sendo o primeiro, também o que teve o maior índice percentual quanto à satisfação, 63%.

Quanto à dimensão Garantia, a pesquisa revelou pelo índice de 68% dos pesquisados, que as informações prestadas pela empresa aos clientes sobre seus processos é item importante para eles. Assim como também, que os advogados tenham conhecimento necessário para esclarecer dúvidas. Esses foram os dois itens com maior percentagem para o grau importância. Já para satisfação os maiores índices foram quanto à segurança passada pelo advogado ao cliente na hora

do atendimento e a cortesia dos funcionários de apoio.

Com relação à dimensão empatia, os resultados mostraram grande importância que o horário de atendimento seja cômodo ao cliente. Pela satisfação, o maior índice foi atribuído a existência de haver um atendimento individualizado. Na última dimensão pesquisada, aspectos tangíveis, os resultados mostraram que os clientes acham muito importante que a empresa seja limpa e organizada. E pela satisfação, o maior índice apresentado foi para essa limpeza e organização e para a localização da empresa.

O reflexo dos serviços prestados, do atendimento, da organização do trabalho na empresa, foi mostrado nesses índices de satisfação levantados. Alcançando os maiores percentuais, sendo a maior média a da dimensão Garantias com 71%. Já a média do maior índice de importância alcançado foi para a dimensão Presteza, 63,25% para o critério muito importante.

Apesar de teoricamente e legalmente a Júnior Gurgel não possuir suas estratégias rigorosamente “definidas em papel”, os resultados da pesquisa mostram claramente que as ações da organização são voltadas ao alcance de seus objetivos da qualidade. Muitas vezes essas estratégias estão inseridas na cultura da organização e espontaneamente na das pessoas que lá trabalham. Parece estranho a afirmação, mas compreensível entender quando se houve um comentário dos clientes pesquisados ao se referirem a toda a equipe. E quando os resultados da presente pesquisa são apresentados. Como sugestão, a elaboração de um simples plano de ação, com metas e objetivos a serem alcançados trariam mais segurança ao trabalho existente hoje e permitiria diagnosticar as possíveis falhas existentes no processo, que hoje, não são tão claras.

No caso da organização elaborar um plano estratégico, somente concretizará e fortalecerá seu crescimento. Pois, como dito, a cultura da empresa é voltada para o crescimento aliada à compreensão de que a responsabilidade com os resultados que o cliente alcança em suas ações depende, não exclusivamente, mais em muito, das ações realizadas pela organização.

## REFERÊNCIAS

BERRY, Leonard L. **Descobrimo a essência do serviço: os novos geradores de sucesso sustentável nos negócios**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil**. Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Código de Ética**. 13 de fevereiro de 1995.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Regimento Geral**. Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

CAMPOS, Vicente F. **Controle de qualidade no estilo japonês**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1992.

CAVALCANTI, Flávio Emílio Monteiro. **Qualidade de serviços em hotelaria: uma aplicação da Escala SERVQUAL em quatro hotéis de Natal-RN**. 1997. Dissertação (Mestrado) – UFRN, Natal, 1997.

FARIA, Carlos A. **Qualidade em serviços: modelo conceitual**. Disponível em <<http://www.merkatus.com.br>>. Acesso em 21 de jun. 2007.

FITZSIMMONS, James A., **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação**. Porto Alegre. Bookman, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing Gerenciamento e Serviços**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HOFFMAN, K. Douglas. **Princípios de marketing e casos**. São Paulo: Pioneira, 2003.

KOTLER, Phillip. **Administração de Marketing: análise, planeja-**

mento, implementação e controle. São Paulo, 1998.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1999.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Qualidade: enfoque e ferramentas**. São Paulo: Artliber, 2001.

OLIVEIRA, Cezar A. de. **A Contribuição dos Fatores Motivacionais para a Qualidade**. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001

SHETH, Jagdish N. **Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2001.

STEWART, James. **Estudos e análises de mercados 4**. Disponível em: <[http://rearwindow.weblog.com.pt/arquivo/2005/04/estudos\\_e\\_anali\\_3.html](http://rearwindow.weblog.com.pt/arquivo/2005/04/estudos_e_anali_3.html)>. Acesso em: jul. 2007

## **A PSEUDOCOMUNICAÇÃO HUMANA: LINGUAGEM, CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**Adriana Conceição Silva Costa<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Um dos grandes problemas do século XXI é a comunicação humana. O ser humano – em vários momentos da vida – depara-se com questionamentos de todo tipo, e as respostas envolvem todo o processo comunicativo, mesclando a linguagem, as “culturas” e a língua portuguesa tão inculta e bela como nos afirmou Olavo Bilac.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação. Linguagem. Cultura.

**HUMAN'S PSEUDOCOMMUNICATION: LANGUAGE, CULTURE AND THE PORTUGUESE LANGUAGE**

**ABSTRACT:** One of the major issues of the XXI century is human communication. The human being – in several moments of his life – comes to face all sorts of questionings, and the answers evolve the whole process of communication, mixing language, “cultures” and the Portuguese language so uncultured and beautiful as it can be, as Olavo Bilac said.

**KEY WORDS:** Communication. Language. Culture.

---

<sup>1</sup> Professora dos Cursos de Direito, Marketing, Hotelaria e Gestão Financeira da FACEX. Especialista em Lingüística e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Inglesa (UFRJ). Rua Orlando Silva, 2897 - Capim Macio; CEP 59.080-020 – Natal, RN; Tel.: (84) 3235-1415; E-mail: adrimm32@hotmail.com

“ ... A moléstia é real, os sintomas são claros, a síndrome está completa: o homem continua cada vez mais incomunicável, incompreendido e/ou incompreensível, porque se voltou para dentro e se auto-analisa continuamente mas não troca com os outros estas experiências individuais :está “desaprendendo” a falar , usando somente o linguajar básico , essencial e os gestos. Não lê , não se enriquece , não se transmite . Quem não lê , não escreve .Assim o homem do século XX , bicho de concha , criatura intransitiva , se enfurna dentro de si próprio , ilhando-se cada vez mais , minado pelas doenças de nosso tempo: individualismo e solidão.”

Lisboa(1989)<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Mas o que é comunicar? Podemos admitir o conceito de que comunicação seria o ato de tornar comum (conhecido), o que a princípio seria particular. Comunicar, portanto, pressupõe convivência, interação – através das diversas linguagens e culturas.

Ao longo da história da linguagem, desenvolveram-se algumas concepções das quais destacamos: a linguagem como instrumento de comunicação- na qual a ela é apenas um meio que usamos para nos comunicarmos – essa idéia é uma concepção de linguagem como algo acabado.

A linguagem como expressão do pensamento, é outra visão na qual se explica - a partir das condições de vida psíquica individual do sujeito falante- como esta se constrói no interior da mente, a atividade mental organizaria, portanto, a expressão. Supõe-se que a linguagem está subordinada ao pensamento organizado, isto significa que, se não se pensa bem, não se consegue expressar bem. Segundo Piaget<sup>3</sup>, a linguagem nesta concepção é uma das funções do pensamento. Mas, nas operações formais é que ela vai se estruturar.

---

<sup>2</sup> LISBOA, Ely Vieitez. Laboratório de Literatura. São Paulo: Estrutura, 1989.

<sup>3</sup> Jean Piaget, em sua teoria, explica como o indivíduo, desde o seu nascimento, constrói o conhecimento.

Acredita-se que o indivíduo constrói o conhecimento a partir da sua relação com o outro e com o mundo, e que esta interação acontece pela linguagem.

A outra concepção de linguagem é uma forma de interação, fundamentada em Vygotsky<sup>4</sup>, que concebe a linguagem como processo de interação. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem, Mais do que analisar a linguagem como uma capacidade humana de construir sistemas simbólicos, concebe-se a linguagem como uma atividade constitutiva, cujo lócus de realização é a interação verbal.

Não obstante isso, em nossos dias, o que se vê são inúmeras “tentativas” de comunicação entre as pessoas. Chega-se a uma repartição para solicitar um documento, e uma atitude corriqueira torna-se uma guerra de poderes, uma angústia, uma questão personalíssima. Cada qual preocupado não em resolver problemas – seus ou de outrem – mas antes, em se impor - provar até que ponto vai o poder que possui, ficando mais degradada a comunicação humana.

## 2 AS LINGUAGENS NO BRASIL

Em Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda<sup>5</sup> menciona que a contribuição brasileira para a civilização seria o homem cordial. Cordialidade essa que envolve um homem que se dispõe a ser nacional, que luta por sua pátria e tem patrimônio cultural, contudo, hodiernamente, procura-se esse ser como uma esperança de tentar salvar o que nos resta da comunicação, da língua portuguesa e da cultura brasileira.

E ainda que o brasileiro tenha mantido essa característica, não se vê normalmente a cordialidade no cotidiano das pessoas, enquanto se comunicar está se tornando difícil. Ser cordial caminha para tornar-se impossível.

Uma cena que ilustra bem tal fato são as famosas filas para clientes preferenciais nos bancos: os idosos; deficientes físicos; grávidas; e mães com crianças no colo têm direito – merecidamente- a um

conforto, representado por esperar menos tempo em uma fila ou nem esperar, dirigir-se diretamente ao caixa. Entretanto o que acontece “normalmente” é que estando o caixa no processo de atendimento de um cliente, eis que chega uma pessoa enquadrada nos casos especiais anteriores e, simplesmente, exige aos gritos o atendimento, sem se lembrar que existe a cordialidade com o cliente ainda em atendimento e confundem-se os significados de cordialidade, de agir - que não significa exigir, e de comunicação - que deveria ser usada para interagir.

Um pensador certa vez perguntou aos seus seguidores o porquê das pessoas gritarem quando estão com raiva e alertou-os, que se grita quando estamos longe, por isso quando um coração está longe do outro é necessário aumentar voz, ameaçar. Mas quando os corações estão pertos se fala baixo, calmamente, os apaixonados até sussurram ou utilizam outras linguagens como o toque o olhar, obviamente, por seus corações estarem bem perto. Será então que a humanidade está se distanciando a tal ponto?

Contudo o que dizer do homem moderno? A humanidade, diariamente, está desenvolvendo habilmente o processo de interiorização, enfurnando-se em seus interesses descaracterizando o ato comunicativo, a própria língua portuguesa distancia-se tanto de um falante para outro que, às vezes, sente-se que há um novo idioma, os falantes da língua portuguesa do Brasil, desconhecem a própria língua, enquanto dominam outros idiomas e diversas linguagens (o “internetês” e o “orkutês”), com melhor fluência que a língua nativa.

Define-se linguagem também como utilização de sinais que conduzem a humanidade – em seu complexo processo de transmitir seus pensamentos - através de palavras ou não, visando também à interação. E a língua, por sua vez, é entendida por conjunto de sinais que introduzem na humanidade a iniciativa de mútua compreensão, entendimento. É considerada boa quando há quantidade de sinais satisfatórios através dos quais seus seguidores escrevem e expressam ideias.

Como se vê está tudo interligado. A comunicação flui por meio de interação; as linguagens circulam através da interação; a língua acomoda-se e é entendida mutuamente. E a cultura?

<sup>4</sup> Lev S. Vygotsky (1896-1934), professor e pesquisador foi contemporâneo de Piaget.

<sup>5</sup> Sérgio Buarque de Holanda foi um dos mais importantes historiadores brasileiros. Foi também crítico literário e jornalista.

O proveito de uma língua concentra-se, principalmente, nos fatores culturais que dela se podem fruir. Daí busca-se, portanto, a cultura como Bosi<sup>6</sup> nos diz: “Estamos acostumados a falar em cultura brasileira, assim, no singular, como se existisse unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro” (BOSI, 1992).

Certamente que ao falarmos de uma cultura complexa, mista e tão valiosa quanto a brasileira só mesmo atribuindo a ela o termo plural, para não excluir uma gama de variações culturais que aqui coexistem.

E nesse processo de interação lingüística, é de extrema importância as “culturas” de cada povo para que a linguagem reflita: quem é este falante, o que quer transmitir; enriquecendo seu mundo e alargando o projeto comunicativo para que ele se estabeleça satisfatoriamente.

No dia-a-dia são repetidas as vezes nas quais se ouvem frases como “Faltou diálogo”, “Ninguém entende o que eu falo”, “Não achei a palavra certa”; e todos esses enunciados envolvem questões linguísticas mal resolvidas. Porém, sabe-se que tudo seria mais fácil caso os falantes dominassem a língua e por conseguinte, estivessem familiarizados com a sua cultura.

Diariamente, qualquer profissional sabe quantas linguagens devem ser (e são) utilizadas no exercício da profissão. E também quantos problemas a “pseudocomunicação” pode causar. Para citar algumas temos a linguagem corporal, muito utilizada na área do direito, – que pode determinar a credibilidade (ou não) de um depoente –, uma boa expressão corporal de um advogado poderá prender a atenção de um júri ou mostrar a fragilidade de uma explanação. Outra linguagem de extrema importância é a do vestuário, é de vital importância - em uma sociedade na qual se pratica a ideia de que o exterior valoriza o interior - a “embalagem” que teoricamente mostra a qualidade do profissional, não podemos nos esquecer como a toga nos magistrados expressa a austeridade e tradição.

<sup>6</sup> Alfredo Bosi é professor universitário, crítico e historiador de literatura brasileira, e também imortal da Academia Brasileira de Letras

Há também uma linguagem que não devia ser esquecida e em muitos momentos de grande importância devia ser praticada, é a do silêncio.

Os latinos usavam duas palavras distintas para representar a ausência de som. Uma – *silere* – representava o silêncio dos animais que buscam a comunicação de várias outras formas. E havia ainda o *tacere*, caracterizado não pelo emudecer, mas pelo querer emudecer para uma reflexão. Os latinos também tinham a palavra *silenus* que representava uma divindade que habitava os montes e as florestas e a quem as ninfas encarregaram de criar Baco. Observa-se-então- a ideia de que Silenus não emitia som numa representação de sabedoria daquele que ocultava segredos. Havia também palavra *tacēo* – um adjetivo - para representar uma qualidade, hoje em desuso, de calar-se quando qualquer comentário torna-se inoportuno. Recentemente um chefe de estado precisou lembrar um certo presidente de praticar o *tacēo*.

### 3 POSICIONAMENTO DOS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO

O método discursivo rege-se por um modo de pensar esquematizado que se direciona pelas operações de raciocínio – não se utiliza apenas pela lógica formal. Antes, busca convencer ou persuadir alguém da realidade apresentada. Uma situação comunicativa é sempre um exercício de poder como nos fala Platão e Fiorin “comunicar é agir sobre o outro e, por conseguinte, não é só levá-lo a receber e compreender mensagens, mas é fazê-lo aceitar o que é transmitido, crer naquilo que se diz fazer aquilo que se propõe”.

E se em todo ato comunicativo temos como centrais o emissor e o receptor, aí certamente residem os esclarecimentos necessários para atingir-se um discurso mais objetivo. O emissor, na estrutura comunicativa, assume o papel daquele que possui o “poder” de expressar o pensamento para que o interlocutor possa então interpretar de forma inteligente.

Ao receber a mensagem o receptor/interlocutor buscará aclarar esse enunciado e aproximar-se o mais possível do relato do emissor, para isso o locutor precisa dominar os signos linguísticos para apro-

ximar o pensamento da expressão dando-se assim uma comunicação satisfatória.

Mas os signos linguísticos precisam estar fluentes entre esses elementos comunicadores. Olavo Bilac apresenta a língua portuguesa como “A última flor do Lácio, inculta e bela”, e ainda hoje essa “flor” continua tão inculta (não cultivada) quanto antes e tão bela como no poema, mas nos passa ainda a ideia de uma divindade que não pode ser “explorada”.

#### 4 ORIGEM E FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A história da língua - que começa no Lácio<sup>7</sup> e é levada, pelos soldados romanos, por parte do mundo conhecido da época-, encontra-se repleta de momentos importantes nos quais outras línguas deixaram - de forma branda ou não - contribuições para a Língua Portuguesa conforme conhecemos hoje.

O latim vulgar era outorgado pelos romanos em qualquer região a qual dominavam, mas não se pode deixar de mencionar o fenômeno do adstrato<sup>8</sup> ocorrido na Grécia, no qual o latim não suportou a força da cultura e língua gregas e incorporou não só parte da estrutura, mas também uma série de radicais que ainda hoje são usados.

Exatamente pelo fenômeno do adstrato, a Língua Portuguesa torna-se aquele famoso templo de “esplendor e sepultura” citado no texto de Bilac – aquela fulgência se dá por sua formação latim/grego/árabe e outras, e sua campa por ser a última língua a se formar.

Da sua formação até a chegada ao Brasil, a Língua Portuguesa foi eivada de influências da língua árabe – principalmente-, e ao chegar a o Brasil encontrou-se “minada” de palavras tupis e “infectada” de palavras africanas. Talvez tal “contaminação” tenha criado um ambiente problemático para aquela no Brasil, ou, tenha sido este contato responsável pela diversidade entre o idioma aqui e nos outros países lusófonos.

<sup>7</sup> O latim, que era falado no Lácio, região da Península Itálica, onde ficava a antiga cidade de Roma.

<sup>8</sup> Adstrato - qualquer língua que conviveu ou convive em pé de igualdade (bilingüismo) com outra língua.

A língua recebeu contato maior com influências tupis devido à catequese, que visava a uma interação rápida entre os jesuítas e indígenas. E o movimento das Bandeiras foi outro fator de influência, pois mais uma vez a Língua Portuguesa ficou exposta a um contato com outros dialetos.

Mas é certo também que temos curiosas contribuições desses dialetos no nosso idioma. Portanto, é interessante ressaltar algumas delas.

Nomes como *Ceará*, *Gambá*, *Piranha*, Saúva entre outros são, sabidamente, de origem indígena e temos contribuições conhecidas dos dialetos africanos, mas uma palavra de origem curiosa é banguela.

Segundo os historiadores, os escravos negros vindos de Bengala (África), habitualmente, arrancavam os dois dentes da frente da criança como forma de fazê-la lembrar sempre de sua terra natal, ainda que escravos e em posição tão sofrida e inferior. Daí originou-se a palavra banguela associada à pessoa que não possui os dentes na frente da arcada dentária.

Outra palavra curiosa é demagogo - derivada do grego, demos = povo + agos = conduzir, os indivíduos que eram responsáveis pelo serviço de conduzir o povo, mas nem sempre o faziam de forma correta na Grécia antiga, pelo contrário utilizavam engodos para realizar essa atividade- por isso hoje esta palavra é utilizada para representar os que atualmente também “conduzem” o povo e , muitas vezes, com toda a sorte de práticas ilícitas para o cumprimento de dever tão nobre não o fazem corretamente.

As palavras almoço e jantar apresentam também curiosidades, *ad-morsum*, de origem latina, representava bocado, algo semelhante ao “beliscar”; entretanto, o que se entende por almoço, nos nossos dias, era o que -na antiguidade- chamava-se de jantar, ou seja, refeição que se come antes do meio dia.

Quem já teve um rival talvez desconheça que a palavra de origem latina *rivus* = rio representava os moradores que viviam à margem de um rio. Sucedia, porém, que geralmente os habitantes de uma margem do rio eram opositores dos da outra margem, por isso entendia-se um rival como inimigo, e até os dias de hoje perdura esse antigo

significado e, na prática, o fato do outro residir em outra “margem” tem feito com que pessoas que deveriam apenas estar geograficamente distantes tornem-se emocionalmente distantes, ou até mesmo, inimigos.

Há também a expressão latina *panis et circenses*, que além de gerar uma bela música – de Caetano Veloso e Gilberto Gil - (Eu quis cantar uma canção iluminada de sol/Soltei os panos sobre os mastros no ar/Soltei os tigres e os leões nos quintais), traz uma história interessante. Juvenal - poeta latino - que produzia uma obra que atacava os vícios de sua época, em crítica ao povo proferiu esta frase com indignação, pois seus contemporâneos após tantas glórias obtidas pelo Império Romano contentavam-se com apenas espetáculos circenses. É uma declaração de um cidadão preocupado com os rumos que tomariam sua sociedade.

Vê-se, portanto, que é fato: a comunicação humana envolve-se de entendimentos e desentendimentos que necessitam de uma linguagem bem elaborada para que o ato comunicativo não seja apenas uma decodificação de signos linguísticos, mas uma inter-relação cultural; e sendo a Língua Portuguesa conhecida pela base e desde sua origem, com todas as influências deixadas por outros dialetos e os multifacetados significados, seria urgente que estando ao alcance de todos os falantes – estes buscassem um aprofundamento dela para que a interação proposta pela comunicação pudesse atingir níveis mais satisfatórios.

Quem sabe assim os problemas de comunicação do século XXI não possam ser - se não resolvidos, pelo menos discutidos, observados, ou ainda amenizados por uma constante tentativa de reorganizar o projeto comunicativo humano, caracterizando o homem do século XXI como aquele conseguiu curar um dos maiores problemas humanos: a “pseudocomunicação”.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

LISBOA, Ely Vieitez. **Laboratório de Literatura**. São Paulo:

Estrutura, 1989.

### **Bibliografia consultada:**

DAMIÃO, Regina Toledo; HERIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico**. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIA, Carlos Alberto. **Português: língua e cultura**. Curitiba: Base, 2004.

FARIA, Ernesto (org.). **Dicionário escolar latino-português**. 3. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

TERSARIOL, Alpheu. **Origem da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Lisa Brasil, 1982.

VANOYE, F. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

# FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA ASSISTENTE SOCIAL

Hilderline Câmara de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Para compreender o processo de formação profissional do Assistente Social remete a princípio contextualizar o cenário educacional, o qual essa formação se desenvolve, ou seja, o cenário da política do ensino superior na realidade brasileira, levando-se em consideração as transformações ocorridas no contexto internacional e nacional, realidade esta que é oriunda do sistema capitalista, de um processo de globalização, do enxugamento do papel do Estado - que transfere as suas responsabilidades para a sociedade civil e para o mercado-, do aumento do desemprego e, conseqüentemente, da expansão das desigualdades sociais e econômicas. Este ensaio é fruto de uma pesquisa bibliográfica e da experiência na área da docência no curso de graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Norte. Percebe-se que a formação do Assistente Social na atualidade precisa do liame direto com a conjuntura social, política, econômica e cultura de cada sociedade, além de atender as demandas contemporâneas postas a esse profissional enquanto um trabalhador que tem como escopo central do seu fazer profissional a constante busca pelo acesso e efetivação aos direitos humanos, da democracia, da participação ativa do sujeito no meio ao qual está inserido e, em especial pautado em ações direcionadas para o enfrentamento das expressões da questão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação profissional. Mercado de trabalho. Questão social.

## VOCATIONAL TRAINING AND THE LABOUR MARKET: PROSPECTS AND CHALLENGES FOR THE SOCIAL WORKER

**ABSTRACT:** In order to understand the process of training of the Social Worker it is important to contextualize the educational scene, in which this training is developed, i.e. the scenario of higher education policy in Brazilian, taking into consideration changes in the international context and national reality which

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutora em Sociologia, Mestre em Serviço Social e Especialista em Antropologia Cultural. Docente do curso de Serviço Social da FACEX. Av: Maria Lacerda, 1010, Nova-Parnamirim - RN, CEP 5900-000, Cel.: 9924-5880, 8727-5880. E-mail: hilfacex@hotmail.com

comes from the capitalist system, a process of globalization, downsizing the role of the state - which transfers its responsibilities to the civil society and the market-, the increase in unemployment and, consequently, the expansion of social and economic inequalities. This essay is the result of a bibliographical research and an experience in teaching to undergraduate students of the Course of Social Work in the state of Rio Grande do Norte. It was noticed that the training of the Social Worker at the present needs a bond directly with the social, political, economic and cultural aspects of each society, and needs also to meet the contemporary demands placed on this worker as an employee that has as his/her central scope a constant quest for professional and effective access to human rights, democracy, active participation of the subject in the midst of which is inserted and, particularly in guided actions related to social issues.

**KEY-WORDS:** Vocational training. Labor market. Social issue.

No Brasil, a formação profissional torna-se uma condição essencial para o acesso a um emprego. A oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional, devido ao fato de que a orientação educacional passou a ser um recurso primordial e indispensável na elevação da qualificação da força de trabalho, tornando-se um caminho para a inserção do trabalhador no mercado de produtivo, o qual exige um profissional qualificado para atender as demandas postas pelo modo de produção capitalista na sociedade contemporânea.

Nesse ínterim, cabe analisar o contexto histórico, social e econômico da realidade Brasileira, para que se possa pensar, elaborar e compreender o processo de ensino-aprendizagem nas universidades seja elas na esfera pública e/ou privada. E não se pode esquecer nesse contexto, que a educação é um direito de todos, conforme o art. 205 da Constituição Federal Brasileira, que aduz

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2010, p. 88).

Isso remete a duas questões, que merecem ser discutidas a primeira, estamos formando cidadãos para a vida e/ou para o mercado e de acordo com esse artigo da carta magna brasileira, estamos contribuindo para a formação e qualificação do cidadão para as duas esferas da vida humana, primeiro porque como argumentava Marx (1989) o trabalho dignifica o homem, e sem trabalho o indivíduo não pode suprir suas necessidades básicas. Assim, “O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens.” (IAMAMOTO, 2001); segundo porque a própria sociedade é preconceituosa em relação às pessoas que não estão empregadas.

A outra questão diz respeito ao exercício da cidadania plena, que cidadania é essa? Como o indivíduo que não tem o que comer, onde dormir, não tem família, educação pode exercer essa cidadania

plena? Esta significa que o indivíduo disponha de condições mínimas para viver dignamente, isso é cada vez mais complexo no atual cenário brasileiro, onde a ausência do Estado é notória através da fragmentação e insuficiência das políticas públicas sociais, do alto índice da violência em todas as esferas e camadas da sociedade, do considerável número de pessoas que estão fora dos bancos acadêmicos, devido a fatores como insuficiência de escolas e universidades estaduais e federais.

Cabe ainda salientar, que para o exercício pleno da cidadania é preciso também que o indivíduo tenha conhecimentos dos seus direitos e onde deve buscá-los. Assim, para Pimenta e Anastasiou (2002, p. 161),

O ensino superior insere-se no contexto social global, que determina e é determinado também pela ação dos sujeitos que aí atuam. Em se tratando da discussão das finalidades da universidade, é preciso situá-la, analisá-la e criticá-la como instituição social que tem compromissos historicamente definidos. As alterações que a instituição universitária vem experimentando no decorrer das últimas décadas põem em discussão esses compromissos e a sua relação com a sociedade em que está inserida.

Diante disso, é oportuno inserir a concepção de formação profissional no debate sobre a realidade do ensino universitário e da própria sociedade. Assim, dois pressupostos são importantes: primeiro a questão da formação profissional do Assistente Social no país está inserida no quadro da problemática geral das universidades; segundo a formação profissional tem uma relação com a prática profissional numa dada realidade social que tem referência determinante a sociedade capitalista. Isso remete que o desenvolvimento profissional esteja comprometido com o fenômeno histórico, com o movimento permanente resultante das determinações sociais. Por isso, não se pode entender o Serviço Social, enquanto profissão fora do contexto social que o gera, o que implica desvendar sua função real e seus efeitos no movimento concreto da vida social.

O serviço social latino-americano, em mais de 60 anos de exis-

tência, compreende mais de 251 programas e/ou cursos de formação profissional (IAMAMOTO, 2000), realidade essa que vem se expandindo cada vez mais, tendo em vista a expansão do capitalismo e conseqüentemente o aguçamento das expressões da questão social, bem como ofertas do curso em instituições de ensino superior no âmbito privado.

Historicamente, a política de formação profissional do serviço social na realidade brasileira tem sido assumida pela ABESS, até os anos 1960, essa política é fortemente influenciada pelos princípios católicos, tanto no nível da prática quanto da teoria. Cabendo dessa forma, a ABESS contribuir para o avanço da qualidade do ensino, incorporando e reconhecendo as diversidades de formação profissional no Brasil e criando assim, mecanismos articuladores que possibilitem tal objetivo. Pois, não se pode reduzir segundo Iamamoto (1998) o espaço ocupacional do assistente social a uma prática profissional rotineira, burocratizada, empirista e /ou simplesmente desenvolver tarefas, como infelizmente se constata em algumas instituições.

Assim, a formação profissional do assistente social pode ser compreendida a partir do entendimento da própria trajetória histórica da profissão, que por sua vez, não deve ser entendida como uma ordem cronológica de fatos e fenômenos, mas sim, na sua ligação direta com o contexto geral da sociedade. Ou seja, a história do serviço social está articulada com a história dos processos sócio-econômicos das classes sociais e das ciências sociais.

Cabe ressaltar, portanto, que a formação profissional do assistente social se dá a partir da influência européia, através do modelo Franco-belga, que se fundamentava na linha de servir ao outro tomando por base o princípio Tomista de salvar o corpo e a alma, por ambas constituírem-se numa unidade, onde o centro das preocupações era a família, enquanto base da representação material e ideológica de força de trabalho, priorizando uma ação assistencialista, visando assim, as seqüelas materiais da exploração do sistema capitalista. Essa influência do pensamento europeu nos primórdios da formação profissional brasileira se deu quando no sentido de favorecer as moças interessadas no estudo das questões sociais, a igreja promove um curso dirigido pela Melle Adelle de Loneux, professora da escola

católica de serviço social de Bruxelas.

O serviço social brasileiro passa a receber influência do serviço social norte-americano, esta se deu mais na construção de uma metodologia de ação eficaz no trabalho social. Assim, a formação do Assistente Social brasileiro passa a dar ênfase na instrumentalização técnica, com a valorização do método, deslocando-se o eixo técnico de influência do Neotonismo para os pressupostos da perspectiva Funcionalista da Sociologia. A formação passa a se constituir dos eixos: o homem e a sociedade, com influência católica até os anos de 1960, quando as escolas de serviço social começam a se integrar aos centros universitários.

Registra-se ainda como algo importante na formação profissional do assistente social é que nas décadas de 1950 e 1960, se dá o início do grande impulso dessa formação em bases científicas que através da tecnicidade da profissão, prepara o profissional de serviço social como mão de obra capaz de executar programas, projetos e ações sociais voltadas para a minimização e/ou soluções modernizadoras, para tanto, se torna necessário a efetivação do modelo numa perspectiva desenvolvimentista que seja capaz de efetivar os direitos sociais.

Nesse sentido, a partir desse cenário em que a repercussão dessa nova tendência permite questionar a metodologia, objetivos e conteúdos da formação ocasionando assim crise ideológica no âmbito de muitas escolas. Esboça-se o movimento de reconceituação da profissão, que se posiciona no sentido de superar a prática profissional atrelada aos interesses dos grupos dominantes, indicando com urgência uma nova perspectiva teórico-metodológica, fundada na categoria dialética. Reconhecendo que o fazer profissional respaldado na visão funcionalista não poderia mais responder à realidade latino-americana que vivia momento de transformação em suas esferas social, econômica e política. Assim, propunha-se romper com o metodologismo asséptico e com a dicotomia teoria e prática tendo por base uma compreensão dos problemas estruturais da sociedade. Daí surge o movimento de ruptura teórico-metodológica, prática e ideológica do modelo importado.

Em fins da década de 1970 e início da década de 1980, a formação profissional começa a ser questionada no quadro geral da sociedade

brasileira, com a rearticulação e surgimento de novas forças políticas, em cujo contexto, novas teorias e alternativas da prática propondo-se em compromisso com as camadas populares, o que vem exigindo um novo projeto de formação. Assim, a partir de 1975 se impulsiona o processo de discussão e redefinição do currículo mínimo para os cursos de serviço social, aprovado em 1982. Este projeto, foi marcado por um movimento de renovação profissional, envolveu as universidades e teve ampla repercussão em manifestações da categoria, como foi o caso das discussões e mudanças do Código de Ética, além de estimular estudos e pesquisas voltados para a formação profissional. (ABESS e CEDEPSS, 1996).

Cabe lembrar que de acordo com a apreensão teórica-metodológica, o fundamento da formação profissional é a realidade social, compreendida criticamente em seu movimento contraditório, considerando a realidade do mercado de trabalho, as condições objetivas do exercício profissional e o jogo de forças presentes numa dada sociedade, tendo em vista ainda as demandas e exigências sociais emergentes em face do processo histórico da sociedade brasileira.

Percebe-se assim, que a partir dessa conjuntura exposta e considerando ser a questão social o foco central da prática profissional, o serviço social, nas suas determinações sócio-históricas e ideopolíticas, devem requalificar às respostas profissionais no enfrentamento da questão social, definindo diretrizes e metas da formação profissional a serem desenvolvidas como: capacitação teórico-metodológica que permite a compreensão do processo histórico como totalidade de forma crítica, ou seja, apreende-lo em seu movimento dinâmico e contraditório; capacitação investigativa como base para o ensino na busca de explicação da formação histórica da sociedade brasileira, para entender as especificidades da constituição e desenvolvimento do sistema capitalista e como base para explicações do serviço social nas relações sociais na sociedade; capacitação teórica, investigativa articulada à intervenção profissional, ético-política que consolide valores e princípios legalizados no código de ética; capacitação para apreender as demandas, bem como as novas mediações e injunções

nos campos tradicionais da prática dentre outras.

No atual parâmetro da formação profissional do assistente social um dos maiores desafios é que o contexto exige uma formação não só baseada em referenciais teóricos, mas sim numa constante e permanente relação teoria e prática. Em outras palavras, para Yamamoto (1998) o desafio é, pois, garantir um salto de qualidade no processo de formação profissional dos assistentes sociais. Para isso, é preciso a reformulação de um projeto de formação esteja afinado com o novo perfil da demanda profissional no mercado de trabalho, detectando-o e decifrando-o para que se possam qualificar profissionais que, não só confirmem sua necessidade, portanto, sejam capazes de responder crítica de forma criativa e estrategicamente aos desafios postos pela profundas transformações incidentes nas esferas da produção e do Estado, ou seja, compõe-se de uma revisão curricular esteja atenta as transformações verificadas nos padrões de acumulação capitalista.

Portanto, o caminho mais eficaz para enfrentar tal desafio é formar um profissional voltado para a realidade social para que o futuro assistente social possa agir de forma condizente com as demandas posta para categoria, ou seja, de acordo com Yamamoto (1998) para responder tais demandas exige-se um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macro quanto em suas manifestações do cotidiano, um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo dessa forma, para moldar os rumos de sua história. Para isso, a relação teoria e prática assume papel importante, bem como uma referência teórico-metodológica, ética e política que explique as múltiplas manifestações da questão social para que a prática profissional se aproxime da realidade de forma crítica, tendo com perspectiva a superação da imediatividade e da aparência dos acontecimentos sociais.

Sabe-se que a trajetória do mercado de trabalho é perpassada por várias transformações – sejam elas nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais e/ou conjunturais. Observa-se uma dinâmica, que segundo Antunes (1995), verifica-se de um lado uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente

nos chamados países de capitalismo avançado – o que, na prática, expressa uma diminuição crescente da classe operária, ao mesmo tempo em que se materializa a terceirização do trabalho com base na absorção do assalariamento no setor de serviço (sem contar que a incorporação crescente da mulher no mercado de trabalho, requalifica a composição do trabalho, dando-lhe contornos de profunda heterogeneidade). Por outro lado, efetiva-se uma subproletarização do trabalho, redimensionando elevados contingentes rumo à precarização do trabalho.

Dessa condição de constrangimento social é que se intensificam o trabalho parcial, subcontratado e informal que aguçam ainda mais as contradições sócio-econômicas da sociedade. Verifica-se uma considerável fragmentação do trabalho que afeta o trabalhador, pois as inseguranças do mundo do trabalho dificultam a expansão do crescimento sustentado e durável. Logo, acentua-se a instabilidade de convivência numa sociedade cuja sociabilidade sempre esteve baseada no trabalho, uma vez que é através deste que o ser humano tenta suprir suas necessidades, e se realiza pessoal e profissionalmente.

Sem nos distanciarmos da realidade, observamos que o cenário que se apresenta, hoje, se expressa pelo conjunto de fatos simultâneos que se fundamentam basicamente, nas transformações do modo de produção capitalista, sinalizando desdobramentos diferenciados e permutáveis no que se referem aos processos produtivos – formas diversas de contratação e de definição para o mercado de trabalho.

No cenário dos anos 80, os países de capitalismo avançado viveram profundas e significativas transformações das relações de trabalho em suas distintas formas; ou seja, mudanças da estrutura produtiva, das formas de representação sindical, política e/ou tecnológica. Essas mudanças foram tão intensas que se pode afirmar que a década de 1980 passa a ser caracterizada como detentora de uma profunda crise das relações de produção - Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações definidas indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais - que atingiu a “classe que vive do seu trabalho”, tanto em seu aspecto objetivo, como subjetivo,

afetando as formas de sociabilidade humana.

As principais mudanças advindas da revolução tecnológica culminaram com a permuta do modelo Fordista de produção – modelo esse que era baseado na produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, utilizando-se do cronômetro para controlar o tempo e os movimentos no processo produtivo.

Configura-se como um período de reversão na trajetória geral das ocupações, uma progressiva desestruturação das relações de trabalho. E isso afeta todas as esferas do mercado de trabalho, e, conseqüentemente o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Pois, a partir da década de 1980 o serviço social é considerado com uma especialidade do trabalho coletivo, dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Esta discussão foi reafirmada nos debates recentes da ABESS dentro da revisão curricular dos cursos de serviço social. (IAMAMOTO, 2001).

Para Antunes (1995) tratar o serviço social como trabalho supõe privilegiar a produção e reprodução da vida social, determinantes na constituição de materialidade e da subjetividade das classes que vivem do seu trabalho. Alinhado a isso para Iamamoto, (2001) uma interpretação distinta do exercício profissional que, pode possibilitar à categoria profissional ampliar a transparência na leitura de seu desempenho, é focar o trabalho profissional como participe do processo de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sócio-políticas do processo de acumulação, moldando-se em função das condições e relações sociais específicas em que se realiza, as quais são idênticas em todos os contextos em que se desenvolve o trabalho do assistente social.

Cabe, portanto, considerar que o assistente social ao vender sua força de trabalho em troca de um salário, o profissional entrega ao seu empregador o seu valor ou direito de consumi-la durante determinada jornada de trabalho, que durante esta, a ação criadora do assistente social deve submeter-se à exigência imposta por quem comprou o direito de usá-la durante determinada jornada de trabalho conforme as políticas, as diretrizes, os objetivos e os recursos da

instituição empregadora. (IAMAMOTO, 2001).

Fazendo referência a década de 1990, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho assumiram maior destaque, consolidando a tendência de redução do assalariamento com registro, à expansão do desemprego e de ocupações não sistematizadas. Configura-se como um período de reversão na trajetória geral das ocupações, uma progressiva desestruturação das relações de trabalho (MATTOSO, 1995). Assim, as transformações do mundo do trabalho afetam diretamente as relações de trabalho, bem como nos aspectos culturais, religiosos, hábitos de consumos, identidade social, na sociabilidade e no comportamento do indivíduo e dos grupos sociais.

Diante desse cenário, percebe-se que em sua trajetória o mercado do trabalho sofre profundas mudanças, trazendo significadas repercussões nas relações de trabalho sociais e de produção. Na era da globalização da economia, das inovações tecnológicas, bem como da reestruturação produtiva tem sido preponderante a flexibilização dos processos de trabalho, determinando assim, novas mobilidades de produção, gestão e consumo de força de trabalho. Nesse sentido, o trabalho do serviço social encontra-se vinculado às novas formas de gestão requisitadas pelas mudanças tecnológicas e organizacionais junto ao processo produtivo.

Cabe ressaltar que toda conjuntura sócio-histórico do mercado de trabalho afeta diretamente o serviço social porque este também vende sua força de trabalho, como argumenta Mota (1998) o serviço social também enfrenta desafios na esfera do mercado para a profissão, onde ocorre uma desarticulação no mesmo, pois o trabalho do assistente social é demandado pelo conjunto de profissionais, uma demanda voltada para o perfil adequado para determinada função, área, programa dentre outras. A autora aborda ainda que a formação e qualificação profissional é continua para dar conta das novas tendências e temáticas da cena contemporânea. É por fim, a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Na concepção de Mota (1998), o serviço social precisa romper com a idéia de que a reestruturação produtiva é uma questão que, afeta exclusivamente as práticas empresariais e, conseqüentemente aqueles profissionais que trabalham nas empresas, mas atinge a to-

dos os trabalhadores de maneira geral, pois as conseqüências dessa reestruturação produtiva afetam a classe que vive do seu trabalho em sua totalidade, ou seja, em todas as esferas da vida humana, já que requer um profissional qualificado, ativo, polivalente e criativo. Cabe ressaltar que os assistentes sociais também vêm sofrendo todas as disfunções do processo de reestruturação: ameaça de desemprego, precarização nas relações de trabalho, o fetiche do mercado e do dinheiro, exigência de polivalência, multifuncionalidade e desenvolvimento de novas habilidades.

Por esses determinantes e enquanto um profissional inserido no campo contraditório, para Yamamoto (2000) o profissional de serviço social necessita direcionar sua ação para o atendimento das necessidades sociais da classe popular e desenvolvendo sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar os direitos sociais e civis, a partir de demandas emergentes no cotidiano, sendo um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir para o esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-lo, dotados de uma ampla bagagem de informação e, manter-se sempre atualizado diante do mundo globalizado.

Para tanto, é necessário romper com as atitudes burocráticas e rotineiras. Pois, o trabalho da profissão envolve ação de um profissional competente para propor, para negociar junto à organização os seus projetos, suas metas, defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. É preciso buscar apreender o movimento da realidade, para assim, detectar tendências, limites e possibilidades nela presentes possíveis de serem impulsionadas pelo profissional desenvolve-las transformando-as em projetos, propostas e frentes de trabalho. Pois, via o seu trabalho o profissional pode produzir submissão, tutela, subordinação, dependência, autoritarismo, pode ainda, viabilizar o acesso e defesa dos direitos humanos, favorece a participação de cidadãos em processos decisórios que lhes dizem respeito, ampliando o acesso de informações necessárias à obtenção de serviços e direitos sociais, estimulando a vivência e aprendizagem democrática nas situações cotidianas.

Nessa esteira, para acontecer isso é preciso uma formação profes-

sional baseada nos núcleos temáticos, na legislação que regulamenta a profissão, no código de ética e a legislações que complementam o fazer profissional do assistente social como: o Estatuto da criança e do Adolescente, Estatuto do Isso, a Lei Maria da Penha, o Código Penal e Civil, bem como todos os mecanismos para uma ação respaldada teórico-metodológica, ético-política e técnica e, especial na apreensão e compreensão da realidade social. Ou seja, capacitar o aluno a tratar as pequenas questões da prática cotidiana como grandes desafios intelectuais e operativos.

Assim, busca-se uma formação profissional do assistente social que instrumentalize-o para engajar na perspectiva de uma ação profissional efetiva e comprometida com o projeto das classes populares, sem isolar, porém, a prática institucional, predominante no serviço social. Ou seja, um profissional não voltado exclusivamente para o mercado, mas um profissional cidadão, ou melhor, um profissional com visão da realidade social, buscando apreender o indivíduo enquanto sujeito de direitos e buscando entendê-lo a partir da realidade a qual está inserido, comprometido com o seu projeto ético-político, bem como com outros projetos societários, saber desenvolver trabalhos junto a equipes inter-multiprofissional, e claro contribuir para a efetivação dos direitos humanos como aduz o artigo 5 da constituição brasileira, “todos são iguais sem distinção de credo religioso, opção sexual, nível sócio-econômico e cor”.

Portanto, um profissional que tenha compromisso, discernimento das suas atribuições e das funções assumida de maneira crítica e responsável, de forma a intervir na realidade numa perspectiva de transformação social e na busca constante de alternativas de enfrentamento das expressões da questão social, um profissional que tenha capacidades e habilidades, ou melhor, comprometido, ético, criativo, propositivo e que esteja voltado também para seu processo de capacitação continuada.

Assim, diante desse contexto, o ensino superior no Brasil, precisa necessário que os educadores e toda sociedade se envolva com a educação e com o processo de ensino-aprendizagem do discente, pois, isso é uma das primeiras condições para que a educação se apresente enquanto relação humana dialógica, que garanta a condição de sujei-

to tanto do educador quanto do educando. E dessa forma, efetive os direitos educacionais garantidos pela legislação brasileira.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 143-171, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralização do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.

ANGHER, Anne J. (Org.) **Código Civil, Constituição Federal, Legislação do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Revista Escrita, 1995.

MARX, Karl. Processo de trabalho e o processo de produzir mais valia. In: **O Capital 14: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura da produção e da insegurança do mundo do trabalho. **Revista Inscrita**, São Paulo, v. 3, 1998.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa G. C. Ensino superior: finalidades. In: \_\_\_\_\_. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 161-174.

## REFLEXÕES SOBRE A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INFANTO-JUVENIL NA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Anderson Quirino Oliveira de Lima<sup>1</sup>; Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apreender a essência, na contemporaneidade, da participação popular, na seara dos direitos humanos de crianças e adolescentes, preconizados na Convenção Internacional dos Direitos da Infância, da ONU, no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dando enfoque a participação protagônica do público infanto-juvenil na defesa dos seus direitos. Nesse sentido, faz-se necessário revisitar os Marcos Legais citados acima, dando enfoque a participação e o protagonismo infanto-juvenil, como forma de construção da cidadania deste segmento social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação. Marcos Legais. Cidadania.

### REFLECTIONS ABOUT THE PROMOTION OF INFANT-JUVENILE'S PARTICIPATION IN DEFENSE OF CHILDREN AND TEENAGER RIGHTS

**ABSTRACT:** The paper aims to capture the essence, in the contemporary context, of popular participation in the area of human rights of children and adolescents, recommended in the International Convention on the Rights of the Child, promoted by the UN, under the Article 227 of the Brazilian Constitution of 1988, and Law No. 8069/90 – Children and Teenagers Statute, focusing on the central participation of children and teenagers in the defense of their rights. In this sense, it is necessary to revisit the Legal Frameworks

<sup>1</sup> Aluno do curso de Serviço Social da FACEX. Membro da Comissão Redatora da Declaração de Barcelona – III Congresso Mundial dos Direitos da Infância e da Adolescência (Barcelona, Espanha: 2007); Gerente de Juventude da Secretaria de Ass. Social - Prefeitura de Parnamirim/RN; Ponto Focal Jovem do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no RN; Membro do Conselho Consultivo Nacional dos Adolescentes e Jovens da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância da Juventude – ABMP.

<sup>2</sup> Professora da FACEX. Mestre em Serviço Social.

mentioned above, focusing on the participation and role of children and youth, as a way of building the citizenship of this social segment.

**KEY-WORDS:** Participation. Legal Frameworks. Citizenship.

## 1 INTRODUÇÃO

“Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo”. (BOBBIO, 2004)

Pensar os Direitos de crianças e adolescentes no Brasil remete a uma construção social composta pela participação da sociedade civil em diversos momentos da história, na busca pelo seu espaço e seu reconhecimento enquanto partícipe importante na construção de um País melhor.

A discussão que este artigo emerge é deveras interessante no campo da consolidação dos direitos infanto-juvenis, em que dentre os seus atores estão as próprias crianças e adolescentes que, com suas vivências práticas, buscam aos “trancos e barrancos” aperfeiçoar a compreensão dos gestores, técnicos e militantes sobre a importância deles enquanto sujeitos de direitos.

Aqui será enfatizada a importância da criação de espaços cidadãos onde crianças e adolescentes possam deixar marcadas as suas histórias, os seus ideais e as suas propostas de uma sociedade melhor, onde possam garantir os seus direitos, construindo, dessa forma, a verdadeira cidadania.

Para tal reflexão, serão expostos desafios que estão prementes na sociedade, tais como a falta de formação das crianças e dos adolescentes sobre os seus direitos, as diversas formas de violência que se alastram Brasil afora, o individualismo incorporado na ideologia das pessoas, refletindo no público infanto-juvenil, trazendo como consequência o desinteresse das crianças e principalmente dos adolescentes sobre os assuntos coletivos.

Será feita uma reflexão sobre os pontos acima, perpassando a função do Estado e da Sociedade Civil para a mudança dessa conjuntura.

## **2 A GERATRIZ DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PROTAGÔNICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: A EMERSÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS ANOS 80**

A década de 80 foi marcante na história do Brasil, pois, ao sair de um massacrante período de Ditadura Militar, emergiu uma nova força que definiu os rumos do país a partir daquele momento: a participação popular.

Desde as Diretas Já, indo até a Constituinte, foi marcante a participação da população brasileira, representada por diferentes movimentos sociais na luta pelos seus direitos. Consequentemente, houve conquistas, que estão materializadas por Marcos Legais que legitimam os direitos dos cidadãos. Nesse processo, um Movimento foi fundamental, pela sua articulação e presença em todas as Regiões do país: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR.

Foi a partir do MNMMR, que começou uma defesa sobre os direitos de crianças e adolescentes, principalmente para garantir a proteção integral do segmento infanto-juvenil. Pela sua atuação em massa, com a presença de representantes de diversos segmentos sociais, este Movimento conseguiu fazer com que na CF/88 fossem garantidos os direitos fundamentais de crianças e adolescentes:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As questões discutidas sobre participação popular e democracia vêm se consubstanciar na política social brasileira a partir da Constituição Federal de 1988. E é a partir deste período que se inicia a organização da participação da sociedade na defesa dos direitos de crianças e adolescentes – inclusive do próprio segmento infanto-juvenil – com a maciça presença da sociedade civil, representada, dentre várias organizações, pelo Movimento de Meninos e Meninas de Rua. O fruto desta partici-

pação, e – considerada até hoje – a maior conquista na seara dos direitos infanto-juvenis, é a aprovação da Lei nº 8.069, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O ECA é a Lei que revoluciona a defesa dos direitos infanto-juvenis no Brasil. Preconizou a Doutrina da Proteção Integral, garantindo que qualquer criança e adolescente seja prioridade absoluta na construção e desenvolvimento de políticas públicas de qualquer setor governamental. Além disso, foi a partir do Estatuto que se garantiu a participação popular, através do Controle Social, nos diversos espaços de construção da cidadania (Conselhos de Direitos, Fóruns etc.).

## **3 A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO PROTAGÔNICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DA LEI Nº 8.069/90 – ECA**

Um dos grandes destaques do Estatuto, como mencionado acima, foi a promoção da participação popular na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Será ressaltado neste Artigo, a partir deste Capítulo, a **participação de crianças e adolescentes na defesa dos seus direitos.**

De acordo com o Capítulo II do ECA, que tem como título o “Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade”, toda criança e adolescente tem direito a:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I – Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – Brincar, praticar esportes e divertir-se;

V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI – participar da vida política, na forma da lei;

VII – Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Para podermos falar, seguindo a normativa do ECA, sobre a participação infanto-juvenil na defesa dos seus direitos, podemos nos amparar nos incisos II, V e VI, do Art. 16.

Com relação ao Inciso II, do Artigo 16, é fundamental ressaltar que deve ser considerada a capacidade de formulação de opinião e de expressão por parte das crianças e dos adolescentes, como maneira de garantir a formação psicossocial e mostrar que essa pessoa tem o seu valor como cidadão dentro da sociedade, efetivando a construção da cidadania. Para tanto, é necessário que em todos os espaços da sociedade onde crianças e adolescentes se manifestam (casa, escola, comunidade etc.), a própria sociedade escute, assimile e faça o máximo possível para que aquela idéia colocada se torne, de alguma forma, realidade, para o benefício do segmento infanto-juvenil e de toda a sociedade.

No que tange ao Inciso V, do mesmo artigo, é importante ressaltar que a família é a base da construção da cidadania de qualquer pessoa, sendo esta uma das principais responsáveis pela formação saudável da criança e do adolescente, pois parte daí a construção das noções de direitos e de deveres para o convívio na sociedade. Além disso, este Inciso reforça o papel da comunidade na acolhida e no apoio para que a criança e o adolescente seja partícipe do desenvolvimento da sociedade, através da abertura de espaços para que estes se manifestem, cumpram os seus deveres e garantam os seus direitos.

Analisando o Inciso VI, vemos a importância do Estatuto no que concerne a liberdade de expressão e a força cidadã da criança e do adolescente, pois, no momento que se garante a incidência política do segmento infanto-juvenil nas decisões da sociedade, se efetiva o conceito de cidadania, fazendo com que a partir da infância a pessoa seja considerada um cidadão de direitos, com espaço garantido e com a sua idéia considerada na construção e no desenvolvimento dos projetos societários de garantia de direitos, que busca se alcançar.

Considerando a garantia de liberdade e de participação infanto-juvenil explicitados no ECA, conforme trabalhamos acima, podemos dizer que, efetivamente, muito se falta para que os direitos sociais e políticos sejam colocados na prática, pois, apesar dos avanços con-

quistados nos tempos contemporâneos, ainda se vê a criança e o adolescente como um ser incapaz de tomar decisões na sociedade.

#### **4 PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO SÉCULO XXI**

Grandes mudanças ocorreram na contemporaneidade no que tange a participação de crianças e adolescentes na defesa dos seus direitos. *A partir deste momento, iremos nos aprofundar sobre os seguintes aspectos: a formação cidadã e os espaços de construção da cidadania.*

Atualmente, muito se fala na sociedade, principalmente pelas pessoas envolvidas na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que é importante a participação do público infanto-juvenil, no sentido de explicitar as suas vontades e de contribuir para o melhoramento dos serviços de proteção e garantia dos seus direitos.

Quando trabalhamos o *protagonismo infanto-juvenil*, é importante ressaltar que, para iniciar qualquer um dos passos de consolidação deste “protagonismo”, se faz necessário a quebra do paradigma de que *“crianças e adolescentes ainda são um objeto de intervenção”*. Seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, estas pessoas passaram desta categoria para a de *sujeito de direitos*, partícipes do desenvolvimento da sociedade e da garantia dos seus próprios direitos. Para que isso ocorra, deve haver o fortalecimento da formação dos atores sociais - educadores, profissionais, militantes, entre outros – sobre os direitos de crianças e adolescentes, despertando para eles de que o segmento infanto-juvenil é tão importante e consciente como qualquer outro, apesar das suas peculiaridades, devendo ser considerado no cotidiano as suas idéias e anseios, a fim que as ações e os serviços estejam mais próximos das vontades deste público.

Com isso, estes atores sociais estarão aptos e serão grandes parceiros no início da construção da participação e do protagonismo infanto-juvenil, que é a *formação de crianças e adolescentes* sobre os seus direitos. Esse ponto é a base da participação e do protagonismo citado, pois é a partir dele que as crianças e os adolescentes poderão estar aptos para a conquista dos seus espaços na sociedade.

A formação, para ser qualificada, deve ser continuada e ocorrer nos espaços cotidianos em que o público infante-juvenil está presente, tais como as escolas, os programas sociais, os grupos de jovens, etc., estando intrinsecamente ligado a construção psicossocial básica. Só assim o a criança e o adolescente dará o devido valor aos seus direitos e buscará por eles de forma qualificada, reconhecendo o seu valor na sociedade.

Para que esta formação tenha êxito, é importante que as crianças e os adolescentes se empoderem dos seus espaços de participação. Estes espaços vão desde os grêmios estudantis até o grupo de jovens existentes em cada comunidade. Isso significa que qualquer espaço de construção de valores e de idéias deve ser considerado um espaço de construção da cidadania, aos quais as crianças e os adolescentes podem e devem ser escutados e a sua imaginação deve ser voltada para a construção prática de caminhos para a garantia dos seus direitos, sendo assim valorizado como um cidadão propriamente dito.

Além disso, um espaço fundamental que deve ser mais empoderado pelo segmento infante-juvenil é o *conselho dos direitos da criança e do adolescente*. Isso porque é o local de construção e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a população em epígrafe, no qual a criança e o adolescente poderá trazer a realidade que vive – já que é o principal usuário destas políticas públicas –, contribuindo para o melhoramento das mesmas. Assim, o seu direito de participação estará garantido, interferindo diretamente na mudança da sociedade para o bem comum.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que tudo o que foi explicitado aqui se torne realidade em prol da defesa dos direitos infante-juvenis, caberá a toda a sociedade, principalmente os atores de garantia de direitos, valorizarem a criança e o adolescente como um cidadão, assim como qualquer outro, compreendendo as suas especificidades, trazidas pelo seu processo peculiar de formação. Dessa forma, será possível a qualificação dos serviços de proteção, promoção e defesa dos direitos infante-juvenis – pois estará mais próximo da realidade, mostrada pela criança e pelo adolescente –, além de que consolidará o Marco

da Cidadania, garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem como uma de suas bases a participação popular.

## REFERÊNCIAS

ABMP. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude. **Justiça Juvenil sobre o Marco da Proteção Integral**. São Paulo: ABMP, MJ/SEDH/SPDCA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Criança e Adolescente, direitos e sexualidade**: Cadernos de Fluxos e Textos. São Paulo: ABMP, 2008.

Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.org>> Acesso em: 18 nov. 2009.

Disponível em: <<http://www.promenino.org.br>> Acesso em: 18 nov. 2009.

Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br>> Acesso em: 18 nov. 2009.

Disponível em: <<http://www.consec.rn.gov.br>> Acesso em: 18 nov. 2009.

# **APONTAMENTOS DE UMA REFLEXÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA CIDADE DO NATAL-RN: UM ESTUDO DE CASO**

**Hilma Estevam de Andrade<sup>1</sup>; Valéria Regina Carvalho de Oliveira<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O artigo destaca-se de grande pertinência na atualidade tendo em vista a realização da 1ª conferência Nacional de Segurança Pública, cujo intuito é elaborar uma nova política Nacional de Segurança Pública, construída a partir da participação do poder público (gestores e servidores) e da sociedade civil. Neste sentido, nosso intuito é socializar o resultado de uma pesquisa realizada junto à base de policiamento comunitário da zona sul da cidade do Natal-RN, cujo objetivo foi verificar na prática de que forma se dá a integração entre polícia e comunidade, tendo em vista que este é mais um dos vieses de promoção e efetivação da Política de Segurança Pública no nosso Estado. A pesquisa que originou tais reflexões foi de cunho qualitativa, desenvolvida através de instrumentos como o questionário composto por questões abertas e fechadas bem como estudos bibliográficos e entrevistas. Estes foram realizados nos meses de agosto a novembro de 2008.

**PALAVRAS-CHAVE:** Policiamento comunitário. Segurança pública. Polícia Militar. Comunidade.

## **REFLECTIONS ABOUT THE PROMOTION OF YOUTH'S PARTICIPATION IN DEFENSE OF CHILDREN'S AND TEENAGER'S RIGHTS**

**ABSTRACT:** This article is one of great importance considering the realization of the I National Public Security Convention, which aims at elaborating a new National Policy for Public Security developed through the participation of public institutions and the civil society. Our objective is to show the results of a research

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Assistência-Sócio Jurídica de Segurança Pública da FACEX – Natal, RN, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Valéria Regina C. de Oliveira. Tel.: (84) 3224-3939. E-mail: hilma.andrade@hotmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela UFRN. Tel.: 9103-3496. E-mail: valeriareginaco@hotmail.com

carried out with the community police of the south area of Natal-RN. One of our goals was to identify the way police and community integrate with one another, having in mind that this is an important aspect for the development of an effective public policy for security in our state. The research was of a qualitative nature, developed from August to November of 2008 through a questionnaire composed of open and closed questions, interviews, and the use of a rich bibliography.

**KEY-WORDS:** Community policing. Public Security. Military Police. Community.

## 1 INTRODUÇÃO

A Polícia Comunitária é compreendida como mais uma estratégia definida pelas sociedades com vistas à integração dos profissionais qualificados e capacitados para operar nos limites estabelecidos pela prevenção da ordem, colocando a segurança como direito de todos na prestação de serviços de segurança pública; aliado a essa realidade tem-se a formação das competências básicas a serem desenvolvidas na comunidade para junto com aqueles atuar na prevenção da ordem, colocando a segurança como direito de todos.

Neste sentido, visa-se uma complementaridade ao que se tem proposto nos Direitos Humanos e a atualização da Instituição Policial, particularmente, ao que se refere a filosofia do policiamento comunitário, destacando suas ações de policiamento ostensivo (Polícia Militar) e investigativa (Polícia Civil). Destacando a participação da sociedade como forma de interagir na prevenção da violência e da criminalidade.

Para tanto o referido artigo constitui-se primeiramente na realização de um histórico da Polícia Militar, criação, evolução e atuação. Em seguida, examina-se o resultado da pesquisa realizada do 5º Batalhão de Polícia Militar - BPM, localizado no bairro de Pirangi. Por ser esta base uma das que mais se destaca em atividades no período observado, a aproximação com o universo da pesquisa se deu através das técnicas de entrevista semi-estruturada e da observação sistemática para imprimir a este trabalho a característica de uma pesquisa qualitativa.

Nesta busca destacamos ainda a ênfase na verificação da implantação dos CONSEG's (Conselhos Comunitários de Segurança Pública), conforme o preceito constitucional que assegura: "A Segurança Pública como um dever e responsabilidade de todos" (Constituição Federal - Art. 144). Cujo eixo é a articulação entre União, Estado e municípios para o combate ao crime, vislumbrando, portanto se na prática, vêm existindo formas de melhoria na qualidade de vida desta comunidade.

## 2 COMO SURTIU A INSTITUIÇÃO POLÍCIA

Segundo Azkoul (1998, p. 2590- 263), a idéia de Polícia Militar

nasceu em 1530, quando D. João III, resolve então adotar o sistema de capitâneas hereditárias, outorgando a Martins Afonso de Souza uma carta régia para estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública como melhor entendesse, nas terras que conquistasse no Brasil.

Desta feita, a Polícia passou a ter existência como sendo uma instituição que objetivava limitar o exercício dos direitos individuais em benefícios do interesse público; antes, a ordem pública se restringia à segurança e o poder de polícia era então sinônimo de segurança coletiva e pública, após, implementada o Estado assumiu novas atribuições de conceitos de ordem pública que também envolve a ordem social.

No Brasil, a Constituição da Segurança Pública encontra-se nas esferas federal e estadual, elucidando as possíveis causas da violência e da criminalidade que contribuíram para a constitucionalização da Instituição Polícia como uma alternativa ao modelo tradicional de policiamento, com base no Estado democrático de direito e no respeito aos direitos humanos, cujo enfoque é combater os problemas através de soluções coletivas e criativas.

No Rio Grande do Norte, a força policial foi criada em 04 de novembro de 1836, por João José Ferreira de Aguiar, Presidente da Província, com a denominação de Corpo Policial do Rio Grande do Norte, cujo efetivo previsto era de 70 (setenta) policiais. Em 1894, o Governador Pedro Velho mudou o nome da corporação para Batalhão de Segurança. Em 1923, o Batalhão de Segurança passou a ser chamado de Regimento Policial Militar; já em 1937, com o Estado Novo, transformou-se em Força Pública Militar, e por fim, em 1946 recebeu o nome de Polícia Militar.

### **3 O SURGIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA**

Nos anos 80, resguardando a historicidade devida, foi introduzida no Brasil a polícia comunitária posta como um eixo de reestruturação de segurança esta, sendo implantada na primeira gestão do governo Brizola precisamente no Estado do Rio de Janeiro, a partir de projetos experimentais como o de Copacabana, Coordenados pelos Coronéis Carlos Magno Nazareth Cerqueira e Jorge de Silva. A fi-

losofia da polícia comunitária visa à participação social, envolvendo todas as forças vivas da comunidade na busca de mais segurança e participação social.

Neste sentido, o policiamento comunitário é uma filosofia adotada pela Instituição Policial Militar, que tem por base a articulação entre as ações de policiamento ostensivo (Polícia Militar) e investigativa (Polícia Civil), destacando a participação da sociedade como forma de interagir na prevenção da violência e da criminalidade nas questões de segurança pública nas comunidades, conforme o preceito constitucional que assegura: “A Segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos”. (Constituição Federal - Art. 144) PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), cujo eixo é a articulação entre União, estado e municípios para o combate ao crime. Ambas atuam como forma de melhorar a qualidade de vida para a comunidade.

### **4 O QUE VIVENCIAMOS**

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma inovação terminológica no que tange à responsabilidade pela segurança pública. Consoante o caput do art. 144 da Carta Magna, aqui já referendada, todos os cidadãos brasileiros são responsáveis pela segurança de toda comunidade e tem o dever de interessar e lutar por todas as causas que lhe dizem respeito, e o Estado ficam apenas com a responsabilidade dos problemas sociais.

Sendo assim, este novo paradigma, preza pelo envolvimento comunitário, estabelecendo um novo modelo de políticas e a criação de Conselhos de Segurança Pública nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, bem como as instituições de agentes comunitários de segurança pública e de justiça, com a finalidade de proporcionar e efetivar as decisões jurídicas pela atuação dos próprios cidadãos. Na ótica tradicionalista, a função maior do Estado é prestar segurança (do latim *secure* = “sem medo”) esse conceito é a garantia dada pelo Estado de uma convivência social isenta de ameaça de violência permitindo a todos o gozo dos seus direitos assegurados pela Constituição por meio do exercício da polícia.

Com base nessa perspectiva, ao Estado compete, segundo o pre-

âmbulo da Constituição brasileira “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”. Ou seja, na visão do sociólogo Scuro Neto (2006), “O Estado deve garantir direitos fundamentais, o que provavelmente o torna o mais importante das organizações formais que sustentam a ordem normativa”. Para sustentar essa ordem o Estado regulamenta os atos que dela desviam ou possam colocar em risco sua estabilidade. Isso é feito através de uma avaliação mais ou menos criteriosa, tendo por base o conceito de justiça: o Estado (a ordem jurídica) considera o conflito que reina na sociedade, selecionando determinados valores e interesses em detrimentos de outros.

A segurança pública atualmente encontra-se num de seus momentos mais críticos. As causas apontadas perpassam desde o modelo de colonização do nosso País, até ao alto índice de natalidade existente nas camadas mais desfavorecida da população. Estudos mostram que o modelo de segurança público adotado no Brasil é desprovido de democracia e funciona como o braço armado do Estado, baseado em treinamentos e orientações militares preparando para combater o inimigo em constantes guerras, as quais denominam guerra contra o suposto “estado de violência” em que vivemos. Entretanto, o inimigo de todas essas guerras é o indivíduo, o mesmo indivíduo que legitima a existência do Estado e que deveria ser protegido por ele.

No desenrolar da crise na segurança pública, nota-se, a inversão dos valores, em que o Estado por meio de uma de suas faces – a segurança – mostra a preocupação patrimonialista em detrimento da valorização de um direito essencial que é o direito a vida. (SCURO NETO, 2006, p. 4). Assim a segurança, como processo, não pode ser desenvolvida através da ordem pública e da incolumidade das pessoas isoladamente.

No Rio Grande do Norte, como uma alternativa de visualizar e implementar a segurança pública como um processo, vem sendo implantado o Programa para Cidadania na perspectiva de proporcionar a participação pró-ativa da população na busca da não violência, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Defesa Social - SE-SED entende que, vivemos um momento da vanguarda onde surge uma nova política de SEGURANÇA PREVENTIVA fundamentada

na “SEGURANÇA CIDADÃ”, com vista a reduzir a violência nos ambientes comunitários, escolares e na sociedade em geral, proporcionando um surgimento de uma cultura de paz e uma melhor qualidade de vida para todos.

Atualmente o setor de COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS PARA CIDADANIA, vem desenvolvendo atividades em Natal e no interior do Estado do Rio Grande do Norte, nas realizações de atividades que integrem a polícia e a comunidade. Um trabalho em conjunto capaz de promover a alteração de ambas as partes levando a uma atuação permanente e ativa no âmbito social, esta interação se dá através de trabalhos simultâneos da polícia e da sociedade civil organizada, através dos conselhos interativos de segurança pública. Como também no exercício de suas atribuições que zelam pela interação entre comunidade e polícia que em conjunto buscam soluções para a paz e o exercício da cidadania.

## **5 A INTERAÇÃO POLÍCIA E COMUNIDADE - NA PRÁTICA COMO FUNCIONA**

Para que tais projetos se realizarem devem ser criados Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), que são entidades compostas por líderes comunitários do mesmo bairro ou município, reunidos voluntariamente para discutir e analisar, planejar e acompanhar as soluções de seus problemas comunitários de segurança desenvolvendo campanhas educativas e estreitando laços de entendimento e cooperação entre várias lideranças locais. Para que se concretize essa perspectiva foi criada com subsidio na sua base legal no que se refere a atuação um Decreto Estadual nº 23.455, de 10 de maio de 1985, e regulamentado pela Resolução SSP – 37, de 10 de maio de 1985, que afirma ter estes conselhos um caráter amplo e dourador, constituído a partir da iniciativa que vem sendo bem sucedida de polícia orientada para a comunidade em curso no Brasil.

Na sua atuação como policial na comunidade se deparam com uma realidade onde para manter a ordem pública precisa exercer funções básicas como; gerenciar crises em todos os aspectos; manter a presença de rondas constante; realizar contatos com lideranças locais; agir sempre na forma da lei com respeito às tradições e cos-

tumes da comunidade; e participar das reuniões e dos eventos comunitários, bem como coordenar, facilitar, promover e intermediar serviços de outras instituições. Desta forma, reunidas estas informações visam não só o controle social de delitos, mais também, estes policiais buscam aumentar a sua credibilidade junto à população e ainda comprometer-se com a divulgação sempre que necessária, garantindo o respeito aos Direitos Humanos e principalmente o pleno exercício do Estado Democrático de Direito a todas as pessoas. Em contrapartida a comunidade deve participar como plenos parceiros da polícia, conhecendo os interesses e necessidades gerais do bairro em que reside na busca de uma vida mais segura.

É diante de tal contextualização, problematiza-se; em que medida a Política de Segurança, materializada pela Coordenadoria de Programas para Cidadania (CPCid), contribui efetivamente para essa integração entre polícia e comunidade? Tendo em vista que na prática a busca de segurança pública como um “direito e responsabilidade de todos”, vem sendo expressa na maioria das vezes, quando os cidadãos sentem terem sido aviltados os seus direitos de convivência comunitária e sociais e não na demonstração do conhecimento de serem os agentes conhecedores dos interesses e necessidades gerais do bairro, Bem como, que fatores conduzem a publicizar/denunciar a violência na comunidade?

Dando continuidade, foram criadas as primeiras bases de policiamento comunitário da Grande Natal, com objetivos de integração social no Programa Polícia do bairro, tal programa esta sendo uma atuação na área de segurança pública baseada na filosofia de que as polícias desenvolvem em conjunto com os moradores atividades que permitam localizar as causas que geram violência e o crime, e consequentemente, o medo da violência e a decadência do bairro.

Através de estudos estatísticos e sociológicos que identificam as características geográficas, sociais e políticas de cada região, estão sendo planejadas estatísticas na própria secretaria, para a atuação ostensiva do policiamento nos bairros e locais identificados. Essas identificações levaram a uma realidade em que os bairros que estão inseridos neste programa registram uma queda de 42% nas ocorrências policiais entre o início do mês de julho e o mês de agosto de 2003.

Como objetivo de trabalho de campo de pesquisa foi identificar o desempenho, e a participação social que envolve m polícia comunitária e a comunidade na prevenção social que envolve a polícia comunitária na prevenção das questões de segurança pública. Sobre a responsabilidade do 5º BPM, localizado no bairro de Pirangi, situado à rua Monte Carmelo s/n, comandado pelo então Tenente Coronel Francisco Reinaldo de Lima.

Para fins de verificação pratica de como se dá a interação entre polícia e comunidade conforme apregoa a filosofia do policiamento comunitário, entrevistou-se 12 (doze) lideranças comunitárias que participaram das atividades da base do 5º BPM, que diante do questionário sobre como se da essa integração demonstraram que a filosofia caminha, porém destacam existir morosidade burocráticas no encaminhamento de resoluções das necessidades, o que impede o fortalecimento e aprovação dos conselhos tal como se percebe visualizar na foto e na transcrição a seguir:

“O policial esta incluído na saúde, na segurança pública, no social e o que falta são eventos nas comunidades como nas escolas, igrejas, faltam setores jurídicos para comunidade e a polícia precisa melhorar o apoio nas comunidades assim terá um bom trabalho para que amanhã não seja pior. O Brasil esta um cálcio e nossa cidade, agente, tem que melhorar qual nós residimos nesta cidade de Natal, RN que o amanhã dos jovens e de todos seja melhor” (João Maria, 45 anos)<sup>3</sup>.

“Acho que a comunidade precisa mais de associações comunitárias, clubes de mães precisa realizar cursos e palestras sobre como podemos participar deste policiamento comunitário. No meu ponto de vista não vejo diferença”. (Maria da Guia, 48 anos).

<sup>3</sup> Atenta-se para o fato de que os nomes aqui utilizados são nomes fictícios.

Quando questionados sobre se ainda existem dificuldades para a realização do bom funcionamento desta base, novamente 50% afirmam haver necessidades de melhoramento nas estruturas físicas. Em relação às dificuldades encontradas na base foram detectadas: falta de estrutura do local para o bom exercício na prestação de serviço de segurança pública incumbida de preservar a tranqüilidade dos cidadãos e o patrimônio; neste sentido, observa-se que concernente a noção de prestação de serviço de segurança para a comunidade os comunitários ressaltam conforme resposta transcrita:

“Estrutura para o bom funcionamento do BPM, condições de trabalho para o comandante e seus comandados, como por exemplo, condições de melhorar viaturas, aumento de efetivos nas ruas equipamentos para a policia, alojamentos, refeitórios essas coisas”.

Com o objetivo de se avaliar a partir da totalidade da representatividade dos sujeitos envolvidos neste processo, também foram entrevistados 12 (doze) profissionais da área policial que atuam no 5º BPM, que em síntese 30% (trinta por cento) confirma haver o interesse da comunidade junto ao programa de policiamento comunitário destacando as ações integradas da comunidade com a policia nos bairros, conforme a seguinte transcrição:

“não são todos, mas com auxílio de alguns moradores nós trabalhamos em conjunto, essa participação se dá através de denúncias e informações que nos ajudam na fiscalização e prevenção”. (Soldado W. S.). “Sim inclusive todo mês o comando reuni duas vezes por mês toda liderança de policia constituída, para tratar dos assuntos administrativos e opiniões do bairro”. (PM Jorge).

De acordo com os questionários, pode-se verificar que a maioria dos policiais que atuam na comunidade aplica o método de policiamento comunitário no sentido da sociabilidade e a minoria com 20% utilizam o método (policiamento tradicional). Quanto à qualificação dos mesmos pela instituição nos cursos de policia comunitária, questiona-se se esta tem interferência direta na realidade do bairro?

O que se pode verificar nas declarações abaixo:

“Tenho feito cursos de qualificação que foram realizados pelo SENASP; esses cursos são aplicados pelos multiplicadores da policia comunitária de como devemos trabalhar juntos para identificar e priorizar os problemas que afetem a sociedade, com a participação, é claro, da comunidade e as ajudas dos cursos de policia comunitária tentam desenvolver um bom trabalho (1º grupo formado) policia comunitária Estadual, policia Internacional” (PM Álvaro).

“Tenho 02 (dois) cursos de policia comunitária e ponho em prática meus conhecimentos quando possível” (PM Carlos).

No que concerne ao 5º BPM, destaca-se que este enquanto representação da instituição Policia vem desempenhando relativamente um bom trabalho, podendo aplicar e repassar suas experiências para outros bairros baseado na filosofia deste policiamento, uma vez que os depoimentos dos comunitários entrevistados apontam que existem limites e desafios a serem enfrentados dentro dessa base comunitária localizada na zona sul da cidade do Natal e que diante destes desafios, esta base vem desenvolvendo habilidades na busca de focalizar e solucionar os problemas encontrados, conforme as falas e estatísticas apresentadas.

## 6 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

O referente artigo aponta como aproximações conclusivas que a policia comunitária apesar das dificuldades apresentadas pelos sujeitos que interagem e agem em função da garantia desta filosofia de policiamento, busca efetivar a garantia do respeito aos Direitos Humanos a toda as pessoas. Percebe-se ainda que a comunidade encontra-se participando como parceiros da policia sociedade.

A implantação e o apoio sistemático das políticas de promoção da qualidade da segurança vêm exigindo um aperfeiçoamento das ações que promovam cada vez mais o aumento da integração entre policia e comunidade, uma vez que é fundamental a participação da sociedade em geral enquanto interesse coletivo.

Para que se concretize a perspectiva de segurança pública enquanto um direito, a qualificação e valorização do profissional da segurança pública precisam acontecer de forma sistemática e estarem pautadas em novos paradigmas que coloquem em prática a inovação das ações diante dos desafios na busca de focalizar e solucionar os problemas que afetam a comunidade.

## REFERÊNCIAS

AZKOUL, Marcos Antonio. **A polícia e a sua função constitucional**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. p. 2590- 263.

SCURO NETO, Pedro. **Manual de sociologia geral e Jurídica**. Lógica e método do direito, problemas sociais, comportamento criminoso, controle social. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

### Bibliografia consultada:

ARAÚJO, Adauton S.; FERNANDES, João Antonio C.; COSTA, Julio Cezar, **Polícia Interativa: a democratização e universalização da Segurança Pública**. Vitória, ES: UFES, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Justiça 1996. p. 21.

DALLARE, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo. Moderna, 1998. p. 72.

DANTAS J. Parreira, et al. Sociabilidades II – **Violência & sociedade** – textos do Encontro das Comunidades do Natal Rio Grande do Norte, 2002, p. 13, 63, 116.

PRONASCI. Lei nº 11. 530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providencias. Publicado no DOU n. 206, quinta-feira, 25 de outubro de 2007, Seção 1, p. 1.

SILVA, Valdenor F. A comunitarização da policia. **Tribuna do Norte**, Natal, n. 345, mar. 2000. Caderno Opinião, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Pensando no policiamento comunitário**. [S.l.:s.n.], 2006. p. 115.

SKOLNICK, Jerone H.; BAYLEY, David H. **Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: EDUSP, 2002.

TROJANOWICZ, Robert. **Policiamento Comunitário e a prevenção e investigação criminal**. Disponível em: <<http://diretonet.com.br/artigos/x/53/66/536/p.shtml>>. Acesso em: 8 set. 2008.

WANDERLEY, Rômulo C. **História do Batalhão de Segurança**. Natal: Walter Pereira, 1969. p. 61-64.

# PROFISSIONAIS DO SEXO: UMA ANÁLISE SOBRE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA<sup>1</sup>

Lívia Maria Alves da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é resultado da pesquisa qualitativa e exploratória sobre as profissionais do sexo que desenvolvem suas atividades na Rua 25 de Dezembro, localizada no bairro da Praia do Meio, em Natal-RN. O referido estudo teve como objetivo analisar em que medida a prática das profissionais do sexo impacta em suas vidas no que se refere aos aspectos sociais, de saúde e familiar, abordados sob os enfoques da qualidade de vida e do modo de prevenção utilizado por elas contra as DSTs. É averiguado, também, os motivos que levaram a essas pessoas a se tornarem uma profissional do sexo. Esta profissão desenvolveu-se paralelamente com a história da humanidade perpassando épocas, desenvolvendo-se de acordo com a necessidade de cada sociedade, no entanto, nem sempre foi vista sob o mesmo olhar. A fim de se chegar aos objetivos propostos e para a realização deste artigo foram utilizadas pesquisas bibliográficas, entrevista semi-estruturada, observação sistemática e registro em diário de campo. Assim, podemos observar que esta prática afeta a vida das mulheres que desenvolvem esta atividade, principalmente, a saúde e sua relação com a família, mas os motivos que a levam a entrar nesta atividade podem variar entre a necessidade de ter um meio para sobreviver, chegando até a sua forma de conceber uma melhor qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Profissionais do sexo. Prática. Qualidade de vida. DSTs.

## SEX PROFESSIONALS: AN ANALYZIS OF HEALTH AND LIFE QUALITY

**ABSTRACT:** This article is a result of qualitative research and exploration on the sex workers who develop their activities in December 25th Street, located in the neighborhood of Praia do Meio, in Natal-RN. This study aimed to examine to what extent the practice of sex workers impacts on their lives with regard to social,

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública e Serviço Social da FACEX - Natal-RN, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Valéria Regina C. de Oliveira.

<sup>2</sup> Assistente Social. Especialista em Saúde e Serviço Social pela FACEX. Tel.: (84) 3241-2018. E-mail: livia2006ss@yahoo.com.br

health and family, studied under the approaches of the quality of life and the mode of prevention used by them against the DSTs. It is examined, too, the reason why these people to become a professional sex. This profession has developed in parallel with the history of humanity perpassando seasons, developing according to the need of each company, however, was not always seen in the same look. In order to achieve the objectives and the realisation of this article were used bibliographic searches, semi-structured, systematic observation and recording daily in the field. Thus, we can see that this practice affects the lives of women who develop this activity, particularly, health and its relationship with the family, but the reasons that lead to entering this activity can vary between the need to have a means to survive, until its way to design a better quality of life.

**KEY-WORDS:** Sex workers. Practice. Quality of life. DSTs.

## 1 INTRODUÇÃO

Quem na sala de casa reunida com a família ou em uma “roda” de conversa com os amigos nunca abordou ou fez algumas piadas sobre elas. Uns as discriminam, outros questionam os motivos que a levaram a estar ali vendendo o corpo. Uns dizem que não irão jamais utilizar os serviços oferecidos por elas, e são os que mais procuram. Esta profissão, apesar de ser reconhecida como a mais antiga do mundo por desenvolver-se paralelamente a história da humanidade, há fatores que ainda precisam ser (re)conhecidos e analisados. A partir daí, surgiu o interesse em descobrir o que está por trás deste universo que aparentemente os sujeitos que o formam, e no caso desta pesquisa em especial a mulher, se mostram decididas, destemidas, provocantes e sensuais.

Dessa forma, buscou-se analisar em que medida a prática das profissionais do sexo impacta em suas vidas os aspectos sociais, de saúde e familiar, abordados sob os enfoques da qualidade de vida e do modo de prevenção utilizado por elas contra as DSTs. Longe de esgotar o tema proponho-me, também, averiguar os motivos que levaram a essas pessoas a se tornarem uma profissional do sexo.

Falar sobre prostituição não é tarefa fácil, uma vez que sua definição pode variar dependendo da região, das circunstâncias onde se dá e da moral adotada, principalmente por ser esta última um dos fatores determinantes para a formação das regras que constituem uma dada forma de sociedade, sendo assim, para melhor entendimento, o conceito de prostituição aqui trabalhado será em conformidade com o da Wikipédia (2008) que compreende esta prática como sendo: a troca consciente de favores sexuais por interesses não sentimentais ou sexuais, podendo esta troca constituir-se por favorecimento profissional, por bens materiais, por informações, ou seja, é um ato a qual a pessoa consiste em ter relações sexuais com um número indeterminado de pessoas mediante remuneração ou outros interesses.

Para tanto o referido artigo constitui-se em duas partes. Na primeira realiza-se um histórico da prostituição levando em consideração os aspectos: político, social, econômico, legal e de saúde. Na segunda, examina-se o resultado da pesquisa realizada na Rua 25 de Dezembro, localizada no bairro da Praia do Meio, em Natal-RN,

uma vez que foi observado ser esta avenida um ponto de referência para o trabalho desenvolvido por estas profissionais. Portanto, a aproximação com o universo da pesquisa se deu através das técnicas de entrevista semi-estruturada e da observação sistemática para imprimir a este trabalho a característica de uma pesquisa qualitativa e exploratória, conforme o interesse da pesquisadora.

## 2 UM CAMINHAR SOBRE A HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO

É consenso afirmar que a prostituição desenvolveu-se concomitantemente a história da humanidade, no entanto, nem sempre foi vista sobre o mesmo prisma. Na antiguidade era praticada por meninas como uma espécie de iniciação. Já na região da Mesopotâmia essa profissão era tida como sagrada e hospitaleira. Sagrada, pois se caracterizava pelo culto que se fazia a Deusa do Amor, Vênus ou Afrodite e hospitaleira porque os mesopotenses ofereciam suas mulheres para os hóspedes.

Em outras civilizações, como a Grécia Antiga ocorriam festas de caráter religioso onde era cultuada a deusa da fertilidade, com o objetivo da perpetuação da espécie e as mulheres que freqüentavam essas festas eram conhecidas como prostitutas sagradas, mulheres diferentes e importantes, pois incorporavam a deusa da fertilidade em rituais específicos. (SILVA, 2000. p. 13)

Na época em que Grécia e Roma polarizavam o domínio cultural, as prostitutas eram admiradas, contudo tinham que pagar impostos ao Estado para praticarem sua profissão sendo uma fonte de renda para ele, além de serem obrigadas a usarem vestimentas específicas que as identificassem, senão eram punidas.

Outra característica da prostituição na Grécia era a estratificação, ou seja, as mulheres eram classificadas de acordo com o local onde trabalhavam. As mulheres que ficavam com homens de altos cargos eram conhecidas como Hetaíras; as que eram convidadas para alegrar as festas e que prestavam serviços sexuais chamavam-se Auletraídes, e existiam aquelas conhecidas como Dieteríades que caminhavam pelas ruas trabalhando nos bordeis, sendo importante para o Estado-cidade por causa dos impostos que pagavam.

No decorrer da história houve modificações sobre a percepção

dessa profissão, pois em Israel, na cultura judaica, a prostituição era severamente punida, podendo essa ser apenadas até com a morte, segundo os ditames da lei mosaica.

Durante a idade média, devido a um surto de DSTs houve uma tentativa de eliminar a prostituição, uma vez que esta profissão era identificada como causa de doença.

Segundo Silva (2000, p. 14), na França, no século XV, as profissionais do sexo eram socialmente aceitas por todos sem preconceitos ou restrições. Algumas pequenas povoações dispunham de termas ou estabelecimentos para banhos, muito bem guarnecidos com patês e vinhos nas suas cozinhas e com jovens criadas nos quartos, compondo assim um ambiente alegre. Além disso, outras pequenas povoações dispunham pública e oficialmente de bordéis. Também, na França do século XV havia as chamadas moças levianas, que trabalhavam por conta própria, indo de pensão em pensão, oferecendo-se nas tavernas, nos mercados e nas ruas, quando não se ofereciam no local de trabalho dos homens. Esse tipo de prostituição é o que mais se aproxima com o que atualmente conhecemos por prostituta de rua.

Durante a revolução industrial houve o aumento da prostituição, pois com a substituição das rústicas ferramentas por máquinas muitas mulheres foram para a cidade somar a força de trabalho e como as condições de trabalho eram ruins elas se prostituíam em troca de favores dos patrões e capatazes.

Segundo Gomes (1994, p. 60), no âmbito do saber médico que atravessa o fim do século XIX até o início do presente século, a prostituição associou-se às doenças venéreas a ponto de não se poder fazer uma história dessas doenças sem se falar em prostituição, porque essa se tornou um perigo físico e moral. Físico, porque era identificada como causa de doença, espaço da sexualidade pervertida e social no que tange o excesso da riqueza e miséria, que se explicava pela organização da sociedade.

A Wikipédia (2008, p. 1) afirma que com a disseminação de medidas profiláticas e de higiene, o uso de antibióticos, o controle da propagação de DSTs e outras enfermidades, que devido ao estigma estavam relacionadas com a prostituição, parecia chegar ao fim até meados da década de 1980. No entanto, a AIDS tornou a prostituição

uma prática fatal tanto para as prostitutas como para seus clientes, havendo no início da enfermidade uma verdadeira epidemia, sendo um verdadeiro golpe para a prática das profissionais do sexo.

No Brasil, a prostituição tem na sua história a participação de escravas domésticas, pensionistas de bordéis, mulheres aliciadas pelos familiares, mulheres tidas como promíscuas, levianas e até mesmo como portadoras de distúrbios mentais, sendo essas conhecidas como perturbadoras da ordem.

Durante a sociedade colonial, as profissionais do sexo tinham outra utilidade. Com o advento da política metropolitana, as prostitutas que ameaçavam a ordem pública eram transformadas em elementos úteis, uma vez que contribuíam para o povoamento das regiões desertas.

Durante o século XIX na cidade do Rio de Janeiro, a prostituição era vista como uma alternativa importante de sobrevivência, devido a realidade que estava sendo vivenciada pela cidade, como bem descreve Engel:

(...) o perfil social da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século passado, foi profundamente marcado pelo descompassado entre oferta e procura de mão-de-obra. Se crescia a oferta de trabalho, as oportunidades de emprego não acompanhavam o mesmo ritmo, o que, aliás, não só garantia a depreciação dos salários, como também, dificultava a articulação da reação dos trabalhadores à maximização da exploração que lhes era imposta. (ENGEL, 1989, p. 23)

Diante de um cenário, onde mesmo existindo absorção de uma parcela de mão-de-obra a oferta era ainda maior, a situação da população feminina se complicava ainda mais devido aos preconceitos existentes da época, o qual limitava as atividades que poderiam ser desenvolvidas por esta classe. Sendo assim, para muitas a prostituição era o único caminho a ser seguido, significando a viabilização de uma condição de vida mais autônoma e independente.

De acordo com Engel (1989), a partir da década de 1840, a prostituição passou a fazer parte dos textos médicos como uma temática

a ser explorada e conhecida. Entretanto, apesar da vontade de saber do cientista muitos obstáculos eram impostos pela concepção cristã, que fazia do corpo, do sexo, do prazer e do desejo temas melindrosos, estigmatizados pela idéia do pecado, ou seja, os médicos queriam desenvolver um trabalho para conhecer a realidade das prostitutas, mas a moral e os bons costumes eram contra.

É notório observar, que a moral é uma questão que está presente na prostituição desde seu surgimento, uma vez que esta última ao desafiar as práticas, representações, as regras que estão postas na sociedade no que tange aos aspectos pertinentes a sexualidade, ao gênero, as relações afetivas e a constituição da família, provoca a moral, os valores e as regras postas aos indivíduos. A partir dessa concepção, a prostituição torna-se alvo de discriminação e estigmatização social, pois ao confrontar-se com a moral, estando fora dos padrões estabelecidos, a punição posta pela sociedade é o preconceito.

Entretanto, a partir dessa análise constata-se uma contradição, pois, apesar de desafiar a moral a prostituição é vista como um “mal necessário” para satisfazer as necessidades do homem. Como enfatiza Chauteaubriand apud Martinez (2000, p. 17),

“... a prostituição feminina é ainda considerada como um mal necessário que precisa existir para garantir a vazão do animal masculino, que não pode controlar o seu desejo, precisa dessa mulher para fazer essa descarga libidinal, ao mesmo tempo garantindo um determinado controle para que não ameace a família”.

De acordo com a discussão realizada por Silva (2000, p. 17), a prostituição é fruto da dupla moral que regula o comportamento de homens e mulheres na sociedade, porque essas são condicionadas a exercerem o papel de mãe, dona-de-casa tendo sua sexualidade reprimida diante do seu papel de reprodutoras e os homens possuem a sexualidade incentivada. Durante o casamento encontra a mãe dos seus filhos e fora dele é que encontra o prazer, com outro tipo de mulher, mas que, como as primeiras estão a serviço de suas necessidades.

A partir dos preconceitos e estigmas aos quais as prostitutas eram

submetidas surgiu a necessidade de se unirem e lutarem em favor dos seus direitos e deveres. Sendo assim, no tópico que segue será abordado os movimentos que construíram a história da prostituição.

### **2.1 Prostituição e direito: movimentos que construíram a história**

Antes de ser abordado sobre os movimentos que fizeram e fazem parte da história da prostituição acredita-se ser necessário falar um pouco sobre o movimento feminista que fez emergir várias demandas por direitos específicos a este gênero e em especial impulsionando os movimentos pro prostituição.

O movimento feminista pode ser caracterizado como sendo um movimento sócio-político que luta pela defesa e ampliação dos direitos da mulher que surge na primeira metade do século XIX, na Inglaterra e nos Estados Unidos, com o objetivo principal de conquistar direitos civis, como o voto e o acesso ao ensino superior. Ressurge na década de 60, nos EUA, com reivindicações mais amplas, como o direito à sexualidade e à igualdade com os homens no mercado de trabalho.

Em nível internacional, se faz necessário um olhar retrospectivo que nos remeta a Revolução Industrial, períodos de mudanças econômicas e sociais, que modificou por completo a paisagem mundial e em conformidade com estes acontecimentos, o movimento feminista se consolidou na década de 60 colocando em questão tanto o machismo, quanto à submissão das mulheres impostas pelos homens, e defendendo a figura de uma mulher mais ativa e participante (cidadã). Em nível nacional, esse movimento vem surgir em resposta contra um sistema de governo autoritário, caracterizado pela repressão militar, violência, perseguições, assassinatos, censura de imprensa, entre outros. Ressalta-se que, esta época se caracterizou por uma forte efervescência feminista no país.

Neste íterim e no que tange aos movimentos pro prostituição, os Estados Unidos foi o pioneiro nas manifestações sobre os direitos das prostitutas. Essa manifestação ocorreu em 1973 quando Margot St. James fundou em São Francisco uma organização chamada Coyote, a qual tinha como objetivo criar uma consciência nacional sobre o abuso do Estado e da polícia contra as prostitutas e mudar

as leis, uma vez que neste país a prostituição é crime. Uma das conquistas dessa organização foi a revogação de um regulamento imposto as profissionais do sexo as quais eram obrigadas a ficar de quarentena nas prisões de São Francisco esperando o resultado de testes de gonorréia. Com a iniciativa de criação da Coyote, as prostitutas de outras partes do mundo começaram a organizar-se em prol dos seus direitos e a se perceberem como detentoras dos mesmos direitos da população em geral.

No final dos anos 70 e 80, várias organizações foram sendo criadas em outras cidades dos Estados Unidos e durante os anos de 1979 Margot James uniu-se a Priscilla Alexander, uma feminista lésbica, com o objetivo de criar, neste país, uma rede de grupos de defesa das prostitutas chamada National Task Force on Prostitution.

Em 2 de Junho de 1975, devido os assassinatos ocorridos na cidade de Lyon, os quais a polícia não investigava e nem oferecia proteção necessária, as profissionais do sexo em protesto decidiram ocupar uma igreja e como não houve resultado elas aproveitaram o interesse da mídia para proporcionar uma campanha educacional sobre a prostituição. Esse ato foi tão importante na luta por seus direitos e contra o preconceito que esta data é comemorada pelos movimentos como o Dia Internacional das Prostitutas.

Durante o período de 1975 a 1985 surgiram organizações de prostitutas em muitos países, como a Prostitution Laws are Nonsense – PLAN, surgida na Inglaterra (1975), Coletivo Inglês de Prostitutas – ECP (1975), o qual não identificava os membros como prostitutas por receio da repressão policial, no entanto apoiava seus direitos defendidos pelo Comitê Internacional para os Direitos das Prostitutas, criado em Paris (1976).

Na Alemanha, em 1980, foi fundada a HYDRA<sup>3</sup>, sendo esta a primeira organização pelos direitos das prostitutas. A importância

<sup>3</sup> HYDRA, não tem tradução por não ser uma sigla e sim um nome próprio da associação já citada no corpo do trabalho

desta organização foi tamanha, pois conseguiu que os parlamentares extraíssem do Código Penal vários dispositivos que abordavam sobre prostitutas.

Em 1982 foi fundada na Itália o Comitê pelos Direitos Civis das prostitutas que tinha como objetivo reconhecer os seus direitos perante a Constituição deste País, exigindo mudanças nas leis que a tornavam marginalizadas. Neste mesmo ano, foi criada, também, a Organização pelos Direitos das prostitutas – ASPASIE –, em Genebra as quais tiveram a participação de ativistas, advogados, feministas e prostitutas.

No Brasil, estes movimentos tiveram início em 1979 na cidade de São Paulo. A necessidade surgiu a partir de um conflito com a polícia que resultou na morte de duas travestis e uma mulher grávida, esse fato derivou em uma passeata no centro de São Paulo denunciando as crueldades cometidas. “Com o movimento ganhando corpo, após a passeata, ocorreram adesões de artistas famosos”. (BRASIL, 2002, p. 32).

Em 1987, foi realizado no Rio de Janeiro o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas que teve como fruto a Rede Brasileira de Profissionais do Sexo. Essa rede tinha como objetivos a reforma legal, ações contra a violência que muitas profissionais sofriam tanto por parte dos clientes quanto de algumas autoridades, a implementação de programas de saúde, a luta por dignidade e, principalmente, contribuir para o resgate da auto-estima e o combate contra o estigma e preconceito. No ano que segue, foi inaugurado, nesta mesma cidade, a Associação da Vila Mimosa para defender o direito destas profissionais permanecerem na Vila, uma vez que a antiga TV-Rio queria desocupar a área.

Em 1990, surgiram três novas Associações: a primeira foi Associação das Prostitutas do Ceará – APROCE – a qual conseguiu registrar o termo “prostitutas” em seu nome, o que segundo Brasil (2002, p. 34) representa uma vitória para o movimento no que concerne à luta contra o estigma. Atualmente, esta associação desenvolve um trabalho educativo sobre sexualidade e prevenção das DSTs como a AIDS tanto com as mulheres quanto com adolescentes, possuindo como lema: “acabar com a dupla moral que separa

a mulher honesta da prostituta”. Esta associação é responsável pela coordenação da Região Nordeste da Rede Brasileira de profissionais do sexo. A segunda refere-se ao Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central – GEMPAC - que localiza-se em Belém do Pará, considerada uma das mais atuantes do Brasil, pois já promoveu vários encontros locais e estaduais e como a APROCE realiza um trabalho educativo sobre as DSTs. A terceira foi a Associação Sergipana de Prostitutas – ASP –, possuindo o mesmo objetivo de trabalho das outras duas associações.

No decorrer da história associações foram se formando como a APROSBA (Associação de Prostitutas da Bahia), em 1997, a APROS – PB (Associação de Profissionais do Sexo da Paraíba) que busca unir forças para fortalecer a luta desta categoria. E no RN, lócus de intervenção desta pesquisa, a Associação existente e recém-criada data de 2001, sendo denominada de ASPRORN (Associação dos e das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte). Fundada por Marinalva Ferreira conta com mais de mil filiadas e tem como objetivo trabalhar valorização da auto-estima, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, questões jurídicas, e questões relativas à saúde. Essa associação surgiu da necessidade de buscar os direitos das profissionais do sexo junto aos serviços de saúde, em resposta ao fato ocorrido onde uma prostituta necessitava dos serviços de saúde, no entanto, ao descobrirem que ela era uma profissional do sexo o serviço fora negado.

Atualmente a Rede Brasileira de Prostituta conta com 25 mil prostitutas filiadas, 25 associações registradas em cartório e 65 grupos em processo de formalização (APPS, 2005) e todos com um único objetivo: lutar pelos direitos das profissionais do sexo para acabar com o estigma e o preconceito que existe ainda hoje em nossa sociedade, como também, lutar pelo direito igualitário a saúde e pelo reconhecimento desta atividade como trabalho.

Trabalho podendo ser entendido, neste contexto, como “operação humana de transformação da matéria humana em objeto da cultura, homem em ação para sobreviver e realizar-se criando instrumentos, e com esse todo universo de vinculação com a natureza, realização de uma obra de reconhecimento social” (MARX apud ROCHA; FRITS-

CH, 2002, p. 58). Ou seja, é através do trabalho que o homem reconhece-se como ser capaz de transformar a si mesmo e a natureza a partir de suas necessidades, sendo este uma atividade vital de todo ser humano, pois é no trabalho que o homem coloca suas expectativas, interesses pessoais e perspectivas de crescimento.

Sendo assim, a prostituta pode ser vista como uma profissional do sexo, pois para exercer, a sua atividade, utiliza-se de recursos internos e externos, prestando determinados serviços aos clientes, caracterizando-se, portanto, como prestadora de um serviço; ao mesmo tempo que sobrevive a partir do seu trabalho. Sendo assim, “é por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades” (IAMAMOTO, 2004, p. 60). Dessa forma, refiro-me as prostitutas como profissionais do sexo por considerar esta atividade uma profissão.

E seguindo este entendimento, uma das conquistas efetivadas pelos movimentos que se iniciaram a partir de 1980 foi o reconhecimento da “profissional do sexo” como trabalhadora na legislação do Ministério do trabalho. Esse avanço vem a contribuir para que os objetivos destes movimentos estejam sendo alcançados. Segundo Rodrigues (2008, p. 2), esse reconhecimento configura-se como a maior inovação em se tratando do modelo tradicionalmente hegemônico nas políticas públicas brasileiras para o enfrentamento da questão da prostituição.

De acordo com dados explícitos por Rodrigues (2008, p. 3), (grifo do autor), as ocupações do mercado brasileiro de que trata a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO foi aprovada em 2002 em conjuntos mais amplos que aquele da ocupação – as “*famílias*”, que abrangem um grupo de ocupações similares. A ocupação de “profissional do sexo”, que inclui também as denominações “*garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, transexual (“profissionais do sexo”), travesti (“profissionais do sexo”)*”, foi indexada na CBO com o número 5198-05, fazendo parte da família “*Prestador de Serviço*”. Além da definição da profissão encontram-se, ainda, as descrições das atividades, características e áreas de tra-

balho, competências pessoais, entre outros.

O que é importante observar é que os avanços conseguidos tiveram a participação de outros setores da sociedade e não apenas dos movimentos das profissionais do sexo. Um exemplo disso é o jornalista e Deputado Federal Fernando Gabeira que apresentou um Projeto de Lei tratando do estatuto legal do tema. Essa proposta foi apresentada em 2003 e nesse mesmo ano foi objeto de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, no entanto, no Brasil a prostituição ainda não é legalizada, apesar da aprovação da CBO e de não ser considerado um ato ilícito no direito nacional, uma vez que não é punida a pessoa que vende o próprio corpo, mas sim aqueles que fazem a mediação da prostituição, ou seja, o lenocínio.

Dessa forma, a questão da prostituição acabou fazendo parte do cotidiano da vida das pessoas, no discurso das forças de segurança pública, da imprensa, nas políticas públicas e na saúde.

## 2.2 Saúde é um direito de todos?

No Brasil, o sistema de saúde desde os anos 30, época de sua formulação, até chegar a Constituição Federal de 1988, como direito de todo cidadão, fez parte de um processo histórico vivido em três momentos: o sanitarismo campanhista, que compreendeu o início do século XIX até 1965 tendo uma concepção de saúde, segundo Mendes (1999, p. 58), fundamentada nos germes, o qual os problemas de saúde se explicavam por uma relação linear entre agente e hospedeiro; o modelo médico-assistencial privatista iniciado na década de 60 e institucionalizado em 1975 com a separação das ações de saúde das de atenção à saúde das pessoas; e o modelo plural, o qual vive-se atualmente.

A partir da década de 80<sup>4</sup>, devido às mudanças que estavam ocorrendo na economia e na política, houve a queda do modelo médico-assistencial privatista vindo a tona outro modelo voltado para a saúde, o plural, que tem o Sistema Único de Saúde – SUS – como sistema

<sup>4</sup> Na década de 80 foi inaugurada um novo patamar na relação Estado-sociedade, sendo marcada, também, pela transição dos governos militares à constituição da democracia.

público. Ainda nesta época outro fator importante foi a construção do Projeto de Reforma sanitária, que tinha como uma de suas estratégias para universalização da saúde o SUS. Este Projeto tinha como preocupação fazer com que o Estado atuasse em função da sociedade, pautando-se na concepção de um Estado democrático de direito e responsável pelas políticas públicas, responsabilizando-se pela criação de uma esfera pública com controle social. Para tanto, sua premissa básica consistia na saúde como direito de todos e dever do Estado.

“Vários autores consideram a reforma sanitária brasileira bem-sucedida por haver instituído um novo padrão de intervenção do Estado na saúde, buscando garantir direito universal e atenção integral à saúde por meio de um sistema descentralizado e com importante grau de democratização quando da formulação e execução de políticas”. (FLEURY apud CAMPOS, 2006, p. 136).

Em 1986 ocorreu a VII Conferência Nacional de Saúde, evento político sanitário muito importante o qual constituiu-se no instrumento que iria influenciar em dois processos que iniciaram em 1987: um no executivo, a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado da Saúde – SUDS -, e outro no Congresso Nacional, a elaboração da nova Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988 foi fruto do novo processo de reorganização política orientado pelo princípio da democracia e representante das lutas e movimentos da sociedade civil, partidos políticos, sindicatos e organizações não-governamentais. Esta trouxe vários avanços no que concerne ao campo social, como também, pautou o direito social na ótica da universalidade. É considerada a mais democrática das constituições brasileiras, pois estabeleceu novos papéis para o poder público, possui uma discussão sobre a reforma dos governos locais, sendo enfocado a participação popular, como também estabeleceu a criação de conselhos como forma de participação da sociedade civil.

A Constituição Federal de 1988 define a saúde como direito de todo cidadão, no entanto, como abordado anteriormente, este direito, ainda hoje, nem sempre se concretiza na vida das profissionais de

sexo, pois elas eram culturalmente associadas a doenças venéreas ao ponto de não se poder fazer uma história dessas doenças sem se falar em prostituição, em razão tanto de sua atividade profissional quanto dos preconceitos e estigmas sociais as quais eram vítimas.

No Brasil, as primeiras ações de prevenção direcionadas as profissionais do sexo datam no início da década de 1980 com a epidemia da AIDS, doença estigmatizante que ficou conhecida como o câncer gay. Essas ações contaram com a participação de muitos atores como o Movimento de profissionais do sexo, técnicos de saúde, o governo e Organizações Não-Governamentais.

No que tange a epidemia de AIDS o que sedimentou-se no imaginário cultural da população foi a forma de transmissão, que está ligada diretamente a sexualidade ocasionando, no início desta epidemia uma associação direta com a homossexualidade, gerando preconceito e discriminação. Posteriormente houve um crescimento do número de mulheres com HIV, conduzindo, desta forma, o foco de grupo de risco para as profissionais do sexo. Essa associação da AIDS aos grupos de risco só modificou-se a partir de 1986 quando o Ministério da saúde divulgou dados sobre a mudança do perfil da epidemia. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002, p. 58-59), desde o início da epidemia de HIV, conviveu-se com diferentes classificações para tentar entender a relação entre os indivíduos e risco de infecção pela AIDS: a primeira denominação foi grupo de risco, quando homossexuais e indivíduos com múltiplos parceiros sexuais eram os principais atingidos; o segundo conceito adotado foi o de comportamento de risco, pois tratava-se não mais de um vírus que atacava primordialmente profissionais do sexo ou homossexuais, mas de uma noção ampla, centrada no comportamento sexual das pessoas. Atualmente, a denominação utilizada é populações mais vulneráveis, transferindo o foco do indivíduo para o contexto sócio-cultural.

A sociedade aos poucos, a partir das ações do Ministério da Saúde precisamente desde 2002, passa a perceber a profissional do sexo não mais como a transmissora de doenças e sim como a protagonista da prevenção. Este se torna o discurso ideológico do Movimento Nacional de Profissionais do Sexo, numa tentativa de elevar sua dignidade e lutar contra o estigma.

Uma das primeiras ações de prevenção direcionadas as profissionais do sexo foi o Projeto Previna, formulado pela Coordenação Nacional de DSTS-AIDS, do Ministério da Saúde, em parceria com a sociedade civil, esta mais uma vez vem enfatizando sua participação.

O projeto Previna consistia em capacitar participantes de ONG, associações da classe e coordenações estaduais e municipais de DST-Aids para, como o apoio de materiais informativos especialmente elaborados para essa finalidade, realizarem intervenções preventivas face-a-face junto a profissionais de sexo, em campo, incluindo a distribuição gratuita de preservativos masculinos. (BRASIL, 2002, p. 62)

Posteriormente, este projeto ficou conhecido como Projeto Previna I, pois teve uma segunda edição devido a desmobilização ocorrida durante o governo de Collor (1991-1992). O previna II, iniciado em meados de 1994 deu continuidade aos objetivos do primeiro. No decorrer da história outros projetos foram elaborados e implementados possuindo como metodologia a educação por pares e a formação de multiplicadores, apesar de alguns se distanciarem da política formulada, pois apenas se preocupavam em quantificar os resultados.

O que é notório abordar, a ampliação das ações de prevenção das DSTs e da AIDS com o desenrolar da epidemia para que os segmentos considerados mais vulneráveis pudessem procurar os serviços de saúde, no entanto, apesar dos avanços e direitos garantidos para esta categoria profissional, o estigma da prostituição ainda persiste, sendo este o principal motivo pelo qual a discriminação social se faz presente negando-lhes o direito a cidadania, ou seja, a profissional do sexo, por vezes intitulada de prostituta, por transgredir as regras foi e é vítima da discriminação social o que lhe retira o status de cidadã, uma vez que muitos direitos garantidos a outros segmentos lhes são negados, criando, assim, uma barreira no acesso a sistemas de educação, assistência social e saúde, construídos para o modelo de família nuclear e patriarcal.

Como estratégia de desconstrução à este estigma e segundo dados do Ministério da Saúde divulgados em 2002, cento e vinte e seis

projetos de intervenção comportamental e desenvolvimento institucional foram apoiados em todo o Brasil para as profissionais do sexo, resultando num investimento anual na ordem de R\$ 3,5 (três virgula cinco milhões/ano) e no total de 220.000 (duzentos e vinte mil) destas profissionais acessadas diretamente pelos projetos.

### 2.2.1 Saúde e Qualidade de Vida

Para se falar em saúde e Qualidade de Vida voltadas as Profissionais do Sexo, se faz necessário pontuar, ainda um recorte histórico em que foi a partir das lutas do movimento feminista, que a saúde pública brasileira passou a ser questionada e criticada em relação à visão reducionista com que tratava a saúde da mulher. Desta forma, o movimento deu importante contribuição para introduzir na agenda da saúde pública a temática saúde da mulher de forma mais ampla, buscando revelar as desigualdades nas condições de vida e nas relações entre mulheres e homens, trazendo a tona os problemas referentes à sexualidade e a reprodução, as dificuldades relacionadas à anticoncepção e porque não dizer, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a dupla jornada de trabalho feminino.

Conforme tal entendimento, saúde diante do contexto trabalhado, pode ser entendido em seu sentido amplo, ou seja, como o bem-estar físico, psíquico e moral e não apenas a ausência de doenças. Dessa forma, para se ter uma boa saúde é necessário ter uma boa qualidade de vida, o que conforme nossa concepção, inclui fatores externos ao ser humano como o meio ambiente, trabalho, alimentação todos influenciando diretamente a saúde dos indivíduos.

Na visão da Organização Mundial da Saúde – OMS, qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema e valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Ou seja, o conceito de qualidade de vida é algo subjetivo, pois depende do modo como cada ser humano percebe o que é bom para si e para os outros. Opinião esta compartilhada também por Davis e Blomstrom (1975) apud Oliveira (1995, p. 230) quando os autores afirmam que qualidade de vida é um sistema social em que há liberdade, harmonia espiritual, fraternidade e um ambiente físico natural em perfeitas condições.

Com a Revolução industrial, durante os séculos XVIII e XIX, a qualidade de vida estava atrelada a viver no setor urbano e possuir máquinas que fizessem todo o trabalho pesado. Já no século posterior, esta se transformou em consumo.

Na modernidade, com o advento do neoliberalismo, qualidade de vida está relacionada a conforto e inovação, “conseguido graças ao uso de bens do que o consumo do próprio bem e uso das máquinas de última geração” (BUARQUE, 1993, p. 157) têm proporcionado. Ou seja, esta passa a representar, para muitos, o consumo das novas tecnologias e que para ter acesso a elas é necessário está dentro do mercado de trabalho.

Sendo assim, qualidade de vida está ligada há vários fatores como: ausência de doenças, atendimento as próprias necessidades sociais e culturais, melhoria na condição de vida, no ambiente de trabalho, está de bem com os amigos, a família. É um conceito que deve ser trabalhado por cada ser humano, pois cada um sabe o que lhe causa sensação de bem-estar e sabe a forma de como conseguir.

Na atualidade, Saúde e Qualidade de Vida são temas bastante discutidos, encontrando diversos olhares e concepções, neste sentido a discussão se torna ainda mais desafiadora e instigante quando estas temáticas se voltam para as Profissionais do Sexo, que além de serem parte do universo das análises e dos avanços científicos, como já fora pontuado, ainda são ao mesmo tempo vítimas de uma sociedade que as segrega por um legado cultural que acompanha estas profissionais na trajetória de sua história e, sendo assim, questões como esta, ainda polêmica, constitui-se como um problema social e de saúde a ser investigado.

### **3 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA**

Diante dessa realidade foi elaborada uma proposta de pesquisa que partiu dos seguintes questionamentos: Em que medida a prática das profissionais do sexo afeta seus aspectos sociais, de saúde e familiar? Existe a cultura de prevenção contra as DSTs que seja comumente utilizado e qual é este modo? Quais os motivos que contribuíram para que estas mulheres se tornassem profissionais do sexo? De que formas estas profissionais percebem sua qualidade de vida?

Com o intuito de atender tais questionamentos traçamos objetivos como: Analisar em que medida a prática das profissionais do sexo afeta os seus aspectos sociais, de saúde e familiares, investigar a percepção das profissionais do sexo sobre qualidade de vida; identificar se existe uma cultura de prevenção as DST's entre as profissionais do sexo e qual é o modo de prevenção utilizado pelas mesmas contra as doenças sexualmente transmissíveis e, por fim, analisar os motivos que contribuíram para que estas viessem a se constituir enquanto profissionais do sexo. Assim, o público alvo da pesquisa foram 10 mulheres que desenvolvem suas atividades na Rua 25 de Dezembro no bairro da Praia do Meio em Natal no Rio Grande do Norte.

A fim de conseguir problematizar teoricamente o objeto a ser pesquisado, considerou-se necessário utilizar os seguintes procedimentos metodológicos: coleta de dados através da observação sistemática, entrevista semi-estruturada, com as profissionais do sexo; registro no diário de campo, onde foram anotadas todas as observações que serviram de reflexão para analisar o objeto de estudo. E, por fim a análise dos dados coletados foi de natureza qualitativa e exploratória, visando responder os objetivos propostos. Cabe ressaltar que a aplicação de entrevista e o período de observação ocorreram no período de fevereiro a junho.

O interesse por tal pesquisa ocorreu em função de ter sido convidada no mês de janeiro do ano corrente para trabalhar em um Núcleo de Ação Social da Praia do Meio que se localiza na Rua 25 de Dezembro. A partir de então, observou-se que esta avenida é um ponto de referência para o trabalho desenvolvido pelas profissionais do sexo, diante disto surgiu o interesse em pesquisar a realidade destas profissionais desconhecida pela pesquisadora, acreditando ser de grande relevância a pesquisa e a discussão sobre prostituição, uma vez que possibilitou analisar a realidade vivenciada pelas profissionais do sexo no que tange a sua qualidade de vida e o modo de prevenção contra as DSTs.

A cidade do Natal está localizada no Estado do Rio Grande do Norte e é conhecida como “Cidade do Sol” por ser uma localidade com maior número de dias de sol no Brasil, atraindo assim turistas de várias regiões do próprio país e de outras nacionalidades. Estan-

do ainda situada no litoral do Estado com uma altitude média de 33 metros acima do nível do mar, o que favorece a um clima tropical úmido, com temperatura média de 28°C, suas estações não são bem definidas, pois não há mudanças drásticas no clima, possuindo um inverno quente, recebendo chuvas entre os meses de julho e agosto (WIKIPEDIA, 2008, p. 1).

Inicialmente, Natal nos primeiros anos de sua existência teve um desenvolvimento lento, realidade esta que foi modificada durante a Segunda Guerra Mundial devido a sua posição geográfica privilegiada no litoral do Nordeste. Após isso a cidade cresceu e evoluiu devido a presença de contingentes de outros países, fato este verificável devido a população que em 1805 era de 6.393 e no fim do século XIX já existiam mais de 16.000 pessoas.

De acordo com dados do IBGE apud Wikipédia (2008, p. 1), a população total do município de Natal estima-se em 810.205 habitantes e que atualmente, a cidade vive do comércio, da indústria, da extração de minérios e principalmente do turismo, chegando a concentrar 25% de mão-de-obra economicamente ativa neste setor.

Porém, no município de Natal apesar de suas belezas exuberantes que atraem turistas o ano todo existe um outro lado que é presença em todas as cidades em plena expansão e que não é exibido diariamente na mídia: a violência, a pobreza, a miséria, a realidade das favelas e das pessoas que lá vivem e que são duramente penalizadas pela realidade vivenciada. Ou então quando esta realidade é veiculada, não se busca as causas, nem tão pouco os caminhos reais para amenizar tal situação. O que pode ser constatado através dos resultados que se seguem.

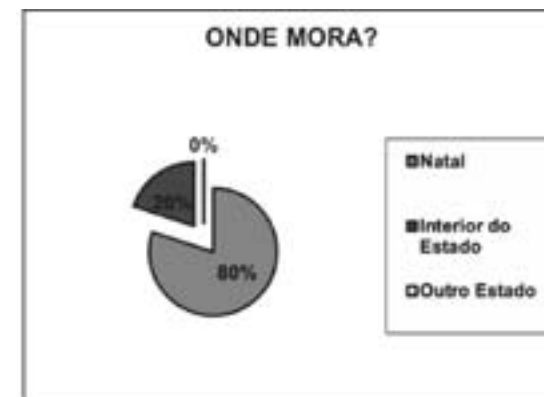


GRÁFICO 1

É dentro desse contexto que vive as profissionais do sexo, uma vez que, como observado no gráfico, das 80% (oitenta por cento) que residem em Natal todas advêm de bairros considerados pobres e com considerados índices de violência, miséria e drogas como Santos Reis, Praia do Meio, Bom pastor e Nordeste. As outras 20% (vinte por cento) que vêm do interior do Estado moram próximo a Natal, pois passam o dia e no fim da tarde volta as suas residências.



GRÁFICO 2

É dentro desse contexto, que vivem as profissionais do sexo, uma vez que diante da pesquisa realizada 80% (oitenta por cento) entraram nessa atividade, pois estavam sem dinheiro e precisava de algum trabalho que pudesse lhe sustentar, ou seja, a necessidade fez com que essas mulheres optassem por essa atividade laboral como uma forma mais “fácil”<sup>5</sup> de sobreviver e 20% (vinte por cento) disseram gostar da atividade que exercem, mas pode-se constatar que são pessoas que não tem apoio da família e essa atividade é uma forma encontrada para enfrentá-la e mostrar que consegue sobreviver sem ajuda dos pais. Em relação ao posicionamento da maioria das profissionais tal realidade pode também ser comprovada a partir dos seguintes depoimentos.

“Você acha que eu vou passar um mês trabalhando como você e ganhar um mísero salário mínimo, aqui eu ganho muito mais e nem preciso trabalhar tanto” (Ana).  
 “Dinheiro mulher, porque a atividade dá dinheiro” (Maria)<sup>6</sup>

Constatou-se, ainda, que a faixa etária destas mulheres é bastante diversificada, conforme gráfico que segue:

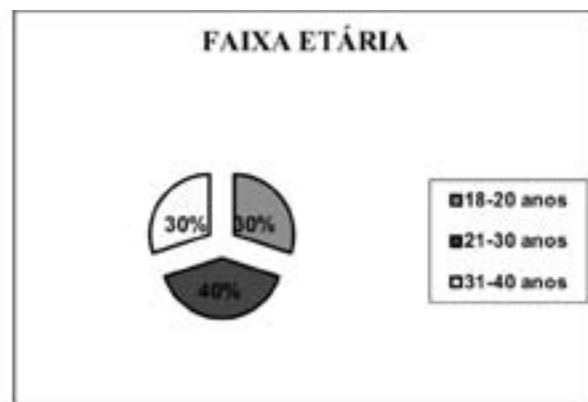


GRÁFICO 3

<sup>5</sup> De acordo com Aranha e Martins (1992, p. 117), atribuir valores como: fácil, difícil, gostar, não gostar com referência a alguma coisa é não ficar indiferente a ela, ou seja, é falar, abordar ou vivenciar as coisas de acordo com as nossas concepções e percepções, que são adquiridas nas relações com os seres humanos e com o mundo em que vivemos, sendo, portanto o valor algo subjetivo.

<sup>6</sup> Vale salientar que os nomes aqui utilizados são todos fictícios.

Esse gráfico vem enfatizar como o corpo ainda é o atrativo para essa atividade, sendo 40% (quarenta por cento) das entrevistadas entre 21 e 30 anos, seguido de 30% (trinta por cento) com idades entre 18-20 e 21-30 anos; não sendo encontrada nenhuma profissional do sexo acima de 40 anos, onde o corpo já sofreu algumas modificações e não está em forma escultural, idolatrado por muitos homens. Além do que, 80% (oitenta por cento) destas profissionais desenvolvem essa atividade a mais de um ano o que indica que iniciaram cedo nesta atividade, ou seja, como enfatizado anteriormente, vêm na venda do corpo a forma de garantir a sobrevivência.

Essa realidade fica evidente na pesquisa realizada por Torres, Davim e Costa (1999, p. 10) quando enfatiza que no Brasil a prostituição na adolescência alcança níveis muito altos, cerca de 50 mil, nas idades que variam entre 9 e 14 anos e que no Nordeste a idade média para iniciar a vida na prostituição se situa entre 12 e 14 anos de idade, onde, aos 20 a prostituta já é considerada velha, e aos 30 parece já ter 60.

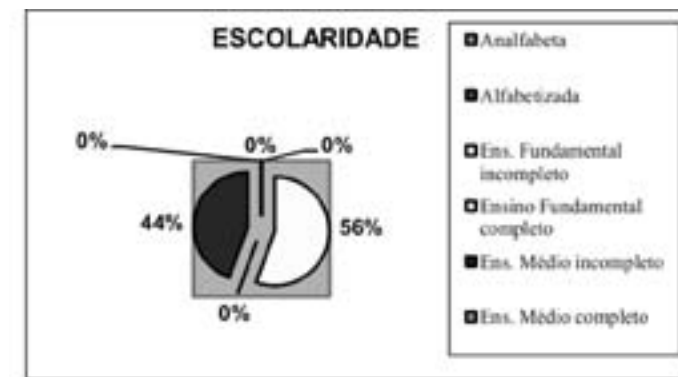


GRÁFICO 4

Outro fator importante diante desses dados é que por começarem a trabalhar cedo acabam não tendo oportunidade para estudar, pois das profissionais pesquisadas 56% (cinquenta e seis por cento) não conseguiram concluir o ensino fundamental, em seguida 44% (quarenta e quatro por cento) das profissionais apresentam o ensino médio incompleto. Diante disto, vale salientar que a educação é fator primordial na vida das pessoas, pois é a partir dela que as pessoas podem crescer na vida e conseguir alcançar os objetivos que pontuam como importante para sua vida.

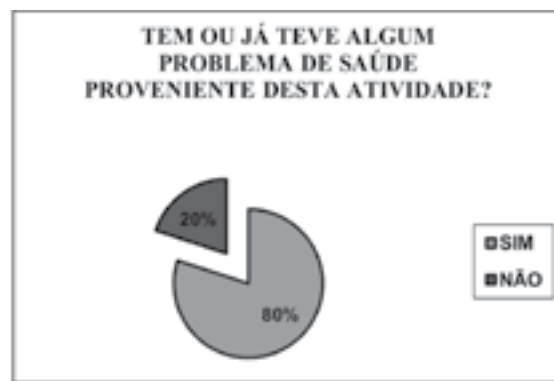


GRÁFICO 5

Verifica-se que a maioria das profissionais do sexo com 80% não tiveram nenhum problema proveniente desta atividade, pois utilizam a camisinha como o método para se prevenir contra as doenças sexualmente transmissíveis – DSTs. Nos seus relatos elas demonstraram algum conhecimento e a importância sobre a utilização da camisinha para se prevenir contra as DSTs, conhecimentos estes, segundo as próprias profissionais, adquiridos a partir da mídia, como também, através da ida ao médico. Pasini (2000, p. 38) em um estudo realizado em Porto Alegre enfatiza que as prostitutas também demonstram certas atitudes específicas ao seu grupo, particularmente em relação ao conhecimento do preserva-

tivo. Nesse contexto, o preservativo vira um símbolo central da saúde da mulher, esperança de proteção contra diversas doenças que acompanham a atividade profissional. E isso vem quebrar com o estigma de que falar em profissionais do sexo é abordar sobre as doenças venéreas, como também, que a atenção voltada para essas profissionais através dos Programas DST/AIDS, PSF, PACS e PAISM vêm conseguido alcançar seus objetivos.

Impossível falar em saúde sem nos remeter a qualidade de vida e conforme o entendimento aqui trabalhado, qualidade de vida pode estar ligado a vários fatores externos ao ser humano que lhe cause sensação de bem-estar, dessa forma, a percepção de qualidade de vida para essas profissionais do sexo, pode ser assim identificado:

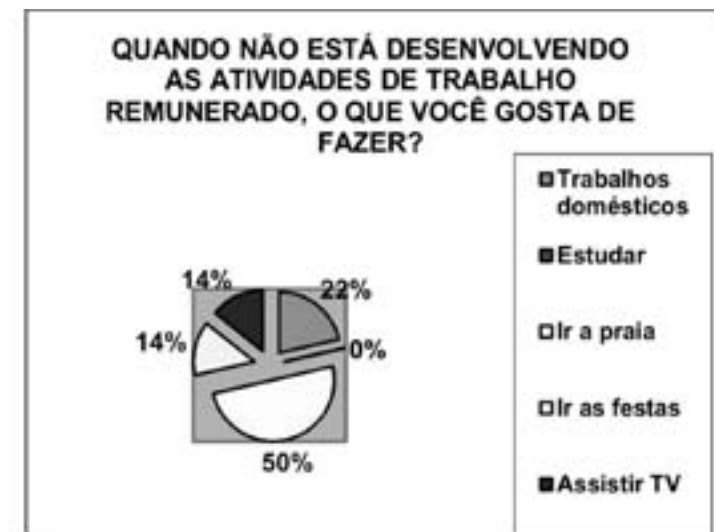


GRÁFICO 6

Diante dos resultados, qualidade de vida para essas profissionais se resume a ir a praia, ficar em casa e assistir TV, pois apesar do bom dinheiro que relataram ganhar ele é utilizado para pagar as contas mensais como água, luz, aluguel e roupa para andar sempre bem vestida como forma de atrair os clientes. Vale salientar, que apesar de estar trabalhando nesta atividade é uma mulher que sonha com uma vida melhor ansiando ter outras formas de obter condições financeiras, uma vez que das entrevistas 90% desejam desempenhar outros tipos de trabalho.

Percebe-se, ainda, que apesar da luta que os movimentos vem travando no decorrer da história para reconhecer a prostituição como trabalho, enfrentar o preconceito e estigma, a sociedade ainda vê esta atividade com más olhos, pois, de acordo com a pesquisa, 100% das profissionais do sexo entrevistadas percebem sua atividade como sendo discriminada. Como se pode ver:

“Muito discriminada” (Joana)

“Desprezam, né!” (Patrícia)

“Ainda é muito discriminada. Antigamente era bem pior. (Maria)

“Ruim. As pessoas não gostam quem faz programas” (Carla)

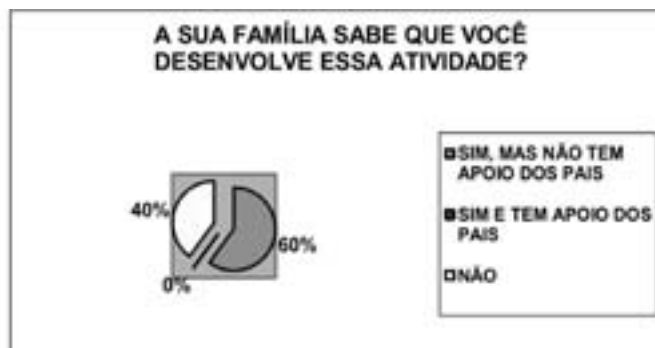


GRÁFICO 7

Constata-se que a prática das profissionais do sexo afeta, também, a sua relação com a família, pois 60% das entrevistadas relataram que a família sabe que desenvolve esta atividade, porém, não recebem apoio, seguidas de 40% que afirmaram a sua atividade não ser de conhecimento pelos pais. Vale ressaltar que a família, aqui considerada, pode ser entendida não só como uma relação de pais e filhos mais também “como um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa” (IBGE, 2006). Dessa forma, vale salientar, que o estigma existente dessa profissão parte, muitas vezes, da própria família, que é quem em tese deveria estar dando o apoio necessário nesta luta contra o preconceito e a discriminação, o que vai de encontro aos pensamentos de Ferrari e Kaloustian (2004, p. 12) quando aborda a família enquanto espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros.

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tal contextualização, torna-se importante elucidar que existe uma dubiedade em relação às visões que são atribuídas a prostituição, uma vez que esta também ainda é vista como um “mal necessário” sob a justificativa da necessária satisfação dos homens, sendo portanto importante a existência dessas profissionais para que o homem possa satisfazer os seus desejos; tal afirmação reforça o machismo<sup>7</sup> outro valor culturalmente alimentado através de gerações na sociedade brasileira.

No entanto, essa realidade aos poucos vem sendo modificada no momento em que as profissionais do sexo se percebem cidadãs e detentoras de direitos e para tanto se organizam e lutam na construção

<sup>7</sup> A “ordem dos gêneros” (masculino e feminino) é uma ordem essencialmente material e fortemente simbólica e distribui, no curso da história, lugares para homens e mulheres. Atribui qualidades e aptidões, estabelece hierarquias para essas qualidades, consideradas naturais ou admitidas como construções sociais, sem ser, entretanto questionadas. (OSTERNE; GEHLEN, 2005, p. 165).

de Organizações que valorizem sua auto-estima, lute pelos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, e amenizem o estigma e o preconceito persistente em nossa sociedade.

Essa realidade não foge a vivenciada pelas mulheres que realizam sua atividade na Rua 25 de Dezembro, onde foi realizada a pesquisa para a elaboração deste artigo. Portanto, diante do pesquisado pode-se observar que apesar dos projetos de intervenção comportamental e desenvolvimento institucional desenvolvidos pelo Ministério da Saúde para as profissionais do sexo a discriminação e o preconceito ainda persistem partindo, muitas vezes, da própria família.

A possível saída para tal problema que é realidade no município de Natal é a continuação e a construção de novos projetos para esta categoria onde seja feito um trabalho junto a sociedade para demonstrar que esta profissão deve ser respeitada e que cada ser humano tem livre arbítrio para escolher o que é melhor para si e a melhor forma de viver. Assim sendo, é importante que haja o conhecimento por parte de todos, profissionais da saúde, da assistência, da educação, família, de todos os cidadãos, propiciando assim uma mentalidade social de que só é possível tomar decisões eficazes com a participação de toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de A.; MARTINS, Maria H. P. **Temas de filosofia**. São Paulo. Moderna, 1992.
- APPS. ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE PROFISSIONAIS DO SEXO – APPS. Informativo. Brasil, maio-jun. 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova**: revista de cultura política, São Paulo, n. 31, 1993.
- CAMPOS, Gastão W. S. Reflexões sobre a construção do sistema único de saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública. **Serviço Social e Sociedade**, v. 26, n. 87, p. 132-146, 2006.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio M. A importância da família. In: KALOUSTIAN, Sílvio M. **Família brasileira: a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- GOMES, Romeu. Prostituição Infantil: uma questão de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. 1, p. 58-66, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A família brasileira**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/familiadefinição.html>>. Acesso em: 19 abr. 2006.
- MARTINEZ, Ana Isabel Fábregas. Traçando a batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre. In: BENEDETTI, M. R.; MARTÍNEZ, A. I. F. **Na batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição**. Porto Alegre: Dacasa, p. 15-30, 2000.
- MENDES, Eugênio V. **Uma Agenda para a Saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. A questão do Estado, vulnerabilidade social e carência de direitos. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 8, jun. 1995, p. 6-19.
- OSTERNE, Maria do Socorro F.; GEHLEN, Vitória Regia F. A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 84, nov. p. 140-168, 2005.
- PASINI, Elisiane. O uso do preservativo no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre. In: BENEDETTI, M. R.; MARTINEZ, A. I. F. **Na batalha: identidade, sexualidade e poder no univer-**

so da prostituição. Porto Alegre: Dacasa: Palmarica, 2000.

ROCHA, Cleonice Silveira da, FRITSCH, Rosângela. Qualidade de vida no trabalho e ergonomia: conceitos e práticas complementares. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 69, p. 53-69, 2002.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Prostituição**: “um trabalho como outro qualquer”? – as estratégias das organizações de defesa dos direitos de prostitutas no enfrentamento do preconceito e da discriminação. Disponível em: <[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/m/marlene\\_teixeira\\_rodriguez\\_15.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/m/marlene_teixeira_rodriguez_15.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2008.

RODRIGUES, Minervina França. **Cidadania e direitos sociais na área da saúde**: Apontamentos para debate em sala de aula. Natal: [s.n.], 2008.

SILVA, Andréa. **O processo de trabalho de mulheres prostitutas de rua de Florianópolis e sua qualidade de vida**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2000.

TORRES, G. de V.; DAVIM, R. M. B; COSTA; T. N. A. Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. **Revista Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 9-15, jul. 1999.

WIKIPÉDIA. **Natal (Rio Grande do Norte)**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/natal\\_\(rio\\_grande\\_do\\_norte\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/natal_(rio_grande_do_norte))>. Acesso em: 23 abr. 2008.

## GEOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO SERIDÓ-RN

Marina Ângela Gomes da Silva<sup>1</sup>; Rosa Maria Rodrigues Lopes<sup>2</sup>

**RESUMO**: O trabalho ora apresentado tem como objetivo indagar a importância do potencial geoturístico na Região Seridó visando à promoção da atividade supracitada juntamente com outros segmentos da atividade turística. Este artigo foi fundamentado em análise de um recente segmento da atividade turística que é o geoturismo. Do ponto de vista metodológico foram realizadas entrevistas com estudiosos na área afora uma ampla pesquisa bibliográfica feita em livros, artigos e internet e que visam a promoção do segmento aqui abordado. O trabalho foi organizado em função de um futuro desenvolvimento sustentável tendo como base o Geoturismo na Região Seridó, assim como, suas necessidades e seu nível de desenvolvimento. Geoturismo é um novo segmento do fenômeno turístico, e sua definição ainda está em construção, no entanto esta atividade teve uma maior divulgação a partir dos trabalhos do inglês Thomas A. Rose, 1995, apesar de já existir a alguns anos na Europa e EUA.

**PALAVRAS-CHAVE**: Geoturismo. Sustentabilidade. Região do Seridó.

### GEOTURISM AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE SERIDÓ REGION

**ABSTRACT**: This paper has the purpose of indicating the importance of Serido's region tourist potential, aiming at the promotion of such an activity, among other segments of touristic activity. This article was based on an analysis of a recent segment of the touristic activity which is called Geotourism. From the methodological point of view, interviews were carried out with students of this area, besides a large bibliographical research through books, articles and the internet, aiming the promotion of the segment in question. This work was organized taking into consideration a future sustainable development based on Geotourism in the Serido's region, according to its needs and its level of

<sup>1</sup> Graduada em Turismo pela FACEX. Docente de Língua Inglesa (SENAC - PRODETUR). Avenida Itapetinga, 737 Conjunto Santarém; Natal - RN; CEP 59.124-400; Telefone: (84) 9987-3457; e-mail: marinaangelaa@gmail.com

<sup>2</sup> Geógrafa. Professora do Curso de Turismo da FACEX. Mestre em Geografia (UFRN). Rua Sargento Amor Divino, 5. Parnamirim - Centro; CEP: 59.140-105; Telefone: (84) 9955-9062; e-mail: rosamrlopes@gmail.com

development. Geotourism is a new segment of the touristic phenomenon, and its definition is still under construction, however, this activity gained publicity through the works of Thomas A. Rose, in 1995, despite its existence in Europe and in The United States is prior to 1995.

**KEY WORDS:** Geotourism. Sustainability. Serido's Region.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil com sua grande diversidade de elementos naturais e rico patrimônio cultural é detentor de um grande diferencial no que é concernente a atividade turística possuindo espaço para os mais distintos segmentos da atividade turística.

Indubitavelmente o turismo é um segmento econômico que cada vez mais, vem mostrando o seu potencial e contribuindo de maneira mais expressiva para o desenvolvimento socioeconômico do nosso país, e partindo desta perspectiva é de suma importância a divulgação de novos segmentos como o Geoturismo, visto que realizado a sua promoção de maneira adequada esta atividade tenderá a medrar o turismo de forma mais integrada com a localidade autóctone contribuindo para o desenvolvimento do quadro social, econômico e cultural na construção para a sustentabilidade local. No entanto, a despeito da preservação do patrimônio geoturístico este ainda mostra diversas problemáticas no que faz referência a geodiversidade, visto que este vem sendo comumente vítima de uma exploração inadequada por meio de empresas nacionais e estrangeiras que fazem a extração de matéria-prima de forma descontrolada de locais os quais são possuidores de um rico aspecto geológico, ou então por atos de depedração, pichações ou de puro vandalismo, devido ao fato de ser quase inexistentes leis ou regulamentos que os protejam, e isto causa um prejuízo irreparável ao patrimônio geoturístico devido à sua particularidade de ser único e irreparável, uma vez deteriorado estará perdido para sempre, e com ele as perspectivas de um futuro melhor para a comunidade no que é concernente a atividade supracitada.

A Região Seridó possui uma grande quantidade de patrimônio geoturístico e para que ocorra o desenvolvimento desse segmento é necessário que se faça a identificação dos potenciais aspectos geoturísticos da região, objetivando que esses se tornem atrativos turísticos diferenciais no estado do Rio Grande do Norte e com isso interiorize a atividade turística.

Tendo-se em vista o fato de que o turismo se encontra centralizado no litoral do RN com um segmento saturado, que é o turismo de Sol e Praia, a região do Seridó surge como algo inovador, devido ao

fato de ser detentor de uma rica geodiversidade, sendo assim, uma área em potencial para prática do geoturismo, no entanto, para que essa ação ocorra é necessário despertar em todos quanto benéfico será esta atividade se desenvolvida de forma planejada e com a participação dos moradores e a consciência dos mesmos da sua importância.

## 2 METODOLOGIA

A observação, registro, reflexão, avaliação e síntese foram alguns dos instrumentos metodológicos utilizados no trabalho ora apresentado, assim como a necessidade da organização de ações educativas realizadas a partir desses instrumentos, de forma que as tomadas de decisão sejam baseadas na avaliação de ações anteriores. Ou seja, o trabalho é organizado em função de um futuro desenvolvimento sustentável tendo como base o Geoturismo na Região Seridó, assim como suas necessidades e seu nível de desenvolvimento. Quanto ao ponto de vista dos objetivos de pesquisa, pode-se classificá-la como exploratória, o qual segundo Andrade (2001) é possível avaliar a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre um determinado assunto e que constitui como um projeto preliminar para outro tipo de pesquisa. Este projeto foi fundamentado em análise de um recente segmento da atividade turística que é o geoturismo e para essa análise foi utilizado uma ampla pesquisa bibliográfica efetuada em livros, artigos e internet que visam à promoção do segmento do geoturismo a fim de que este venha a ser desenvolvido na região Seridó.

## 3 GEOTURISMO NO BRASIL E NO MUNDO

O geoturismo é um novo segmento do fenômeno turístico, e sua definição ainda está em construção, no entanto esta atividade teve uma maior divulgação a partir dos trabalhos publicados por Hose (1995), apesar de já existir há alguns anos na Europa e EUA.

Com a publicação das diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo pela EMBRATUR (1994) e Ministério do Meio Ambiente o ecoturismo passou a ser conceituado aqui no Brasil, contemplando em sua definição todo o patrimônio natural. O geoturismo é um produto turístico de grande valor e sem limitação de durabilidade

de como os produtos artificiais.

Sobre geoturismo, um segmento ainda pouco conhecido no Brasil, existe apenas um livro recentemente publicado no Brasil: "Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico", escrito por Nascimento, Ruchkys e Mantesso Neto (2008). No exterior, muito do que se escreveu sobre esse assunto foi publicado em periódicos (revistas pouco acessíveis no Brasil).

Até o momento, sabe-se que existem apenas dois livros que tratam do assunto diretamente, um em italiano, escrito por Garofano (2003) (presidente da *Associazione Geoturismo*), intitulado *Geoturismo: scoprire le bellezze della Terra viaggiando*. Nele são apresentados os principais pontos geoturísticos da Itália proporcionando ao leitor uma viagem por aquele país, além de apresentar sua geologia e trazer sugestões de como organizar uma viagem geoturística.

Mais recentemente, foi lançado o livro *Geotourism: sustainability, impacts and management*, editado por Dowling e Newsome (2006); o livro além de trazer os conceitos básicos sobre este segmento do turismo, também leva o leitor a conhecer a prática do geoturismo em diversos países do mundo, tais como: Estados Unidos, Inglaterra, Irlanda, Espanha, China, África do Sul, Austrália e Irã. Finalmente, este livro contempla informações com relação aos diferentes geoparques espalhados pelo mundo e mostra sua importância para o uso sustentável do geoturismo.

Vale salientar que existem outras publicações, principalmente, relacionadas ao tema geoconservação que muitas vezes dedicam capítulos ao geoturismo. Porém, esses livros não são específicos sobre o tema, mas sim sobre conservação do patrimônio geológico (a geoconservação). Dentre essas publicações destacam-se: *Geology on Your Doorstep: The Role of Urban Geology in Earth Heritage Conservation* (BENNETT, 1996); *Patrimônio Geológico: Conservación y Gestión* (BARETTINO; WIMBLEDON; GALLEGOS, 1999).

O turismo é uma atividade econômica que movimenta trilhões de dólares no mundo anualmente e com isso têm proporcionado a criação de muitos empregos, renda e tributos.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRA-

TUR, 1994) o turismo representa 8% do Produto Interno Bruto e com isso, envolve 6% da População Economicamente Ativa. Essa atividade tem crescido exponencialmente nas últimas décadas e por isso têm precisado de atenções, sejam elas políticas, técnicas ou econômicas.

No entanto, essas necessidades não conseguem acompanhar esse rápido crescimento do turismo. A atividade turística possui diversos segmentos que variam conforme o tipo de atividade desenvolvida nas viagens, sobretudo, o objetivo de cada indivíduo. Denomina-se esse processo de segmentação do turismo, como por exemplo, turismo religioso, turismo cultural, turismo de eventos, turismo histórico, turismo esportivo, dentre outros, que por sua vez não são excludentes entre si. Um segmento bastante recente e que vem despertando interesse em vários locais do mundo é o “geoturismo”, que é definido pela *National Geography Society* como um turismo sustentado nas características geográficas de um lugar, seu patrimônio ambiental, cultural e estético, além do bem estar das populações envolvidas. No Brasil esse segmento é pouco difundido, no entanto, isso não significa que essa modalidade de turismo já não aconteça em alguns locais, principalmente onde se pratica o ecoturismo ou o turismo esportivo, rural e o cultural.

Muitas vezes o geoturismo é citado quando há visitas a sítios arqueológicos, ou feições geológicas interessantes que ocorrem na superfície do planeta, como vulcões, serras, grandes paredões rochosos ou formações exóticas. Mas é importante dizer que as atividades geoturísticas não se restringem somente a esses aspectos e sim a qualquer visita turística de uma pessoa ou um grupo a um lugar onde o objetivo é apreciar, entender ou se interar com a paisagem.

Essa paisagem reflete situações físicas como rochas, relevo, clima, vegetação, solos, dentre outros que podem ser exóticos, bonitos, ou não, e, além disso, nessa mesma paisagem é possível encontrar feições socioculturais, como cultura, costumes, valores, gastronomia entre outros que podem ou não ser diferente daquelas originais do turista. Somam-se a essa mesma paisagem as feições econômicas que essa paisagem pode refletir, como por exemplo, o tipo de produto principal na agricultura e na pecuária, ou até mesmo as relações

existentes entre os sujeitos sociais e a paisagem como um recurso econômico e não estético.

Sobre essa argumentação da paisagem como um recurso turístico para diversas modalidades de turismo, como o geoturismo, por exemplo, é necessário salientar que toda paisagem, independente de possuir um valor estético, de beleza, ela possui um significado e na maioria das vezes, um sujeito humano representado por grupos sociais que estão dotados de uma cultura própria que também não precisam ser exóticos para se tornarem atrativo turístico.

A National Geography Society cita alguns princípios para a atividade de geoturismo e dentre eles destacamos a integridade dos lugares na forma de garantir desenvolvimento econômico; o respeito às características de cada lugar; o envolvimento e a geração de benefícios para as comunidades locais e a conservação dos recursos naturais.

Nossas paisagens, bonitas ou não, possuem um significado, componentes sociais, físicos e econômicos, por isso devemos valorizá-la, independente do seu valor puramente estético.

Portanto, frente a esse modelo de turismo, surge como uma necessidade de interdisciplinaridade entre as geociências, como a geologia, a biologia, a geografia, a climatologia e a geomorfologia, com as áreas de planejamento e gestão da atividade turística como um fenômeno econômico.

O perfil do turismo como setor econômico apresentou mudanças fundamentais em termos de estrutura e planejamento nos últimos anos. Na década de 1980, o turismo clássico era de visitas a destinos, com o planejamento todo voltadas para hotelaria e pacotes para o lazer litorâneo.

O turismo moderno não é mais somente o turismo de destino, mas também o turismo de experiência ou experimentação. Novas variantes como o turismo gastronômico, turismo de aventura ou turismo cultural vêm ao encontro do novo turista, mais exigente e mais informado, que procura, acima de tudo, informação com lazer e consciência.

O geoturismo e o turismo mineral já existem há vários anos em países da Europa e Estados Unidos, definindo um produto turístico

de grande valor e sem limitação de durabilidade como os produtos artificiais.

Geoturismo é a oferta de informações sobre os processos de formação e ambientes passados em pontos de visita paisagística. Exemplos destes pontos não faltam no Brasil, como o Corcovado (RJ), as Cataratas do Iguaçu (PR) e a Chapada Diamantina (BA), entre outros.

Muito recente no Brasil, os trabalhos de levantamento geoturístico já existem em algumas regiões e crescem em velocidade exponencial. Os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraná apresentam planos de estudo em andamento, como instalação de painéis nos pontos turísticos já conhecidos e levantamento de novos pontos que possam ser adequados em rotas ou trilhas de turismo. Como exemplo do alcance da informação geoturística, nas Cataratas do Iguaçu (PR) o painel implantado pelo governo estadual em português, inglês e espanhol apresenta uma média de visita e leitura de 1 milhão de pessoas ao ano (EMBRATUR, 1994).

Turisticamente o Brasil tende a privilegiar o seu litoral, principalmente o Nordeste, para o desenvolvimento da infra-estrutura de turismo. Em se tratando de belezas naturais e história, outras regiões apresentam um interessante conjunto de características que podem ser oferecidas como produtos turísticos além dos tradicionais, e que possuem uma crescente demanda na atualidade. A história do povoamento ligado à mineração em muitas cidades ou os cenários naturais conhecidos podem ser oferecidos como fator de turismo cultural, geoturismo, ecoturismo ou mesmo turismo de compras, em alguns casos.

Diferentes tipos de turismo vêm sendo praticados no RN. Além do tradicional turismo de sol e praia temos também os diferentes segmentos de turismo: religioso, de aventura, científico, de negócio, rural e o ecoturismo. O ecoturismo, que há alguns anos vem se destacando no Brasil, promove um turismo sustentável em áreas naturais, beneficiando o meio ambiente e as comunidades visitadas, promovendo assim aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais. Porém, notavelmente, este tipo de turismo contempla apenas a biodiversidade (fauna e flora).

Pessoas preocupadas em valorizar e conseqüentemente preservar os patrimônios naturais existentes ao longo do mundo, vêm promovendo a divulgação de um outro tipo de turismo, o Geoturismo. Tal atividade utiliza feições geológicas e geográficas como atrativo turístico, sendo uma potencial ferramenta para assegurar a conservação e o desenvolvimento sustentável do local visitado. Além disso, procura também divulgar o tema geodiversidade que representa a “variedade de ambientes, fenômenos e processos ativos, de caráter geológico, geradores de paisagens/relevo, rochas, minerais, fósseis e solos que constituem a base para a vida na Terra”. Isto é, o “palco” no qual todas as outras formas de vida são os “atores”. O geoturismo já vem sendo desenvolvido, há bastante tempo, nos Estados Unidos, bem como no outro lado do Atlântico, mais precisamente em países europeus como Inglaterra, Espanha, Portugal e Itália. Na América do Sul, Argentina e Chile são os pioneiros.

No Brasil, as primeiras atividades diretamente relacionadas ao geoturismo ocorreram no ano de 2000, e de lá pra cá, mesmo de forma tímida tal modalidade vem se tornando um movimento bem estabelecido. Desta forma, o RN não poderia ficar de fora deste novo mercado turístico, já que existem no estado inúmeros monumentos e sítios geoturísticos que podem e devem ser trabalhados, claro que de forma planejada.

O RN, em questão de paisagens minerais, rochas e diversos outros temas geológicos, apresentam exemplos dos mais didáticos e completos. Muitos desses exemplos constituem potenciais monumentos e sítios, que vêm atualmente despertando também interesses históricos e culturais em visitas espontâneas ou guiadas por operadores de turismo. Dentre os diversos exemplos de sítios e monumentos geoturísticos encontrados no RN destacam-se os imensos campos de dunas com areias de diferentes cores, a exemplo das dunas do Rosado (em Porto do Mangue), de Genipabu (em Extremoz), da região entre Tibau do Sul e Macau, o Parque das Dunas (em Natal), entre outros. Exuberantes falésias sob a forma de enormes paredes, onde são encontrados mirantes que permitem o deslumbramento da imensidão do mar e seu horizonte, com destaque para as regiões de Tabatinga, Pipa/Sibaúma, Macau a Tibau do Sul, onde muitas vezes

a associação dunas e falésias possibilitam a visão de uma paisagem única. As praias e os cordões de arrecifes complementam a paisagem litorânea. Contudo, não se pode esquecer que associado a tudo isso ainda ocorre as lagoas, lagunas, estuários e rios que entrecortam o litoral potiguar.

Já no interior potiguar têm-se regiões onde o relevo se destaca na paisagem proporcionando mirantes que permitem a contemplação de áreas pouco conhecidas. Nestes relevos têm-se as serras e picos, como destaque para as serras de Martins, Portalegre, Santana e Feiticeiro, o Pico Vulcânico do Cabugi (Fernando Pedrosa/Lajes), o Lajedo de Soledade (Apodi), o Lajedo da Escada (Baraúnas). Têm-se ainda as cavernas do Roncador (Felipe Guerra) e a Casa de Pedra (Martins), e as diversas morfologias esculpidas em rochas graníticas em Acari, São Rafael e Monte das Gameleiras, juntamente com a existência das rochas mais antigas da América do Sul (Serra Caiada) com idade de 3,45 bilhões de anos. Além disso, convém destacar os sítios arqueológicos (Carnaúba dos Dantas, Lajedo de Soledade) e paleontológicos que se espalham por todo o estado, complementando seu potencial para a prática do Geoturismo. Finalmente, destacamos a mineração e seu potencial geoturístico onde o Distrito Mineiro da Brejuí (Currais Novos) representa o melhor exemplo. A Mina Brejuí com 60 km de túneis subterrâneos, já possui cerca de 300 metros preparado para visitação. Há também um Museu instalado com toda a história da Mina.

Apesar do RN apresentar inúmeras áreas geoturísticas de extrema importância e necessidade de preservação, existe, atualmente, no território potiguar apenas 14 Unidades de Conservação (UC's) oficiais, sendo 04 federais e 10 estaduais, onde muitas delas ainda não foram realmente implantadas.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN - IDEMA (2001), órgão que trata da UC no Estado, e o IBAMA, o RN possui, ao todo, uma Estação Ecológica, uma Reserva Biológica e duas Florestas Nacionais (no âmbito federal), além de dois Parques Estaduais, quatro Áreas de Proteção Ambiental, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e três Reservas Particulares de Patrimônio Natural (no âmbito estadual).

Além dessas UC's, mais outras quatro encontram-se em processo de criação no IDEMA/RN, são elas: Morro do Careca, Médio Assú, Cavernas da Região de Martins e Dunas do Rosado. Em todas as UC's do RN é comum encontrar feições que são facilmente utilizadas na prática do geoturismo.

Aquelas que se encontram no litoral potiguar, a exemplo do Parque Estadual Dunas de Natal, APA de Jenipabu, APA Bonfim/Guaraira, APA dos Recifes de Corais e a RDS Ponta do Tubarão, possuem enorme geodiversidade ainda pouco conhecida do ponto de vista geoturístico.

### **3.1 A importância da conservação do patrimônio geoturístico para sustentabilidade local na Região Seridó**

Indubitavelmente a utilização do Geoturismo como propulsor da atividade turística na Região Seridó servirá não só para fomentar o turismo no estado como também para a sua diversificação, uma vez que o mesmo se encontra saturado na região do litoral devido ao turismo de praia e sol que é um dos mais divulgados de forma nacional e internacionalmente. No entanto, a promoção deste novo segmento, caso este ocorra de forma planejada e equilibrada com o meio ambiente, servirá de sustentáculo para um futuro desenvolvimento sustentável da região aqui supracitada, mas para que este desenvolvimento ocorra é imprescindível a participação direta e indireta de diversos atores e o principal deles será a população local uma vez que este deverá ser consciente do potencial geoturístico da região.

O Seridó é conhecido, entre outras coisas, pela riqueza geológica de suas terras. Segundo um projeto do IDEMA, do governo do estado, o Seridó é uma das regiões do interior que mais monumentos possui no projeto. Em uma exposição realizada no dia 09 de dezembro de 2007 no Parque das Dunas de Natal foram destacados os 16 principais monumentos geológicos do Rio Grande do Norte. Destes, três estão na região do Seridó: a Mina Brejuí, em Currais Novos; Alto do Boqueirão, em Parelhas; e o Açude Gargalheiras, em Acari. A importância da promoção do Geoturismo é a divulgação dos seus monumentos, pode proporcionar uma série de fatores, como: reconhecer e preservar os monumentos geológicos do RN; divulgar

o conhecimento geológico entre as comunidades; fortalecer o potencial geoturístico da região e incentivar o desenvolvimento sócio-econômico relacionado com a geologia. No entanto para que isto ocorra é necessária a elaboração de painéis informativos (sinalização turística) com conteúdo didático acerca da geologia, arqueologia, paleontologia e espeleologia, estes contendo título, mapa de localização, explicação em um texto em português de fácil entendimento, os aspectos da evolução geológica de cada um dos pontos selecionados, podendo ainda para facilitar a compreensão do público, conter fotografias, diagramas, imagens de satélites, desenhos esquemáticos e gráficos.

E para sua promoção, será imprescindível que cada monumento geológico receba um painel didático que possua todas as informações sobre o local e que incentive a conservação dos monumentos naturais, promovendo a educação ambiental da sociedade. Foi selecionado pelo IDEMA/RN e NANA/CPRM ANO), no projeto monumentos geológicos do RN um total de 16 locais de interesse geológico para colocação dos painéis. São eles: a) Litoral - Morro do Careca, Parque das Dunas, Dunas de Genipabu, Dunas do Rosado, Arenitos Praiais da Praia dos Artistas, Falésias de Pipa e Corais de Maracajaú; b) Interior - Caverna de Pedra de Martins, Pico Vulcânico do Cabugi, Maciço Granítico de Acari, Serra Caiada, Lajedo de Soledade, Tanques Fossilíferos de São Rafael, Mina Brejuí, Pegmatitos de Parelhas e Poço MO-14 (primeiro poço produtor de óleo na Bacia Potiguar). O projeto vai dar início à segunda etapa, com a escolha de 16 novos locais de interesse geológico.

Espera-se que o Seridó tenha pelo menos mais 3 novos painéis: Cânion dos Apertados (Currais Novos, escolhido uma das 7 Maravilhas do RN), Sítio Arqueológico de Xique-Xique (Carnaúba dos Dantas) e Monte das Graças (Florânia). Mas, claro que outros locais podem ser sugeridos. “A geologia do Seridó é ímpar e com certeza cabem bem mais painéis”, afirma o geólogo Marcos Antônio Leite do Nascimento, um dos coordenadores do projeto em entrevista realizada no mês de novembro de 2008.

Com a promoção do Geoturismo na Região Seridó a população autóctone será beneficiada não somente pela parte econômica vista

que o fluxo de capital proveniente da atividade turística irá aumentar como também pela valorização da cultura local, visto que os visitantes ao conhecerem os hábitos e costumes locais ficaram maravilhados não só pela hospitalidade seridoense mais também pelos produtos oferecidos sendo estes provenientes dos mais diversos setores como artesanato, gastronomia, história, cultura e outros.

Acredita-se que a atividade geoturística, se bem orientada, pode contribuir para a proteção do patrimônio natural, e conseqüente preservação deste, por meio da sensibilização do turista em relação à importância dos atrativos que visita.

No entanto para implementação do Geoturismo na Região Seridó é necessário saber se a população local está disposta a se envolver, direta ou indiretamente, com esta atividade – indiretamente porque deve haver uma abertura inicial da população para receber pessoas estranhas e com hábitos diferentes. O dialogo permanente com a população, o esclarecimento e a informação constante são exemplos de ações que podem ajudar os moradores a descobrirem as oportunidades que se abrem com a implantação do Geoturismo de forma planejada, além disso, é preciso educar para preservar e na comercialização do turismo deve ser observada a venda do produto com cuidado, preparando o geoturista na questão da educação ambiental. Praticado de maneira mal planejada, esse tipo de turismo pode se transformar num instrumento de degradação ambiental, ao invés de ser uma ferramenta para a conservação. Sabe-se que uma boa educação ambiental favorece a preservação de qualquer patrimônio natural.

Diante desse panorama, o geoturismo requer um planejamento prévio e adequado para se consolidar e se desenvolver garantindo o sucesso da atividade. Para a prática deste segmento é necessário a participação das comunidades locais; uma vez desenvolvida esta atividade de forma planejada esta ira favorecer a geração de emprego/renda; promover a minimização dos impactos ambientais e dos problemas sócio-econômicos; além da conservação do patrimônio natural para as presentes e futuras gerações. Assim, a necessidade de se ter uma boa educação ambiental é de suma importância para este tipo de atividade, pois a natureza agradece.

No entanto, para que essa atividade ocorra de forma planejada e equilibrada é indispensável a participação do poder público, assim como a elaboração de um planejamento estratégico visando o fomento desta atividade e ações como a promoção da destinação; financiamento dos investimentos da iniciativa privada; capacitação de recursos humanos; controle de uso e da conservação do patrimônio geoturístico; captação, tratamento e distribuição da informação geoturística; implantação e manutenção de infra-estrutura básica; captação de investidores privados para o setor; desenvolvimento de campanhas de conscientização turística; apoio ao desenvolvimento de atividades culturais local.

### 3.1.1 Identificação dos aspectos geoturísticos da Região Seridó

O Seridó é uma região do Rio Grande do Norte composta por sete municípios possuidores de um grande potencial para um desenvolvimento do Geoturismo, são elas: Cerro Corá, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Jardim do Seridó e Caicó, além de ser uma região cheia de tradição, história e costumes, é bastante rica em feições geológicas e geográficas. Os nativos pré-históricos viveram lá por milhares de anos e deixaram as suas marcas em antigos desenhos rupestres espalhados em muitos lugares da região.

O município de Carnaúba dos Dantas localiza-se no sertão semi-árido nordestino, mais precisamente no Seridó ocidental, Carnaúba dos Dantas deve seu nome à planta de mesmo nome cultivada nas fazendas pertencentes à proprietários da Família Dantas que habitavam a região. Outra hipótese é que na região do município existia grande quantidade de Antas, mamífero brasileiro, no qual deu origem ao nome da cidade da seguinte maneira: Carnaúba das Antas, que originou D'Antas que mais tarde viria a se chamar Carnaúba dos Dantas. No que diz respeito à arqueologia é considerado um dos mais importantes do RN. Extra oficialmente o número de sítios arqueológicos chega a mais de oitenta, entretanto registrados são sessenta e cinco, sendo que cinco foram registrados pelo Grupo em Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó (GEPS) (IDEMA; 1994).

O município de Acari apresenta a Serra do Bico da Arara que abriga em suas grutas, de março a setembro de cada ano, milhares de

andorinhões, aves migratórias cuja origem ainda é desconhecida, as serras do Pai Pedro e da Lagoa Seca, as pedras da santa do avião e do sapateiro. No Poço do Arthur são encontradas inscrições rupestres datadas de dez mil anos.

Cercada de montanhas e rochedos, O município de Cerro Cora possui como principais aspectos para o desenvolvimento do Geoturismo o Vale Vulcânico, com os tanques naturais e as serras da Rajada e Verde. No município de Currais Novos encontram-se Seras, picos como o Pico do Totoró, na Serra do Chapéu e na Pedra do Cruzeiro; e o montanhismo nas serras da Catunda, da Acauã e do Piauí. A mina Brejuí, uma antiga mina de scheelita, hoje desativada, com 60 quilômetros de túneis e galerias, oferece um espetáculo de cores, proporcionado pelos filões do minério na rocha. As formações rochosas afloram com exuberância, tornando o município conhecido por suas diversas pedras, que são trabalhadas artesanalmente, revelando peças fascinantes.

O município de Jardim do Seridó oferece sítios arqueológicos, o rio Seridó, passando pelos escarpados lajedos, onde se descobre um pequeno lago de águas calmas e várias cachoeiras, conhecido como Poço da Moça. Um aspecto interessante do sítio Riacho Verde é que em 1856, foi encontrado um fóssil. Para alguns pesquisadores, esse era de um rinoceronte, já para outros era de uma gigantesca tartaruga que existia na Região do Seridó, no período da Pré-História.

Parelhas é o um município que detém inúmeros recursos minerais, tendo destaque a produção de turmalina, água-marinha, granada, ametista, entre outras pedras semipreciosas. O Planalto da Borborema, um conjunto de serras - das Queimadas, da Coruja, da Areia, do Tibiri, da Maniçoba, das Gargantas, do José Elias e do Maribondo, sendo assim um ótimo município para o desenvolvimento do geoturismo.

Em Caicó todas as serras, picos e afloramentos são formados por granitos, gnaisses, quartzitos e arenitos. Esses locais são excelentes para a criação de sítios geológicos-geomorfológicos, hoje muito utilizados para a prática do turismo de aventura através de atividades como o *traking*, e outras. No entanto, é de suma importância mostrar que não só o geoturismo como qualquer outro segmento da atividade

turística se faz necessário a supervisão de profissionais qualificados para que não haja destruição das pinturas parietais, como vem acontecendo em alguns sítios que já mostram o efeito de visitas desordenadas, como, por exemplo, pichações próximas as pinturas.

Baseado em definições pela EMBRATUR para segmentos de turismo específicos e nas definições já existentes, Azevedo (2007), apresentou a sua definição de geoturismo como sendo um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua conservação por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista e da população local. Utiliza, para isto, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento de forma equilibrada em a harmonia com o meio a qual esta se insere.

**Geodiversidade:** Segundo a *Royal Society for Nature Conservation* (RSNC), em 2007), geodiversidade é definida como sendo a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos geradores de paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos, e outros depósitos superficiais que constituem a base para a vida na Terra

**Geossítios:** Locais bem delimitados geograficamente onde ocorrem um ou mais elementos da geodiversidade com singular valor do ponto de vista científico, pedagógico, cultural e turístico (BRILHA, 2005). Os geossítios compõem no enfoque geral o patrimônio natural de uma região e sua comunidade, e no enfoque específico o patrimônio geológico de uma região e sua comunidade, com a particularidade prevista a seguir.

**Geotopo:** Sítio geológico considerado como chave para compreensão da evolução geológica de certo lugar ou de uma determinada região.

**Geoparque:** É um território de limites bem definidos com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico local. Deve abranger um determinado número de geossítios relevantes (geotopos) ou um mosaico de entidades geológicas de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativa de uma região e da sua história geológica, eventos e processos, poderá possuir não só significado geológico,

mas também ao nível da ecologia, arqueologia, história e cultura. (UNESCO, 2007).

**Rede Mundial de Geoparques:** A UNESCO, em conjunto com a União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS), lançou em 2004, esta rede, que contava em 2006 com 46 parques em todo o mundo, principalmente na China (18), Alemanha (6) e Reino Unido (5). A sede da rede encontra-se em Pequim, na China. O seu objetivo é englobar 500 Geoparques. Esta rede tem como principal objetivo, distinguir áreas naturais com elevado valor geológico, nas quais estejam em prática uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseado na geologia e em outros valores naturais ou humanos.

**Rede Européia de Geoparques:** Criada em 2000 através do protocolo assinado entre Alemanha, Espanha, França e Grécia, esta rede integrava em 2006, 27 Geoparques em 12 países, destacando-se além da Alemanha e Reino Unido, a Espanha (4), França (3), Itália (3) Grécia (2), Áustria (2), Portugal (1) e Irlanda (1). (EUROPEAN GEOPARKS NETWORKS, 2007).

Seus principais objetivos são: proteger a geodiversidade; promover a herança geológica junto ao público em geral e apoiar o desenvolvimento econômico sustentável dos territórios dos geo-parques, principalmente através do geoturismo.

#### 4 CONCLUSÃO

A pesquisa aqui apresentada é de suma relevância para um futuro desenvolvimento do geoturismo na Região Seridó, visto que aqui se encontra um levantamento dos potenciais aspectos geoturísticos da região supracitada, que servirá de sustentáculo para uma futura disseminação do conhecimento aqui abordado, assim como informações geoambientais, geo-históricas e sobre os patrimônios geoturísticos (geológicos, geomorfológicos, espeleológicos, mineralógicos, paleontológicos e arqueológicos) entre as comunidades, profissionais e cidadãos em geral.

É importante frisar que é possível o desenvolvimento sustentável do geoturismo sem que haja degradação na sociedade e sem inter-

ferir de maneira maléfica na identidade cultural de um povo, classificando o mesmo como sendo dona de uma riquíssima premissa de desenvolvimento, que, no entanto se encontra quase inutilizada pelas principais entidades responsáveis pelo desenvolvimento do turismo que deveriam apoiar e incentivar esse novo segmento para a construção e disseminação desta atividade.

A pesquisa também foi uma oportunidade para confrontar assuntos de natureza teórica, referentes ao tema, esperando-se que este trabalho possa contribuir para outros estudos posteriores na área, de forma a divulgar um segmento que embora seja um forte potencial para a exploração da atividade turística ainda se encontra pouco difundido.

Partindo dessas premissas, é pertinente afirmar que este artigo mostra de forma sucinta os principais aspectos em potencial para um futuro desenvolvimento do geoturismo na Região Seridó. Devido a todas as premissas aqui abordadas, pode-se chegar à conclusão que a geodiversidade de uma região permitirá efetuar ações mais completas e, conseqüentemente, obter resultados mais precisos e duradouros quanto à preservação do meio ambiente, bem como uma experiência mais rica para o visitante.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- AZEVEDO, U. R. **Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO**. 2007. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BARETTINO, D.; WIMBLEDON, W. A. P.; GALLEGRO, E., **Patrimônio Geológico: Conservación y Gestión**. Madrid: Instituto Tecnológico Geominero da Espanha; Ministerio de Ciencia y Tecnología, 1999.
- BRILHA, José. **Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. Lisboa: Palimage, 2005.
- BENNETT, M. R. et al. **Geology on your doorstep; the role of urban geology in earth heritage conservation**. London: Geological Society of London, 1996.
- DOWLING, R.; NEWSOME, D. **Geoturism: sustentability, impacts and management**. Elsevier, 2006.
- EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994. 48p.
- EUROPEAN GEOPARKS NETWORK. Disponível em: <<http://www.europeangeoparks.org>>. Acesso em: 14 jun. 2007.
- GAROFANO, M. **Geoturismo: scoprire le bellezze della Terra viaggiando**. Roma: DPS, 2003.
- HOSE T. A. Selling the Story of Britain's Stone. **Environmental Interpretation**, n. 2, p. 16-17, 1995.
- HOSE, T. A. Geotourism, or can tourists become casual rockhounds? In: BENNETT, M. R.; DOYLE, P.; LARWOOD, J. G., PROSSER, C. D. (Eds.). **Geology on your doorstep: the role of urban geology in earth heritage conservation**. London: Geological Society, p. 207-228, 1996.
- IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/unidades/generaluc/tab1.htm>> Acesso em: 30 jun. 2005.
- IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Anuário Estatístico do RN 2000**. Natal: IDEMA, 2001. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/apas.asp>> Acesso em: 30 jun. 2008.
- NASCIMENTO, M. A. L.; AZEVEDO, U. R.; MANTESSO NETO, V.. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.
- SEBRAE – Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. **Ro-**

**teiro Seridó.** Natal: SEBRAE, 2005. Disponível em: < <http://www.roteiroserido.com.br>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

EUROPEAN GEOPARKS NETWORKS, 2007. Disponível em: <<http://www.worldgeopark.org>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

## **ESCRITORES DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE QUE PERPASSA O SERVIÇO SOCIAL**

**Jan Pierre S. de Araújo<sup>1</sup>; Renata Rocha L. M. P. Pinheiro<sup>2</sup>**

O filme *Escritores da Liberdade* transporta o telespectador para a dura realidade do universo dos guetos norte-americanos dominados por gangues compostas por adolescentes que se unem em prol de convicções que agravam os problemas de segregação racial constituindo uma das várias facetas da questão social<sup>3</sup>.

Para Guerra (2007, p. 13), “na vida cotidiana, os homens atuam como singularidades, visando aos fins individuais de sobrevivência”. Portanto, vê-se aí de forma subvertida a luta de classes, onde a classe trabalhadora representada por seus filhos, e extremamente dividida em tribos, luta em uma guerra, entre os seus, em nome da sobrevivência.

A história do filme se passa numa escola de integração voluntária. Fica evidente durante toda a longa-metragem o despreparo profissional para transpor as várias dificuldades encontradas, bem como, o pensamento durkheimiano<sup>4</sup> utilizado como autodefesa, já que, os professores mais antigos, colocam a culpa dos insucessos escolares sempre no próprio aluno, constituindo a base do pensamento conservador.

O pensamento conservador é pouco eficaz para a realidade con-

---

<sup>1</sup> Aluno da FACEX

<sup>2</sup> Professora da FACEX. Mestre em Serviço Social.

<sup>3</sup> Segundo Yamamoto (1999), a questão social pode ser definida como um conjunto de problemas sociais, políticos, culturais, econômicos e ideológicos resultantes da sociedade capitalista.

<sup>4</sup> “Toda a sociologia de Durkheim pretende demonstrar que os fatos sociais tem existência própria e independem daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular”. (COSTA, 1997, p. 62).

templada no longa-metragem, afinal, constitui-se bem mais correto e eficiente, utilizar uma análise menos empírica e observar o fenômeno com outro olhar, onde, conforme Faleiros, “o choque cultural da mudança e o choque psicológico da situação dos pais exigem estratégias de serviços que levem em conta a questão dos conflitos...”, (FALEIROS, 1996, p. 36). Nestes termos, Iamamoto (2008, p. 28) ainda ressalta,

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos pelos interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

O filme não mostra de fato um assistente social, entretanto, a professora, senhora Gruwell, passa a lidar com a rebeldia, preconceitos, etc..., que fazem parte do cotidiano profissional dos assistentes sociais. A professora é portadora de um pensamento que, apesar, de não desmistificar a luta de classes e nem a exploração capitalista, combate e desqualifica o pensamento vigente em função de um novo. A resistência a este novo levanta imensas barreiras, contudo, a possibilidade e crença no sucesso podem ser evidenciadas em sua fala, quando a mesma relata, “acho que a luta verdadeira deve acontecer aqui na sala de aula”.

Nestas palavras observamos também um dever do assistente social, que segundo Silva (2007, p. 178), “O assistente social se propõe a trabalhar com as classes populares, viabilizando reflexões sobre seu dia-a-dia, contribuindo para a sistematização do saber popular como forma de resistência e luta”.

Ainda sobre a ação educativa Silva (2007, p. 179) explica que “A ação educativa se baseia numa reflexão desenvolvida junto à população, de modo a contribuir para a sua organização/participação”.

Logo no primeiro dia a Sra. Gruwell choca-se com a realidade que se encontra fragmentada em espaços raciais (cambojanos, latinos, negros, entre outros) que não se permitem viver de forma pacífica. As brigas constantes em sala e o desinteresse dos alunos dificultam a visão da realidade por trás de tais atitudes. O “divisor de águas” do

filme é o desenho que um dos alunos fez para debochar do outro. A professora se indigna com o fato e de maneira intencional envereda por outro caminho que aproxima a matéria lecionada com a realidade vivenciada pelos alunos, fato determinante para o “plantio” da curiosidade, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de conhecer a forma como viviam os alunos. A fala da aluna, Eva, reafirma essa idéia, pois em relato expressa “O que você está ensinando aqui que fará diferença na minha vida?”. Nessa perspectiva, Guerra (2007, p. 17-18) observa,

O cotidiano só pode ser enfrentado pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referência teórica, prática e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional.

A fala de Eva revela e nos faz refletir sobre uma série de questões relativas ao universo educacional. Contextualmente, a Sra. Gruwell, busca ajuda junto à instituição, que nega seus pedidos. Contudo, mesmo sem o apoio, a Sra. Gruwell guiada pelo senso de responsabilidade e pelos seus sonhos, não desiste e busca novas alternativas. Neste âmbito, a idéia do diário se constitui como principal ferramenta de trabalho para o acesso a realidade vivida pelos discentes, isso se constitui como grande desafio, pois, é nesse ponto em que se faz a crítica aos fundamentos da cotidianidade, tanto daquela em que está inserido o professor quanto às dos sujeitos. Só então que se encontra a necessidade de examinar profundamente, reconhecer e transcender o verdadeiro problema escondido por trás daquele que se apresenta a primeira vista.

Para superação dos problemas enxergados, a professora utiliza-se de vários instrumentos inovadores. Nesse contexto, na medida em que seu trabalho avança, frases como a da supervisora pedagógica que afirmam que “a integração é uma mentira”, vão perdendo força e aos poucos, são substituídas pela palavra mudança. Em relação ao Serviço Social, Faleiros, (1996, p. 13) discorre,

Compreender os modos de articulação/regulação da vida cotidiana, na sua heterogeneidade e complexi-

dade, para fortalecer o poder dos blocos dominados, as redes mais frágeis nesses enfrentamentos e seus pressupostos globais e gerais, continua um dos mais importantes desafios teórico-políticos da intervenção profissional.

A partir da análise e entendimento do problema que se busca resolver e de si programar ações que vislumbrem sua solução, observa-se o nascer do sentimento de mudança que contamina todos na sala de aula e ultrapassa suas paredes, dando, possibilidades e novos horizontes. Entretanto, nada é fácil para a professora, já que, tendo de trabalhar muito acaba se descuidando da vida pessoal e é punida por esse fato. Nessa perspectiva Faleiros (1996, p. 22) relata,

É preciso se desdobrar para administrar ao mesmo tempo, os processos e protocolos mais gerias de aplicação das medidas e serviços particulares para escutar, ouvir e trabalhar na inserção específica e adaptada a cada trajetória.

Tal citação mostra o quanto é difícil e dispendioso trabalhar com mudanças, mas esse é objetivo do Serviço Social, previsto no Código de Ética.

Essa história em particular nos leva a conceber que apesar das inúmeras dificuldades que a instituição coloca, em busca de uma fórmula educacional conservadora e pronta, a união entre a professora e seus alunos tornou possível, com muitos sacrifícios, a mudança.

À medida que os vários usuários de serviços sociais vão se percebendo como sujeitos de prestações, serviços, de direitos, de articulação política, de palavra seu poder vai aumentando e as relações com as instituições vão se tornando menos opressoras, mais autônomas, mais independentes, mais estruturadas em tono de seus interesses, permitindo-lhes considerar e enfrentar (tomar distância, decidir, contestar) a estratégia profissional par si. (FALEIROS, 1996, p. 16).

Para tanto, Escritores da Liberdade, não serve de exemplo de

mudança para um modelo societário mais justo, nem muito menos questiona o modo de produção capitalista. Não é esse o mérito do filme, mas, o de mostrar exemplarmente que a mudança, por mais complicada que seja a realidade, é possível e de forma impecável transporta e reanima os sonhos de fazer acontecer, dando aos que a tudo chamam de utópico algo concreto.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Cristina. **Sociologia:** Introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- FALEIROS; Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 9-37, abr. 1996.
- GUERRA; Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 91, ano XXVIII, Especial, set. 2007. p. 5-31.
- IAMAMOTO; Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SILVA; Maria O. S. et al. Educação Popular. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social e o Popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed: São Paulo: Cortez, 2007.

# RESENHA CRÍTICA ACERCA DO ARTIGO “O PREPARO DA EQUIPE CIRÚRGICA: ASPECTO RELEVANTE NO CONTROLE DA CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL”

**Rogério de Melo Pereira Júnior<sup>1</sup>; Vanessa Bessa da Rocha<sup>2</sup>; José Machado Júnior<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Esta resenha crítica apresenta, de forma clara e objetiva, como é promovido o trabalho da enfermagem no controle da contaminação ambiental no centro cirúrgico. Discutindo a necessidade que há no controle das infecções neste sítio, abordando as formas que implicam numa maior eficácia no preparo da equipe cirúrgica, para se ter uma importante barreira de proteção das infecções hospitalares. Mas para isso, há a necessidade destes profissionais se adequarem às normas técnicas, realizando tais procedimentos de forma correta, evitando-se as transmissões cruzadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enfermeiro. Infecção. Equipe cirúrgica.

## CRITICAL REVIEW OF THE ARTICLE “THE PREPARATION OF THE SURGICAL TEAM: SIGNIFICANT ASPECT IN THE CONTROL OF ENVIRONMENTAL CONTAMINATION”

**ABSTRACT:** This critical review shows, in an objective and clear way, how the nursing work is developed in controlling the environmental contamination inside operating centers. This paper will discuss about the need for the control of infections in this site, approaching the ways that implicate in a greater efficacy for the surgical team preparation, in order to have an important protection barrier against hospital infections. But in order to achieve this, there is the need for these professionals to adequate themselves to technical guidelines, performing the procedures in the correct way, preventing crossed contaminations.

**KEY-WORDS:** Nurse. Infections. Surgical team

---

<sup>1</sup> Estudante do 7º período do curso de graduação em Enfermagem – FACEX. E-mail: rogeriompjunior@oi.com.br; rogerio\_mp\_junior@hotmail.com

<sup>2</sup> Estudante do 7º período do curso de graduação em Enfermagem – FACEX. E-mail: cloverpaty@hotmail.com

<sup>3</sup> Orientador. Enfermeiro da UFRN. Especialista em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem (Escola Nacional de Saúde Pública). Especialista em UTI Geral pelo Hospital da Restauração de Recife, PE (Residência em Enfermagem). Educador do curso de Enfermagem – FACEX. E-mail: jmachjr@hotmail.com

Este texto trata-se de uma Resenha do artigo “O preparo da equipe cirúrgica: aspecto relevante no controle da contaminação ambiental, que tem como autores Cataneo et al. (2004), acadêmicas do 8º semestre de graduação, orientados pela Profª Dra. Cristina Maria Galvão, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP. O artigo publicado na Revista Latino-Americana de Enfermagem, março a abril de 2004, páginas 283 à 286, aborda a utilização de técnicas assépticas da equipe cirúrgica tais como, a anti-sepsia das mãos com escovação, a utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva dos profissionais da saúde, juntamente com o papel do enfermeiro no controle da contaminação ambiental, que será detalhado a seguir.

A infecção hospitalar é aquela adquirida durante a internação do paciente na qual os sintomas se manifestam ainda durante a internação ou após a alta (caso seja relacionada com a internação ou a algum procedimento hospitalar). Na concepção dos autores, a infecção hospitalar é um dos grandes problemas enfrentado na área da saúde, tendo como principais causas: a origem endógena, a infecção veiculada e os artigos médico-hospitalares, além do ar ambiente que aumenta substancialmente, a probabilidade tanto do profissional da saúde, quanto do paciente adquirir determinados microorganismos patogênicos.

Neste sentido, o artigo aponta como possível solução o controle da contaminação ambiental no Centro Cirúrgico (CC), enfatizando aspectos mais amplos. As medidas recomendadas pelos autores abrangem um processo profilático visando à formação de uma barreira microbiológica contra a penetração de microorganismos, através de uma paramentação cirúrgica adequada e eficaz pelo uso de aventais, luvas, mascaras protetores oculares, propés e gorros. Ressaltando também a importância da lavagem das mãos, bem como, a escovação para que não haja a transmissão de patógenos da equipe para os pacientes, ou vice-versa.

Ao lermos o texto em questão observa-se o destaque dado à atuação do enfermeiro no Centro Cirúrgico. Ele tem papel fundamental na administração das atividades desenvolvidas na Unidade, é o responsável pela assistência por meio de planos de cuidados para prestar assistência individualizada, ensina a equipe propiciando aperfeiçoa-

mento e pesquisa para produção do conhecimento científico aplicado ao cuidado prestado. Além disso o enfermeiro é o profissional que orienta para o cumprimento das tarefas, normas e rotinas de toda a equipe.

Segundo o artigo analisado, em relação à questão do preparo da equipe cirúrgica, concordamos que a lavagem das mãos com a escovação é a principal medida na prevenção das infecções hospitalares, tendo em vista que este procedimento forma uma barreira contra a penetração microbiana no campo cirúrgico. Para Rotter (2004), o profissional passa a lavar as suas mãos, quando está passível de transmitir agentes infecciosos de um paciente a outro removendo as sujidades, suor, oleosidade e a flora microbiana transitória da camada mais superficial da pele, evitando a infecção cruzada entre os pacientes, assim como entre pacientes e profissionais da saúde.

Pelo que podemos acompanhar na leitura do artigo, os autores destacam como medidas essenciais que devem ser tomadas sempre que houver risco de contato com sangue ou outros fluidos corpóreos, a utilização de luvas antes da manipulação de mucosas e pele não íntegras, a utilização do avental quando houver risco de contato da roupa com respingos, com sangue ou outros fluidos e secreções potencialmente infectantes, lembrando ainda que a máscara e óculos deverão ser utilizados quando houver larga exposição do profissional a respingos e outras secreções.

O texto destaca ainda a inserção do enfermeiro na equipe desenvolvendo ações não só como profissional que cuida do cliente de forma integral, mas também como educador responsável pela capacitação da equipe. Sabe-se que o trabalho da enfermagem é parte integrante do processo de trabalho em saúde, tanto no modelo de assistência individual como coletiva (CASTELLANOS, 1989) por vezes são partes complementares de um mesmo trabalho.

O controle da infecção hospitalar, no âmbito do processo de trabalho em enfermagem, é uma verdadeira batalha biológica que exige a identificação de novos microorganismos e a ressurgência de outros, bem como a possibilidade de resistência microbiana; A prática do enfermeiro exige envolvimento pessoal, conscientização de todos os profissionais, adesão às medidas de controle e o comprometimento

com o serviço e com o cliente; Os autores ainda destacam a necessidade das capacitações profissionais através de educação continuada envolvendo conteúdos como epidemiologia das infecções e medidas de prevenção e controle.

Considera-se o artigo importante tendo em vista que desperta o interesse das pessoas pelo tema o qual é de extrema relevância. O artigo é escrito de forma clara acessível a todos os profissionais da saúde, destacando-se os profissionais da enfermagem e médicos como maiores interessados por serem o maior contingente da equipe cirúrgica.

Concluindo entendemos que é de fundamental importância a socialização do conteúdo do artigo e a aplicação dos preceitos técnicos adquiridos pela leitura do texto nas Instituições hospitalares, assim como também é de fundamental importância a elaboração e aplicação de protocolos. O texto nos alerta para a contínua vigilância dos profissionais, mais especificamente do enfermeiro, quanto aos riscos existentes no ambiente hospitalar, e da necessidade do cumprimento das normas e rotinas já que um descuido profissional pode ser o causador de uma infecção hospitalar que poderá levar o cliente a morte.

## REFERÊNCIAS

- CASTELLANOS, B. E. P. et. al. Os desafios da enfermagem nos anos 90. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 41. 1989. Florianópolis. **Anais...** Associação Brasileira de Enfermagem, 1989. p. 147.
- CATANEO, C. et al. O preparo da equipe cirúrgica: aspecto relevante no controle da contaminação ambiental. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, mar./abr., 2004.
- ROTTER, M. L. Hand washing and hand disinfection. In: MAYHALL C. G. **Hospital epidemiology and infection control**. 3rd ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2004. p. 1727-46.

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

### 1 LINHA EDITORIAL

A Revista Cultural e Científica *Carpe Diem* (ISSN 1518-5184) é uma publicação interdisciplinar editada pela Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão (FACEX), instituição de ensino superior mantida pelo Centro Integrado para Formação de Executivos (CIFE), destinada à divulgação anual de produções científicas e acadêmicas inéditas nos seguintes formatos: artigo original de trabalhos relativos a estudos de natureza teórica e experimental no campo da pesquisa, artigo de revisão/atualização, relato de experiência ou de técnica, resenhas e/ou resumos de teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de cursos, comunicações produzidos pelos professores, pesquisadores, alunos e demais profissionais desta e de outras instituições.

### 2 ORIENTAÇÕES GERAIS

2.1 Todas as contribuições para publicação na revista, redigidas em português, espanhol ou inglês, rigorosamente corrigidas e revisadas linguisticamente, deverão ser enviadas por professores, pesquisadores, alunos e profissionais da FACEX ou de outras instituições, seja do Brasil ou do exterior;

2.2 Os conceitos e opiniões expressos nas contribuições são de total responsabilidade do(s) autor(es) que deverão providenciar permissão, por escrito, para uso de qualquer tipo de ilustração publicada em outras fontes;

2.3 O trabalho original, enviado pelo(s) autor(es), poderá ser retirado segundo seus critérios de conveniência, a qualquer momento antes de ter sido selecionado pelo Conselho Editorial da revista;

2.4 O(s) original(ais) aprovado(s) poderá(ão) sofrer possíveis alterações, tanto de ordem normativa como de natureza ortográfica e/ou linguística, a serem executadas pela equipe de revisores da revista, com o objetivo de manter o padrão culto do idioma e a adequação às normas para apresentação de trabalhos, sendo respeitado, porém, o estilo do(s) autore(s);

2.5 O(s) trabalho(s) recusado(s) ficará(ão) à disposição do autor responsável pelo contato com o editor da revista *Carpe Diem*, pelo prazo de 3 meses, a contar da data de comunicação do resultado da avaliação efetuada pelo Conselho Editorial; após esse prazo, o(s) trabalho(s) será(ão) eliminado(s), inclusive o suporte (cópias impressas, CD-ROM, DVD);

2.6 Os colaboradores só poderão publicar, no máximo, 2 (dois) trabalhos

em um mesmo número da Revista por vez;

2.7 Só serão aceitos textos que obedecerem aos quesitos de conteúdo e formatação aqui estabelecidos;

2.8 O(s) trabalho(s) enviado(s) deverá(ão) se enquadrar em uma das seguintes seções:

- **Editorial:** refere-se a assuntos selecionados em cada número da revista pela sua importância para a comunidade científica. Geralmente, são redigidos pelo Editor ou encomendados a especialistas de destaque na área de interesse.
- **Artigos científicos originais:** relatos inéditos e completos de estudos e pesquisas científicas, com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. Extensão máxima: 20 laudas.
- **Artigos de revisão/Atualização:** estudos que fornecem visão sistematizada e crítica de avanços do conhecimento em determinadas áreas/temáticas, a partir de informações já publicadas, devendo conter: Título (português e inglês), autor, instituição, resumo, abstract (inglês), *Introdução* que justifique a revisão incluindo o método quanto à estratégia de busca utilizada (base de dados, referências de outros artigos, etc), e detalhamento sobre critério de seleção da literatura pesquisada; *Revisão da Literatura* comentada com discussão; *Comentários Finais* e *Referências*. Extensão máxima: 20 laudas;
- **Relatos de experiência ou de técnica:** descrições criteriosas de práticas de intervenções e vivências profissionais que possam interessar à atuação de outros profissionais. Extensão máxima: 10 laudas.
- **Resenhas:** revisões críticas de livros, artigos, dissertações ou teses, com opiniões que possam orientar) interesse para leitura ou não da publicação na íntegra. Mínimo de 3 e máximo de 5 laudas.
- **Resumos:** descrições sucintas e de caráter informativo do conteúdo de dissertações, teses ou monografias de graduação ou de pós-graduação, devendo conter: título (português e inglês), autor, orientador, instituição, programa, área, local, ano da defesa, resumo e abstract. Extensão máxima: 1 lauda.

### 3 ESTRUTURA DOS MANUSCRITOS

Os trabalhos encaminhados para publicação deverão obedecer às seguintes normas:

#### 3.1 Forma e apresentação gráfica

3.1.1 Os originais devem ser submetidos ao Conselho Editorial, em português, inglês ou espanhol, com estilo de redação claro e coerente na exposição das idéias, devendo ser digitado em extensão **\*.doc** “Word for Windows versão Office 97 ou superior”, arquivo gravado de preferência em CD-ROM (na etiqueta do CD-ROM deverão constar o título do trabalho, autores e versão do software), acompanhado de 2 (duas) cópias impressas em uma só face e em uma coluna, papel A4 (210 x 297 mm), e com os seguintes atributos:

3.1.1.1 - espaço simples entre linhas e espaço duplo entre parágrafos; espaço duplo entre partes e entre texto e exemplos, tabelas, figuras ou ilustrações (gráficos, fotos, gravuras, esquemas) e citações;

3.1.1.2 – digitação em fonte “Times New Roman”, tamanho 16, para **títulos** (na língua empregada no artigo); 14 para **subtítulos**; 12 para **nome(s) do(s) autor(es)**, 10 para **resumo**, **palavras-chave**, **tradução do título**, **abstract**, **keywords**; 12 para **corpo do texto**; 11 para **ilustrações** (figuras, tabelas, quadros, etc); 10 para **epígrafes** e **citações longas**; 9 para **notas de rodapé**;

3.1.1.3 - margens (superior e esquerda) de 3 cm e (inferior e direita) de 2 cm.

3.1.1.4 - adentramento de 1,25 cm;

3.1.1.5 - alinhamento justificado, entre linhas: 1,5 linha.

3.1.1.6 – numeração das páginas: embaixo, à direita.

#### 3.2 Estruturação do artigo original

3.2.1 Quando se tratar de artigo original, deve conter, na **primeira lauda** a seguinte estrutura:

##### Título

O título, em português, (inglês ou espanhol, quando for o caso), letras maiúsculas, negrito e centralizado no alto da primeira folha; deve ser conciso e informativo, evitando termos supérfluos e abreviaturas, com até 40 caracteres (incluindo os espaços).

## Nome(s) do(s) autor(es)

O(s) nome(s) do(s) autor(es), em negrito, deve(m) ser mencionado(s) por extenso, centrado(s) em letra minúscula, duas linhas abaixo do título e numerado, (exemplo.: José Francisco de Oliveira<sup>1</sup>), separados por ponto e vírgula (;), no caso de mais de um autor.

Ainda na primeira página, em nota de rodapé, deve(m) ser mencionado(s) os seguintes dados sobre o(s) autor(es): profissão, cargo, afiliação acadêmica ou institucional, maior titulação acadêmica, endereço, telefone e correio eletrônico, (quando for o caso). Ex.: Economista. Professor do Curso de Administração da FACEX. Especialista em Administração de Empresas (UFRN). Av. 21 de Outubro, 25 – Centro; CEP 59.075-840 – Natal, RN; Tel.: (84)3225-2222; e-mail: jfraneira@ativa.com.br.

## Resumo

A palavra Resumo, em negrito, seguida de dois pontos (:) deve estar duas linhas abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es), sem adentramento e, na mesma linha, o início do texto digitado em português, explicitando objetivo(s), metodologia, resultados e conclusões, mesmo que parciais, devendo ser redigido com o verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, não ultrapassando 250 palavras de acordo com a NBR-6028/2003

## Palavras-chave

A expressão “Palavras-chave”, em negrito, seguida de dois pontos (:), deve estar duas linhas abaixo do final do Resumo, sem adentramento, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto, devendo conter, de 3 a 5 termos.

## Tradução do título

Apresentação do título em inglês.

## Abstract

O Abstract, em negrito, seguido de dois pontos (:), deve estar duas linhas abaixo do final das Palavras-chave, sem adentramento, podendo ser a versão para o inglês do Resumo;

## Keywords

A expressão “Keywords”, em negrito, seguida de dois pontos (:), deve

estar duas linhas abaixo do final do Abstract, podendo ser a versão para o inglês das palavras-chave;

**Observação:** Os subtítulos do texto, sem adentramento, devem estar em negrito e em letras minúsculas, sendo apenas a primeira letra de cada subtítulo em maiúscula. O corpo do texto do trabalho deve obedecer ao sistema de numeração progressiva de acordo com a NBR-6024/2003.

3.2.1 Quando se tratar de artigo original deve conter, na **segunda lauda**, (não sendo necessário inserir novamente o título do trabalho), os seguintes subtítulos:

### 3.2.1.1 Introdução

A introdução deve apresentar a delimitação do assunto tratado, o(s) objetivo(s) do trabalho (claramente expostos no último parágrafo), a sua relação com outros da mesma área de pesquisa e as razões que levaram o(s) autor(es) realizar(em) o trabalho.

### 3.2.1.2 Metodologia

A metodologia ou material e métodos deve conter informações disponíveis na revisão de literatura que permitam o desenvolvimento do trabalho. Devem estar claramente descritos de forma a possibilitar réplica do trabalho ou total compreensão do que e como foi realizado

### 3.2.1.3 Resultados

Os resultados devem ser apresentados de forma clara e sucinta, podendo ser utilizadas TABELAS (numeradas com algarismos arábicos - Ex.: TAB. 1) ou ilustrações (gravuras, fotografias, mapas, organogramas, fluxogramas, esquemas, desenhos, fórmulas, modelos gráficos, fotos, gravuras, esquemas) denominadas FIGURAS, numeradas no texto com algarismos arábicos, de forma abreviada, entre parênteses ou não, de acordo com a seguinte redação: (FIG. 1), FIG. 2, que permitam uma melhor compreensão dos dados obtidos. As tabelas e as figuras devem trazer abaixo um título ou legenda digitada, com indicação da fonte, se for o caso.

### 3.2.1.4 Discussão

A discussão deve analisar os resultados, tentando relacioná-los com

dados existentes na literatura. Deve sempre ter como base os resultados apresentados, com comentários a respeito dos resultados obtidos.

### 3.2.1.5 Conclusão

A conclusão deve ser breve, exata e acompanhar a sequência proposta nos objetivos. Deve responder exclusivamente o(s) objetivo(s), diretamente ligada aos resultados obtidos. Podem ser positivas ou negativas, de forma impessoal.

### 3.2.1.5 Referências

A expressão “Referências”, sem adentramento, deve ser colocada duas linhas antes dos autores, relacionados em ordem alfabética, sem numeração, espaço simples entre as linhas. As referências, na lista, devem ser separadas entre si por espaço duplo. O formato das referências deve seguir as últimas normas da ABNT (NBR-6023/2002):

## EXEMPLOS

### Para LIVROS

#### 1) Formato convencional

AUTOR. Título da obra em negrito. número da edição (se não for primeira); local da publicação: nome da editora; data de publicação.

Ex.: GIL, A. C. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2006.

### Para CAPÍTULOS DE LIVRO OU PARTES DE COLETÂNEA

#### 1) Formato convencional

AUTOR. Título do capítulo. In: \_\_\_\_\_. Título da obra em negrito. número da edição (se não for primeira); local da publicação: nome da editora; data de publicação.

Ex: MASETTO, M. T. Processo de avaliação e processo de aprendizagem. In: \_\_\_\_\_. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

Obs.: Quando o autor da obra for o mesmo da parte, substitui-se o nome por um traço equivalente a 6 (seis) espaços, seguido de ponto ( \_\_\_\_\_ ).

### Para ARTIGOS EM PERIÓDICOS:

#### 1) Formato convencional

AUTOR. Título do artigo. Título do periódico em negrito, local da publicação, número do volume; número do fascículo; página inicial e final; mês e ano.

Ex.: SANTOS, Daniele Bezerra, SEIXAS, Ana Anita A., NELSON, Margarida de Lourdes de Melo. Avaliação preliminar da biodiversidade de macroalgas da praia de Búzios, Rio Grande do Norte, Brasil. **Carpe Diem**, Natal, v. 5, n. 5, p. 79-93, jan./dez. 2007.

### Para TRABALHOS EM EVENTOS

#### 1) Formato convencional

AUTOR. Título: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, número, ano, local de realização. **Título da publicação...** subtítulo. Local de publicação (cidade): Editora, data. Páginas inicial-final do trabalho.

ALOISE, D. A., MAIA-LIMA, F. A., MOLINA, W. F. Análise citogenética de *Litopenaeus vannamei*(Crustacea, Penaeidae. In: ENCONTRO DE GENÉTICA DO NORDESTE, 16., 2002, São Luís. **Resumos...** São Luís: SBG, 2002. p. 36.

### 3.2.2.7 Notas de rodapé

As notas de rodapé devem ser resumidas ao máximo e colocadas na parte inferior da página, ordenadas por números arábicos que no texto serão colocados logo após a frase a que diz respeito e elevadas. São separadas do texto por um traço contínuo de 3 cm e digitadas em espaço simples e com caractere menor do que o usado no texto e sem espaço entre elas, devendo ser alinhadas à esquerda pela primeira palavra, deixando a chamada numérica em evidência. Não é permitido o uso de notas de rodapé de referências.

### 3.2.2.8 Citações

Nas citações diretas devem ser observados os seguintes critérios de estrutura:

a) Citações textuais pequenas (**com até três linhas**) deverão vir entre aspas duplas, ao longo do texto.

b) Citações textuais longas (**com mais de três linhas**) devem ser apresentadas em parágrafos independentes, utilizando-se margem própria, recuada 4 cm à esquerda, (fonte tamanho 10), sem aspas, tendo como limite a margem direita do documento e ter espaçamento simples. As citações devem incluir a indicação da fonte (sobrenome do autor, ano e página), de acordo com a NBR 10520/2002. Ex.: (Lima, 1994, p. 45).

### 3.2.2.9 Ilustrações

As ilustrações (figuras, tabelas, quadros, gráficos, gravuras, fotografias, mapas, organogramas, fluxogramas, esquemas, desenhos, fórmulas, modelos e outros) servem para elucidar, explicar e simplificar o entendimento de um texto. Devem ser utilizadas no máximo 10 (dez) ilustrações que sejam importantes para o entendimento do texto. As fotos, mapas, gráficos ou tabelas devem ser digitalizadas em boa resolução (no mínimo de 3000 dpi). Devem ser apresentadas na forma JPG, separadas do texto, mas sua indicação deve aparecer no texto contendo a legenda e a fonte. As imagens enviadas para publicação deverão, obrigatoriamente, vir acompanhadas de um termo de responsabilidade (autorização do detentor da imagem) por parte do(s) autor(es), sobretudo, se as imagens não pertencerem ao acervo do autor.

Exceto as tabelas, quadros e gráficos, todas as demais ilustrações deverão ser mencionadas no texto como **figuras**.

- **Figuras:** Sua indicação pode fazer parte do texto, ou estar localizada entre parênteses no final da frase.

Exemplos:

a) A FIG 2 apresenta .....

b) Durante os primeiros trinta dias.....as diferentes durações de HV (FIG. 5).

### Recomendações:

a) Quando se fizer referência a mais de uma figura, a abreviatura FIG. deve ser usada somente no singular.

b) As figuras (inclusive as demais ilustrações) deverão ser numeradas no decorrer do texto com algarismos arábicos:

c) O título deve ser digitado abaixo da figura e na mesma margem desta, escrito em letras minúsculas, exceto a inicial da frase e dos nomes próprios, após a palavra FIGURA, e dela separada por hífen: Ex.: FIGURA 6 –

d) A legenda (texto explicativo que acompanha a figura) deve ser colocada logo após o título, usando-se a mesma pontuação de uma frase comum. Ex.: FIGURA 6 – Eletroforese em gel de amido.....

e) Caso a figura (inclusive outros tipos de ilustração) já tenha sido publicada anteriormente, deve-se colocar, abaixo da legenda, dados referentes à **fonte** (autor, data e página) de onde foi extraída, conforme a lei que regulamenta os direitos autorais (Lei nº 9.610 de 19/02/1998, cap. I, art. 7º), não esquecendo de citar ao final do trabalho a referência completa na listagem das referências].

f) As figuras, inclusive as demais ilustrações, devem ser centradas na página e impressas em local o mais próximo possível do trecho onde são mencionadas no texto, podendo ser agrupadas no final do trabalho, como anexos, quando forem em grande número e/ou em tamanho normal.

- **Gráficos**

Devem ser numerados com algarismos arábicos, o título precedido da palavra GRÁFICO em letras maiúsculas e a citação no texto será pela indicação GRAF., acompanhada do número de ordem a que se refere.

- **Tabelas e quadros**

As tabelas e os quadros devem estar inseridas no texto em seu devido lugar, com um título claro e conciso, sem abreviações, numerados sequencialmente em todo o trabalho, com algarismos arábicos, localizado acima sobre as mesmas, (Ex.: TABELA 1) de acordo com a norma de apresentação tabular do IBGE (1993).

- **Anexos**

Quando houver, devem ser indicados no corpo do texto e apresentá-los

no final, após as Referências, identificados por letras maiúsculas (A, B, C, D, e assim por diante).

- **Notas**

As notas inseridas no corpo do texto devem ser indicadas por números arábicos elevados imediatamente depois da frase a que diz respeito, e restritas ao mínimo indispensável, devendo constar no rodapé da mesma página em que são inseridas.

- **Agradecimentos**

Agradecimentos e auxílios recebidos de instituições de financiamento deverão aparecer no final do texto e antes das Referências.

#### **4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS POR PARES (PEER REVIEW)**

Todos os trabalhos submetidos à revista, que atenderem às “**Normas para apresentação de trabalhos**” assim como ao objetivo e política editorial, serão avaliados, sendo garantido o anonimato durante todo o processo de julgamento;

- Serão levados em consideração os seguintes critérios de avaliação: a) fundamentação teórica e conceitual; b) relevância, pertinência e atualidade do assunto; c) consistência metodológica; d) formulação em linguagem correta, clara e concisa.
- Cada trabalho deverá ser avaliado por dois revisores, especialistas que trabalham em áreas relacionadas com o tema do manuscrito, membros do corpo editorial da revista,
- Os revisores receberão o manuscrito, sem nenhuma identificação do(s) autor(es), além de um documento com instruções acerca do processo de revisão e um formulário de avaliação, para manifestar seus comentários e recomendações sobre a aceitação, rejeição ou correção do manuscrito;
- Em nenhuma etapa do processo, os revisores conhecerão a identidade do(s) autor(es), assim como, o(s) autor(es) não saberão a identidade dos revisores
- Excepcionalmente, dado a especificidade do assunto do manuscrito, o Editor poderá solicitar a colaboração de consultores *ad hoc*;
- Somente serão encaminhados aos revisores os trabalhos que estejam rigorosamente de acordo com as normas acima descritas;

- Os revisores farão comentários gerais, devendo incluir em seus pareceres, sugestões cabíveis visando à melhoria de conteúdo e forma do trabalho e decidirão se o mesmo deve ser:

- a) aprovado;
- b) recusado;
- c) aprovado com correções.

O artigo com as correções deverá passar por novo processo de avaliação a fim de que possa garantir a publicação.

- Os revisores enviam seus comentários e recomendações ao Editor, o qual, preservando o anonimato dos revisores, encaminhará resposta ao autor responsável pelo trabalho, via correio eletrônico;
- Os trabalhos aceitos com reformulações serão devolvidos com os devidos pareceres para serem efetuadas as modificações. A aceitação com alterações implicará em que o(s) autor(es) se responsabilize(em) pelas reformulações as quais serão novamente submetidas a outro revisor.
- Trabalhos recusados pelos revisores, não serão devolvidos, porém o autor responsável receberá os pareceres com o referido julgamento;
- O Editor, de posse dos comentários dos revisores, tomará a decisão final. Caso haja discrepâncias entre os revisores, poderá ser solicitada uma nova opinião para melhor julgamento;
- Após a aprovação do trabalho, o autor receberá uma carta de aceite do editor, via e-mail, indicando a data provável e o número da revista prevista para a publicação do artigo.

#### **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**

- a) Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais e, além disso, assumindo que o texto foi devidamente revisado;
- b) Quando o manuscrito for submetido, o autor deve necessariamente apresentar o resumo em inglês (abstract);
- c) O trabalho deve ser inédito e não ter sido enviado para quaisquer outros órgãos editoriais ou anais de congresso para publicação;
- d) O Conselho Editorial não se responsabiliza pelos conceitos ou

afirmações expressos nos trabalhos assinados, que são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

e) A partir de 2011 a Revista *Carpe Diem* estará disponível apenas no suporte digital *on line*. Desta maneira os autores não mais receberão os 2 (dois) exemplares do fascículo impresso (até a edição de 2007). Sugere-se ao(s) autore(s) imprimir(em) a versão em PDF que disponibiliza o formato original da revista.

f) O tamanho padrão de impressão da revista é de 260 x 360 mm (aberto).

## **5 DO ENCAMINHAMENTO DO MANUSCRITO**

- Cada manuscrito deve indicar o nome de um autor responsável pela correspondência da revista, e seu respectivo endereço, telefone e endereço eletrônico de contato.
- O trabalho deve ser enviado ao Editor da revista *Carpe Diem*, Prof. Francisco de Assis Maia Lima, acompanhado da Carta de Submissão e Declaração de Responsabilidade e Termo de Transferência de Direitos Autorais, para o seguinte endereço:

Revista *Carpe Diem*

A/C Prof. Francisco de Assis Maia Lima

Rua Orlando Silva, 2897 – Capim Macio

CEP 59.080-020 – Natal, RN

Tel.: (84) 3235-1421 – E-mail: revista@facex.com.br



---

Rua Orlando Silva, Nº 2897 - Capim Macio - Natal RN  
Cep: 59080-020 - Fone: 3235.1415

---